

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

GECIRA DI FIORI

**AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO
POLÍTICA DA PROFISSÃO: uma abordagem marxista**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

GECIRA DI FIORI

**AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO
POLÍTICA DA PROFISSÃO: uma abordagem marxista**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Doutora em Serviço
Social ao Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Carvalho
da Silva

São Paulo

2013

GECIRA DI FIORI

**AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO
POLÍTICA DA PROFISSÃO: uma abordagem Marxista**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Doutora em Serviço
Social ao Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Carvalho
da Silva

Aprovada em: ____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Dedicatória

Dedico esta tese aos meus pais: Walchiria Esposito Di Fiori e João Di Fiori.

Obrigada mãe e pai pelo esforço de tentar me educar, e ao mesmo tempo, me preparar para a vida, com humildade, liberdade e solidariedade.

Às minhas filhas Luciana e Mariana com toda gratidão.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que, de um modo ou de outro, acompanharam, compartilharam e contribuíram com a construção dessa tese.

Agradeço principalmente:

À minha orientadora professora doutora Maria Lúcia Carvalho da Silva que com serenidade e perseverança enfrentou as intempéries das nossas vidas.

Ao professor doutor Evaldo Vieira pelas excelentes contribuições nos primeiros momentos do projeto de pesquisa até o exame de qualificação. À Profª Drª Yara Castro pela assessoria na pesquisa quantitativa.

Aos professores doutores e assistentes sociais entrevistados, Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto, Elizabete Borgianni e Elaine Behring pela receptividade e solidariedade, sem os quais não seria possível a pesquisa de campo.

Aos professores e colegas do curso, em especial, Aurea Fuziwara, Vinicius Boim e Carlos Rogério pelos profícuos debates teóricos e políticos.

Ao PPGSS e funcionários das secretarias da PUCSP, que não mediram esforços para os encaminhamentos pertinentes à elaboração e defesa da tese, especialmente à Soraia Felix.

À UFSM pela liberação para capacitação de doutoramento, à direção do CCSH e ao Núcleo de Assistência Judiciária pela atenção da chefia e colegas que me auxiliaram mesmo à distancia.

Ao CNPq e à CAPES pela bolsa de estudos e pelo financiamento do estágio e da bolsa sanduíche realizado em Portugal.

À profª Drª Fernanda Rodrigues pelo acolhimento em Portugal, ao Prof Dr Antônio Magalhães da Universidade do Porto.

Às amigas que foram construídas pelo convívio no doutorado e que permanecem, especialmente à Vera Martins, Natalina Ribeiro, Alex Toledo. Às amigas construídas durante o estágio em Portugal por sua continua amizade no Brasil, especialmente Simone Formiga.

Aos camaradas do grupo de estudo “Qual militância é possível?” e ao apoio de Edinália Santana de Oliveira.

Às amizades que me acompanham ao longo dessa trajetória, pelas valiosas provocações e contribuições agradeço às assistentes sociais Mari Bortoli , Rosimari Argenta, à amiga de sempre Mauren Pacheco, em especial ao amigo Valter Fontes e aos amigos de Santa Maria que aguardam pelo meu retorno.

À minha família, ao meu amado irmão Wladimir, à minha cunhada Ana, aos meus queridos sobrinhos e sobrinha, tia, tio, primas, primos e futuros genros.

RESUMO

A presente pesquisa examina a relação entre as concepções de trabalho no Serviço Social e a dimensão política da profissão, visando subsidiar os debates da formação e do projeto profissional crítico. A questão norteadora é a centralidade do trabalho no processo de formação do Serviço Social e nas discussões de pesquisadores sobre trabalho e a intervenção profissional na atual realidade capitalista.

Do ponto de vista metodológico a investigação é de cunho quanti-qualitativo, abrangendo a pesquisa bibliográfica em obras de tradição marxista e de de intérpretes clássicos e contemporâneos; a pesquisa documental cujas principais fontes são as ementas disponibilizadas pela Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social realizada pela ABEPSS (2006-2008) e os Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2010); e; a pesquisa empírica, com a realização de entrevistas abertas com quatro assistentes sociais do campo marxista, referências na direção teórica e política da profissão.

Foi utilizada a análise de conteúdo confirmando o pressuposto de que a concepção de trabalho no Serviço Social não somente é um indicador da dimensão política da profissão, como também contribui para demarcar diferentes projetos profissionais.

Este resultado traz uma questão desafiadora para o Serviço Social, que implica na valorização da dimensão política do marxismo na apreensão histórica da contradição entre trabalho e liberdade, e assim avançar nos debates sobre a centralidade do trabalho na formação e no projeto profissional crítico.

Palavras-chave: trabalho, política, serviço social.

ABSTRACT

The current research examines the relation between the conceptions of labor in Social Work and the political dimension of the profession, aiming at contributing to the debates over the qualification and the critical career plan. The leading issue is the centrality of labor in the Social Work qualification process and in researchers' discussions of labor and the professional intervention in the current capitalist reality.

From the methodological point of view, the research is quali-quantitative, comprehending the bibliographical research in Marxist tradition works and also by classic and contemporary interpreters; the documentary research whose main sources are the menu made available by Evaluative Research of Social Work Curriculum Guidelines Implementation conducted by ABEPSS (2006-2008) and the Proceedings of the XII National Meeting of Social Work Researchers (2010); and the empirical research that compasses open interviews with four social workers with Marxist references in the theoretical and political direction of their profession.

It was used content analysis, which confirmed the assumption that the conception of labor in Social Work is not only an indicator of the profession political dimension but also contributes to delimit different career plans.

That results into a challenging issue to Social Work which implies the Marxist political dimension valorization in the historical understanding of contradiction between labor and freedom, and therefore proceeding with the discussions related to the centrality of labor in the Social Work qualification and the critical career plan.

Key-words: labor, politics, Social Work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grupo de disciplinas sobre trabalho e política da pesquisa ABEPSS	27
Quadro 2: Grupo de assuntos sobre trabalho e política das apresentações do XII ENPESS.....	27
Quadro 3: Grupo de disciplinas.....	126
Quadro 4: Grupo por assuntos e temas das ementas/ABEPSS.....	129
Quadro 5: Quantidade de ementas/ABEPSS analisadas por eixo.....	130
Quadro 6: Grupo por assunto temas e apresentações/ENPESS.....	131
Quadro 7: Quantidade ementas /ABEPSS e Apresentações/ENPESS nos Temas do Eixo Econômico.....	132
Quadro 8: Quantidade ementas /ABEPSS e apresentações/ENPESS nos Temas do Eixo Político.....	132
Quadro 9: Total de conteúdos analisados Eixos, Ementas/ ABEPSS e Apresentações/ENPESS.....	132
Quadro 10: Sistema categorial das concepções de trabalho.....	133
Quadro 11: Sistema categorial da dimensão política.....	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Ementas- Eixo Econômico/ Concepção de Trabalho.....	139
Gráfico 2. Ementas - Eixo econômico/Dimensão Política.....	139
Gráfico 3. Ementas-Eixo Econômico/ Concepção de trabalho x Dimensão Política.....	140
Gráfico 4. Ementas- Eixo Político/Dimensão Política.....	141
Gráfico 5. Apresentações - Eixo Econômico/ Concepção de Trabalho.....	149
Gráfico 6. Apresentações - Eixo Econômico/Dimensão Política.....	149
Gráfico 7. Apresentações- Eixo Econômico/ Concepção de Trabalho x Dimensão Política.....	150
Gráfico 8. Apresentações - Eixo Político/ Concepção de Trabalho.....	153
Gráfico 9. Apresentações - Eixo Político/Dimensão Política.....	154
Gráfico 10. Apresentações. Eixo Político/Concepção de Trabalho x Dimensão Política.....	155
Gráfico 11. Eixos: Econômico e Político Conteúdos (334): ementas e apresentações / Concepção de Trabalho x Dimensão Política.....	156

LISTA DE SIGLAS

AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ALALC	Associação Latino-americana de Livre Comércio
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pós-Graduação em Serviço Social
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CELATS	Centro Latino Americano de Trabalho Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMS	Classes e Movimentos Sociais
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DCQS	Desenvolvimento Capitalista e Questão Social
ECP	Economia Política
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
IC	Internacional Comunista
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MEC	Ministério da Educação
MR-8	Movimento revolucionário 8 de outubro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCs	Partidos Comunistas
POLOP	Política Operária
PTI	Processo de Trabalho I
PTII	Processo de Trabalho II
PTIII	Processo de Trabalho III
PTIV	Processo de Trabalho IV
PTV	Processo de Trabalho V
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem industrial

SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SSC	Serviço Social Contemporâneo
SST	Serviço Social e Trabalho
T.P	Teoria Política
TS	Trabalho e Sociabilidade
URSS	União Soviética
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
 CAPÍTULO I. VALOR-TRABALHO, LUTA DE CLASSES E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO MARXISMO.....	32
1. Alguns elementos teóricos da Teoria Valor – Trabalho.....	32
1.1 A duplicidade do trabalho concreto/abstrato e força de trabalho como mercadoria.....	34
1.2 Forma e conteúdo do trabalho.....	37
2. Dimensão política do marxismo.....	39
2.1 Alterações teóricas e históricas na centralidade da classe trabalhadora.....	41
2.2 Luta de classes, alienação e liberdade.....	51
2.3 Transformação societária – superação histórica do capitalismo.....	58
 CAPÍTULO II. O TRABALHO E A DIMENSÃO POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE DO CAPITALISMO.....	62
1 A importância da unidade da economia e da política na acumulação do capital, na doutrina de Estado e da democracia.....	62
2 Algumas abordagens sobre as crises no capitalismo.....	68
3 Desdobramentos das crises no trabalho.....	76
4 Configurações da luta de classes na atualidade.....	81
 CAPÍTULO III. A CONCEPÇÃO DE TRABALHO E A DIMENSÃO POLÍTICA NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	90
1. Principais características da concepção de trabalho nos antecedentes históricos do Serviço Social.....	91
2. Concepções de trabalho e dimensão política do Serviço Social.....	96
2.1 Concepção de trabalho na emergência do Serviço Social no contexto das tradições europeia e norte-americana.....	96
2.2 Concepção de trabalho e dimensão política na tendência modernizadora do capitalismo e do Serviço Social.....	101

2.3 Concepção de trabalho e dimensão política do Serviço Social: do desenvolvimentismo à introdução do marxismo.....	107
2.4 A concepção de trabalho e a dimensão política no processo de consolidação do Serviço Social crítico.....	115
2.5 Aspectos do currículo do Serviço Social de 1982 e a centralidade do trabalho nas Diretrizes Curriculares de 1996.....	119

CAPÍTULO IV. AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO E A DIMENSÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMENTAS DA PESQUISA DA ABEPSS (2006-2008) E NAS APRESENTAÇÕES XII ENPESS (2010).....

1 Apresentação dos dados da pesquisa documental.....	124
1.1 Concepções de trabalho e a dimensão política nas Ementas do Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da ABEPSS- Eixo Trabalho.....	134
1.2 Concepções de trabalho e a dimensão política nas Apresentações do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – abordagens sobre trabalho e política.....	143

CAPÍTULO V- AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO E DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO NA VISÃO DE INTELLECTUAIS MARXISTAS DO SERVIÇO SOCIAL.....

1. As concepções de trabalho no Serviço Social.....	157
2. Dimensão política da profissão.....	163

CAPÍTULO VI. ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL E DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO: UMA ABORDAGEM MARXISTA.....

1. A pesquisa: elementos norteadores.....	180
2. Significados das categorias/concepções de trabalho no Serviço Social.....	182
2.1 Capital versus Trabalho.....	182
2.2 Trabalho elemento fundante do ser social.....	188
2.3 Trabalho alienado.....	194

2.4 Trabalho/crise.....	199
2.5 Trabalho como fonte de valor.....	204
2.6 Trabalho elemento de cidadania.....	210
3. Significados da dimensão política do Serviço Social.....	214
3.1 categoria luta de classes.....	214
3.2 categoria transformação societária.....	217
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 222
 REFERÊNCIAS.....	 230
 APÊNDICE A.....	 239
 APÊNDICE B.....	 262
 APÊNDICE C.....	 284

INTRODUÇÃO

Na medida em que se acirram as contradições geradas pela expansão capitalista no movimento de produção do valor, se amplia a exigência de apreensão da contradição capital-trabalho no processo de reprodução da vida social, ao mesmo tempo em que no desenvolvimento das forças produtivas as objetivações e mediações sociais enredam a desvalorização da força de trabalho. Essas mudanças societárias incidem historicamente no Serviço Social e configuram o conflito entre o atendimento às exigências da acumulação capitalista e a ação transformadora da profissão.

Esta tese aprofunda as implicações políticas da concepção de trabalho na formação e intervenção profissional, cujas origens no Brasil vinculam-se às demandas do capital, à institucionalidade do Estado burguês e à reação católica na era autoritária de Vargas, quando se reuniam esforços para combater o comunismo que impactava a sociedade brasileira desde a Revolução Russa e o movimento operário que passa a se identificar com o bolchevismo.

Aborda-se também os influxos da Internacional Comunista e a referência teórica de Marx nas greves e reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida que repercutiam como preocupação do governo e de empresários com a questão social, perpassando pelo desenvolvimentismo e o movimento comunista da década de 1950.

Para além dos limites político-partidários, o marxismo chega às universidades no pré-64 logo após o interesse nos estudos acadêmicos do movimento operário como análises sociológicas¹ de caráter historiográfico quando surgem teorias explicativas sobre as opções ideológicas da classe operária (Batalha, 1998) revelando o “caráter tardio da universidade brasileira” (Netto, 2008, p 106).

Esses períodos que resultam de diferentes projetos societários de desenvolvimento econômico e político, demarcam a relação profunda entre o Serviço Social e a luta de classes, envolvendo a institucionalidade estatal, as demandas da classe trabalhadora e seu arsenal teórico em suas diferentes vertentes.

¹ Os estudos acadêmicos sobre a classe operária como sínteses sociológicas estabeleciam teorias explicativas sobre, as opções ideológicas da classe trabalhadora que introduziram a noção da origem estrangeira e de inspiração anarquista na formação inicial do sindicalismo brasileira Primeira República (Batalha. 1998 p 148)

Dessa forma entende-se que diferentes concepções de trabalho atravessam períodos econômicos e políticos concomitantes à legalidade e legitimação da profissão, os quais desafiavam a consolidação da formação crítica e do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Estes desafios também demarcam a trajetória da autora, forjada em três décadas de atuação profissional como assistente social no contexto de alterações conjunturais econômicas e políticas em seus desdobramentos e tensionamentos.

A formação acadêmica na graduação do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), de 1977 a 1980, transformou a concepção de mundo e a trajetória de vida de valores pequeno-burgueses para a postura crítica. Três situações, em especial, interferiram para esse giro: a invasão da PUCSP pelas tropas militares em 1977, o contato com a teoria marxista, por meio das disciplinas do Serviço Social, e o estágio nas comunidades que formavam as favelas no entorno do CEAGESP (Centro de Abastecimento do Estado de São Paulo).

As condições objetivas e subjetivas daqueles trabalhadores e trabalhadoras explicitavam as contradições da acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que expressavam a realidade de suas mazelas como a violência, as drogas, a repressão do Estado etc., cujas explicações se buscavam na teoria social marxista.

O trabalho com os familiares em projetos de extensão da Universidade Federal de Santa Maria desde 1982, o envolvimento com movimentos sociais, com a direção sindical e partidária se desenvolveu simultaneamente com os cursos de pós-graduação na formação acadêmica e as atividades de formação política.

Nas articulações entre a intervenção profissional e a militância, os questionamentos da prática sobre o trabalho na vida social e as tarefas políticas se objetivaram na implementação de programas na área do trabalho e da geração de renda à frente da coordenação regional da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul em 1999 e da Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Maria em 2001.

A assessoria parlamentar na Câmara Federal² permitiu, também, intensa participação nos debates da comissão de Trabalho, das reformas previdenciária, sindical e trabalhista do primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2003.

² Como assessora parlamentar do Deputado Tarcisio Zimmerman, ex-secretário do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul do governo de Olívio Dutra.

A incompatibilidade entre os princípios forjados na luta e a direção partidária provocou o afastamento da militância que coincide com o ingresso na carreira docente no curso de Serviço Social da UNICRUZ, Universidade da cidade de Cruz Alta, em 2005.

Este afastamento-consubstanciou as inquietudes e a reflexão sobre a transformação social, ao mesmo tempo em que se ampliava a exigência da crítica coerente sobre o papel do partido e do movimento dos trabalhadores, assim como, as vitórias eleitorais no campo da esquerda evidenciavam a rejeição das massas populares ao projeto neoliberal na conjuntura política latino-americana.

De modo que em 2006, o ingresso no Mestrado em Integração Latino-Americana do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, principalmente pela sua proposta interdisciplinar que relacionava as áreas de direito, economia e história, oportunizou o exercício de síntese na dissertação intitulada *A Pobreza Necessária: os programas de transferência de renda no Brasil, Uruguai e o neoliberalismo das instituições internacionais*.

A aprovação na seleção do doutorado e a liberação da UFSM, viabilizaram a dedicação integral para os estudos no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP, provocando rupturas e, ao mesmo tempo, algumas continuidades. Esse retorno a São Paulo, 27 anos depois, favoreceu o aprofundamento na perspectiva crítica sobre o trabalho na vida social e a atualização dos debates sobre o tema em relação à profissão.

Durante o doutorado, a pesquisadora participou de eventos nacionais e internacionais, voltados à mobilização de assistentes sociais, de debates com ênfase no tema trabalho e de fóruns sobre a organização dos trabalhadores. Das atividades que reuniam assistentes sociais, destacam-se o Congresso comemorativo dos 30 anos do Congresso da Virada, realizado em São Paulo; em 2009, o 2º Seminário Anual de Serviço Social;³ e o 3º Seminário Anual de Serviço Social⁴ em 2010.

Dos debates sobre o trabalho no âmbito acadêmico registram-se a participação no III Seminário Científico – Teoria Política do Socialismo Georg Lukács e a emancipação humana⁵ e o curso sobre A Crise do Capitalismo.⁶ Entre as atividades programadas dos Estudos Pós-

³ Promovido pela Cortez Editora em 12 de maio. Debatia direitos, ética e serviço social.

⁴ Com o tema “O Serviço Social frente aos desafios do século XXI”, promovido pela Cortez Editora.

⁵ De 17 a 21 de agosto de 2009 e promovido pelos Depto. de Ciências Políticas e Econômicas, Grupo de Pesquisa Cultura e Política no Mundo do Trabalho/Núcleo de Estudos da Ontologia Marxiana e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Linha Trabalho e Sociabilidade da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – campus Marília.

⁶ Promovido pelo Centro de Educação popular do Instituto Sedes Sapientiae em São Paulo de 29 de abril a 27 de maio em 2009.

Graduados de Serviço Social da PUCSP, destacam-se a frequência nas discussões sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e sua nova morfologia, com o Prof. Ricardo Antunes em 2010, e no Seminário Fundamentos do Trabalho e Serviço Social com a Prof^a Marilda Iamamoto em 2011.

A pesquisadora buscou acompanhar os encaminhamentos da organização de trabalhadores no âmbito regional e estadual por meio dos debates no Fórum Paulista de Economia Solidária e na Conferência regional e Conferência estadual da Economia Solidária em São Paulo em 2010. Também visitou programas de geração de trabalho e renda em Teresópolis, no Rio de Janeiro; firmou contatos com projetos de economia solidária da cidade de Guarulhos em São Paulo e com dirigentes de entidades de empresas autogestionárias.

O estagio sanduíche em Portugal oportunizou a participação em eventos como as Jornadas de Trabalho Inclusão Social, Emprego e Desenvolvimento;⁷ o Seminário Relações Sociais e Relação de Gênero no Contexto do Mundo do Trabalho;⁸ o Fórum de Ideias-Socialismo 2010 – Debates para a Alternativa, organizado pelo Bloco de Esquerda;⁹ e realizou visitas aos programas de inclusão pelo trabalho, nos quais manteve contato com assistentes sociais e entidades de economia social daquele país. Essa experiência permitiu também a participação da pesquisadora como palestrante no minicurso Proteção Social e Trabalho do Workshop Desenvolvimento Regional e Local¹⁰ em Évora, Portugal.

Retornando ao Brasil, a pesquisadora, realizou palestras nos minicursos A Crise do Capital e a Centralidade Política da Classe Trabalhadora¹¹ e Desafios Contemporâneos do Serviço Social.¹², além disso, obteve aprovação de comunicação no XIII CBAS (2010) sob o

⁷ Jornadas de Trabalho Inclusão Social, Emprego e Desenvolvimento de 12 a 14 de Outubro de 2010 – Porto. Promoção: Reapn-Rede Europeia Antipobreza.

⁸ Seminário Relações Sociais e Relação de Gênero no Contexto do Mundo do Trabalho. Realizado em 2010, em Coimbra. Organizado pelo Instituto Superior Miguel Torga.

⁹ Fórum de Ideias Socialismo 2010: Debates Para A Alternativa. De 27 a 29 de Agosto. em Braga. Promovido pelo Bloco de Esquerda.

¹⁰ Workshop Desenvolvimento Regional e Local: Resistências e Estratégias – O Desafio da Igualdade de Oportunidades. Dezesesseis de Dezembro de 2010, organizado pela Universidade De Évora/Artenave/Associação de Solidariedade/Animar.

¹¹ Pré-CBAS promovido pelo CRESS/SP em 2010.

¹² No evento de posse da nova diretoria do CRESS-SP, Seccional de Campinas, em 14 de maio de 2011.

título “Contribuição à Análise da Mundialização do Capital e a Questão Social”¹³ e publicou o artigo intitulado “Formação Política da Classe Trabalhadora”¹⁴.

A intenção inicial de investigar os programas de inclusão produtiva no capitalismo contemporâneo foi sendo alterada, na medida em que se aprofundava os estudos sobre o trabalho e, ao mesmo tempo, se envolvia nos debates que abordavam o trabalho no Serviço Social – questões instigantes a respeito da centralidade da categoria trabalho no campo marxista. Essas motivações somadas às discussões a respeito das contradições do modo de produção capitalista e sua forma societária – exemplos da validade das formulações de Marx – entrecruzam-se com a trajetória acadêmica e militante da autora, que definiu como tema desta tese: as concepções de trabalho e a dimensão política do Serviço Social.

São amplos debates que apontam divergências na transição do modelo rígido ao flexível de produção (Harvey, 2008; 2010) e que se expressam nas polêmicas sobre as mudanças do trabalho e as relações de produção na perspectiva da luta de classes. Essa problematização do mundo do trabalho contrastam com a chamada crise da sociedade do trabalho (André Gorz 1991; Clauss Offe 1991; Negri, 1992; Grupo Krisis, 1986¹⁵) que demarca, frequentemente, no campo marxista, a relação do trabalho com a luta política da classe trabalhadora.

A complexa definição de classes sociais está presente na literatura marxista desde as explicações sobre a evolução do capitalismo (Dobb, 1987; Engels, 1985). Esta discussão abrange as Internacionais (Tragtemberg, 1991; Deutscher, 1984) e a diferenciação quantitativa e qualitativa da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2002) no contexto de internacionalização financeira e desregulamentação do trabalho do capitalismo contemporâneo (Chesnais, 1998; Mandel, 1980; Iamamoto, 2007).

As últimas décadas são marcadas por um contexto de crises do capital e por argumentos pós-estruturalistas, da cultura pós-moderna. Por um lado, surgem formulações sobre os novos sujeitos na luta política, – ressaltando os sinais do esgotamento da classe trabalhadora como sujeito revolucionário. E por outro, são levantadas interpretações que

¹³ Em coautoria com o assistente social Vinícius Boim.

¹⁴ *O Social em Questão*, n.25/26, nov. 2011. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia universidade católica do Rio de Janeiro.

¹⁵ *Manifesto contra o Trabalho do Grupo Krisis (coletivo austro-alemão surgido em 1986.)* Publicado nos Cadernos do Labor - nº 2 (Laboratório de Geografia Urbana/Departamento de Geografia/Universidade de São Paulo), 1999. Disponível em: www.obeco.planetaclix.pt. Acesso 31/03/2002.

validam as categorias marxistas (Harvey, 2008; Postone, 2003; Netto, 1996; 2011; Iamamoto, 2011).

Na aparente ausência de uma identidade classista emergem, também, tendências que desvinculam, as relações de produção da sociabilidade humana, entre as quais se destaca o agir comunicativo de Habermas (Montaño e Duriguetto, 2010) em contraste à ontologia do trabalho de Lukács (Antunes, 2009; Frederico, 2005; 1997; 2007). Essas discussões, cada vez mais, exigem reflexões e aprofundamento, tanto no âmbito acadêmico, conforme prevê as diretrizes curriculares do Serviço Social,¹⁶ quanto na prática, referenciada no projeto ético político e na lei de regulamentação da profissão. Nesse sentido, destacam-se, entre os princípios que fundamentam a formação profissional, o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e seu eixo central – o trabalho no processo de reprodução da vida social do *Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social* (ABEPSS, 1996).

Contraditoriamente a essas exigências, configuram-se as mudanças no ensino superior brasileiro: as reformas universitárias, desde 1996¹⁷ sob a influência da lógica neoliberal, que seguem a tendência da mercantilização da educação, do reducionismo neoclássico das ciências sociais e o *perpetual training* da Teoria do Capital Humano¹⁸ (HCT sigla em inglês de *Human Capital Theory*) (Toussaint, 2002; Olssen e O'Neill, 2004).

No âmbito do Serviço Social, confirmam-se os avanços dos debates com relação ao tema trabalho. A pauta adquire maior destaque na década de 1990, com desdobramentos, sobre as formas de trabalho, sobre o tempo de trabalho necessário para a produção, sobre as condições de trabalho, sobre salário e desemprego, entre outros, conforme levantamento da Revista de Serviço Social e Sociedade (Silva, 2009).

A Pesquisa Avaliativa sobre a Implementação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social no Brasil, realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

¹⁶ A proposta construída coletivamente sob a direção da ABEPSS - dasd (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 1996 e homologadas pelo MEC em 2001.

¹⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instaurado pelo decreto 6.096/07. E a regulamentação do ensino à distancia decreto n.5822/05.

¹⁸ Formulada em 1960, a Teoria do Capital Humano trata a educação como investimento e sinônimo de crescimento econômico, portanto, um investimento que possui retorno. sua inspiração original é a economia neoclássica adaptada à doutrina neoliberal, a qual enfatiza a educação como um investimento privado (Olssen; O'Neill, 2004).

Serviço Social 2006/ 2008,¹⁹ incluí entre seus eixos o Trabalho e Serviço Social²⁰ disponibilizando um rico material sobre a realidade dos cursos no território nacional. Em 2010, o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) foi o maior encontro realizado em número de trabalhos enviados, aprovados e publicados²¹, e o tema trabalho foi abordado em 16% das apresentações.

Observou-se, também, que o tema é pautado com relevância, no que tange aos impactos econômicos e políticos sobre as mudanças no mundo do trabalho (Antunes,1995; 2005; 2009). Já existe uma vasta literatura no Serviço Social, particularmente, a partir da compreensão do significado social da profissão (Iamamoto, 2011), que vincula o trabalho como eixo central da formação crítica à vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo (Netto, 2008).

Da mesma forma, destaca-se o esforço das entidades representativas da profissão, em especial a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CEFSS), na organização de atividades que mobilizam os assistentes sociais, no sentido de subsidiar a análise conjuntural, atualizar os debates e estimular a participação nos rumos das políticas públicas do país.

Cabe ressaltar que na Avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, divulgada em 2008, o tema trabalho é “ainda insuficientemente incorporado pela comunidade acadêmica” (Mota. 2008, p.94).²² Verifica-se a tendência de restringir o debate sobre o trabalho, nas questões relativas à caracterização do processo de trabalho do Serviço Social: se ele é trabalho ou não é trabalho, se é trabalho produtivo ou improdutivo (ibidem).

¹⁹ Indica a visão geral das perspectivas adotadas pelos cursos de serviço social, com base nas referidas diretrizes, em 105 unidades de ensino das seis regiões definidas pela ABEPSS: Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sul I, Sul II e Leste. Resultados da pesquisa organizada pelo Grupo de Trabalho (GT) na gestão de duas diretorias da ABEPSS – Ana Elizabete Mota (coordenadora 2005/2006) e Ângela Santana do Amaral (coordenadora 2007/2008) – e sistematizados no *Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social ABEPSS*. Disponível em CD-ROM. Outubro/2008.

²⁰ Os demais eixos da pesquisa são: Fundamentos Histórico e Teórico-Metodológicos, Questão Social, Pesquisa e Prática (ABEPSS, 2008).

²¹ No XII ENPESS, segundo a comissão organizadora, registraram-se 1682 trabalhos enviados; 1293 aprovados; e foram previstas as seguintes apresentações: 913 orais, 162 pôsteres e 32 Mesas Temáticas Coordenadas com o tema Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?

²² Segundo Profª Ana Elizabete Mota, autora do relatório da pesquisa sobre o eixo trabalho (ABEPSS, 2008, p.94).

Na pesquisa que ora se apresenta, não se explora este debate, em que pese seu destaque, observou-se que há uma questão que o precede e sobre a qual, se verifica a carência de produções que respondam à própria categoria trabalho na tradição marxista e suas relações com a dimensão acadêmica e interventiva do Serviço Social.

O ineditismo do tema desta tese se confirma no levantamento realizado na biblioteca digital da PUCSP.²³ Foram encontradas, a partir de 2005, produções de doutoramento sobre trabalho na vida social, entre as quais se destacam: três teses abordando geração de trabalho e economia solidaria relacionados a políticas públicas e quatro teses sobre o processo de formação do assistente social sem relação com o tema trabalho.

Desde as diretrizes curriculares de 1996 (ABEPSS) o trabalho na vida social é um eixo central na formação do Serviço Social. Esta centralidade resulta da trajetória histórica e política da profissão.

Já se sabe que os influxos teóricos desde a origem da profissão caracterizam o sincretismo científico e ideológico belga e norte-americano (Netto, 2008), assim como, a aproximação marxista do Serviço Social resultou do envolvimento individual de militantes que resistiam ao regime militar (Silva, 1991). assim como não foi imune aos influxos do estruturalismo, à renovação do marxismo anti stalinista e às referencias teóricas que se destacam pelo maio francês de 1968.

No processo de intenção de ruptura com o Serviço Social conservador observa-se debates teóricos e propostas de revisões curriculares, com referência a um marxismo revolucionário inspirado no maoísmo e no guevarismo, assim como tendências da linha conciliatória democrática.

Com o rumo dos acontecimentos políticos o Serviço Social retoma as leituras de Lukács e Gramsci e as inclui nas diretrizes curriculares do curso em 1996. Há portanto, nessas diretrizes, certa ênfase na concepção lucasiana de trabalho como protoforma da atividade humana.

No entanto estes autores são acolhidos pela academia despojados do sentido político revolucionário marxista que de certa forma resulta dos influxos de um marxismo acadêmico (Netto, 2011), de um Gramsci domesticado e de um Lukács inconveniente (Frederico, 2007).

Por fatores históricos em particular, no Serviço Social, a ausência desta perspectiva política forja tendências de conceber o trabalho de a Ontologia do Ser Social

²³ Disponível em: <<http://www.pucsp.br>> Acesso em: 08.2011.

numa perspectiva transhistórica e filosófica sendo que o trabalho desvinculado da prática política e Gramsci apartado da economia política.

Sendo assim, faz-se necessário aprofundar os conhecimentos sobre a centralidade do trabalho na vida social no campo marxista e sua relação com a formação crítica do Serviço Social. Nesse mesmo sentido, confirma-se no processo de consolidação do projeto ético-político da profissão a premência de se refletir sobre o trabalho, como ele se articula com os aspectos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da profissão.

Com ênfase ao estudo na historicidade da organização dos trabalhadores na contraposição do capital e do trabalho, que compõe os polos das expressões da questão social, pressupõe-se que a concepção de trabalho no Serviço Social é um indicador da apreensão da realidade na formação acadêmica do assistente social e na consolidação do projeto ético-político profissional. Problematizou-se, assim, a formação profissional, a produção teórica do Serviço Social e a maneira como se expressa a centralidade do trabalho na vida social nas abordagens sobre a intervenção profissional na atual realidade capitalista.

Nesse sentido, formulou-se o problema da investigação: em que medida a concepção de trabalho articula-se com a dimensão política da profissão no capitalismo contemporâneo? Duas questões norteadoras da investigação desdobram-se à luz desse problema: (i) Quais são as concepções de trabalho no campo marxista na formação e na produção de conhecimento do Serviço Social? e (ii) Como se expressam essas concepções com relação à intervenção da profissão na realidade social?

Por conseguinte, definiu-se como objetivo geral da pesquisa examinar as relações entre a apropriação da concepção de trabalho na vida social e a dimensão política da profissão, visando subsidiar os debates da formação e do projeto profissional, bem como avançar na construção do conhecimento crítico e na ação transformadora da realidade no capitalismo contemporâneo.

Para atingir esse objetivo, observou-se os seguintes encaminhamentos: (i) Contextualizar o tema na concepção do valor-trabalho em Marx na historicidade da organização dos trabalhadores; (ii) Examinar as mudanças do trabalho nas crises do modo de produção capitalista; (iii) Identificar as concepções de trabalho e o projeto político nas vertentes do Serviço Social; (iv) Investigar as concepções de trabalho e a dimensão política na formação e na produção do conhecimento no Serviço Social ; (v) Analisar as relações entre a categoria trabalho no Serviço Social, na visão de intelectuais do Serviço Social.

A pesquisa referenciou-se teórica e metodologicamente na perspectiva dialética marxista na apreensão do concreto, do real, em suas múltiplas determinações. Acredita-se,

assim, reduzir o nível de abstração do pensamento para atingir o nível mais concreto das categorias enquanto construções mentais. As categorias em sua duplicidade/unidade dialética, não abandonam formas precedentes no movimento de inclusão de determinações, mas complexificam o concreto. Por isso que, em Marx, não há conceitos fechados e conclusões acabadas, há realidades pensadas. Seu legado permite incluir historicamente determinações concretas da realidade, cada vez mais complexas, para apreendê-las no movimento de suas contradições e multiplicidades, na relação também dialética das particularidades e mediações com a totalidade social.

Nessa ótica, elegeu-se como principais categorias: luta de classes e transformação societária, referenciadas, principalmente, na crítica à economia política do Livro I de *O Capital* (Marx, 1996) e na compreensão da superação histórica do capitalismo presente nos *Grundrisse* (Marx, 2011). Encontrou-se, também, nas argumentações de Rosa Luxemburgo a concepção de democracia e liberdade do projeto societário socialista, no contraste entre as abstrações burguesas e a exploração concreta da classe trabalhadora. Essas noções expressam a luta de classes no dilema socialismo ou barbárie (Luxemburgo in Loureiro. 2009; Lowy. 1975) e a “barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista” (Luxemburgo, 1985, p 400).

Nas relações da sociedade, nas contradições internas de suas determinações econômicas e políticas buscou-se destacar a relação da luta de classes com a questão social (Gomes, 1979) e a apreensão da realidade capitalista nas manifestações que, dialeticamente, evidenciam a provisoriade histórica da forma social do valor (Rubim, 1980). Na relação entre método político e método dialético, evidenciou-se o trabalho e a luta de classes que indicam a transformação societária como possibilidade concreta (Lowy, 1975) e atualizou-se a pesquisa por meio das explicações sobre o enigma do capitalismo (Harvey, 2011) e o conflito interno da produção (La Grassa, 1991; Postone, 2004). Toda essa abordagem sendo realizada na perspectiva estratégica do processo contraditório do desenvolvimento das forças produtivas e na construção do indivíduo social (Marx, 2011).

Com relação às mediações que resultam desse processo, referenciou-se, também na sociabilidade e na liberdade que reafirmam o trabalho na vida social como eixo central da tendência crítica às relações de produção da sociedade moderna e os aspectos teórico-metodológicos do Serviço Social (ABEPSS, 1996). No que se constitui como estado da arte do campo marxista da profissão, referenciou-se em bibliografias que abordam a vertente da intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, relacionado ao exame entre o sincretismo ideológico e as transformações societárias (Netto, 1984; 1989; 1996; 2008; 2011),

assim como sobre o significado social da profissão como marco que consolida o projeto crítico do Serviço Social (Iamamoto. 1984; 2007; 2008).

Optou-se pela pesquisa quanti-qualitativa, combinando-se dados que permitem o acesso a informações para conhecer significados e valores, e diferentes representações dos sujeitos da pesquisa a partir de conteúdos textuais e depoimentos. Por meio da abordagem quantitativa, buscou-se complementar as informações com dados estatísticos e indicadores numéricos para caracterizar as concepções de trabalho e a abordagem política no Serviço Social nas unidades de pesquisa que compõem o universo investigado. A combinação buscou “fundamentar inferências que permitam afirmações consistentes, descobertas de realidades subjacentes e interpretações fidedignas” (Chizotti, 2008, p.131). A tarefa desafiadora de apreensão e análise da realidade com as exigências do rigor científico deu-se pela pesquisa qualitativa e pela complementação estatística. Utilizou-se, também, o exame de documentos e de entrevistas. Ou seja, orientou-se pela interação das técnicas de pesquisas bibliográfica, documental e empírica.

No levantamento bibliográfico, selecionaram-se artigos, teses, dissertações, sites da internet e livros relativos ao tema na área das ciências sociais e do Serviço Social. A pesquisa documental teve por base as diretrizes do curso de Serviço Social da ABEPSS homologadas em 2001. Foram levantados documentos dos encontros nacionais e internacionais de assistentes sociais, a legislação do ensino superior e do Serviço Social, através das fontes: portais da internet das entidades de Serviço Social, publicações e artigos de revistas especializadas da área.

A seleção dos materiais disponíveis em CD-ROM permitiu os mapeamentos das ementas e das apresentações. Trata-se de um universo de 180 disciplinas que se desdobram em 607 ofertas/ementas dos cursos de Serviço Social das 105 unidades de ensino que participaram da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social organizada pela ABEPSS (2008)²⁴ e de 1075 apresentações do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizado em 2010.

Para compor a amostragem da pesquisa, definiu-se como critério o tema trabalho relacionado com abordagens sobre a intervenção profissional. A partir desse critério, selecionaram-se 47 disciplinas reunidas em 13 grupos que se desdobram em 123 ementas, entre as quais se destaca que em algumas unidades de ensino a disciplina Processo de

²⁴ A pesquisa da ABEPSS concluída em 2008 avaliou a implementação das Diretrizes em 105 unidades de ensino de Serviço Social, pela divisão regional adotada pela ABEPSS: Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sul I, Sul II e Leste.

Trabalho se divide em cinco disciplinas diferentes. Além disso, selecionou-se 211 apresentações do XII ENPESS agrupadas por assunto.

Quadro 1: Grupo de disciplinas sobre trabalho e política da pesquisa ABEPSS

Grupos por disciplinas	Ementas /ABEPSS
Classes e Movimentos Sociais (CMS)	5
Desenvolvimento Capitalista e Questão Social (DCQS)	4
Economia Política	23
Filosofia	9
Processo de Trabalho I (PT I)	34
Processo de Trabalho II (PT II)	6
Processo de Trabalho III (PT III)	1
Processo de Trabalho IV (PTIV),	1
Processo de Trabalho V (PTV)	1
Serviço Social e Trabalho(SST)	8
Serviço Social Contemporâneo (SSC)	2
Teoria Política (TP)	12
Trabalho e Sociabilidade (TS)	17
	123

Elaboração da autora

Quadro 2: Grupo de assuntos sobre trabalho e política das apresentações do XII ENPESS

Grupo por assunto	Apresentações/ ENPESS
Acumulação capitalista/Crise do Capital	83
Reestruturação Produtiva/Condições de Trabalho/ Desemprego/	
Categoria Trabalho	3
Trabalho Relações de Gênero e outros grupos sociais/ Economia Solidária/Autogestão/Cooperativismo Trabalho Infantil	52
Estado/Neoliberalismo/Governo/Sociedade/Democracia/Direitos Sociais	32
Movimentos Sociais na Contemporaneidade/Estudantil do Serviço Social/Sindical	26
Políticas Públicas/Geração de Empregos, Trabalho e Renda	6
Classe Trabalhadora	6
Marxismo político /Gramsci	3
	211

Fonte: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - Elaboração da autora

As 123 ementas da pesquisa ABEPSS e as 211 apresentações do ENPESS são os conteúdos da pesquisa, organizados em temas e em dois eixos: Econômico e Político.

Na pesquisa empírica, realizou-se, inicialmente, o levantamento dos dados primários de caráter qualitativo através da observação e visitas *in loco* à Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social em

Brasília, responsável por ações integradas para a geração de trabalho e renda em 2010. Também foram obtidos dados por meio de contatos com assistentes sociais de Portugal à frente de programas sociais relacionados ao trabalho, tais como a iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (bairro Lagarteiro – Porto), programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS – Vila do Conde, 2010) e Plano Nacional de Ação para a Inclusão da União Europeia Governo da República Portuguesa (Fundo Social Europeu – PNAI). Os registros das observações foram gravadas e a participação nos eventos foram sistematizadas em relatórios.

O levantamento bibliográfico, os mapeamentos das ementas/ABEPSS e apresentações/ENPESS, bem como a observação contribuíram para a escolha dos sujeitos da pesquisa empírica. Eles deveriam atender ao critério de ser assistente social e ainda cumprir os seguintes quesitos: (i) profissionais da área ligados à produção de conhecimento do Serviço Social com referência no campo marxista e com discussões sobre o trabalho na vida social; (ii) profissionais com trajetória na direção das entidades representativas da profissão.

As entrevistas foram realizadas durante o ano de 2011, dirigidas aos autores de significativa expressão no Serviço Social que se identificam com o campo marxista: Prof^a Dr^a Marilda Iamamoto e Prof. Dr. José Paulo Netto. Foram entrevistados, também, dirigentes que estiveram a frente das entidades representativas da categoria dos assistentes sociais: a Dr^a Elizabete Borgiani pelo CEFSS e a Prof^a Dra. Elaine Behring pela ABEPSS. Adotou-se a entrevista aberta “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (Minayo, 2009, p.64). As entrevistas foram gravadas, transcritas e devolvidas aos entrevistados para retificações, se fosse o caso. Foi encaminhado para os sujeitos da pesquisa o termo de consentimento livre esclarecido para autorização da utilização dos depoimentos.

Quanto ao perfil dos entrevistados destaca-se que Prof^a Dr^a Marilda Villela Iamamoto foi professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e atualmente, é professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Autora mais citada na bibliografia das ementas analisadas, de suas diversas obras destaca-se em especial o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, em conjunto com Raul de Carvalho. Este, segundo o Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso De Serviço Social, representa “o aporte teórico que permitiu qualificar as particularidades do Serviço Social na sociedade capitalista” (ABEPSS, 2008, p.93).

Prof. Dr. José Paulo Netto foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atualmente contribui com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Entre

obras importantes no campo marxista do Serviço Social, é autor de *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64* (1991) que demarca historicamente as vertentes da profissão e, em conjunto com Braz, *Economia Política: uma introdução Crítica* (2007), na qual a concepção de trabalho em Marx é apresentada no primeiro capítulo.

Prof^a Dr^a Elizabete Borgiani além da trajetória na direção das Entidades representativas da profissão (Conselho Regional de Serviço Social em São Paulo/CRESS-SP e do Conselho Federal de Serviço Social/CFESS), participou da reformulação da lei da regulamentação da profissão em 1990, do código de ética do Assistente Social e da estruturação do conjunto CFESS/CRESS de 1993. Atualmente é assessora editorial da revista *Serviço social e sociedade*, da editora Cortez, desde 1995 e assistente social do Tribunal da Justiça do estado de São Paulo.

Prof^a Dr^o Elaine Behring é professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Escreveu *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos* (2003) e *Política social – fundamentos e história*, em parceria com Boschetti (2006). Foi presidente do CFESS no mandato de 1999-2002 e da ABEPSS no mandato de 2009-2010.

Na análise dos dados, a articulação com a perspectiva teórica adotada e outras leituras sobre o tema permitiram o diálogo com os resultados da pesquisa documental e os depoimentos colhidos nas entrevistas.

Os procedimentos metodológicos, na pesquisa, demonstraram, no seu conjunto, adequação e pertinência que permitiram abordar o tema e reunir elementos para o exame do objeto da pesquisa. Para a construção da análise temática utilizou-se Minayo (2009) quanto à “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Minayo. 2009, p.85).

A organização dos documentos deu-se de acordo com seu conteúdo, que perpassaram os temas que compõem o eixo Econômico, a saber: Tema 1 – Teoria Economia Política (E C P); Tema 2 – Marxismo e Economia Política (E C P); Tema 3 – Correntes da Economia Política (E C P); Tema 4 – Mudanças no Trabalho; Tema 5 – Trabalho e Relações Sociais; Tema 6 – Formas de Trabalho.

No eixo Político reuniu-se os conteúdos nos seguintes temas: Tema 1 – Fundamentos da Teoria Política (TP); Tema 2 – Estado e Sociedade Civil; Tema 3 – Marxismo e Teoria Política (TP); Tema 4 – Correntes da Teoria Política (TP); Tema 5 – Movimentos Sociais; Tema 6 – Mudanças na Política Pública/Trabalho; Tema 7 – Mudanças na luta de classes.

Para a análise dos conteúdos procederam-se diversas leituras para estabelecer as relações entre os eixos, os temas, as concepções de trabalho e as proposições que indicavam

abordagens interventivas e políticas na realidade social. Assim, reuniu-se um “conjunto significativo de palavras que correspondesse a uma ideia” (Chizzotti, 2008, p.118) para o levantamento do sistema categorial. As categorias foram codificadas e condensadas a partir da sua pertinência em relação ao objeto da pesquisa para permitir “a descrição objetiva das características mais relevantes da mensagem” (Chizzotti, 2008, p.113). Nesse sentido, as categorias correspondem à seguintes concepções de trabalho: trabalho elemento fundante do ser social, trabalho elemento de cidadania, trabalho alienado, capital *versus* trabalho, crise da sociedade do trabalho (trabalho/crise) e trabalho como fonte de valor.

Na análise da dimensão política da profissão, o sistema categorial resultou da união dos termos que expressam a conotação interventiva e política da profissão, tais como: a perspectiva de totalidade, emancipação humana e transformação societária, compreender o capitalismo e as relações da sociedade, luta por direitos, luta de classes, movimentos sociais, direção social e política, demandas da política social, compromisso com o projeto ético político do Serviço Social e estratégias da profissão. Essas categorias como unidades de registro dos dados foram submetidas ao tratamento de quantificação e tabulação organizadas e sistematizadas em tabelas nos programas Word e Excel.

Essas tabelas, posteriormente, foram transportadas para o software SPSS (Statistical Packet of Social Sciences). Os resultados do processamento dos dados permitiram a visualização das categorias nos temas e eixos que auxiliaram na análise e interpretação. Os dados coletados na pesquisa documental foram representados em gráficos a partir do sistema categorial, temas e eixos. Pelo nível de detalhamento do material coletado, organizou-se a apresentação dos gráficos que são centrais em relação aos objetivos da pesquisa.

Os dados coletados nas entrevistas, foram organizados a partir da seleção de trechos relacionados com as categorias já referidas no sentido de evidenciar pontos em comum e/ou divergências.

Por fim, a pesquisa empírica em sua abrangência conduziu à construção de duas unidades analíticas que se imbricam: (i) unidade da centralidade do trabalho nas diretrizes curriculares do Serviço Social; e (ii) unidade da relação ou articulação entre a centralidade do trabalho das diretrizes com a dimensão política da profissão.

A tese ora apresentada se estrutura e se encadeia em seis capítulos. O Capítulo I. Valor-Trabalho, Luta de Classes e Transformação Social no Marxismo, aborda a apreensão da duplicidade do trabalho em Marx. Esses aspectos estão relacionados à força de trabalho como mercadoria na forma e conteúdo do valor, bem como à concepção de alienação e às abordagens sobre luta de classes e a dimensão política do marxismo. O Capítulo II. O

Trabalho e a Dimensão Política na Contemporaneidade do Capitalismo trata da unidade entre economia e política e algumas tendências teóricas a respeito das crises econômicas, principalmente nas abordagens contemporâneas face às alterações nos padrões produtivos de acumulação na atualidade, que vêm impactando nas relações de trabalho e na luta de classes.

No capítulo III. A concepção de trabalho e a dimensão política nas vertentes do Serviço Social brasileiro são destacadas as concepções de trabalho do Serviço Social relacionando historicamente com alguns aspectos do contexto econômico e político que resultaram em diferentes dimensões políticas da profissão.

No capítulo IV. As concepções de trabalho e a dimensão política do serviço social nas ementas da pesquisa da ABEPSS e nas apresentações do XII ENPESS trata da exposição de algumas interpretações na perspectiva crítica sobre a formação no Serviço Social a partir do currículo mínimo de 1982 e das Diretrizes Curriculares de 1996.

No capítulo V. As concepções de trabalho na visão de intelectuais marxistas do Serviço Social são apresentadas trechos das entrevistas relacionados com o sistema categorial. O capítulo VI. Análise das concepções de trabalho no Serviço Social e dimensão política da profissão consiste na análise do conjunto de dados na perspectiva marxista. Por fim, apresenta-se as conclusões destacando-se os principais resultados da pesquisa na pertinência teórico-metodológica que orientou a investigação.

CAPÍTULO I – VALOR-TRABALHO, LUTA DE CLASSES E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO MARXISMO

Neste estudo examina-se a relação entre a concepção de trabalho no campo marxista do serviço social e a dimensão política da profissão. Segue, portanto, no presente capítulo, a apresentação de alguns elementos teóricos relacionados à categoria trabalho e à dimensão política do marxismo.

Para articular a categoria trabalho com a política no marxismo, elege-se como principal vetor a centralidade da classe trabalhadora nos debates das Internacionais e seus influxos no movimento comunista da América Latina e do Brasil.

Prioriza-se, ainda neste capítulo, algumas considerações teóricas sobre as categorias luta de classes e transformação societária. Como no marxismo não há jamais movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social, através dessas categorias leva-se em conta também alguns aspectos que perpassam pelas discussões sobre alienação e liberdade, bem como sobre superação histórica do capitalismo.

1. Alguns elementos teóricos da Teoria Valor - Trabalho

A identificação permanente das contradições e tensões de uma sociedade se constitui no exercício do pensamento dialético, sem o qual não há pensamento crítico. Fazer dessa operação o princípio metodológico fundamental de qualquer análise social, alimenta as possibilidades do pensamento crítico (Boron, 2007).

Pela crítica à filosofia e à economia política; Marx compreende não somente a expropriação do operariado, mas também examina o valor - trabalho para explicar a sociabilidade burguesa (Mandel, 1980; Benoit, 2008).

Mandel (2008), ao explicar a transição do jovem Marx da filosofia para a elaboração do materialismo histórico, destaca que os *Manuscritos de 1844* não podem ser considerados uma perspectiva ideológica acabada, e alerta sobre as contradições inerentes a essa transição na combinação da dialética de Hegel e do materialismo de Feuerbach. A racionalidade dialética de Marx sustenta o conflito social, questiona os fundamentos ideológicos do pensamento liberal, segue a lógica de contradição, distingue as idiossincrasias na história de um dado modo de produção (Boron, 2007).

Entre o início de 1844 a 1847, Marx percorre uma trajetória da recusa à aceitação da teoria do valor - trabalho elaborada pela economia política clássica, a qual, como ciência, reproduzia o pensamento burguês (Mandel, 1980).

Opondo-se tanto aos critérios de valor ético-morais, como à teoria do valor-trabalho da escola clássica²⁵, Marx elabora a crítica das leis econômicas limitada às abstrações burguesas. Aperfeiçoa a teoria do valor-trabalho na concepção material e social da mais-valia.

Nessa perspectiva, no conjunto de suas obras, Marx demonstra que o valor-trabalho e o preço (salário) estavam separados um do outro. Descobre, então, que o salário do trabalho não é o que parece ser. O valor-trabalho tomado como preço, ou salário, oculta o valor real da força do trabalho. Contradições entre os preços e o valor comprovam a falsidade do aparente equilíbrio da lei da oferta e da procura e a divergência entre o valor de troca determinada pela quantidade do tempo de trabalho necessário à produção.

Marx, no entanto, reconhece em Ricardo²⁶ algum sentido coerente com a realidade mercantil, e mais, revela nas determinações históricas e econômicas a naturalização das desigualdades sociais no pensamento dos economistas burgueses (Mandel, 1980).

Para os liberais clássicos o valor mercadoria definia-se pela quantidade do tempo de trabalho na produção. Na teoria valor-trabalho de Marx (1996), o que há de comum na relação de troca ou valor de troca da mercadoria é o valor-trabalho socialmente e historicamente determinado. Assim, a grandeza do valor da mercadoria não poderia ser medida somente pela quantidade de trabalho nela contida.

A mercadoria na forma fetichizada oculta tanto a exploração do trabalho nas relações de produção como as formas de dominação social. O valor trabalho é revelado por Marx na objetividade das mercadorias enquanto valores mercantis, que, ao mesmo tempo, abstraem os trabalhos particulares como trabalho humano indiferenciado na produção do valor.

Assim, o trabalho como substância natural imediata, em Marx (1996), converte-se em trabalho abstrato, substância social abstrata do valor. A determinação natural dos economistas clássicos, adquire a forma de determinação social. E mais ainda, Marx ao examinar uma determinada forma social histórica, particularmente a sociedade burguesa, explica o valor-trabalho contido na mercadoria tanto na esfera da circulação quanto na esfera da produção.

²⁵ Marx admite a lei da oferta e da demanda apenas à superfície dos fenômenos econômicos e rejeita a explicação psicologista dessa lei, classificando-a como teoria subjetiva do valor (Gorender, 1996).

²⁶ David Ricardo (1772-1823), representante da economia política burguesa clássica e autor de *Princípios da economia política e tributação*.

Na sociedade burguesa o trabalho não é somente fonte de valor, mas é, principalmente, fonte de mais-valia. Na concepção de trabalho em Marx (1996), portanto, se faz necessário apreender as contradições da duplicidade do trabalho (concreto e abstrato).

1.1. A duplicidade do trabalho concreto/abstrato e força de trabalho como mercadoria

O processo histórico e social do modo de produção capitalista converte trabalhos concretos em trabalho abstrato. Esse contraste compreende uma unidade eminentemente dialética (Mandel, 1980).

Na relação de troca ou no valor de troca da mercadoria, desaparecem tanto o caráter útil dos produtos do trabalho como as diferentes formas concretas desses trabalhos, “*que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato*” (Marx, 1996, p.168).

Para Marx, o *quantum* de trabalho como substância constituidora do valor explica o porquê da mercadoria possuir valor, pois nela está objetivado o trabalho abstrato, o dispêndio da força de trabalho dos trabalhos humanos que no capitalismo se tornam indiferenciados para ser trocado como mercadoria por dinheiro²⁷ (Marx, 1996).

No processo de valorização (transformação do dinheiro em capital), Marx evidencia a coerção do capital sobre o trabalho, desvenda a sustentação desse modo de produção, pelo valor fetichizado que, como algo externo, parece fornecer ao capital o poder autômato de controle e dominação das relações sociais, assim como, aparenta que é a tecnologia que gera valor no contraste entre o tempo de trabalho socialmente necessário e o trabalho excedente.

No entanto, para encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução do valor, o desenvolvimento das forças produtivas, as condições técnicas e sociais, modificam o processo de trabalho.

²⁷ Se nas formas sociais anteriores a riqueza se expressava na mercadoria como dinheiro, na sociedade burguesa o dinheiro como mercadoria representa a riqueza (MARX, 1996). A forma natural do dinheiro em Marx adquire a forma equivalente socialmente válida, como mercadoria-dinheiro resultante das relações sociais exerce a função social de expressar universalmente valores e encarna o trabalho social como equivalente geral. O dinheiro, como qualquer mercadoria, na esfera da circulação e sua transformação em capital na esfera da produção fetichiza as relações sociais de produção.

Através da mais-valia relativa²⁸ que aumenta na razão direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho e, ao mesmo tempo, diminui o valor das mercadorias se explicita a “tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador” (Marx, 1996, p.435).

Para Marx, a força de trabalho é ao mesmo tempo uma mercadoria geral e uma mercadoria especial, pois seu valor é determinado pelo *quantum* dos meios de subsistência para sua produção e para a sua reprodução. É uma mercadoria, que fornece crédito para o capitalista, porque só é paga após seu consumo por seu comprador, cujo preço está fixado contratualmente, “*como o preço do aluguel de uma casa*” (Marx, 1996, p.292).

Marx define *força de trabalho* ou *capacidade de trabalho* como o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de uma pessoa, colocadas em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie (Marx, 1996).

No processo simples de trabalho, a força de trabalho é o próprio trabalho. Em seus elementos simples e concretos na relação entre o homem e a natureza, orienta-se com uma finalidade de produzir valores de uso e satisfazer as necessidades humanas no consumo produtivo como processo de formação de valor (ibidem).

No entanto, no modo de produção capitalista o trabalho como mercadoria se particulariza enquanto valor de uso específico pelo capitalista, pois se trata de uma mercadoria que é “*fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem*” (ibidem, p.311).

Por um lado, a generalização do trabalho concreto, sustenta a troca de mercadorias, por outro, a mercadoria força de trabalho, comparada e trocada por dinheiro, reproduz-se por preços abaixo de seu valor real.

A força de trabalho como mercadoria se distingue das demais, é uma mercadoria especialíssima, por gerar valor, mais valor do que concretamente necessita para reproduzir-se. Por ser fonte de mais-valia, essa mercadoria especial equipara-se a uma pressuposta capacidade de se reproduzir pelos bens de consumo que adquire depois e só depois da troca, no trabalho assalariado.

O trabalhador depende da venda de sua força de trabalho, para reproduzir seu único patrimônio, estabelecendo relações, aparentemente iguais e naturais na compra e venda da

²⁸ No prolongamento da jornada de trabalho, a extração da mais-valia produzida Marx, 1996) denomina de mais-valia absoluta; à mudança na proporção entre tempo de trabalho socialmente necessário e o aumento de trabalho excedente da jornada de trabalho Marx, 1996) chama de mais-valia relativa.

força de trabalho. No capitalismo, o processo de trabalho é o consumo da força de trabalho pelo capitalista, o trabalho não pertence ao trabalhador e, sim, ao capitalista, que controla seu uso para evitar desperdícios da mercadoria que comprou (ibidem).

O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais valia: “*ocorre fora do mercado ou da esfera de circulação, local oculto da produção*” (ibidem, p.293). É na esfera da produção que se revela que o valor da força de trabalho, como mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção. Dirá Marx (ibidem, p.313) que “*até certo ponto da jornada de trabalho, o desempenho da força de trabalho é substituído por um novo equivalente, como um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização*”.

Na particularidade do trabalho útil e no processo simples de formação de valor em seu aspecto quantitativo, a força de trabalho conta somente na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário. Ou seja, o processo de trabalho produz valor no tempo necessário para a produção dos valores de uso; assim a força de trabalho é despendida de forma útil e os fatores materiais são adotados para uma finalidade.

O capitalista compra no mercado força de trabalho de qualidade normal, o trabalho que compra não se distingue qualitativamente; seja qual for sua natureza, está sempre presente no trabalho geral/abstrato sua capacidade de criar valor e de ser medida enquanto dispêndio de energia humana. Para o capitalista não interessa gerar somente valor equivalente para a produção e reprodução da própria mercadoria que comprou, interessa a porção de trabalho adicional com a qual gera mais-valia. Essa parcela “*resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho*” (ibidem, p.315).

Nas origens da mais-valia revela-se a exploração do trabalhador pelo capital, o valor da mercadoria força de trabalho é diferente do seu preço no mercado, a troca de trabalho por dinheiro é proporcional ao tempo de trabalho socialmente necessário. Em Marx, o valor de uma mercadoria e o seu preço de mercado são propriedades distintas. O valor é o trabalho social produzido no processo de valorização; o preço de mercado é a quantidade de dinheiro pela qual a mercadoria é trocada: o salário.

O capitalista não investe seu capital para pagar salários, tampouco para produzir mercadorias como um fim em si. Ao adquirir força de trabalho no mercado, ao capitalista (proprietário de dinheiro) interessa produzir mais-valia e aumentar a taxa de lucro. Essa,

diferentemente, é determinada pela relação entre capital variável e capital fixo,²⁹ que se expressa na composição orgânica do capital (ibidem).

A taxa de mais-valia, a taxa de lucro e a composição orgânica do capital passam por alterações, principalmente pela concorrência que impõe mudanças.

Para o capitalista a tecnologia contribui para diminuir o tempo de trabalho necessário e aumentar a taxa de mais valia e a taxa de lucro, obtendo vantagens na concorrência do mercado, assim como a concorrência entre os próprios trabalhadores na imposição do exército industrial de reserva, força a diminuição do preço da força de trabalho ampliando mais ainda a taxa de lucro.

A força de trabalho, como mercadoria, para o operário, não tem valor de uso a não ser quando é vendida. Por isso, ao trabalhador interessa o seu valor de troca. Para o capitalista, a força de trabalho como mercadoria não tem valor de troca, lhe interessa, portanto, o valor de uso, que irá se expressar no valor das mercadorias e na produção da mais-valia.

Na compra e venda da força de trabalho, os possuidores de dinheiro e os possuidores da força de trabalho, como homens aparentemente livres e iguais, trocam suas mercadorias naturalizando a exploração do trabalho nas relações de produção, ocultando a contradição entre o conteúdo e a forma do valor – trabalho.

1.2. Forma e conteúdo do valor trabalho

As leis do mercado e a magnitude do trabalho não bastam para compreender a sociedade burguesa. Por isso Marx separa o valor de troca do valor e acrescenta a forma social no próprio valor³⁰.

O trabalho como *conteúdo* é tratado por Marx de maneira relativamente trans-histórica, que pode ser organizado numa economia patriarcal, feudal, mercantil e até mesmo numa economia socialista. No entanto, o trabalho como forma decorre das modificações

²⁹ O capital fixo, a máquina e a tecnologia não criam valor e mais-valia por si só. É preciso trabalho vivo para movimentá-las.

³⁰ Os poucos economistas que, como S. Bailey se ocuparam com a análise da forma de valor não podiam chegar a nenhum resultado, primeiro porque confundem forma de valor e valor, segundo porque eles, sob a influência crua do burguês prático, de início, consideram exclusivamente a determinação quantitativa. (Marx, 1996, p.178 n 97)

provocadas pelas relações de produção, assim, no modo de produção capitalista o trabalho adquire forma social (Rubin, 1980).

Se por um lado o conteúdo do trabalho altera a forma do valor, também, e ao mesmo tempo, a forma social do valor muda o conteúdo do trabalho. Marx (ibidem), no exame da mercadoria, articula a *substância e a forma do valor* com base tanto na contabilidade social como na intercambiabilidade dos produtos através do valor de troca como expressão social I (Rubin, 1980).

Para entender o valor de troca, Marx (1996) formulou um sistema completo de valor. A troca se estabelece na relação de valor entre duas mercadorias. No entanto, há alterações na proporção da troca dos produtos do trabalho, e essas alterações não revelam a quantidade de trabalho exigida na produção de cada produto.

O valor, como unidade (conteúdo e forma), compreende em si a forma social, desprende-se do seu conteúdo, restando-lhe a forma de valor social. São as relações sociais da sociedade burguesa, que se fundamentam no valor, determinam e ao mesmo tempo são determinadas pelo valor, daí a importância da forma e conteúdo do valor e, por conseguinte, do trabalho em suas determinações históricas e sociais.

A forma social do valor inclui dois momentos distintos em um único e mesmo processo, forma valor (*Wertform*), valor idealizado/subjetivo no momento da produção e o valor de troca (*Tauschwert*), valor concretizado/realizado (objetivo) na intercambiabilidade (*Form der Austauschbarkeit*), na circulação das mercadorias (Rubin, 1980).

O valor da mercadoria estabelecido socialmente já está presente desde o momento da produção, por isso pouco importa o seu conteúdo (seu valor subjetivo de uso, utilidade) desde que o produto se realize, seja vendido por um preço,³¹ ou seja, trocado pelo equivalente geral, o dinheiro.

As condições materiais de produção distinguem-se historicamente e, é no modo de produção capitalista que “as relações sociais de produção entre pessoas dependem das condições materiais de produção e da distribuição dos meios técnicos de produção entre os diferentes grupos sociais” (ibidem, p.43).

A explicação natural/abstrata do valor – trabalho da economia clássica em Marx converte-se em exploração concreta, pela extração do valor não pago ao trabalhador e, pela

³¹ “Preço outra coisa não é senão a expressão em dinheiro do valor [...] Na medida em que é apenas a expressão em dinheiro do valor, o preço foi denominado preço natural, por Adam Smith, e *prix nécessaire*, pelos fisiocratas franceses.” (Marx, 1996, p.96)

crítica, associa o caráter social-revolucionário da sua teoria sobre o valor-trabalho, ao papel-chave da classe operária na construção de uma nova sociedade.³²

2. Dimensão política do marxismo

Neste estudo, a ênfase na dimensão política não significa tomar o tema de maneira independente e atomizada. Ao contrário, busca apreender as contradições entre a valorização do capital, seus mecanismos de dominação e as formas de resistência.

A unidade da luta econômica e da luta política fornece o sentido dessa dimensão no marxismo que articula a centralidade política da classe trabalhadora com a práxis como ação transformadora na luta de classes.

No projeto de construção de uma sociedade socialista apreende-se que “no marxismo nenhum aspecto ou dimensão da realidade social pode teorizar-se à margem ou com independência da totalidade na qual aquele se constitui” (Boron, 2006, p.177).

As explicações da extração de trabalho excedente em contraste com o trabalho necessário se traduzem em classes antagônicas, a burguesia e o proletariado, na negação histórica desse conflito na alternativa revolucionária e socialista enquanto superação capitalista.

Há, portanto, no transcorrer do Livro I, revelações que Marx acrescenta através da apreensão das determinações objetivas que compõem o conjunto de contradições históricas do modo de produção capitalista, as quais culminam na inferência sobre o fim do capitalismo, ou seja, o momento em que os expropriadores serão expropriados.

Dessa maneira, a totalidade, o movimento e a contradição das relações sociais de produção são apreendidos também na possibilidade da negação da negação desse modo de produção historicamente determinado e, ao mesmo tempo, transitório.

As abordagens da complexa dimensão política do marxismo, frequentemente têm deixado um pouco de lado os principais marcos teóricos e práticos que perpassam também pela fundamental compreensão do significado político da luta de classes e transformação social.

³² Nas Conferências proferidas em 1847-1848, Marx divulga suas descobertas ao movimento operário publicadas em folheto sob o título de *Trabalho Assalariado e Capital* (Mandel, 1980).

O legado das interpretações marxistas sobre os sinais de esgotamento desse modo de produção permite apreender a diferença entre reforma e revolução em suas mediações táticas e estratégicas³³.

Na trajetória das Internacionais identifica-se as diferentes táticas que historicamente apontavam para a direção política do proletariado³⁴, bem como registram-se os embates e a aplicação prática do programa mínimo ou do programa máximo e das tarefas revolucionárias.

As teses sobre revolução democrática-burguesa ou revolução socialista e as deliberações das Internacionais determinavam a prática política dos Partidos Comunistas e sua orientação junto ao movimento operário, assim como definiam e redefiniam o papel da classe trabalhadora na política de alianças.

Em que pese as particularidades dos contextos em que se deram esses debates, elas não diminuem seu mérito histórico ou sua validade analítica. Ao contrário, contribuem para elucidar o jogo das contradições teóricas e metodológicas da aplicação prática do materialismo histórico que denotam os movimentos e contradições internas da própria classe trabalhadora e da tradição marxista.

Esta perspectiva implica, ao mesmo tempo, na construção do projeto estratégico socialista com divergências de interpretações táticas que impedem tratar o marxismo como uma doutrina acabada ou como um único pensamento.

Desse modo, se leva em conta nas Internacionais, suas diferentes correntes, cisões e tendências que compõe sua história. Assim como a heterogeneidade da classe operária nas organizações marxistas e as respectivas deliberações quanto sua posição e alianças que fundamentam os debates teóricos e a prática política.

A partir do vetor da centralidade política da classe trabalhadora se estabelece a relação entre valor trabalho e a dimensão política enquanto expressão prática do marxismo na luta de classes forjada nas contradições internas do capital e do trabalho.

³³ Cf. Moraes (2007) os termos: tática e estratégia segue a tendência de transpor as categorias da arte militar para a política. São noções relativas, dependem das relações que estabelecem entre meios e fins, no entanto, é importante apreender as conexões entre tática e estratégia como um processo entre fins e meios para compreender o movimento da ação política. Lenin adota o termo estratégia em 1921, sendo articulados ao programa socialista na reciprocidade e unidade dialética dos meios e dos fins que se expressa na síntese prática da linha política do partido. Para Stalin estratégia se ocupa dos objetivos mais essenciais e tática dos menos essenciais, dessa forma, a concepção de Stalin estabelece muito mais uma relação entre a parte e o todo do que a reciprocidade da concepção leninista.

³⁴ As configurações históricas de revolução democrática burguesa e ditadura do proletariado, entrecruzam com as polêmicas sobre a centralidade política da classe trabalhadora, o apoio do campesinato e/ou o apoio das frações burguesas.

Desse modo, se destaca na AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores ou I Internacional) a divergência entre anarquistas e marxistas, na II Internacional a crítica de Rosa Luxemburgo ao reformismo de Bernstein, na III Internacional ou Internacional Comunista, os giros táticos do marxismo – leninismo³⁵ e a oposição stalinista da IV Internacional.

Destacam-se também os rebatimentos dessas organizações na perspectiva multiescalar, ou seja, alguns elementos sobre a centralidade política da classe trabalhadora, os debates sobre as táticas e a estratégia socialista sob os influxos das Internacionais no continente latino americano e no âmbito local do movimento comunista brasileiro.

2.1 Alterações teóricas e históricas na centralidade da classe trabalhadora

Desde o *Manifesto comunista* (1848), Marx e Engels enfatizam a necessária luta política no modo de produção capitalista, que dividiu a sociedade em duas classes: uma que detêm os meios de produção e se esforça em manter e conservar seus privilégios, e outra que é revolucionária, cuja condição de existência se torna cada vez mais insuportável.

Da contribuição à Liga dos Justos³⁶ (a qual passa a se chamar Liga dos Comunistas), até a Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em Londres em 28 de Setembro de 1864, a estratégia e as táticas propostas na AIT expressam a relação entre os estudos econômicos e a militância de Marx. (Mandel, 1980).

Na trajetória dessa organização, o ambiente político foi se tornando tenso principalmente entre a corrente anarquista³⁷ e a corrente marxista na divergência dos debates táticos sobre a transição do capitalismo para o socialismo.

Essa divergência não colocava em questão a centralidade política da classe trabalhadora conforme a Mensagem Inaugural da Associação, que propunha às massas

³⁵ A formula marxismo-leninismo surge no final da década de 1920 após a segunda guerra passou a designar o corpus teórico doutrinário de Stalin. Para maiores detalhes sobre a denominação marxismo-leninismo, ver Moraes, José Quartin de. 2007.

³⁶ Em 1843, denominada como Liga dos Proscritos ou Liga dos banidos.

³⁷ O movimento anarquista, portanto, não é um bloco homogêneo. Há no seu interior diferenças em no mínimo três correntes: o coletivismo, o anarcocomunismo e o anarcossindicalismo, as quais mesmo se referenciam no federalismo de Proudhon, e variam com relação à propriedade e organização de associações dos trabalhadores. Essas se traduzem no mutualismo (Proudhon) ou na propriedade de instituições coletivistas (Bakunin). Os anarcocomunistas se referenciam em Thomas More. O anarcossindicalismo enfatiza o sindicato revolucionário e a greve geral como instrumento e forma de luta e meios de construção da sociedade livre (Woodcock, 1962).

operárias tomar o poder político, fundar um Partido proletário independente e ter o compromisso de reunir as classes operárias de diferentes países.

A dissolução da AIT em 1876 não se reduz às divergências entre Marx e anarquistas. Existiram, segundo Tragtenberg (1986), razões sócio-políticas mais profundas que demarcaram suas crises. Portanto, o mérito da AIT foi o internacionalismo proletário e a “vinculação da luta pela libertação da classe trabalhadora da exploração econômica e da opressão política como sinônimo da libertação da humanidade”. (Tragtenberg. 1986, p.24),

Nas formulações da II Internacional fundada em 1889, quando os debates marxistas concentram-se na Alemanha, a referência política passa a ser o modelo do Partido Social Democrata Alemão - SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*). Por sua vez as referências teóricas são Kautsky e Plekhanov,³⁸ como interpretações alemã e russa que deram origem ao marxismo ortodoxo. A orientação da II Internacional aos partidos comunistas intencionava fornecer à luta operária insumos teóricos voltados à luta de classes e às tarefas de transição socialista.

As divergências entre o revisionismo e Rosa Luxemburgo, no SPD debatiam na II Internacional e ficaram conhecidos como *Bernstein-Debatte*,³⁹ demarcando interpretações distintas da centralidade política da classe trabalhadora como resultado da contradição capital/ trabalho, enquanto classe dirigente dos meios de transição socialista.

A concepção revisionista na qual o socialismo comparecia como simples evocação ética, revelava, sob os argumentos de Luxemburgo (1970), que os meios de transição defendida por Bernstein não passavam de meios de adaptação ao capitalismo, concepções moralistas abstratas e oportunistas na adaptação do discurso às circunstâncias.

Na II Internacional, a classe operária reúne as condições objetivas e subjetivas do projeto societário socialista e por isso lhe que cabe a tarefa de superação histórica da exploração de classe, não simplesmente como um ideal, mas pela compreensão concreta das contradições que geram a desigualdade econômica e política, e ao mesmo tempo, negam as abstrações burguesas.

³⁸ O marxismo ortodoxo pautava-se pelas condições de produção que, uma vez amadurecidas, conduziram às condições subjetivas revolucionárias, demarcado pelo dogmatismo das *leis de bronze* da história de Plekhanov e pelo *mecanicismo gradual* de Kautsky (Lowy, 1975; 1998).

³⁹ *Bernstein-Debatte* foram artigos de Edouard Bernstein na revista *Die Neue Zeit*, entre 1896 e 1898. Eles foram publicados no livro *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie (As premissas do socialismo e as tarefas da socialdemocracia)*, em 1899, e traduzido para o inglês em 1909, sob o título *Evolutionary Socialism*. Em português, esse livro foi publicado sob o título de *Socialismo Evolucionário*, pela editora Zahar (1964). Os artigos de Rosa Luxemburg no diário *Leipziger Volkszeitung* foram reunidos sob o título *Reforma ou Revolução?. Reforma, revisionismo e oportunismo*, escrito em 1899 em Berlim, teve publicação no Brasil pela editora Laemmert em 1970.

Além do revisionismo, o marxismo ortodoxo se traduzia no gradualismo revolucionário e na luta parlamentar, desta forma a centralidade política e revolucionária da classe trabalhadora era substituída pelas cúpulas partidárias⁴⁰ responsáveis em garantir o espaço privilegiado de representação da classe trabalhadora pelas “reformas parciais e a conquista de direitos sociais como sua finalidade”, (Tragtenberg, 1986, p.27).

Em 4 de agosto de 1914, o parlamento alemão (*Reichstag*), com representantes do SPD, vota por unanimidade a favor de recursos financeiros para a primeira guerra imperialista.

A partir de 1914, a II Internacional passa para a história como a Internacional Socialista, chamada por Lênin de Internacional de Direita. Ela foi a organização internacional revolucionária que capitulou ao nacionalismo conservador e entregou a vida de milhares de trabalhadores aos mandos do imperialismo.

Revelou-se para o movimento operário, a ortodoxia marxista e a influência reformista dos meios democráticos, bem como a prática oportunista. Confirma-se historicamente a conversão dos meios de adaptação ao capitalismo, defendidos por representantes revisionistas da socialdemocracia alemã.

Esse episódio provoca o rompimento de Lênin, Luxemburgo e Trotsky em 1914 com a II Internacional. Em que pesem as divergências, esses teóricos e militantes, conhecidos como segunda geração de marxistas, preservava a unidade entre teoria e prática, na relação de dirigentes partidários do movimento operário, preocupados em explicar, teórica e politicamente, com referência no materialismo histórico dialético, as mudanças objetivas que resultavam do capital monopolista e do imperialismo, articuladas à luta do proletariado e à organização partidária.

O triunfo da revolução russa e a derrota da revolução alemã⁴¹ transferem o eixo dos debates teóricos e encaminhamentos práticos de orientação marxista para a Rússia, com a fundação da III Internacional ou Internacional Comunista, em 1919, na qual a referência passa a ser o Partido Operário Socialdemocrata Russo.⁴²

⁴⁰ Sobre as discussões a respeito da organização partidária da época da II Internacional, ver Di Fiori, Gecira. A Formação política da Classe Trabalhadora.2011.

⁴¹ A contrarrevolução, promovida pelos próprios socialdemocratas do SDP no poder, resulta na repressão e no assassinato de Rosa Luxemburgo e seu companheiro de partido, Karl Liebknecht, semanas depois da fundação do KPD, sendo Ebert eleito presidente da República em 11 de fevereiro de 1919.

⁴² No contexto da II Internacional, funda-se o POSDR - Partido Operário Socialdemocrata Russo - o qual, desde a sua fundação, em 1903, com divergências entre as frações bolchevique (maioria), da qual Lenin e Plekhnov eram as principais referências, e menchevique (minoria), com Axelrod e Martov.

Construída na realidade revolucionária do socialismo soviético, a III Internacional fornece elementos concretos aos debates teóricos que Marx e Engels já haviam pautado na I Internacional e Rosa Luxemburgo na II Internacional.

Nas atividades da Internacional Comunista, a centralidade política da classe trabalhadora na construção do governo operário, servia de modelo para a luta de classes. Deliberavam-se também as tarefas de transição do capitalismo ao socialismo dos Partidos comunistas do mundo inteiro. As táticas revolucionárias se tornavam impasses da dimensão política marxista, divergindo entre as formas revolucionárias democrático-burguesas ou revolução socialista.

Com o stalinismo⁴³ inicia-se um processo de desvinculação da unidade revolucionária entre teoria e prática, limitando interpretações que se reivindicavam marxistas voltadas aos interesses da URSS.

As teorias de Stalin da revolução por etapas e do socialismo em um só país ganhava adeptos e sustentava a perspectiva de stalinização do movimento operário na qual os partidos comunistas se subordinavam às exigências táticas para fortalecer o socialismo soviético.

As questões internas da URSS, pareciam se opor à centralidade política da classe trabalhadora e às orientações iniciais da III Internacional. Na stalinização dos PCs, as deliberações não se pautavam por uma avaliação da luta de classes e sim pelos interesses das suas relações diplomáticas, que particularmente se registra no caso da China, que serviu de modelo para orientação aos chamados países coloniais ou semicoloniais.⁴⁴

A burocratização do Partido Comunista Russo (seguindo a lógica do socialismo em um só país), os processos de Moscou⁴⁵ e os acordos de Paz durante a II Guerra Mundial comprometem as atividades da III Internacional, dissolvida em 1943. No entanto, foi mantido o Cominform (Sigla do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários), criado em 1947, o qual passa a coordenar os partidos comunistas sob orientação soviética, sendo dissolvido em 1956, três anos depois da morte de Stalin.

No processo histórico, a URSS deixa de ser referência como o país mais avançado intelectualmente no campo marxista e da política revolucionária socialista (Amadeo, 2006).

⁴³ Desde dezembro de 1922, quando Lenin deixou de participar das reuniões da Internacional, a facção formada pelo o triunvirato de Stalin, Zinoviev e Kamanev, passou a dirigir a IC (Deutscher, 1994, p.88).

⁴⁴ Segundo Bukharin, existiam três tipos de países: aqueles de capitalismo *muito desenvolvido*, aqueles com um desenvolvimento capitalista *médio*, como a Iugoslávia e a Romênia e os *coloniais e semicoloniais* (Antunes, 1995).

⁴⁵ Entre 1936 e 1938, o regime stalinista julga e condena à morte seus opositores e fuzila ex membros do Comitê Central do PC Russo, com exceção de Trotsky, deportado em 1929 (Tragtenberg, 1991).

Os giros táticos⁴⁶ e a censura soviética, contribuem para compreender o afastamento majoritário do campo marxista europeu, tanto da discussão econômica como da prática política.

No longo período do stalinismo que se estende desde 1924 até as denúncias de Krushev, no Partido Comunista da URSS, em 1956, as críticas e as adesões à gestão soviética constituem-se como cisões políticas socialistas que dividem pensadores marxistas em suas diferentes formulações, e ao mesmo tempo, forjam divisões internas nos partidos comunistas, que em boa medida relacionam divergências políticas com elaborações teóricas do marxismo ocidental⁴⁷.

As teses de revolução permanente e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky que ao mesmo tempo fundamentavam as discussões da IV Internacional fundada em 1938 “para os seguidores de Stalin e Bukarin se transformara num tabu que inspirava horror” (Deutscher, 1984, p.446),

Para os trotskistas e o programa político da Quarta Internacional, a tarefa estratégica não consiste em uma reforma do capitalismo, mas na sua derrubada.

Várias tendências formam-se no interior da IV Internacional e influenciam o movimento comunista da América Latina e organizam-se em sessões que estão presentes nos partidos e nas correntes sindicais.

Suas resoluções aprovadas pelos congressos mundiais, a cada dois anos, circulam o mundo inteiro. A IV Internacional se referência no modelo organizativo da Terceira Internacional, anterior ao stalinismo, na defesa de um partido mundial da revolução proletária, com a tarefa revolucionária e socialista que articula suas táticas à revolução permanente conectados à estratégia socialista.

Na IV Internacional a concepção teórica referencia-se em Marx, Engels, Rosa Luxemburgo e principalmente em Trotsky, seu articulador político. A perseguição stalinista que culminou no seu assassinato em 1940, não impediu a continuidade dos debates e deliberações desta Internacional, que busca preservar o legado marxista para o movimento operário como principal referência teórico prática de luta socialista.

⁴⁶ Os giros táticos que orientavam os partidos comunistas, e se alternam de moderadas à ultraesquerdistas para, posteriormente, entre 1936 e 1939, construir governos no estilo de Frente Popular que se instalam em diversos países com apoio dos PCs.

⁴⁷ O marxismo ocidental não é consenso enquanto definição de uma tradição marxista integrada. No entanto, são muito mais comuns, entre as tantas caracterizações do marxismo, opiniões que convergem e identificam o marxismo ocidental como campo teórico pela ausência de análises sociopolíticas concretas, assim como pela incidência das influências do Instituto de Frankfurt da Alemanha e do estruturalismo francês (Anderson.2004).

Por medidas que justificavam as políticas internas e externas da URSS, o comunismo internacionalista abandonava a noção dialética de transição socialista e da centralidade política da classe trabalhadora e, assim, do stalinismo decorre a “degradação do pensamento marxista na América latina que duraria várias décadas” (Lowy, 1994, p.26).

As bifurcações das tendências marxistas que se originam do eurocentrismo e do excepcionalismo⁴⁸ (Lowy. 1994), não são menos difusas e complexas na América Latina. Após a dissolução do Cominform, em 1956, e o triunfo da revolução cubana, em 1959, as correntes marxistas desse continente divergem por distintas concepções táticas.

No geral, o movimento revolucionário latino americano se divide entre as tendências que se referenciavam na URSS, adotavam as Frentes Populares⁴⁹, alianças com setores da classe burguesa e organizações marxistas que adotavam a luta armada como tática revolucionária, entre as quais se destacam as organizações castristas/guevaristas, maoístas e trotskistas.

A corrente castrista/guevarista referencia-se na revolução cubana de 1959, dirigida por Fidel Castro e Che Guevara, resgatando os princípios que conduziram a revolução de El Salvador, em 1932.⁵⁰ A influência de Ernesto Che Guevara (1928-67) pautava temas como a ética comunista no processo revolucionário, o caráter ininterrupto da revolução, a mobilização camponesa e o apoio dos proletários.⁵¹

Os maoístas seguem a inspiração da República Popular da China, de 1949, e da Revolução Cultural de maio de 1966, sob a direção de Mao Tse Tung. Tanto as organizações castristas como as maoístas adotam a centralidade partidária e a guerrilha rural como tática privilegiada.

⁴⁸ O eurocentrismo era uma adaptação mecânica para a América Latina da evolução histórica da Europa ao longo do século XX, tendo inspiração stalinista, reproduzindo a defesa da revolução por etapas, democrática e antifeudal. No excepcionalismo, as interpretações marxistas evidenciavam a especificidade da América Latina, essencialmente agrária, contrariando a vocação revolucionária da classe trabalhadora dos moldes europeus (Lowy. 1994).

⁴⁹ As Frentes populares, como tática privilegiada, demonstravam para alguns comunistas a ampliação dos Partidos e a prevenção de insurreições que frequentemente eram derrotadas pela repressão do Estado burguês. Para outros, a Frente Popular convertia-se em equívoco político, na medida em que retirava a iniciativa revolucionária das massas operárias e a centralidade política da classe trabalhadora e, pelas alianças com as frações burguesas, impedia as transformações necessárias na estrutura da propriedade e da exploração de classes (Waiss apud Lowy. 1994, p.30).

⁵⁰ A revolução de El Salvador como organização revolucionária independente não se referenciava nas teorias stalinistas. Ela posicionava-se contra a dominação imperialista e a burguesia local, defendendo a revolução armada de massas que, em 1932, foi duramente reprimida com 20 mil mortes, fato conhecido como *La Matanza* (Lowy. 1994).

⁵¹ A ala castrista participa da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) cujo congresso aconteceu na cidade de Havana, em 1967, reunindo militantes comunistas latino-americanos.

Os trotskistas que se orientam pela IV Internacional, preservam as referências teóricas originais do materialismo histórico dialético e as tarefas transitórias revolucionárias com a centralidade do trabalho e da classe trabalhadora.

As guerrilhas na América central⁵² caracterizavam-se por incursões rurais de grupos eminentemente urbanos e pouca base no movimento operário. Elas criaram seus próprios fundamentos e adotam o marxismo como referência na fusão do anti-imperialismo com a rebelião popular (Lowy, 1994).

Essas revoluções passaram por forte repressão dos regimes militares, tanto no envolvimento da esquerda cristã, como na tática de frentes revolucionárias anti-imperialistas.

Os marxistas cristãos, por sua vez, não se estabelecem como uma ala autônoma nos movimentos de libertação nacional. Na fusão do valor científico do marxismo como análise da sociedade e a oposição ética à injustiça capitalista, eles se identificam com a defesa da causa dos oprimidos e com as formulações do socialismo, com referências na Teologia da Libertação interpretada por Gustavo Gutierrez⁵³ (Lowy, 1975; 1994).

No Brasil, a condição de submissão ao imperialismo determinava as relações de produção, o grau de industrialização e de exploração da força de trabalho do país. Nesse sentido, interessava para a III Internacional os rumos econômicos e políticos brasileiros, uma vez que o imperialismo se traduzia no capitalismo como sistema universal (Lênin, 2008).⁵⁴

A centralidade política da classe trabalhadora e seu papel dirigente a ser ocupado na política de alianças, seguia a deliberação da III Internacional para os países colonizados e de capitalismo atrasado.

O Partido Comunista do Brasil - PCB insere-se no movimento internacional no contexto da bolchevização do movimento comunista da década de 1920. Outro processo que influenciou o PCB foi o de stalinização dos PCs, no qual são empregados métodos de controle e censura nos diferentes Partidos Comunistas nacionais, (Antunes, 1995; Moraes, 2007).

⁵² A Frente Sandinista de Libertação Nacional, criada em 1961, dirigiu a revolução nicaraguense que insurgiu em julho de 1979 e se assemelhava às táticas da revolução cubana: armamento do povo, reforma agrária e luta anti-imperialista. A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional dirigiu a revolução salvadorenha, em 1980. A União Revolucionária Nacional Guatemalteca organizou sua revolução em 1985.

⁵³ Esse autor referenciava-se no marxismo de Goldmann enquanto *fé revolucionária* e pela rejeição ao individualismo da ideologia moderna da sociedade burguesa nas expressões da fé e esperança e nas suas lutas de libertação dos pobres, indígenas, classes populares como sujeito transindividual enquanto sujeito ativo e criador da própria história (Lowy, 1995).

⁵⁴ Para Lênin (2008), o Imperialismo expressava o saque e a partilha da riqueza socialmente produzida entre três potências (América, Inglaterra, Japão, que subjuguem os países à condição colonial de “estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países avançados” e, por fim, concluía que o imperialismo é a *véspera da revolução social do proletariado* (Lênin, 2008, p.10-14).

A stalinização dos PCs produziu um período de crise orgânica e cisões no Partido Comunista Brasileiro - PCB, que conduziu a proletarização do partido⁵⁵, bem como orientações táticas que resultam em aliança com os rebeldes militares e com a burguesia progressista, na composição da Aliança Nacional Libertadora – ANL.⁵⁶

Nos anos 1950, o PCB na legalidade⁵⁷, concorre às eleições ao congresso nacional. Com expressiva votação, elege um senador e 14 deputados federais (Montaño e Duriguetto, 2001). Após a crise orgânica de 1956,⁵⁸ o PCB segue adotando a linha de frente nacionalista e democrática.

Em 1958, na Declaração de Março, refere-se à luta de classes na etapa do desenvolvimento econômico político brasileiro e orienta a militância para a defesa dos interesses do proletariado que corresponde aos interesses de todo o povo, mais como evocação de princípios na articulação de amplas alianças e apoio ao governo desenvolvimentista.

O giro tático do PCB a partir de 1958 combina as atividades do movimento operário com sua política para a juventude, na tarefa de desenvolver atividades junto às massas populares, colocando novos temas para a militância, entre eles, a inserção do partido em atividades culturais. O Comitê de Cultura do PCB aglutinava estudantes, intelectuais e artistas na articulação entre cultura e política (Silva, 1991). São nestas atividades que são difundidas as ideias lukacsiana em sua crítica literária recém chegada ao Brasil (Frederico, 2007).

Após 1959, o impacto da revolução cubana no Brasil, os influxos da Revolução Chinesa, as divergências com as orientações da extinta III Internacional dividem o movimento comunista brasileiro, que a partir de 1962 se organiza em dois partidos: o PCB (Partido Comunista do Brasil), que passa a se registrar como Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, sob a sigla PCdoB, formado pelo grupo dissidente que reclama para si a

⁵⁵ Sob orientação do Comintern (tática de classe contra classe), a crise orgânica do PCB em 1932 resulta da proletarização do partido na expulsão de intelectuais das suas fileiras, conforme o entendimento da época, para dar conta da aproximação comunista ao movimento operário.

⁵⁶ Em 1935, quando as orientações no VII Congresso da Internacional Comunista mudam para Frente Popular, no Brasil o movimento comunista já participava da Aliança Nacional Libertadora (ANL), contando com o apoio da III Internacional para se contrapor ao pagamento da dívida externa e ao fascismo da Ação Integralista brasileira. O movimento defendia também a reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras. A ANL foi aniquilada pela repressão de Vargas, (Lowy. 1998; Montaño & Duriguetto. 2001, Del Roio, 2007).

⁵⁷ Durante o governo do presidente militar Gaspar Dutra (31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951), foi promulgada a Constituição de 1946, que devolveu a democracia ao país, depois do Estado Novo de Getúlio Vargas. O período também marca o alinhamento do Brasil aos EUA na Guerra Fria.

⁵⁸ Acontecimentos no ano de 1956 (XX congresso do PCUS e invasão da Hungria por tropas soviéticas) dividem o movimento comunista.

direção da continuidade do movimento comunista no país com referência no comunismo chinês⁵⁹.

Os encaminhamentos políticos que se seguem respondem à resistência e enfrentamento à repressão direta e indireta no período do regime militar no Brasil, iniciado em abril de 1964.

No geral, o movimento comunista brasileiro, no contexto do regime militar, mesmo tendo em comum a referência marxista, divide-se pelas diferentes interpretações e aplicação prática, em duas tendências de resistência à ditadura: na luta armada das organizações guerrilheiras⁶⁰ e na defesa democrática do PCB pela formação de frentes com diversos setores de classe que contestavam a ditadura militar.

Os comunistas que se referenciavam na URSS defendiam a via pacífica e a conciliação de classes institucionalizada na Frente Popular. As organizações da ala castrista/guevarista caracterizavam-se pela interpretação marxista do voluntarismo revolucionário, político e ético, bem como rejeitavam alianças com setores burgueses⁶¹.

A corrente maoísta do Partido Comunista do Brasil (PCdo B), em 1962, faz a crítica à URSS, mas não rompe com as teorias stalinistas, seguindo as orientações do *Livro Vermelho* de Mao e, posteriormente, amplia sua base com militantes da Ação Popular.⁶²

Os trotskistas opositores históricos do stalinismo aliavam-se aos guevaristas e referenciavam-se, no geral, nas teorias da revolução permanente e do desenvolvimento desigual e combinado, como principais referências que contrastavam com a doutrina soviética de revolução por etapas.

Cabe registrar que nesse período também rebatiam no movimento comunista brasileiro os impactos de acontecimentos externos que fortaleciam as organizações com referência no maoísmo: a revolução cultural chinesa (1966-1969) e o maio francês, em 1968,

⁵⁹ Sobre as divergências que deram origem ao PC do B ver Reis 2007.

⁶⁰ Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de 1968, formada pela dissidência do POLOP (Política Operária). Em 1969, a VPR e o Colina (Comando de Libertação Nacional) formam a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) e o MR-8 (Movimento revolucionário 8 de outubro) (Silva, 1991; Barão, 2007).

⁶¹ Ação Libertadora Nacional, dirigida por Carlos Mariguella; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, dirigido por Carlos Lamarca. Esses movimentos caracterizavam-se por incursões rurais, de grupos eminentemente urbanos, com apoio dos setores da intelectualidade e estudantes e pouca base no movimento operário, todos foram dissolvidos pela repressão do regime militar.

⁶² Organização do movimento católico, fundada em 1962, que reúne militantes estudantis da JUC (Juventude Universitária Católica) e agremiações da esquerda católica que fundam a Ação Popular (AP) e mais tarde irão aderir ao maoísmo (Reis 2007)

assim como o guevarismo, após a morte de Che Guevara, em 1967. Ao mesmo tempo, elas aumentavam as críticas à repressão soviética aos países do bloco socialista.

O importante a se reter aqui são as táticas guerrilheiras do guevarismo e do maoísmo que se assemelham na prioridade de armar o campesinato e, também, no convencimento não necessariamente fundamentado em interpretações teóricas, mas sim na expressão da vontade popular que se materializava na prática guerrilheira. A conjuntura não determinava a ação. Ao contrário, era o foco guerrilheiro que desencadeava os atos revolucionários.

No maoísmo e no guevarismo brasileiros, o proletariado como sujeito revolucionário comparecia na função de apoio à guerrilha rural e ao voluntarismo das massas. Nessa perspectiva, a construção da sociedade socialista não cumpriria etapas. Ela poderia ser instaurada sem necessariamente passar pela revolução democrático-burguesa.

O maoísmo declina e desaparece nos anos de 1970, abandonado pelo próprio PC do B. As derrotas e a dura repressão retira da ordem do dia do movimento de esquerda adepto à luta armada, a revolução violenta para a tomada de poder (Reis, 2007).

As derrotas das guerrilhas, o fim da guerra fria e a dissolução da URSS, conduziram as organizações marxistas aos acordos de paz em troca de garantias democráticas e de atividade pública institucional compondo uma conjuntura favorável aos consensos e à defesa da centralidade democrática na construção do socialismo.

No campo teórico marxista a adesão à Lukás pelos comunistas, ao mesmo tempo em que se diferenciava do marxismo-leninismo codificado por Stalin, fazia o contraponto com as teorias vinculadas ao irracionalismo. Assim como a versão marxista do formalismo estruturalista de Althusser, pós-68 foi sendo substituída pela interpretação antistalinista de Gramsci (Frederico, 2007).

Ainda referenciando-se em Gramsci, para apreender as particularidades da formação econômica e social brasileira com evidente inspiração lukacsiana, intelectuais marxistas ao adotarem o conceito de via prussiana⁶³ dedicam-se à luta pela democracia politizando o discurso apartado da economia política (Frederico, 2007).

A centralidade política e revolucionária da classe trabalhadora e os influxos internacionais nas versões táticas de Frente Única, de Frente Popular e de luta armada deixaram marcas na combatividade de esquerda. Essas diferenças táticas demarcam a trajetória histórica da luta de classes na peculiaridade brasileira e confirmam historicamente o caráter revolucionário da teoria valor trabalho de Marx.

⁶³ “Uma forma de modernização social, feita de cima para baixo através da conciliação das elites e da exclusão das massas nas decisões sociais e políticas” (Frederico, 2007, p.207-8)

O valor trabalho e a mais-valia são as expressões materiais da luta de classes na manifestação concreta da exploração dos proletários pelos capitalistas. São portanto, a expressão das relações eminentemente políticas. Desta forma a teoria revolucionária de Marx, assentada nas determinações concretas e materiais da produção do valor, relacionam a luta de classes com a transformação da sociedade capitalista como um processo real, e não como simples operação lógico-teórica.

Não é por acaso que Marx articula as formulações das categorias econômicas com o *Manifesto comunista*, na indicação eminentemente política da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora, com destaque no final do capítulo XXIV de *O Capital*: "todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe revolucionária" (Marx, 1996, p.381, n.776).⁶⁴

Assim, entende-se que a centralidade política da classe trabalhadora no marxismo é revolucionária, sendo que a luta de classes e a apreensão de suas determinações econômicas e políticas na lógica dialética explicitam as contradições e as mediações de um processo histórico transitório.

No encaminhamento da discussão sobre a superação do capitalismo e transformação societária que finaliza este capítulo, entre tantas mediações que se forjam no processo de luta entre as classes, destaca-se a concepção marxista de alienação em contraste com a concepção de liberdade.

2.2 Luta de classes, alienação e liberdade

Na trajetória do pensamento de Marx, as elaborações teóricas e a militância política são indissociáveis da sua concepção de trabalho e de suas descobertas sobre a mais valia (Mandel, 1980).

Se logo no início do Livro I de *O capital* a imensa coleção de mercadorias já aparece enquanto riqueza socialmente produzida, no final, pelo percurso teórico-metodológico de Marx, o modo de produção capitalista se manifesta como uma imensa coleção de contradições, sendo a luta de classes sua contradição fundamental, embutida em cada mercadoria (Benoit, 1996).

⁶⁴ São reconhecidos também como esboços significativos para a teoria do comunismo o posfácio da 2ª edição alemã do Livro I de *O capital*, com esclarecimentos de caráter metodológico, em 1873, bem como a redação de glosas marginais para *Crítica do Programa de Gotha*, em 1875, e o *Anti-During*, escrito por Engels.

O capital não pode crescer sem desenvolver também e ao mesmo tempo classes antagônicas. A teoria social de Marx é um dos instrumentos que contribui para a superação da concorrência interna da própria classe que se constitui enquanto classe para si mesma. Na luta contra os capitalistas o objetivo estratégico é abolir o assalariamento e construir outra sociedade com base na apropriação coletiva dos meios de produção e na associação livre dos produtores.

Teoricamente, o problema se refere à desigualdade econômica. O salário deveria representar o valor das mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho.

Historicamente, o problema se refere à formação, tanto de uma classe social, que por seu estado de despojamento dos meios de produção, é obrigada a vender sua força de trabalho ao preço de mercado, quanto de outra classe que se apropria desses meios e explora a força de trabalho alheia.

A economia burguesa com base na teoria do valor-trabalho de Marx, aperfeiçoada pela teoria da mais-valia, contrasta a concepção de troca igual com a troca desigual, que se expressam como determinações concretas da contradição entre o trabalho e o capital, assim como determinações sociais entre capitalistas e proletários.

A teoria social de Marx, em especial, as explicações sobre a exploração do trabalho proletário, assume seu caráter programático como um instrumento revolucionário, evidenciando a sua crítica ao trabalho bem como, da forma social que o valor adquire na sociabilidade burguesa.

A possibilidade histórica da negação da apropriação privada da riqueza geral, opõe-se às perspectivas deterministas com relação às concepções de alienação ou reificação da classe trabalhadora. Essas tendências de conceber a alienação, mesmo no campo marxista, ora se apresentam sob a forma trágica, numa essência humana pré-concebida, ora como uma pedagogia de vanguarda, as quais carecem de objetividade e frequentemente remetem à impossibilidade de pensar formas de consciência oposicionista nessa sociedade.

Na perspectiva marxista a *alienação* como conceito teórico, também contribui no entendimento das formas atuais de dominação, especialmente sobre a massificação crescente dos aspectos culturais (mídia e comunicação) e dos aspectos psicológicos (insatisfação e infelicidade) que o capitalismo impõe aos modos de vida.(La Grassa, 1991).

A divisão do trabalho capitalista resultou na eliminação completa da liberdade. A liberdade, em Marx, reside na possibilidade concreta da classe trabalhadora, não necessária e determinadamente alienada, tampouco predestinada à exploração capitalista.

Quando Marx examina as determinações econômicas e políticas da sociedade burguesa, ele passa a tratar da liberdade, no movimento real do proletariado, como emancipação da classe. O pensamento de Marx irá transitar do comunismo filosófico ao comunismo proletário, diferenciando a contradição necessidade/liberdade entre a classe trabalhadora e o homem genérico presente nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, de 1844 (Mandel, 1980).

Desde sua tese⁶⁵ sobre Demócrito e Epicuro,⁶⁶ Marx demonstra a recusa de qualquer determinismo e causalidade, aderindo à liberdade, à autonomia da matéria em relação à natureza (ética epicuréia). Isso não significa sua adoção da filosofia epicurista como um todo (Oliveira, s/d).

Mandel (1980) trata a interpretação filosófica e especulativa de Marx sobre alienação como uma contradição dos *Manuscritos* de 1844 e afirma que Marx não se apegava a essa explicação em suas obras posteriores.

A concepção de alienação de Marx inicialmente contrapõe-se à ideia de emancipação humana, que tem por pressupostos o dinheiro e a propriedade privada. Marx descobre o trabalho, o proletário enquanto encarnação dessa humanidade alienada. Posteriormente, ao examinar a produção da riqueza geral industrial, sua concepção de alienação se altera no contexto da divisão e antagonismo de classes.

Desse modo, não mais trata a alienação como socialmente injusta ou imoral. Para ele, se revela a possibilidade histórica da libertação da classe proletária. Assim, Marx leva em conta a possibilidade do proletariado se converter em sujeito histórico e autor de sua autoemancipação enquanto emancipação da humanidade inteira.

Para Mandel (1980), a combinação da crítica ao conceito filosófico de alienação (de Hegel, Schelling e Feuerbach) e a crítica à teoria do valor trabalho dos economistas liberais clássicos resultam na descoberta do papel revolucionário do proletariado, que se expressa tanto pela negação do valor quanto pela superação revolucionária e histórica de uma sociedade fundada no valor.

⁶⁵ Oliveira. Renato Almeida Considerações acerca da liberdade e da ética na tese “A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro” de Karl Marx. (s/d) disponível em acesso 30/11/2010

⁶⁶ A tese de doutoramento intitulada *Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*, apresentada em 1841 na Universidade de Iena. Nesse estudo, Marx contrasta as ideias de ambos os filósofos. (Oliveira, s/d). Para Demócrito, o que rege a realidade é a necessidade no movimento determinado dos átomos. Para Epicuro, o que rege a realidade é a liberdade, não existindo determinismo que reja o mundo. O acaso e a declinação fundamental (*clinamen*) demonstram a autonomia da matéria em relação à natureza. (Jepphagnon, 1973, p.45).

Essa superação articula-se a certo grau de desenvolvimento das forças produtivas e de certas condições indispensáveis para o desenvolvimento do indivíduo social. Assim, a partir das obras econômicas de Marx se encontra a noção precisa de comunismo resultado da transformação societária que supera/nega a propriedade privada, a divisão do trabalho e o trabalho alienado.

Ao estabelecer a relação entre valor e trabalho alienado, a ideia abstrata do homem autocriado pelo trabalho, Marx opõe a superação dialética da necessidade-trabalho à luta do proletariado.

Nesse sentido, em suas elaborações teóricas Marx supera tanto Hegel, que restringe a liberdade espiritual como privilégio, assim como a antropologia naturalista de Feuerbach, cuja concepção de homem no sentido genérico é a de um homem sofredor e passivo. (Mandel, 1980),

Para Marx, o homem como ser prático e social se constitui, se transforma e se realiza no trabalho. Historicamente no capitalismo o trabalho alienado converte a realização do sujeito no seu contrário, no sentido de empobrecimento e não enriquecimento do espírito (consciência). Assim, as elaborações de Marx, na crítica consequente ao fetichismo no capitalismo⁶⁷, avançam até tratar a alienação na perspectiva classista. (Mandel, 1980; Rubin, 1980).

Marx rejeita ainda as representações de estabilidade e ordem que se oponham à liberdade, tanto da *Filosofia* (necessidade-liberdade), da ciência (determinismo-liberdade) como da *Religião* (fatalidade-liberdade), não se detendo aos fundamentos historicistas de contingência-liberdade.

Por isso o trabalho alienado na sociedade burguesa, ao mesmo tempo é compreendido no sentido de acaso-liberdade,⁶⁸ o qual Marx se refere à anarquia do modo de produção capitalista,⁶⁹ que contrasta com o equilíbrio abstrato dos economistas burgueses (Gorender, 1996; Oliveira, s/d).

⁶⁷ O fetichismo é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social, que se encontra na formulação de O Capital: mercadoria livro I e formula trinitária (valor, dinheiro, capital) Livro III (Marx apud Rubin 1980)

⁶⁸ A liberdade em Marx evidencia seus estudos sobre o *clinamen* de Epicuro - *Paranklisis* em grego e *clinamen* em latim, declinação do átomo no vácuo. Os átomos se agregam e formam durante um certo tempo corpos, que desagregam-se a fim de constituírem outros corpos, também, por sua vez, efêmeros (Oliveira, s/d; Jerphagnon. 1973)

⁶⁹ A anarquia de mercado não se confunde com o anarquismo político do movimento operário. Marx reconhece que a produção capitalista se submete à lei do valor na tendência à queda de lucros, e na ausência de qualquer controle na concorrência de mercado (Gorender, 1996, p 31).

Desse modo as condições que geram a alienação, também forjam a possibilidade nessa mesma sociedade de superação dessa condição pela própria classe trabalhadora (Mandel, 1980).

Há, portanto, mediações nesse processo, Lukács (1989) em seu estudo sobre a consciência de classe, ou a consciência revolucionária, leva em conta as organizações do movimento operário que permitem ultrapassar a alienação individual para uma consciência de reivindicação. Nessas mediações forjam-se a coerência e unidade das ações coletivas e revolucionárias dos trabalhadores, nos seus diversos movimentos de contestação à ordem do capital.

Em *História e consciência de classe* Lukács centra-se na defesa do partido político como *objetivação da vontade das massas revolucionárias*, “embora ainda não inteiramente clara para elas próprias, é a *forma visível e organizada da sua consciência de classe*” (Lukács.1974, p 57).

Na ontologia do ser social, Lukács explica o processo de reprodução na consciência pelas formas de objetividade, tais reproduções na sua origem são determinadas pelo trabalho, pelas finalidades de reprodução social da vida, que fundamentam o caráter ontológico do desenvolvimento social, enquanto um processo de intercâmbio entre o homem e a natureza.

Desse modo, há, portanto, que se distinguir o caráter natural do trabalho e as formas sociais que o trabalho adquire ao se tornar historicamente mais complexo, bem como, a reciprocidade dialética entre a posição teleológica e objetiva do fim e das escolhas dos meios que constituem o ser social.

Em que pesem as diferenças históricas e os contrastes qualitativos com relação ao objeto do trabalho, que convertem essa atividade humana na sua negação/alienação pelo processo de valorização do capital, é do processo de trabalho que derivam geneticamente a posição teleológica. Daí ser o trabalho, como práxis social, para Lukács não somente alienação, mas também, e ao mesmo tempo, liberdade. Por isso, em Lukács o trabalho pode ser entendido como modelo de toda liberdade.

Nessa perspectiva, a concepção do ser social de Lukács trata o problema da liberdade em sua gênese ontológica e distancia-se da concepção idealista à medida que se refere à expressão da liberdade humana e das escolhas concretas como possibilidades do desenvolvimento social. Entretanto, a liberdade é um ato de consciência, que expressa as alternativas tanto de transformação da realidade, quanto de preservação das coisas como estão.

As alternativas de transformação e/ou preservação da realidade, são decisões que se estabelecem no interior do complexo social concreto. Por isso, a liberdade não é mera abstração-geral. Ao contrário, tais escolhas representam, ao mesmo tempo, ações que operam objetividades e forças tanto naturais, como sociais.

Já para Rosa Luxemburgo, a revolução, só poderia ser obra das próprias massas, nunca de grupos armados, nem de vanguardas intelectuais, e que, portanto, só na luta as tarefas se tornam nítidas, objetivas e, ao mesmo tempo, subjetivas⁷⁰.(Luxemburg apud Löwy,2009)

A organização do proletariado com consciência de classe não emerge de uma concepção apriorista, inata ou mecânica, a formação política da classe trabalhadora para Rosa Luxemburgo é ação, que articula, portanto, a unidade dialética das relações econômicas e políticas, como uma práxis revolucionária, forjada na luta de classes e na contradição do capital e do trabalho (ibdem).

Assim como Marx inverte a filosofia de Hegel⁷¹, Rosa Luxemburgo inverte a concepção de partido de Lênin. Desse modo, para Rosa, não é o Partido que forja o movimento operário, e sim ao contrário, são as massas operárias que forjam suas organizações (partidárias e sindicais).

Para Boron (2007), a teoria da alienação como uma das descobertas fundamentais em Marx se relaciona à concepção negativa da política, a partir da identificação da existência de instituições que expressam a reprodução da dominação de classe nas relações sociais enquanto mecanismos do Estado burguês, que contribuem para ocultar a exploração do trabalho assalariado e assim conservar ou preservar o modo de produção e a sua forma social capitalista.

Nesse sentido, são essas instituições que expressam as restrições e impedem a liberdade. No entanto, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas explicitam a contradição dessa dominação de classes pela desigualdade econômica e política nas relações sociais, a perspectiva marxista da sociedade futura se traduz na negação da opressão de classes e da exploração classista, desde que não se converta em renovadas formas de desigualdades e/ou opressão social (Boron, 2007).

⁷⁰ Cf. Loureiro, 2009, Rosa na polêmica com Lênin, expõe os argumentos de que a consciência de classe é muito mais produto da ação revolucionária que do trabalho do partido. Além disso, também confirmariam na prática que a trama da história é simultaneamente tecida por elementos econômicos e políticos, objetivos e subjetivos, conscientes e inconscientes.

⁷¹ Cf. Jacob Gorender (1996) na apresentação do volume de KARL MARX na coleção Os Economistas afirma que para Marx não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado (Gorender. J. 1996, p. 12)

Referenciando-se nas obras econômicas ou nas obras mais recentes de Marx, Postone (2003) afirma a centralidade da noção de alienação, reformulada por sua análise do caráter específico do valor trabalho no capitalismo.

Na interpretação desse autor, a concepção de alienação, à luz das categorias econômicas de Marx, revela que a propriedade privada não é a causa social, mas a consequência do trabalho alienado. Desse modo, há em Marx uma crítica do trabalho no capitalismo que não se limita à abolição da propriedade privada, pois inclui também uma transformação radical do trabalho.

A crítica do trabalho no capitalismo, a compreensão das tendências de negação da dominação burguesa enquanto expressões da consciência de contraposição socialmente constituídas, por um lado, rompem com a concepção do capitalismo como um todo homogêneo e, por outro, admitem as contradições em suas formas sociais, sejam elas vinculadas à economia, como valor e mercadorias, assim como expressões políticas, que extrapolam as divisões tradicionais de classes sociais no capitalismo contemporâneo.

Postone (2003) propõe aprofundar a crítica às formas abstratas⁷² de dominação social. Nessa perspectiva, a alienação é entendida como uma forma contraditória estabelecida histórica e socialmente, com ênfase na negatividade das estruturas que dominam o todo social.

O movimento de superação desse modo de produção, por conseguinte, leva em conta a transformação e abolição dessas estruturas de coerção social, na sua objetividade abstrata enraizada e, em última instância, no trabalho alienado.

Para Postone (2003), Marx não contrapõe trabalho *versus* liberdade, mas sim trabalho alienado *versus* trabalho não alienado. Neste sentido, a própria superação da alienação é um processo contraditório e histórico, desta mesma sociedade que explora e domina as relações sociais.

O trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e as demonstrações históricas da existência da consciência crítica e de contraposição explicitam o processo dialético do próprio capitalismo, no qual a apreensão das capacidades e dos conhecimentos sociais engendram a possibilidade de sua superação.

⁷² Para Postone (2003) as formas de dominação social e exploração, se expressam nas categorias: mercadoria e capital, que se manifestam nos mecanismos de controle social enquanto estruturas abstratas e ao mesmo tempo concretas das relações de produção. As restrições impostas por essas estruturas às decisões políticas se opõem aos resultados de um desenvolvimento das formas de prática social, que historicamente demonstram o relativo determinismo, admitindo as possibilidades não-lineares e de radical transformação dessas práticas como processos socialmente constituídos.

2.3 A transformação societária - superação histórica do capitalismo

Nos esboços econômicos (*Grundrisse*) Marx (2011) demonstra que no modo de produção capitalista o progresso aparece sob a forma de uma enorme contradição: quanto maior a produção de riqueza, menor a exigência de trabalho humano.

Isso significa a redução do tempo de trabalho necessário levada ao máximo, para o aumento das taxas de mais-valia e, ao mesmo tempo, a negação do tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza (Marx, 2011). Desse modo, a extração da mais-valia da massa operária deixa de ser fonte da riqueza geral e o não trabalho de uma pequena minoria deixa de ser a condição da acumulação de capital.

Essa contradição, na interpretação de Marx, anuncia o desmoronamento da produção capitalista, e de toda produção que não seja orientada diretamente para a satisfação das necessidades humanas e para o desenvolvimento universal dos indivíduos.

No entanto, o capitalismo, em suas contradições de expansão e limitação, não é autosuperável. “O capitalismo *prepara* a possibilidade de sua própria negação, mas não a realiza, evoluindo automaticamente para algo diferente” (Postone, 2003, p.21).

O desenvolvimento das forças produtivas, enquanto processo na perspectiva do próprio Marx (2011), não se converte em uma formação social mais desenvolvida que mecanicamente liberta os trabalhadores da exploração de classe, “[...] mas que a própria massa dos trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente” (Marx, 2011, p.590).

Para Marx (2011) o desenvolvimento das condições materiais deve ser apropriado pela classe trabalhadora, especialmente quando essas condições atingem certo nível de riqueza socialmente produzida.

A crítica de Marx também leva em conta a possibilidade de transformação societária pela prática política da classe operária vinculada ao controle consciente e planejado de trabalhadores livremente associados, no qual o avanço tecnológico das forças produtivas converte-se em um dos meios da transformação histórica.

A apropriação da riqueza e do trabalho excedente pelas massas trabalhadoras não se reduz à simples expropriação da propriedade privada e à distribuição igualitária do produto do trabalho. Marx (ibidem) sugere a socialização das forças produtivas (tecnologia e ciência) resultantes do trabalho humano, que por razões históricas são desenvolvidas, e ao mesmo tempo, barradas no capitalismo.

A interpretação de Marx (ibidem) sobre capitalismo e sua inferência sobre a provisoriedade histórica de produzir riqueza baseado no roubo do trabalho alheio e na redução

do tempo de trabalho como medida do valor significa que a produção capitalista avançada poderia ser transformada. Essa transformação se expressa, não somente como um processo que se desenvolve e cria suas próprias barreiras, mas também como um modo de produção que ao mesmo tempo, impulsiona as forças produtivas e o conhecimento da humanidade (Postone, 2003)

Há, portanto, um duplo processo na produção de valor fundada na exploração do trabalho da classe proletária, por um lado o trabalho alienado, socialmente fragmentado nas particularidades da vida diária e, por outro, o trabalho que forja o crescimento do conhecimento e que na unidade e centralidade política da classe explorada pode viabilizar a apropriação das massas trabalhadoras do seu trabalho excedente.

A invenção dos instrumentos técnicos e as instituições de dominação política para conter a desvalorização do valor, são criações humanas. No entanto, o próprio desenvolvimento das forças produtivas gera a contradição de que os processos de trabalho e de valorização do capital, cada vez mais exigem a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e capacidades para a apreensão dos resultados da produção. Dessa maneira, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da técnica, resultado da criação e conhecimento humanos desde que socializados, liberta os homens do trabalho.

Por isso, Marx não defende a simples conservação, nem a destruição daquilo que foi historicamente constituído no capitalismo. Ele defende uma forma social constituída por trabalhadores livres nas escolhas coletivas do que vai ser mantido e o que vai ser destruído (ibidem).

Daí ser a produção e a reprodução material da vida características da luta política da classe trabalhadora no projeto estratégico da transformação societária que requer a abolição da forma de produção capitalista.

A provisoriedade capitalista explicita-se pelas contradições econômicas e políticas forjadas por esse modo de produção e pela construção do projeto estratégico socialista, pois, conforme Luxemburgo (2009) “A dialética histórica move-se precisamente por meio de contradições, e para cada necessidade no mundo estabelece também o seu contrário” (Luxemburgo in Loureiro, 2009, p.94).

Nesta perspectiva a rebelião da classe trabalhadora forja-se da necessidade histórica de dominação da classe burguesa, assim como “o capital é uma necessidade histórica, mas também o é o seu coveiro” (idem)

A ligação entre a economia e a política significa também apreender as determinações contraditórias do valor e do trabalho que molda e é moldado pela luta de classes forjada

historicamente na própria sociedade capitalista e inscreve nela mesma a possibilidade real da sua superação (Lowy, 1975).

O aumento da quantidade de valores de uso, contraditoriamente, diminui a grandeza de valor produzida, gerando conflitos, não somente da relação capital/trabalho, mas também na contradição interna do próprio trabalho. Esses conflitos se expressam nas crises econômicas por pressões negativas sobre a taxa de lucro, pela elevação da composição orgânica do capital, que ao mesmo tempo nega sua única fonte de valor, ou seja, o trabalho vivo.

Tais crises explicitam ainda ausência de controle do mercado e da concorrência capitalista como elementos inerentes à lei da acumulação capitalista⁷³ de Marx, na qual as explicações demonstram que para criar valor, o pretense equilíbrio capitalista gera o não equilíbrio. Assim, a acumulação de capital está muito mais propensa a um desequilíbrio orgânico, às crises e à provisoriedade histórica do que um modo de produção permanente e eterno.

A tendência do capitalismo é acumular contradições, tensões e riscos, para a produção do valor e para a circulação do capital, adotam-se mecanismos que garantam essa dinâmica. Na sobrevivência desse modo de produção “a continuidade do fluxo deve ser mantida em todos os momentos, que se identifica no reposicionamento perpétuo de uma barreira às custas de outra” (Harvey, 2011, p 98).

No contexto de crise, os antagonismos de classe polarizam-se: por um lado os interesses dos capitalistas que se pautam na insaciável valorização do capital, e na intensificação da exploração do trabalho e, por outro, os interesses da classe trabalhadora, cujo fim é se libertar dessa exploração.

Essas discussões permeiam a luta de classes desde a AIT, perpassando pelas posições demarcadas nos debates travados por Rosa Luxemburgo e os marxistas legais, no início do século XX⁷⁴, bem como justificavam os giros táticos da III Internacional e a oposição às teorias stalinistas.

⁷³ Por um lado, a capacidade produtiva do capital constante (máquinas e novas tecnologias), se colocadas em toda sua capacidade em movimento, diminui o preço das mercadorias. Por outro lado, o desenvolvimento produtivo dispensa ampliação de investimento em capital variável, em força de trabalho. Menos força de trabalho empregada na produção significa menos consumo dos meios de subsistência da classe trabalhadora, que por sua vez torna estagnada a produção. A redução persistência do valor das mercadorias através do crescimento permanente da produtividade provoca o desequilíbrio setorial entre DI e DII, ocorrendo a superprodução e a queda da taxa de lucro.

⁷⁴ Os marxistas legais: Tugan-Baranovski; Otto Bauer; Hilferding; Eckstein, cujas divergências estão registradas em *A Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburgo (1985).

Pode-se, entretanto, definir como um divisor de águas no campo marxista, interpretações sobre as crises econômicas que historicamente foram e continuam sendo representadas pelas teorias de adaptação do capitalismo de concepção harmonicista em oposição à concepção da derrocada do capitalismo vítima de suas próprias contradições.

CAPÍTULO II. O TRABALHO E A DIMENSÃO POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE DO CAPITALISMO

As crises inerentes ao sistema capitalista nas sucessivas tentativas de estabilização monetária demonstram o caráter anárquico do capitalismo e a reciprocidade dos interesses classistas com o Estado, que se contrapõe à ideia de ordem e progresso do positivismo teórico, e de bem comum do liberalismo econômico e do liberalismo político.

Como a valorização do capital é infinita e seus meios são limitados, o capitalismo monopolizador sobrevive em detrimento das condições de vida de uma maioria. Na análise de Rosa Luxemburgo (1970) o militarismo, a política alfandegária e a legislação trabalhista demonstram como a política de estado, perde cada vez mais o caráter de representante da sociedade e se transforma cada vez mais um estado de classe que entra em conflito com o desenvolvimento social, como uma contradição que decorre da própria natureza do Estado

Neste capítulo busca-se demonstrar que as crises econômicas e políticas comprovam que o capitalismo não consegue se estabilizar, bem como respaldando-se na afirmação de Luxemburgo (1970) sobre o modo de produção capitalista, apreender os sinais das próprias contradições que prepara por si mesmo o momento em que o capitalismo se tornará simplesmente impossível.

Para Luxemburgo (1970) se a política mundial e o militarismo representam tendência ascendentes do capitalismo, a democracia burguesa evolui em linha descendente

1. A importância da unidade da economia e da política na acumulação do capital, na doutrina de Estado e da democracia

A compreensão da estratégia do Estado para a dominação e manutenção do modo de produção capitalista, tanto na sua fase concorrencial como na sua fase monopolista, reproduzem-se nas suas táticas conservadoras que orientam governos na execução da política econômica e da política social.

È nesta perspectiva de unidade entre o econômico e o social que se compreende a dominação estatal nas diretrizes governamentais das respectivas políticas sociais.

Pela análise de Vieira (2007) entende-se que o poder político é meio de poder do estado e de coerção para atingir o objetivo final de manutenção e conservação dos interesses

de classe defendidos pelo estado. Daí ser indissociável da política econômica, a democracia (liberal ou totalitária), o Estado e a política social, que justifica a “crítica a desigualdade e espelha em suas origens a vigorosa pretensão humana da igualdade” (Vieira, 2007, p.176)

Segundo, este autor, a doutrina do não –intervencionismo de Estado, determinada historicamente pela acumulação capitalista, pouco ou nada se cumpriu. Desde a segunda metade do século XIX, o Estado se mostra menos resistente aos privilégios econômicos, mantendo seu caráter classista, regulamenta monopólios. O livre comércio, apresenta-se restrito e condicionado, sendo que o Estado o admite como princípio geral para efeito expansionista.

A trajetória do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, exige levar em conta, as diferentes doutrinas de Estado, como estado providencial ou Estado Providencia, Estado restrito ou Estado mínimo, determinados pela taxa média de lucro e pelas pressões da sociedade e suas classes com capacidade de impor suas reivindicações ao poder político. (Ibidem)

Entretanto, a história do capitalismo, demonstra a contradição fundamental entre expansão e limitação, particularmente entre o livre comércio e a tendência a monopolização.

O *laissez-faire* econômico, combina com as revoluções democrático-burguesas de inspiração liberal, principalmente no século XVIII que requer menos intervenção estatal, retraindo-se em determinados espaços.

A atuação estatal que acompanha a história do capitalismo coincide com os setores nos quais o Estado se afirma ou se nega pela necessidade de aumento da taxa de lucro (Ibidem).

A grande depressão iniciada em 1873 e retomada por volta de 1895 irão definir no âmbito dos elementos econômicos e políticos, o estado providencial na Alemanha que começava a se instalar (Vieira.1992). Na mesma época que Bebel e Liebknecht são eleitos membros do Reichstag, em resposta às políticas repressivas de Otto von Bismarck⁷⁵.

Na França a defesa do corporativismo como grupos secundários necessários a relação entre Estado e indivíduos, apresenta-se como solução na formulação teórica social de Durkheim⁷⁶ que atenta sobre o risco de desintegração social, principalmente na sociedade francesa que sofria os impactos da crise econômica (ibidem).

⁷⁵ resultado da mobilização operária que culmina no Congresso das Associações Operárias Alemãs (Verbandstag der Deutschen Arbeitervereine) e do Partido Social Democrata dos Trabalhadores (Sozialdemokratische Arbeiterpartei - SDAP).

⁷⁶ No livro da divisão do trabalho social, publicado em 1893

Assim como a estratégia do Estado tem como fins a manutenção do poder, o poder político constitui-se como meio pelo uso da força a dominação dos homens sobre os homens. O governo, por sua vez, tem como fim as políticas sociais cujos meios e instrumentos técnicos se expressam no planejamento, na burocracia e na tecnocracia para atender ao objetivo de dominação do Estado. Esta estratégia de governo compõe-se, portanto de planos, programas, projetos, diretrizes por área ou setor.

Neste sentido a política social, avança e recua, tanto como um mecanismo do poder político do Estado quanto um fim do governo para manter a aparente ordem, dentro das condições que não ameacem os interesses da burguesia, mantendo os princípios básicos do modo de produção capitalista, como a propriedade privada e a manutenção da taxa de lucro.

O arranjo de variações entre regimes políticos, formas de governo, organização de Estado são atribuídos a um mesmo e único processo de acumulação e produção do capital. Essas articulações políticas são atravessadas por valores de liberdade e igualdade, virtude e razão que podem resultar no Estado liberal ou estado totalitário de direita e de esquerda, cujas origens encontram-se no campo filosófico nas suas variações epistemológicas (Vieira,1992).

Esses elementos se expressam nas políticas sociais, no entanto, muitas vezes mais confundem do que explicam a origem ideológica e política, daí a importância do método para apreender as determinações contraditórias para evitar cair nas armadilhas ecléticas que ficam na aparência e na superficialidade das determinações da realidade.

Há de se levar em conta, portanto, as diferenças entre as análises da economia e da política, a mesma orientação para a análise das políticas sociais, que podem se referenciar no liberalismo ou na análise materialista histórica e dialética, e principalmente, relacionar as diferenças e semelhanças entre os regimes políticos articulados às diferentes organização do Estado e formas de governo (Vieira,1992;2007).

Isto não significa que o capitalismo historicamente segue uma linha progressista e evolucionista. O desenvolvimento das forças produtivas é contraditório, com avanços e retraimentos nas relações que se estabelecem entre sociedade industrial e sociedade democrática (Dobb,1987).

As políticas econômicas e sociais, são, portanto, a manifestação dessas relações cujas raízes se localizam no mundo da produção e é através dessas políticas que o Estado absorve as garantias individuais e os direitos sociais, capta as tendências que existem na sociedade e as transforma em programas de governo.(Vieira,1992; 2007)

Ao mesmo tempo, tais políticas demonstram a desigualdade e explicitam projetos antagônicos de classes em contradição com a universalidade. Com origem na doutrina liberal,

a política social não é democrática, mesmo estando numa democracia, porém, para os estados que sustentam o capitalismo as políticas sociais são necessárias (ibidem).

Assim, nesse modo de produção não existe política social que não seja discriminatória e para seu governo é necessário manter as condições de ampliação da taxa de acumulação capitalista, daí o caráter compensatório das políticas sociais (ibidem).

Conforme Vieira (1992) a perspectiva de unidade do econômico e do social, incorpora também a noção de que existem democracias e não uma democracia, portanto, a unidade entre a economia e a política em seus elementos, conectam reciprocamente, as partes com o todo, no movimento transitório e histórico das formas econômicas e sociais.

Desse modo, entende-se democracia como envolvimento de todos os indivíduos nos rendimentos de produção, na coletivização das decisões do que a sociedade vai produzir e como vai compartilhar a riqueza produzida, assim a perspectiva do caráter histórico e provisório do modo de produção capitalista requer a apreensão de diferentes elaborações sobre o Estado.

As formas teóricas que o Estado adquire historicamente⁷⁷, demonstram a relação entre a economia e a política, desde 1860 na França o Estado protetor ou estado providência de Locke buscava preservar os direitos naturais e da propriedade, passando pelo estado social de 1880 na Alemanha, quando o Estado protetor se converte em Estado providencial na política de Bismarck em 1871, que demarcam a passagem do capitalismo baseado na concorrência para o “capitalismo dependente da ação dos monopólios”. (Vieria,1992, p.81).

A revolução industrial que traz a expressão concreta da desigualdade entre os homens que se manifesta na precariedade da situação da classe trabalhadora na Inglaterra retratada por Engels (2008), é também objeto das teorias reformistas como a economia política de Sismondi (1773-1842) de Owen (1771-1858).

Para Engels e Marx por volta de 1844 e 1845, era preciso muito mais do que reformas, era preciso romper com o capitalismo. Não depositando esperanças no Estado

⁷⁷ As mudanças econômicas e as revoluções políticas contrastaram historicamente a concepção de estado protetor do liberalismo de Hobbes (1588-1679) e de Locke, Segundo Tratado Sobre Governo(1690), o contratualismo filosófico de Rousseau (1712 -1778) Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1755) Do contrato social (1757). A república de Robespierre (1758-1794), caracterizava-se pelo maior controle do executivo pelas assembleias populares com restrições à propriedade e à liberdade econômica, em favor dos mais pobres da França. No final do século XVIII a declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789 registra a dívida sagrada com os auxílios públicos, cabendo ao estado proporcionar trabalho, assegurar meios de subsistência para quem não pode trabalhar.

existente, defendiam um novo Estado operário que se empenharia em desenvolver a sua própria natureza ética⁷⁸.

Para Engels a obra de Marx contra Proudhon , e o Manifesto Comunista explicitam que,” com a implantação do regime social socialista, o Estado se dissolverá por si mesmo e desaparecerá”⁷⁹.

A lógica expansionista do capital exige a procura de novos territórios para investimentos e novos mercados que impulsiona a industrialização da Europa e Estados Unidos, os quais tinham como alvos desses novos territórios e desses novos mercados os países sem recursos para suas iniciar e até mesmo incrementar sua industrialização (Luxemburgo, 1985).

Historicamente transformam-se os elementos econômicos e políticos no sentido da negação do liberalismo. Para amenizar as consequências das crises econômicas são aplicadas medidas políticas do New Deal de Roosevelt em 1933 combinando com o Estado Providencial de Keynes em 1936. Nos Estados Unidos, a orientação do novo acordo e na Inglaterra a versão do *welfare state* de Beveridge em 1940 consagram a aliança capital- estado na demonstração do esgotamento do ideário liberal.

Esse modelo de solucionar a crise econômica com o pleno emprego e distribuição equitativa de renda que segue a doutrina de um Estado Providencial de Keynes (1883-1946)⁸⁰, garante certa tranquilidade aos capitalistas e aos trabalhadores, assegurando investimentos provisórios do estado, pela garantia no consumo, que movimenta a produção, gera riqueza, sustenta a acumulação e diminui a tendência da queda da taxa de lucro.

O *welfare state* britânico do relatório Beveridge de 1942 demarca a organização da segurança social e influência as reformas no pós segunda guerra.

A crise de 1929 alimentava as críticas ao liberalismo econômico no âmbito internacional, com a participação de políticos e economistas de vários referenciais teóricos: burgueses esclarecidos, socialistas e marxistas. A situação daquela época - desemprego em massa, depressão, propostas de grandes obras públicas, medidas orçamentárias com caráter anticíclico, expropriação dos bancos - deu lugar às propostas e políticas inspiradas no texto de J.M. Keynes, *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*, de 1936.

⁷⁸ As propostas de Marx e de Engels, em 1863 se contrapõe a Ferdinand Lassalle na Associação Geral dos Trabalhadores alemães (Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein -ADAV) na qual o Estado não era entendido como um instrumento de dominação de classe que se destinasse a desaparecer na sociedade socialista e sim uma entidade educadora do género humano no sentido da liberdade.(crítica ao programa de Gotha in marxists.org)

⁷⁹ Prólogo de Engels In Crítica ao Programa de Gotha de *Karl Marx* publicadas em 1891

⁸⁰ A teoria de Keynes (1883-1946) encontra-se no livro A teoria geral do emprego do juro e da moeda de 1936

O modelo econômico pós-1930 caracteriza-se pelas estatizações de empresas, surgimento de sistemas de seguridade social, modelo fordista, produção de bens duráveis e o compromisso entre as classes operárias e os capitalistas em nome da paz social. A necessária intervenção dos poderes públicos defendida por Keynes estava consolidada: “Para compensar a insuficiência da demanda, esses devem aumentar suas despesas e relançar assim a economia e o emprego” (Keynes apud Tousaint, 2002, p. 242).

Quando os instrumentos de política keynesiana já não funcionavam, a reação liberal ganhou terreno, adquirindo relevância as propostas de Hayek e L. von Mises, em oposição às ideias de Keynes. Três centros acadêmicos⁸¹ organizam a resistência liberal no pós-guerra, visando reunir defensores qualificados do liberalismo para dar respostas aos paladinos do intervencionismo do Estado e do socialismo (ibidem).

Após os trinta anos gloriosos do capitalismo e do *welfare state*, inicia-se a queda do crescimento econômico nos países capitalistas industrializados. Nos anos da década de 1980, o lento crescimento econômico e a dívida externa configuravam um novo ciclo da dependência no terceiro mundo.

A decadência dos regimes autoritários e burocráticos do leste europeu, a queda do muro de Berlim, em 1989, seguida da restauração progressiva do capitalismo mundial, fortaleceram a onda neoliberal no contexto de crise dos modelos desenvolvimentistas e de ampliação da dívida externa, que configurava um novo ciclo da dependência no Terceiro Mundo e particularmente, confrontava a recém instauração da democracia brasileira.

A partir de 1980 na Europa e nos EUA passa a prevalecer o estado diminuto ou Estado mínimo, influenciando nos países subdesenvolvidos a versão neoliberal do não-intervencionismo do Estado do liberalismo político e retoma-se o *laissez-faire* do liberalismo econômico e da democracia liberal (Vieira, 2007).

Nos ajustes estruturais do Estado para resolver a crise financeira, nos esforços econômicos e políticos parece prevalecer o consenso entre as classes em nome de uma estabilidade e paz social.

Desse modo, os preceitos liberais que retomam lugar de destaque na pauta econômica e política, reaparecem com sua tendência de naturalizar as desigualdades de classe, buscando dar a impressão de estabilidade e regularidade do mercado, que favorece a

⁸¹ Instituto Universitário de Altos estudos internacionais em Genebra; London School of Economics; Universidade de Chicago. Hayek e Mises fundam a Sociedade de Mont-Pelerin na Suíça, em 1947(Tousaint, 1990).

ocultação da anarquia do livre mercado, bem como da exploração no processo social de produção e acumulação do capital (Rubin, 1980).

No entanto, tal estabilidade é desmistificada por Marx (1996), que se esforça para demonstrar esse falso equilíbrio capitalista pelas crises históricas do capital. São as crises econômicas ao orientar a conduta do Estado, explicitam o seu caráter classista e a tendência de limitação da democracia e da acumulação capitalista, pelas contradições forjadas nesse modo de produção como sinais da criação de suas próprias barreiras.

Cabe destacar que se baseando no fundamento científico do socialismo, Luxemburgo (1970) ressalta como alguns desses sinais, a *anarquia* crescente da economia capitalista, a *socialização* crescente do processo de produção na tendência do regime social futuro, e a crescente *organização e consciência de classe* do proletariado⁸².

Nesse sentido, na sequência desse capítulo busca-se destacar as crises no capitalismo em algumas abordagens no campo marxista, bem como, os desdobramentos das crises econômicas no trabalho e as configurações da luta de classes na atualidade.

2. Algumas abordagens sobre as crises no capitalismo

Para Marx (1996), as crises inerentes ao modo de produção capitalista se manifestam em “ciclos que sempre se reproduzem, cujas fases consecutivas se estendem por anos e que desembocam sempre numa crise geral, a qual é o fim de um ciclo e ponto de partida de outro” (Marx, 1996, p. 264 n. 515)⁸³.

A lei geral da acumulação capitalista elaborada por Marx, decorrente das suas teorias de valor, mais-valia e da composição orgânica do capital⁸⁴, se contrapõem ao equilíbrio natural das forças produtivas e do desenvolvimento capitalista. Pelo movimento dos mecanismos econômicos (superprodução, superacumulação, concentração e centralização de

⁸² Essas afirmações de Rosa Luxemburgo encontram-se também em *Reforma social ou revolução?* publicada em Leipzig, em abril de 1899, in Loureiro.2009..

⁸³ A teoria dos ciclos econômicos nunca foi sistematizada por Marx. Há apenas indicações sobre ela nos três livros de O Capital. Os ciclos, a tendência à taxa de lucro e as crises do modo de produção capitalista demonstravam as barreiras históricas que o próprio sistema engendra. (Gorender,1996)

⁸⁴ Composição orgânica do capital: trata-se da composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica, a qual inclui suas modificações (Marx,1996, p 245)

capital etc.), ela manifesta tanto o impulso à expansão, como os limites criados pelo próprio capital⁸⁵.

Como resultado da superacumulação capitalista, Marx (1996) leva em conta a produção do *capital excedente*. Ele compreendeu que haveria uma porção de capital cuja aplicação não traz nenhum acréscimo à massa de lucro.

A lei da queda da taxa de lucro⁸⁶ como sendo uma lei inevitável pela própria expansão da produção configura a tendência que força os capitalistas a substituir capital constante pelo capital variável, estimulando a produtividade com menos custos, para sobreviver à concorrência e, ao mesmo tempo, aumentando o potencial tecnológico, o qual tende a rebaixar o valor das mercadorias.

A tendência à queda da taxa de lucro, no entanto, não significa ausência de reação. Ao contrário, as medidas e os mecanismos engendrados pelos capitalistas podem minimizar seus impactos e até aumentar essa taxa durante períodos longos ou curtos.

Na II Internacional, a perspectiva revolucionária da social democracia, referenciando-se nas explicações de Marx e as crises capitalistas do século XIX, sustentam os argumentos de Rosa Luxemburgo sobre o fator determinante da reprodução do capital⁸⁷. Nessa perspectiva, a reprodução ampliada, a concorrência e a anarquia do mercado, são manifestações orgânicas da economia capitalista, desmentindo a aparente adaptação capitalista e a falsidade dos meios de transição do capitalismo que o revisionismo alemão propunha⁸⁸.

⁸⁵ Se o capitalista consome a mais-valia em capital constante (c) nos meios de produção (Departamento I), não há acumulação. O elemento fundamental para acumulação é o capital variável (v). A reprodução da força de trabalho movimenta a produção dos meios de subsistência (Departamento II). A acumulação do capital depende da produtividade do trabalho desses departamentos. Os investimentos em capital constante (c) e variável (v) provocam alterações nesses departamentos, explicando as taxas de lucro (bem como sua tendência à queda), as taxas de mais-valia e a instabilidade do sistema na busca incessante do valor, acabando por ser vítima de suas próprias contradições (Marx, 1996).

⁸⁶ A taxa média de lucro é determinada por fatores como a taxa de exploração da força de trabalho (taxa de mais-valia) e a composição orgânica do capital constante/variável (Marx, 1996).

⁸⁷ Rosa Luxemburgo (1985), examinando o ritmo da reprodução ampliada do capital, enfrenta as controvérsias sobre a velocidade (crescimento, estagnação e crises) da produção que já existiam desde o início da economia política nos textos de Sismondi, Malthus, Ricardo e Say, que convergiam no entendimento dos mecanismos regulatórios da economia como um sistema equilibrado, assim como o *Tableau Économique* de Quesnay e a teoria do equilíbrio geral de Walras. Em *Acumulação Capitalista*, Rosa elabora limites que se manifestam na realização da mais-valia (na contradição entre a produção dos meios de produção -Departamento I - e dos meios de consumo- Departamento II). A dominação imperialista e militarista (não somente uma fase) do capital que se expande invadindo as formações sociais não capitalistas convertendo-as em mercado externo de consumo e explorando os povos.

⁸⁸ Contra argumentava as posições de Bernstein e de Kautsky, de reformas graduais para a transição do socialismo (Luxemburgo, 1970)

Para Luxemburgo (1970), a expansão vigorosa das forças produtivas, o crescimento dos mecanismos financeiros de acesso ao crédito e a modernização dos meios de comunicação, ao invés de atenuar, ao contrário, expressam as contradições capitalistas. Elas favorecem a formação das crises e a formação dos trustes e cartéis que acirram o antagonismo entre o modo de produção e o modo de troca, e entre o caráter social coletivo da produção e a propriedade capitalista privada.

O revisionismo, ou a teoria da realização progressiva do socialismo do Partido Social Democrata Alemão, revelava as reformas sociais como um fim em si mesmo. Nesse sentido, Luxemburgo (ibidem) afirma que o próprio desenvolvimento capitalista modifica o caráter do Estado burguês, o qual se estabelece, cada vez mais, como organização política e jurídica, tanto na repressão à classe trabalhadora, como na exploração das relações de propriedade. O Estado, na defesa dos interesses da classe burguesa, aperfeiçoa mecanismos de proteção ao capital internacionalizado através da política alfandegária e do militarismo, como meios de coerção que só são úteis àqueles mesmos interesses.

Entre outros argumentos, Luxemburgo (ibidem) alega que o desenvolvimento capitalista não avança politicamente para a democracia e não se pode estabelecer relação geral absoluta entre evolução do capitalismo e ampliação da igualdade política. Ao contrário, o desenvolvimento das condições econômicas e a política mundial representam muito mais a tendência ascendente da expansão do capitalismo e a linha descendente da democracia burguesa.

Em 1928, a III Internacional, passa a orientar os partidos comunistas para radicalizar a luta, baseando-se na Teoria dos três períodos⁸⁹ de Molotov, sucessor de Bukhárin na argumentação de que a crise do capitalismo levaria a sua derrocada, que coincide com a crise econômica de 1929. No entanto, a história demonstrou, não somente o equivoco dessa interpretação, como, posteriormente, o ambiente de prosperidade capitalista, nos chamados trinta anos dourados do capitalismo pós segunda guerra mundial.

A internacionalização financeira constituiu-se na própria trajetória das modificações no mundo capitalista como um produto histórico cujas características estão presentes desde o regime do padrão ouro⁹⁰, da Conferencia de Bretton Woods⁹¹ e na ruptura do acordo firmado

⁸⁹ Primeiro período: Pressões e revolucionárias até 1923. Segundo período: estabilização capitalista até 1928. Terceiro Período: pós-1928, caracterizado por uma radicalização constantemente e crescente das massas, simultaneamente em todos os países e a decadência do capitalismo. Nesta avaliação de Molotov não haveria um quarto período, pois o terceiro encerrava os períodos do capitalismo com a revolução socialista (Deutscher, 1984)

⁹⁰ Como projeto monetário mais estável de taxas de câmbio, que vigorou de 1880 a 1914.

nessa conferência pelo governo norte-americano em 1971. Esse rompimento ocorreu devido ao esvaziamento das reservas dos EUA, estagnação econômica agravada pela crise do petróleo em 1973 e pela ampliação da liberalização monetária (fim do câmbio fixo) (Chesnais, 1998).

O movimento de concessão de créditos aos países do terceiro mundo⁹² vem de uma convenção fictícia de liquidez com taxas de câmbio flutuante, na qual operadores privados passam a determinar os preços relativos das moedas nacionais e suas taxas de câmbio, ditando as regras para planos de escalonamento da dívida estatal, impondo privatizações, convertendo títulos da dívida em títulos de propriedade, e exigindo a garantia da produtividade combinada com o crescimento econômico (Chesnais, 1998).

Na década de 1990, a solução da crise foi encontrada na ênfase da concepção neoliberal monetarista⁹³, que culmina no Consenso de Washington⁹⁴.

Das medidas tomadas para resolver as crises privilegiando o monetarismo, resultam a crise atual, na qual excedentes de capital e de trabalho existem lado a lado sem uma forma clara de reconciliação, se configurando na atual crise do capital (Harvey, 2011)⁹⁵.

Para Harvey (ibidem), se evidencia entre essas medidas (i) O ataque ao trabalho organizado, a diminuição dos salários em nível global e o aumento da reserva de trabalho, (ii) O enfraquecimento do Estado-nação em relação ao monopólio capitalista pela abertura da competição internacional, (iii) A utilização das formas mais fluidas e altamente voláteis de capital, que desencadearam, tanto a desindustrialização, como novas formas opressivas de

⁹¹ Na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em 1944, dominada pelos Estados Unidos, organizou-se um regime de câmbio relativamente fixo (centrado no dólar), unidade contábil e padrão monetário (paridade ouro fixada em 35 dólares a onça). Assim, as taxas de câmbio de outras moedas internacionais passam a ser ditadas pelo dólar. Os 44 Estados Membros criam o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI. (Chesnais, 1998).

⁹² A partir de 1990, incorporam-se à mundialização financeira países de industrialização recente, com seus chamados mercados financeiros emergentes (Chesnais, 1998, p. 30).

⁹³ Em linhas gerais, o monetarismo, na ênfase renovada no papel da quantidade de moeda, afirma que toda variação da massa monetária é seguida por uma variação no mesmo sentido dos preços, do valor da produção e da renda. Como uma lei assimilável pelas ciências naturais, deduzem que o Estado não pode estimular a demanda emitindo dinheiro por causa das taxas de inflação. Propõe-se, então, que a massa monetária deve variar a uma taxa constante, igual à taxa de crescimento a longo prazo da produção nacional (Friedman apud Toussaint, 1996).

⁹⁴ Consenso Washington, de 1989: economistas do *International Institute for Economy* elaboram orientações de políticas e reformas para a América Latina sair da crise (estagnação, inflação, dívida externa). O conjunto das orientações foram denominadas por John Williamson como “Consenso de Washington”, sendo adotado pelos organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial. – como condição para renegociar a dívida externa dos países latino-americanos.

⁹⁵ Harvey, D. O enigma do capital: as crises do capitalismo. 2011,

industrialização, (iv) A extração de recursos naturais e matéria-prima agrícola em mercados emergentes, (v) Novas maneiras de globalização, através da criação de mercados de capital fictícios tais como os derivativos das “obrigações de dívida”, com garantia para potencializar os lucros das corporações financeiras e vender dívidas de capital fictício como fundos de pensão.

Ainda segundo Harvey (ibidem), as ficções financeiras como os bônus são exemplos de busca por novos mercados para o capital excedente, como saída para compensar as baixas taxas de retorno da produção que resultaram nas chamadas bolhas no mercado de ativos. Essas bolhas estouraram entre 2007 e 2008 como resultado do aumento na credibilidade do “acúmulo por espoliação”, através do mercado imobiliário sub-prime nos EUA, resultando no aumento da demanda efetiva que pressiona a economia da dívida (governamental, empresarial e doméstica) e na perda enorme de ativos.

Há razões que explicam a ausência de alternativas para a nova ordem mundial de governança, que eventualmente terá que administrar a transição para uma economia com crescimento zero.

Para obter um crescimento econômico de três por cento são necessários novas oportunidades de investimento global - US\$1,6 trilhão em 2010, subindo para perto de estimados US\$3 trilhões em 2030 - que contrasta com o investimento de US\$0,15 trilhão necessários em novos investimentos em 1950, e US\$0,42 trilhão necessários em 1973 (os valores em dólar foram reajustados de acordo com a inflação).

A ausência de oportunidades de investimento do capital excedente na economia acrescenta-se, na atual conjuntura, à crise de legitimidade do poder político, principalmente pelos questionamentos que emergem em torno da legitimidade do atual modo de fazer negócios. Segundo o FMI, elas registraram perdas de valor dos ativos em 2008 de mais de US\$150 bilhões e, em meados de 2009, de US\$55 trilhões.

Aumentam as pressões para a construção de alternativas, as quais exigem reformas radicais, e não mais reformas paliativas, que já foram adotadas sem significativos efeitos de reversão das perdas, como fica registrado nas táticas e políticas em resposta à crise da União Européia.

Para Harvey (ibidem), entre as tendências da teorização de crises, prevalecem desde os anos de 1970 três grandes linhas: o esmagamento do lucro⁹⁶ (que analisa a tendência da

⁹⁶ A teoria do esmagamento dos lucros se coloca como problema perpétuo das relações de trabalho e luta de classes, tanto no processo, quanto no mercado de trabalho (...) no fim de 2009 há poucos sinais de esmagamento

queda dos lucros), as tradições do subconsumo (a diminuição de demanda efetiva, a estagnação e a monopolização) e, atualmente, a tendência de evidenciar os aspectos ambientais. No entanto, a melhor maneira de compreender a formação das crises no capitalismo contemporâneo é a análise da circulação do capital.

Entre as condições que podem retardar ou interromper o fluxo de capital, se evidencia no processo histórico do capitalismo a escassez de capital-dinheiro, as (des)regulamentações do trabalho, o desequilíbrio entre os setores produtivos, os limites naturais, as mudanças organizacionais e tecnológicas na produção, a concorrência versus monopólio e o consumo. Enfim, condições que resultam na estagnação econômica e da desvalorização ou perda de capital.

O principal problema atual que relaciona o trabalho e o capital não é somente o surgimento de novas tecnologias. Ele é a realização contínua dos excedentes produzidos justamente por essa tecnologia, consequência da busca capitalista de eficiência para a lucratividade.

Por isso, as tendências em analisar as crises, tanto pela “teoria do esmagamento dos lucros”, como as análises referentes à queda da taxa dos lucros, não são suficientes para o exame das contradições atuais do capitalismo.

Em oposição à teoria do esmagamento dos lucros, Harvey (ibidem) destaca que a disponibilidade de reservas de trabalho e força de trabalho bem mais barata em todo mundo é inegável, e pesa sobre os níveis da luta de classes com uma vantagem poderosa para o capital. A busca incessante de valor não visa outros limites a não ser o da própria valorização, que se favorece com a abundância de trabalho espalhado pelo mundo e a agilidade do capital em se transportar para essas regiões.

A tendência à queda da taxa de lucro também não se sustenta no capitalismo contemporâneo, devido às diversas medidas anticíclicas com mecanismos regulatórios que garantem a competição do mercado.

Em linhas gerais, não é o esmagamento dos lucros, nem tampouco a queda da taxa de lucro, os pontos nodais da crise capitalista contemporânea, mas sim, a “repressão salarial por causa da oferta de trabalho superabundante”. Nessa direção, Harvey (2011) reforça que “a consequente falta de demanda de consumo efetiva são problemas muito mais graves, explicitando que as tendências de crise não são resolvidas, apenas deslocadas” (ibidem, p. 59).

dos lucros. As reservas de trabalho existem em toda a parte e há poucas barreiras geográficas ao acesso capitalista (...) (Harvey, 2011, p. 61).

A dificuldade consiste em localizar, além das relações contraditórias, as conexões entre as determinações que mais revelam o caráter fluído e flexível do capitalismo.

Nesse sentido a objetividade concreta do capital remete ao problema da absorção do excedente do capital. Se por um lado esse problema parece resolvido⁹⁷ por outro lado, contrasta com a estagnação da renda dos trabalhadores.

A crise de falta de demanda irá desencadear a solução no processo de ampliação do crédito, para absorver a expansão da produção de alguns produtos, integrados ao desenvolvimento desigual, tanto setorial como geográfico que, ao mesmo tempo, movimenta a produção e o mercado.

A classe trabalhadora se endivida, na medida em que busca no mercado financeiro a solução para a estagnação do seu salário, atendendo à necessidade do capital que acelera os investimentos e o valor dos ativos (os *subprimes*, empréstimos de segunda linha concedidos por bancos e agências financeiras).

Os bancos que perderam o monopólio da criação de créditos, no processo de desregulamentação financeira do capital, recompõem a parceria com as agências financiadoras e fundos públicos que negociam os papéis do endividamento em massa, realizando operações para atrair investimentos e aplicações que prometem juros mais elevados.

Em boa medida, essa opção do capitalismo atual pode ser explicada pelos interesses estatais e financeiros, que reúnem o problema do mercado de trabalho ao do sistema de créditos.

Assim como o capital opera na oferta e na demanda do mercado de trabalho (via desemprego tecnologicamente induzido), ele opera também em ambos os lados da relação produção-realização pelo sistema de crédito e, concomitantemente, eleva os juros para atrair capital estrangeiro. No entanto, essa solução torna-se crítica com o tempo.

Os problemas de subconsumo e da queda dos lucros podem ser suavizados, em curto prazo, no entanto, a centralização desse sistema, associada à cunhagem da moeda como medida anticíclica encontrada pelos capitalistas para o problema da superprodução, geram outras contradições e dificuldades que consistem em conseguir a realização contínua dos excedentes e fazer circular “uma economia global de 55 trilhões de dólares que deve dobrar nos próximos trinta anos” (ibidem, p 98)

⁹⁷ Pela abertura das novas linhas de produto com trabalho intensivo, introdução de novas tecnologias na produção e nos investimentos nos centros de pesquisa, como nas Universidades, para a colocação de novos produtos no mercado.

O deslocamento das crises conduz a um aumento de capital excedente sem precedentes na história do capitalismo, e por isso mesmo indica que a direção social da riqueza pelo capital pode até estender ou diminuir o ciclo de uma crise a outra, mas que nas sucessivas crises, o capital se detém nele próprio, reafirmando que o regime capitalista de produção não constitui a forma absoluta, mas sim, a forma de organização produtiva historicamente transitória. Isso se revela como realidade objetiva diante da incapacidade e do estreitamento das chances de superação das crises.

No geral, a atual crise demarca os limites macroeconômicos, tanto monetários, como cambiais, decorrentes da onda de financeirização, com expressivos volumes de capital fictício, que ora se valorizam, ora se desvalorizam drasticamente⁹⁸, orientados pela concepção neoliberal monetarista associada ao compromisso renovado com o *laissez-faire*⁹⁹ econômico (Olssen e O’neill, 2004).

No âmbito do mercado, principalmente no contexto de crises de estagnação econômica, além dos aspectos já mencionados, provenientes da lógica monetarista neoliberal, ela se evidencia também nos países emergentes com extremas desigualdades, como, por exemplo, o Brasil. Contraditoriamente, ela reforça o mito das oportunidades do mercado sustentado pelo consumo através da ampliação da demanda agregada (consumo popular e investimento público) (Dowbor, 2009)¹⁰⁰.

A vantagem dessa solução encontrada pelos capitalistas para superar as crises também pode representar ganhos políticos, como o pagamento da dívida social através de programas e serviços do governo (mesmo que de qualidade duvidosa), que aparentam facilitar e diversificar o acesso no mercado que tende a converter o consumo de parcelas significativas

⁹⁸ A crise de 2008 é emblemática e serve para demonstrar a busca incessante do valor na vulnerabilidade do mercado de capitais, envolvendo bancos, empresas financeiras e seguradoras que se utilizam da “alavancagem”, ou seja, do empréstimo de dinheiro que não tem em caixa, evaporando em questão de horas os rendimentos prometidos aos pequenos poupadores (Dowbor, 2009).

⁹⁹ Nesse compromisso o mercado responde como mecanismo, tanto das relações comerciais como das interpessoais, baseado em Adam Smith e na noção de “mão invisível” no mercado e de prosperidade coletiva da sociedade. As transações que ocorrem e se multiplicam não são impedidas pelos efeitos da direção central. Cada transação é baseada na ordem social e no valor derivado, o preço, e nas leis da demanda e oferta. Nessa perspectiva é o mercado que assegura uma rápida resposta na mudança para a alocação de recursos (Olssen & O’neill, 2004).

¹⁰⁰ Os recursos que chegam através de programas de renda mínima, micro crédito, cartões de crédito, financiamentos pessoais etc. são transformados em demanda efetiva, estimulando a produção e o emprego. É a própria produtividade sistêmica dos recursos aumentada pelo consumo de redes de infraestrutura como saneamento básico, energia, banda larga de comunicação, assim como de serviços de saúde, habitação e educação etc. A realidade é que a utilidade marginal do dinheiro em termos de sua capacidade de gerar qualidade de vida decresce rapidamente. Quanto mais se eleva a renda, mais se eleva a demanda, causando o aumento dos preços (Dowbor, 2009).

da classe trabalhadora em demanda efetiva e, principalmente, dinamizar a produção através do crédito (Dowbor, 2009).

Entre as tentativas de superar a contradição entre a concorrência e os monopólios, entre a financeirização monetarista e o mercado de trabalho, entre a cunhagem da moeda e as baixas taxas de crescimento, o modo de produção capitalista responde às sucessivas crises com cada vez menores chances de se reerguer. As reservas cambiais (abstrações da forma valor) não podem prescindir da objetividade do trabalho vivo e da extração da mais-valia, o mesmo trabalho que o capital na sua obsessiva perseguição pela valorização pretende substituir por trabalho morto com intensificação da taxa de exploração.

3. Desdobramentos das crises econômicas no trabalho

Historicamente, a classe capitalista, tendo como principal alvo o trabalho, nas tentativas políticas de “erros e acertos” (Vieira, 1992), aprimorou seus métodos para escapar das crises de estagnação econômica. Dessa forma apreende-se nessas determinações históricas, as tentativas de destituir a centralidade política da classe trabalhadora e suas organizações sindicais, na transição do modelo rígido para o padrão flexível de acumulação do capital, bem como na alteração da sua composição orgânica¹⁰¹.

Na década de 1960 na Europa, por exemplo, a escassez da força de trabalho, as poderosas organizações do movimento operário e os salários, que resultavam das políticas de pleno emprego e demanda efetiva, de Keynes, se converteram num problema para a acumulação capitalista, principalmente com a quebra de alguns setores monopolistas.

Nessa condição, a classe que representa o capital precisava diminuir o preço de força de trabalho para retomar a concorrência, bem como enfrentar as organizações da classe trabalhadora.

Como alternativa à crise de 1973, os governos¹⁰² tinham que optar, ou pela inflação que corroía a valorização do capital, ou pelo emprego da massa de trabalhadores. Os capitalistas e o governo preferiram combater a inflação pela lógica da teoria monetarista. Para

¹⁰¹ A composição orgânica do capital se constitui em composição-valor do capital, à medida que é determinada pelas condições técnica e suas modificações. Ela corresponde à massa dos meios de produção utilizados (capital constante) e o montante de trabalho exigido, determinando o valor da força de trabalho (capital variável) (Marx, 1996).

¹⁰² Se Reagan foi inspirado por Friedman, Thatcher reivindicou para si a influencia de Hayek (Toussaint, 1996. p. 245).

reverter a demanda Keynesiana, eles adotam estratégias práticas para mudar agendas econômicas e sociais, tendo como núcleo central o salvamento da saúde financeira do Estado (Olssen & O’neill, 2004)¹⁰³.

As contradições do hibridismo doutrinário neoliberal¹⁰⁴, que une a ideia de sociedade de Monte Pèlerin à escola econômica dos *Chicago Boys* de Friedman e da escola austríaca de Hayek, resultaram no desemprego das massas trabalhadoras e na ofensiva do capital contra o trabalho.

O desemprego faz parte desse modelo, como uma taxa natural que engloba a competitividade do mercado e a filosofia neoliberal comportamentalista sob os argumentos de combater a preguiça e a indolência dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, promover oportunidades das pessoas usarem suas habilidades e otimizarem suas metas de vida. (Hayek apud Olssen e O’neill, 2004).

Os neoliberais combinam a flexibilidade produtiva e a desregulamentação do mercado de trabalho, na intenção de neutralizar possíveis reações da classe trabalhadora. Baseados no empreendedorismo, esforço e sacrifício pessoal, como uma espécie de autogerência responsável, eles investem nas formas de vigilância, fiscalização e controle dos aspectos da vida social (ibidem).

E, nesse sentido, as contradições do modo de produção capitalista sob orientação neoliberal se manifestam, tanto para a consolidação de outros paradigmas de produção (toyotismo), pautado na automação integrada e flexível, como convivem, ao mesmo tempo, com formas rígidas do fordismo (e até mesmo com formas primitivas de trabalho escravo) para escapar da queda da taxa de lucro e forçar o crescimento interno.

O que importa aqui é o fato da concorrência econômica se converter em objetivo político, principalmente a partir da década de 1980. A doutrina neoliberal do governo Thatcher, na Inglaterra, e do governo Reagan, nos EUA, juntamente com a dos governos da América Latina, se configuraram como arma política para acabar com a organização da classe trabalhadora (Harvey, 2011; Toussaint, 1996).

Enquanto os capitalistas investem em tecnologia para economizar trabalho, impondo acordos de produtividade para aumentar seus lucros e a taxa de mais-valia, o Estado, por sua

¹⁰³ O texto de Olssen & O’neill (2004) foi traduzido do inglês para o português pela pesquisadora.

¹⁰⁴ O neoliberalismo, no geral, refuta o keynesianismo pela falha e comprovação empírica e falta de validade científica das políticas intervencionista do Estado. Entretanto, não se constitui como um bloco hegemônico. Há pontos em comum e divergências entre a linha da escola de Chicago, monetarista, de Friedman, a qual se respalda na causalidade econômica e social consubstanciada na ciência positivista, e a linha comportamentalista da escola austríaca de Hayek, na linha do subjetivismo e na mente humana como a fonte original do fenômeno social, indicada em *A Contra-revolução da ciência: estudos do abuso da razão* de 1952 (Olssen & O’neill, 2004).

vez, utiliza a repressão, ao mesmo tempo em que investe em métodos indiretos, como, por exemplo, na criminalização dos sindicatos e nas mudanças nos direitos trabalhistas.

Assim, o capital e o Estado neoliberal preservam a função social do exército industrial de reserva, contando com o reforço do mercado e as vantagens competitivas no âmbito individual para o acirramento da concorrência interna da classe trabalhadora.

A acumulação do capital segue na estratégia de dispersar, dividir e fragmentar o trabalho. Com o avanço tecnológico nos transportes e na comunicação, cria-se a alternativa de explorar força de trabalho em diversas regiões do mundo por preços muito mais baixos, aumentando-se o trabalho excedente.

Nos tempos atuais, a exploração do trabalho se expressa também na produção multilocal de produtos globais, fabricados onde o trabalho e as matérias-primas são mais baratas.

A força de trabalho abundante, a baixo custo, e o baixo grau de organização da classe operária dessas regiões resultam na acumulação farta de capital excedente e em investimentos que dão largos passos no sentido de “expatriar a produção” (Harvey 2011, p. 21-6).

Com o deslocamento espacial de capitais que combinam formas de mais-valia absoluta e relativa, assim como com o ecletismo das formas de organização do trabalho para superar a redução do ritmo de crescimento, não significa que os problemas se resolvem. Muito pelo contrário. O capitalismo como um processo contraditório supera e, ao mesmo tempo, gera outros obstáculos.

A exploração da força de trabalho destinada a alimentar o fetichismo das finanças demonstra que a órbita financeira não gera valor e riqueza isoladamente, assim como, não altera a base material da sociedade, na qual prevalecem mecanismos “de ampliação da taxa de mais-valia e exploração”¹⁰⁵, articulada com a reestruturação produtiva e a reforma do Estado, com ampla regressão dos direitos sociais (Iamamoto, 2007).

As manobras pragmáticas para resolver as crises econômicas têm tido curto prazo de efetividade¹⁰⁶, explicitando muito mais do que ocultam a anarquia do mercado. Elas confirmam a lei geral de acumulação capitalista de Marx pela contradição entre capital e trabalho, sob a égide da financeirização, que contrasta com baixas taxas de crescimento, e a

¹⁰⁵ A taxa de mais-valia é a relação da mais-valia com a parte apenas variável do capital global adiantado (Marx, 1996, p. 151).

¹⁰⁶ Pelas leis da acumulação capitalista elaboradas por Marx (1996), apreende-se que o período dos ciclos se desenvolvem gradualmente em ciclos cada vez mais curtos, na sequência de prosperidade, superprodução, crise e estagnação, determinada pela proporção da composição orgânica do capital.

“imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade” (ibidem, p.123)

O resultado desse padrão de acumulação é a contradição em processo, ou seja, a exponenciação máxima da exploração da força de trabalho que, ao mesmo tempo, “diminui o tempo de trabalho na forma de tempo necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente” (Marx, 2011).

É justamente o desenvolvimento das forças produtivas, a apropriação privada do volume da massa de mais-valia e a falta de oportunidades de investimento do capital excedente que forjam a barreira histórica do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento produtivo e as mudanças no trabalho expressam a negação do trabalho criativo e a reificação das relações sociais. Esse mesmo processo de valorização evidencia na realidade social as contradições e, até mesmo, a negação do próprio valor e “nesta transformação o que aparece como o pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem, nem o tempo em que este trabalha” (ibidem, p. 588)

Há, portanto, uma série de mudanças históricas em processo na composição orgânica do capital no capitalismo contemporâneo, as quais, de forma objetiva, se expressam internamente no trabalho, que podem ser apreendidas através da dialética do conflito/cooperação, ou melhor, da cooperação no trabalho que existe em função da concorrência no mercado capitalista (La Grassa, 1991).

A sociedade moderna concorrencial privilegiava a economia de tempo de trabalho humano e, na atual forma monopolista, privilegia a diminuição do tempo de rotação do capital¹⁰⁷.

Assim, o aumento do trabalho excedente resulta da redução dos custos da produção (esfera da produção) e da aceleração na realização do valor no mercado (esfera da circulação).

Desse modo, dentro da histórica concorrência entre os capitalistas, se desenvolveram forças produtivas e oligopólios, graças à aceleração da rotação do capital, que determinou a reorganização do trabalho, substituindo a verticalidade pela horizontalidade da produção e unidades fabris por unidades que correspondem aos ramos de atividade para obter maiores lucros.

¹⁰⁷ O tempo de rotação de um dado capital é igual à soma de seu tempo de circulação e de seu tempo de produção. Ao capitalista interessa investir em mecanismos para aumentar essas rotações com a intensificação dos ritmos e cadências da exploração do trabalho, através da incorporação de novas tecnologias, desenvolvimento dos transportes, da logística e das comunicações etc.

O que muda com as unidades produtivas dos diferentes ramos da produção são as posições ou funções dos trabalhadores no trabalho coletivo, de subordinadas/executivas e de fragmentadas/especializadas, representadas nas formas verticais do controle da força de trabalho, para posições ou funções sem “níveis hierárquicos” nitidamente demarcados na organização produtiva, que se caracterizam nas posições horizontais do controle da força de trabalho (ibidem).

Trata-se de uma coletivização do trabalho forçada pelo capitalismo, que organiza e reorganiza as diversas atividades do trabalho. Atualmente, essa coletivização é ampliada para os diferentes ramos produtivos, os quais permanecem dominados pelos proprietários dos meios de produção concomitante com privatização da política nas inter-relações do Estado.

No entanto, a apreensão das determinações contraditórias e objetivas da sociedade capitalista e das mudanças na propriedade, no trabalho e no capital tornaram-se muito mais complexas. Ao mesmo tempo, explicitam cada vez mais, a contradição entre a produção e o trabalho assalariado, que opõe o enorme volume de valor produzido e a riqueza apropriada por uma minoria ¹⁰⁸.

Atualmente, a propriedade capitalista não se restringe somente aos meios de produção, mas também se expressa pelos sinais externos da propriedade, ou seja, pelos seus elementos mediadores (moeda, ações, títulos financeiros etc.), em permanente competição para realização do valor no mercado.

As crises da acumulação no contexto do movimento de rotação do capital demonstram as contradições do processo de criação de excedente do valor cada vez menos dependente do tempo de trabalho, e a anarquia do mercado para a sua realização.

No entanto, o exame dessas contradições, na perspectiva da transformação histórica da sociedade capitalista, exige apreender profundas alterações da produção do valor, na propriedade privada, nos mecanismos regulatórios do Estado e nas configurações atuais da luta de classes.

¹⁰⁸ No Brasil os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda e os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. A contribuição da especulação financeira não é exclusiva, mas é significativa para esta concentração de capital (Dowbor, 2009).

4. Configurações da luta de classes na atualidade.

A questão que norteia a luta de classes neste estudo centra-se nas discussões sobre o significado de unidade política da classe trabalhadora no contexto atual, visto sob a perspectiva de Marx (2011) em relação à possibilidade objetiva de apropriação pelos trabalhadores da riqueza socialmente produzida.

Nesse sentido, o processo de trabalho convertido em processo de valorização do capital leva em conta que a propriedade capitalista atualmente também se expressa nos sinais externos da propriedade (moeda e títulos), na intermediação do mercado financeiro, assim como na objetividade impessoal dos mecanismos de dominação da organização do trabalho.

Isto significa que as relações sociais determinam e são determinadas pela “contradição ‘no interior’ da própria esfera de produção”, no processo imediato da valorização do valor (Postone, 2003, p 35), compondo com o trabalho assalariado, a propriedade capitalista e o Estado, garantias de estabilidade política na coordenação dos diversos trabalhos.

Isso se opera pela reprodução ideológica que se objetiva como uma “rede de diversos mecanismos em cujo interior se desenvolvem outras mediações, como processos autoreprodutivos das relações sociais fundados na atual divisão do trabalho” (La Grassa, 1991).

Daí entende-se que as diferentes posições ocupadas pelos vários sujeitos no trabalho, evidenciadas na reprodução dos papéis, não são um fato apenas econômico, mas também ideológico e político.

A distinção de classes implica na definição de papéis desempenhados pelos capitalistas e pelos trabalhadores: “o papel do capitalista é usar o dinheiro para comandar o trabalho ou os bens dos outros e usar esse comando para gerar lucro, acumular capital, e assim aumentar seu comando sobre a riqueza e o poder” (Harvey, 2011, p.188).

A condição necessária para produzir riqueza permanece na relação de compra e venda da força de trabalho e no papel que o trabalhador desempenha na organização social do próprio trabalho. Ou seja, as posições que capitalistas e trabalhadores estabelecem nas relações de produção preservam o fundamento do modo de produção capitalista.

As alterações da produção do valor e as mudanças das diversas funções do trabalho, diretamente e/ou indiretamente ligadas à dinâmica do valor e dos papéis desempenhados pelos próprios trabalhadores, remetem à apreensão das determinações objetivas e contraditórias da luta de classes na esfera da produção.

É nas relações de produção e nos diferentes ramos produtivos, com trabalhadores em funções subordinadas, próximas e distantes, locais, globais e/ou multilocais, que se determina a reprodução social e os mecanismos produtores de desigualdade “real” entre papéis dos sujeitos e das classes sociais.

No entanto, como já foi mencionado, o desenvolvimento das forças produtivas, que em boa medida dispensam trabalho humano, não significa, como alegam as análises unilaterais, simplesmente a crise da sociedade do trabalho, mas também, mudanças que sinalizam a possibilidade da libertação dos trabalhadores da exploração de classes.

A possibilidade da emancipação da classe proletária no “encadeamento de condições” concretas do desenvolvimento das forças produtivas, provocado pela acumulação capitalista, relaciona-se diretamente com a negatividade da alienação e contribui para romper com a visão determinista dos mecanismos de dominação social.

O desenvolvimento das forças produtivas tenciona a posição objetiva de comando e controle do trabalho subordinado. A produção flexível requer que o trabalhador desempenhe também certa coordenação dos processos de trabalho. Esta mudança de posições na esfera da produção (de verticalizadas para horizontalizadas) parece exigir, contraditoriamente, uma espécie de retomada do objetivo e do subjetivo - a unidade do trabalho intelectual e manual - para a execução de atividades especializadas e corresponsáveis no processo produtivo.

Acompanhar as configurações atuais da luta de classes requer apreender as mudanças de uma certa política enraizada no trabalho, que, ao mesmo tempo, desenvolve as possibilidades do trabalhador de se libertar do trabalho e da dominação alienante.

Objetivamente, na realidade, ela se expressa na maioria da população enquanto “classes” trabalhadoras, não somente formada pela classe dos operários industriais na tradicional concepção de trabalho produtivo, e de uma minoria de capitalistas proprietários dos meios de produção, mas também na heterogeneidade da classe que vende sua força de trabalho, e na diversidade de capitais e proprietários.

Nesse contexto, três grandes mudanças em curso requerem maiores esforços para a apreensão de suas determinações concretas: primeiro, o aumento sem precedentes da riqueza produzida; segundo, o conhecimento adquire certa centralidade na compra e venda da força de trabalho e; terceiro, a diversidade de lutas contra o capital, que rejeitam a acumulação por despossessão, e alteram estruturas organizacionais do Estado, reivindicando participação política, luta por identidade etc. (Harvey, 2011).

Obviamente, as mudanças não se reduzem a essas três. No entanto, esses elementos indicam mudanças no processo da alienação e desalienação e seu caráter político-ideológico

que amplia a perspectiva da possibilidade de uma “forte tensão política e uma inflamada batalha ideológica, para restituir, a uma maioria da ‘população’, densidade em função crítica com relação ao sistema social atual” (La Grassa, 1991)¹⁰⁹.

Para a recomposição da unidade da classe trabalhadora, La Grassa (1991) propõe “repensar a construção política do antagonismo a partir das necessidades reais, mas com um forte esforço para a inversão dos processos objetivamente constitutivos das posições desiguais no trabalho”.

Isso significa que, além da dinâmica capitalista que cria os papéis da “desigualdade real”, a recomposição da unidade da classe trabalhadora não pode se limitar exclusivamente ao “processo” de trabalho em seus aspectos organizativos e tecnológicos, tampouco unificar “todos” os trabalhadores.

Faz-se necessário reconhecer que o capital “enquanto função” está “dentro” do trabalho, não em seu exterior, demonstrando a existência de um grupo de posições que se constitui como maioria da população. Aquelas, no movimento do capital e de sua racionalidade e lógica autoreprodutiva das relações ou papéis na organização do trabalho, converteram a nítida dicotomia entre proprietários e não proprietários em limites fluidos entre capitalistas e trabalhadores.

Por isso, a unidade da classe trabalhadora, que se expressa no desempenho e reprodução desses papéis antagônicos entre direção-execução do trabalho, se objetiva na oposição entre necessidade real e posições desiguais nas relações de produção e na sociabilidade, explicitando a contradição na comparação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o volume da massa de capital excedente.

A perspectiva de superação capitalista e a unidade das classes trabalhadoras implicam tanto no entendimento das determinações objetivas das mudanças do trabalho, como na apreensão da relação contraditória com as demais esferas que compõem a vida social.

Vem daí a crítica do trabalho no capitalismo como sendo um processo de apreensão das contradições econômicas e políticas que se explicitam na emergência de necessidades e desigualdades, e que forjam, nesse mesmo capitalismo, formas de consciência oposicionista (Postone, 2003).

O desafio consiste, portanto, em avaliar as possibilidades dessas organizações e dos movimentos sociais das últimas décadas em constituírem-se como unidade de ação, no

¹⁰⁹La Grassa, Gianfranco. O Capitalismo Contemporâneo e o papel da Teoria Marxista, publicado originalmente na revista italiana *Critica Marxista*, Nº1, 1991.

sentido de convergirem para uma possibilidade concreta enquanto projeto comum e estratégico da classe trabalhadora na construção de outra sociedade.

A possibilidade objetiva “da abolição do valor e do trabalho como medida de riqueza”, na reinterpretação de Postone (loc. cit.) das obras econômicas de Marx, implica também no estudo das transformações qualitativas históricas ocorridas na subjetividade.

La Grassa (1991) reconhece certo viés subjetivista das relações ideológico- políticas, sugerindo objetividade nas reflexões sobre alienação para repensar as mudanças, tanto das posições ocupadas no interior do trabalho, como a construção política do antagonismo de classes a partir de “necessidades reais”.

Para Harvey (2011)¹¹⁰, a perspectiva da impossibilidade de obter crescimento composto para sempre opõe-se à sobrevivência do capitalismo e do poder da classe dominante.

Desse modo, esse autor sugere uma compreensão dialética dos momentos que compõe a mudança social, a qual denomina de “teoria corevolucionária” e, para tanto, se refere à teoria coevolucionária de Marx¹¹¹ sobre como o capitalismo surgiu do feudalismo.

Vale a pena se deter nas interpretações de Harvey sobre mudanças sociais e sua perspectiva “corevolucionária”, na qual se destacam: (i) Formas de produção tecnologias revolucionárias e formas organizacionais, de intercâmbio e consumo; (ii) As relações com a natureza; (iii) Relações sociais entre as pessoas no sentido do igualitarismo radical nas relações sociais; (iv) Necessária revolução no pensamento das atuais estruturas de conhecimento e das concepções mentais do mundo, abrangendo culturas e crenças; (v) Processos de trabalho organizados diretamente pelos produtores; (vi) Arranjos institucionais, legais e governamentais na reconfiguração dos poderes do Estado e; (vii) a condução da vida diária e da reprodução social.

Isto significa para Harvey (ibidem) que as mudanças atuais na perspectiva anticapitalista exigem que se leve em conta as tensões e contradições da dinâmica desses momentos, na inter-relação das esferas de atividade da produção e reprodução social.

¹¹⁰ Aqui se retoma o texto Harvey, D., O enigma do capital: as crises do capitalismo. 2011, assim como notas que fazem parte deste livro, publicado em Conjuntura econômica, por ocasião do Forum Social Mundial em 2010. Disponível no site: < www.fsm10.org > as citações que se seguem foram extraídas desses textos.

¹¹¹ Harvey refere-se ao capítulo 15 de O Capital. A tecnologia revela a atitude ativa do homem para com a Natureza, o processo de produção direto de sua vida, e com isso também suas condições sociais de vida e as concepções espirituais decorrentes delas.

Um movimento político anticapitalista pode começar em qualquer um desses processos já referidos. “O truque é manter o movimento político movendo-se de uma esfera de atividade para outra de maneira que se reforcem mutuamente” (ibidem, p. 185).

Nas contradições capitalistas, em qualquer um desses momentos essas possibilidades se revelam nas conexões das mudanças enquanto possibilidades imanentes às condições existentes, forjando as alternativas dos movimentos de contestação à desigualdade econômica e política, com capacidade de aproveitar essas possibilidades e se constituir em um amplo movimento anticapitalista.

Nesta perspectiva, Harvey (ibidem) destaca a compreensão da dinâmica interna desses momentos e as possibilidades de alianças entre os trabalhadores em distintas esferas, desde que sejam superadas as hostilidades produtivas, políticas e sociais que dividem a classe.

Mesmo assumindo uma boa dose de utopia, esse autor sugere algumas normas gerais que coincidem com esses momentos, as quais poderiam se constituir em objetivos comuns vagamente acordados, como uma espécie de guia para a ação política e social “corevolucionária” que implicaria em um amplo movimento anticapitalista - respeito pela natureza, igualitarismo radical nas relações sociais; arranjos institucionais e administrativos voltados para os interesses comuns e processos democráticos; liberdade para explorar novas relações sociais e condições de vida; concepções mentais que incidem na autorealização a serviço dos outros; e inovações tecnológicas e organizacionais em busca do bem comum.

Em que pese prevalecer a tendência de evitar uma política de confronto ativo entre as classes, como se registraram na história das organizações revolucionárias, Harvey (2011), destaca cinco tendências atuais na ação política.

A primeira, formada por organizações não governamentais (ONG's), que aumentaram de número a partir dos anos 1970 e que, através das quais é praticamente impossível uma mudança revolucionária, limitadas pelas instâncias políticas e de formulação de políticas dos seus mantenedores.

O segundo grupo de oposição seria formado por anarquistas, autonomistas e organizações de base, que se identificam como trotskistas, maoístas e comunistas ortodoxos, permanecendo na divergência histórica entre os centralizadores que querem comandar o Estado e os antiestadistas, sendo essas facções políticas inseridas também em organizações produtivas nos moldes da economia solidária, baseadas em trocas coletivas e que desenvolvem cadeias produtivas como atividade político-econômica.

No entanto, é necessário superar suas oposições e divergências, no sentido de um movimento em espiral não sectário, para se evitar que a oposição fique trancada em um

círculo fechado, em especial nos grupos que se opõem à ideia de qualquer direção central e que rejeitam as relações sociais hierárquicas ou estruturas de poder político, como os partidos políticos tradicionais.

A terceira tendência deriva da transformação que vem ocorrendo na organização do trabalho tradicional (sindicatos) e nos partidos políticos de esquerda. Esta tendência não rejeita a conquista do poder do Estado ou de outras formas de organização hierárquica. Em boa medida, ela configura-se em uma nova forma de estatismo de esquerda, que se evidencia na América Latina através de governos e na ascensão ao poder do Estado.

A quarta tendência é constituída por todos os movimentos sociais que se organizam pela necessidade pragmática de resistir a deslocamentos e desapropriações, como o movimento sem-terra, no contexto rural, e como o dos sem-teto, no contexto urbano.

A quinta tendência se expressa pelos movimentos emancipatórios em torno das questões de identidade. Esses movimentos podem parecer antagônicos à luta de classes.

A teoria corevolucionária anteriormente apresentada, não sugere que uma ordem social anticapitalista poderia ser construída sem a tomada do poder do Estado.

Para Harvey (2011), essas tendências respondem à questão sobre as possibilidades de mudar o mundo materialmente, socialmente, mentalmente e politicamente.

Neste sentido, nas mudanças ou transformações societárias necessárias para reverter o estado terrível das relações sociais e naturais, implicam não só, mas também, na apreensão dos sinais de confronto e ruptura do capital, especialmente pela ampliação dos problemas financeiros mundiais e a diminuição das margens de solução das últimas três décadas.

Esses problemas, tanto evidenciam a impossibilidade de eterno crescimento econômico, como explicitam também o limite da continuidade de acúmulo privado de valor pela ineficácia dos rearranjos entre o capital e o trabalho, bem como dos mecanismos institucionais e políticos que se revelam como soluções não duradouras.

As profundas mudanças nas características do capitalismo e da política, de alguma forma redefinem os momentos “corevolucionários”, ao se levar em conta as configurações atuais das necessidades reais e o acirramento da desigualdade de homens e mulheres que compõem a diversificada classe que vive do trabalho (Antunes, 2009).

Há, portanto, processos contraditórios que resultam da falta de oportunidades para o reinvestimento lucrativo no mundo e a ineficiência do mercado auto regulável que envolve arranjos tecnológicos, assim como mudanças nas funções do Estado na direção da descentralização administrativa institucional.

Economicamente, na esfera da produção, as diferenças de classe da divisão sexual e étnica, explicitam as contradições do “uso do poder das diferenças sociais” (Harvey, 2011, p. 89).

Os limites dos meios de cooptação pelo consumo, na esfera do mercado, o *locus* onde prevalecem os argumentos da teoria neoclássica (interação das decisões individuais no postulado da racionalidade do agente), se manifesta cada vez mais a competitividade e a desigualdade de acesso à produção de bens específicos e de serviços.

Politicamente, na perspectiva da democracia liberal do Estado, explicitam-se as contradições da democracia liberal limitada ao mito do sentido moderno de governança e da liberdade assentada na espontaneidade que convive com a diversidade e a controvérsia (Vieira, 1992)¹¹².

A política se converte no fim em si mesmo, revelando a ineficácia do pragmatismo de acertos e erros que contrasta com as crises econômicas e os arranjos institucionais governamentais voltados aos interesses privados.

Para evitar a tendência da desvalorização do valor, impõe-se o desenvolvimento técnico e científico na produção de conhecimento dos processos de trabalho engendrado pelo próprio processo horizontalizado da produção.

Cabe aqui o destaque especial dessas contradições e seus rebatimentos, nas concepções intelectuais do mundo que em boa medida abrangem no geral, o conhecimento produzido nas Universidades e, em particular, nas ciências sociais, quando surgem tendências que correspondem ao movimento teórico e cultural pós-moderno, que contribuem para a eclipsar a centralidade política classista e do trabalho como categoria analítica.

Tais tendências aproximam-se, mesmo sem intenção, à perspectiva da economia neoclássica, reforçando a retórica da ordem espontânea como um processo natural, que converge com a ideia de auto-organização do mercado e da teoria política da escolha racional.

Nesta perspectiva neoliberal comparecem readaptadas as teorias do *perpetual training*, a Teoria do capital humano, privilegiando o acolhimento na formação profissional de tendências utilitaristas e pragmáticas no ensino superior, com explícitos influxos liberais pautam a centralidade na competição e no mercado.

¹¹²Do liberalismo clássico no qual a liberdade é o valor que prevalece sobre a razão e a virtude para atingir a harmonia entre os homens, a democracia liberal descobre a liberdade na espontaneidade e na ausência de coerção através de estratégias pragmáticas devidos ao arbítrio e ao engenho humanos de acertos e erros (Talmon apud Vieira, 1992, p. 68).

Nesse sentido as mais recentes crises financeiras denunciam a disjunção entre o que está acontecendo no mundo e o que está sendo ensinado, demonstrando que “a atual estrutura do conhecimento é claramente disfuncional e ilegítima” (Harvey, 2011, p. 193).

Particularmente a partir de 2008, a história foi suficientemente ágil para negar a espontaneidade do mercado, bem como, denunciar a falsidade das teses sobre a crise do materialismo histórico e do fim do proletariado (Aronowit, Gorz apud Harvey, 2010).

Não é por acaso que as ideias de Marx, continuam sendo um perigo para a classe dominante¹¹³ e, de certa forma, rejeitadas na academia. As condições conjunturais na atualidade, principalmente no contexto de crise, cada vez mais coincidem com as formulações econômicas e políticas do pensamento marxista e sua peculiaridade metodológica, as quais conduzem para uma construção de possibilidades de superação desse modo de produção como alternativa à barbarização da vida social.

O respaldo teórico metodológico do marxismo, no entendimento da força material das ideias na história, previne os idealismos e implica na compreensão de que ideias críticas por si só não mudam a realidade.

Efetivas mudanças exigem que tais ideias transitem para os campos “dos arranjos institucionais, formas organizacionais, sistemas de produção, vida cotidiana, relações sociais, tecnologias e relações com a natureza” (ibidem, p.192).

A crítica do trabalho no capitalismo, conforme propõe Postone (2003), a apreensão da contradição conflito/cooperação no trabalho contemporâneo, na interpretação de La Grassa (1991) e os momentos “corevolucionários” de Harvey (2011), são elaborações teóricas contemporâneas que se referenciam nas ideias de Marx e, portanto, contribuem para evidenciar que o modo de produção capitalista é um processo histórico no qual se manifesta a tendência do valor de se tornar cada vez mais anacrônico como medida da riqueza (Marx, 2011; Postone, 2003).

Essa tendência requer certo esforço para apreender suas determinações objetivas num sentido que reverta na degeneração das mediações como imposições ideológicas e relacionem as manifestações das contradições reais com subsídios teóricos e práticos.

Nesse sentido a produção de conhecimento voltado para medidas concretas que contribuam ao controle consciente e planejado de trabalhadores livremente associados requer também uma certa luta, que se oponha ao caráter destruidor do capital privado e à apropriação

¹¹³ Principalmente porque Marx não objetivava apenas entender o mundo e sim transformá-lo. Suas ideias explicitam a indissociabilidade da intenção revolucionária (Harvey, 2011).

privada do acúmulo de riqueza socialmente produzida por uma classe que cada vez mais se diversifica.

Da mesma forma, a produção de conhecimento crítico e transformador, no geral, exige a resistência e o enfrentamento às tendências conservadoras e privatizantes do ensino superior, sem rejeitar os acúmulos no campo do conhecimento que historicamente demarcaram seu compromisso com as pautas reivindicatórias dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

Há, portanto, um processo em curso, não menos contraditório, no qual mudanças na acumulação capitalista, na luta de classes e na sociabilidade do trabalho rebatem na direção política do Serviço Social demonstrando que este compromisso exigiu e continua exigindo o aprofundamento teórico metodológico e permanentes debates e reflexões.

Particularmente no âmbito acadêmico e profissional do Serviço Social, o compromisso com a classe trabalhadora também se forja como um processo que culmina no projeto ético político da formação e intervenção crítica resultante da disputa de projetos societários e a da trajetória histórica da profissão.

Essa trajetória, portanto, é demarcada por diferentes vertentes teóricas e políticas e por conseguinte com distintas concepções de trabalho, que converge na centralidade do trabalho na vida social como componente fundamental da atual proposta do Serviço Social brasileiro.

CAPÍTULO III- A CONCEPÇÃO DE TRABALHO E A DIMENSÃO POLÍTICA NAS VERTENTES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A dimensão política do Serviço Social compreende o resultado de movimentos de luta em demarcados momentos da sociedade que rebatem na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro.

Compartilha-se nessa tese a visão de política mais ampla, com ênfase nas formas de fazer política como mediação e interlocução nas relações de poder e não somente como dominação, entretanto, não se pode ignorar a política como o exercício do poder dos homens sobre os homens que serve à reprodução das relações sociais nas sociedades de classe, assim como, não se pode prescindir da política na luta contra o capital. (Lessa, 2005)

O movimento de renovação do Serviço Social é entendido como um processo que resulta da oposição ao projeto social burguês. Desse modo, não se define por momentos estanques e distintos entre si. Ele, como um processo dialético e histórico, trata da trajetória de uma profissão, na qual existem tendências teóricas e aplicações práticas que se combinam e se diferenciam entre si.

Tais tendências são destacadas neste capítulo. Em um âmbito mais geral, são abordados alguns aspectos econômicos e políticos da sociedade brasileira dentro do movimento da luta de classes. Num âmbito mais específico, trata-se as concepções de trabalho nas vertentes do Serviço Social tradicional, do Serviço Social na Modernização Conservadora e na intenção de ruptura com o seu conservadorismo.

As variações das concepções de trabalho no Serviço Social e a dimensão sociopolítica profissional, como produto das representações de classes antagônicas da sociedade burguesa brasileira¹¹⁴, abarcam um longo período, marcado por uma conjuntura econômica e política de crises e de guerra imperialista, que alterou profundamente o valor-trabalho e delimitou os projetos políticos de Estado (Vieira, 1992; 2007).

Ao se contextualizar o Serviço Social na configuração societária dentro da ordenação do capitalismo tardio (Mandel, 1985) e nas distintas projeções políticas com relação à questão social destacadas por Gomes (1979), relaciona-se a luta de classes com o sincretismo

¹¹⁴ Entende-se *burguês* e *burguesia* brasileira pela referência de Fernandes “como categorias histórico-sociais e, pois, como meios heurísticos legítimos da análise macrossociológica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil” (Fernandes, 1987, p. 20).

ideológico¹¹⁵ (Netto, 2011) e o significado social da profissão na reprodução da força de trabalho (Iamamoto, 2011).

Dessa relação, apreendem-se as determinações econômicas e políticas na trajetória histórica desde o Serviço Social vinculado ao conservadorismo político, que se expressa numa aparente despolitização, até a explicitação política da perspectiva de “intenção de ruptura” (Netto, 2008; 2011).

Para a apresentação das concepções de trabalho e a dimensão política nas vertentes do Serviço Social, elege-se como contradição fundamental, que se entrecruza com os períodos históricos, a oposição entre dependência e autossuficiência das massas trabalhadoras, que se apreende, também, nas adaptações do liberalismo econômico e político em relação à questão social no Brasil.

Com a preocupação muito mais de contextualizar do que relatar o encadeamento na sucessão temporal de fatos, as concepções de trabalho e a dimensão política do Serviço Social em suas vertentes, são examinadas em três períodos históricos demarcados pelo movimento da luta de classes no Brasil, o primeiro refere-se à configuração econômica e política da sociedade brasileira sob o impacto da Revolução Russa até o início da segunda guerra mundial, que compõe antecedentes históricos e a emergência do Serviço Social.

O segundo período começa no início da segunda guerra e o deslocamento do eixo imperialista para os Estados Unidos, incluindo o contexto da guerra fria e as tendências modernizadoras no Brasil e no Serviço Social. O terceiro período compreende o impacto da revolução cubana, que se entrecruza com o nacional desenvolvimentismo e, por fim, indica-se no contexto da ditadura militar brasileira o movimento de reconceituação e de intenção de ruptura com o Serviço Social conservador em seus processos de emersão e consolidação (Netto, 2008).

1. Principais características da concepção de trabalho nos antecedentes históricos do Serviço Social

Nos antecedentes históricos do Serviço Social, que remontam ao início da década de 1920, a luta de classes no Brasil era forjada por uma república agrária¹¹⁶ e pelo setor

¹¹⁵ Refere-se à visão social (ideológica) de mundo (Lowy apud Netto, 2011, p. 108).

empresarial dependente do capital europeu sustentado pelo capitalismo concorrencial, com base econômica monoexportadora que, ao mesmo tempo, era pressionada pelo movimento operário com influências anarquistas¹¹⁷ (Dabene, 2003; Moraes Filho, 2007).

A elite agrária e a Igreja católica convergiam em vários aspectos, entre eles pelo antiliberalismo, pelo anticomunismo e pela indiferença com relação à questão social, e assim, estreitava seus laços com o poder, estremecidos pelo anticlericalismo, a fim de resgatar seus privilégios. (Gomes, 1979; Iamamoto & Carvalho, 2008).

Com as greves operárias entre 1917 e 1920¹¹⁸, esta postura se modifica e a questão social se converte em tema político (Gomes, 1979, p. 52).

Ao invés de adotar medidas ou mecanismos democráticos, a República agrária opta pela via autoritária ao praticar o tradicional clientelismo das suas origens (dos coronéis no norte e dos caudilhos no sul do país), mobiliza o aparato repressivo estatal e coopta o movimento operário através da manipulação eleitoral/clientelista.

Dessa forma, a república agrária impõe sua legitimação política para garantir a estabilidade econômica enfraquecendo o movimento operário no início da década de 1920 e reprimindo outras contestações políticas da pequena burguesia e dos militares¹¹⁹.

No início da industrialização no Brasil entre as atividades agrárias e industriais urbanas havia certa compatibilidade nas relações mútuas entre a produção, beneficiamento e exportação do café brasileiro, reproduziam-se no nível político¹²⁰, por interesses meramente econômicos. Era, portanto, o regime político liberal que reunia os interesses rurais e urbanos, e principalmente contrários à intervenção estatal na regulamentação da compra e venda da força de trabalho.

¹¹⁶ O período de 1880 a 1914 foi a idade de ouro da dominação oligárquica na América do Sul. Ele caracterizou-se pelo exercício direto do poder por parte de grupos economicamente dominantes relacionados com as atividades agrárias para exportação (Dabene, 2003, p. 31).

¹¹⁷ As classes sociais no Brasil se diferenciam dos modelos europeus, tanto no que concerne à burguesia de origem feudal (como ao movimento proletário da II Internacional, tensionado pelo reformismo e revisionismo da virada do século XIX para o século XX (Fernandes, 1987; Gomes, 1979, Netto, 2011; Braz, 2011),

¹¹⁸ Em 1917 o movimento de regulamentação do projeto de Código de Trabalho coincide, não por acaso, com as greves de proletários no Rio de Janeiro e São Paulo. (Gomes, 1979)

¹¹⁹ Depois da repressão ao levante armado de jovens tenentes do exército em junho de 1922 no Rio de Janeiro, outros movimentos motivados pela denúncia às manobras das eleições presidenciais, lutam pelas mudanças da República velha. A sublevação de tenentes paulistas em 1924 e a Coluna Prestes no Rio Grande do Sul, a qual se inicia pelo apoio ao tenentismo e durante três anos percorre o Brasil arregimentando mais de 2000 homens (Dabene, 2003, p. 72).

¹²⁰ Já se sabe que a classe burguesa nacional não se caracteriza como um bloco hegemônico, muito menos por uma única doutrina. Ao contrário, dividida pelos seus interesses individualistas, ela buscava superar suas dificuldades pelo pragmatismo, tanto no plano econômico, como no plano político.

Para os empresários, a regulamentação do trabalho passa a se constituir como um mal necessário para a sobrevivência e a expansão do setor industrial. Segundo Gomes (1979), esta fração de classe não desencadeou o processo e nem a ela coube o poder decisório. Diante dos obstáculos para a expansão capitalista, os empresários participaram de certa forma, e a seu modo, do estabelecimento da política social de proteção no trabalho.

Entretanto, a interferência direta dos empresários na política do Estado brasileiro durante a emergência da industrialização precisaria superar os moldes dos partidos políticos impregnados pelo mandonismo da elite agrária e suas práticas eleitoreiras.

A burguesia urbana não é indiferente à questão social, ao contrário, seu envolvimento com as formas de amenizar os efeitos do capitalismo emergente implicava na organização de outros canais liberados da presença oligárquica, como associações e câmaras que pudesse aglutinar forças e influenciar o poder decisório sobre a regulamentação do mercado e proteção ao trabalho, sem maiores prejuízos.

Quando se tratava de regulamentar o mercado de trabalho, ainda prevalecia nesse período a concepção de trabalho ligada ao projeto político da elite agrária, que criava entraves através de uma postura oportunista e liberal para impor “seu modelo de relações sociais baseado na troca e proteção por dependência” (Gomes, 1979, p. 44).

Isto não significa que a fração urbana da classe burguesa do início da industrialização adotava a postura liberal, “que considerava a proteção social um ataque à independência e capacidade da autodefesa do operário”. Ao contrário, “o patronato do Brasil está distante da ideia de autossuficiência do trabalhador” (ibidem, p. 41).

O empresário nacional concebia a fábrica como uma grande casa de família, onde os problemas dependem de seu comando e orientação. Nesse sentido, esse empresariado se relacionava com os trabalhadores muito mais pela sua responsabilidade pessoal como patrão, reproduzindo um discurso autoritário, as relações familiares patriarcais eram reproduzidas dentro da fábrica, ao mesmo tempo, admitindo o mercado como força automática e impessoal na função de regular os desequilíbrios da sociedade e do mercado de trabalho.

Na medida em que se configura o desenvolvimento capitalista e industrial no Brasil, os arranjos políticos conservadores pareciam não surtir resultados significativos diante dos influxos da revolução russa, ao mesmo tempo em que se demarca mais explicitamente a divisão de classes.

Nesse contexto político se evidencia a adaptação do liberalismo na economia brasileira, especialmente, pelo contraste entre dependência histórica dos trabalhadores ao

coronel ou ao patrão e independência da força de trabalho na lógica da competitividade de mercado do liberalismo clássico.

O caráter intervencionista do Estado na legislação do trabalho, portanto, contrariando a doutrina liberal, se justificava, principalmente, para garantir politicamente o desenvolvimento das forças produtivas e inibir a resistência dos trabalhadores e suas organizações políticas, que transitavam do anarquismo para o comunismo da III Internacional.

A fundação do Partido Comunista do Brasil – PCB – em 25 de março de 1922¹²¹ provoca a união das frações burguesas com a Igreja católica para atacar a nova fase do movimento operário, que ao demonstrar capacidade de organização desmentia a concepção de trabalho das frações burguesas e da igreja católica.

Tal concepção pautada na fragilidade do trabalhador e no binômio proteção/dependência se respaldava no entendimento de que é, “o proletariado, portador de uma ‘ignorância natural’, fruto de um baixo nível cultural e fraca formação moral” (Iamamoto & Carvalho, 2011, p. 217).

Na ação social da Igreja católica prevalece a noção ideológica da harmonia social e de bem comum. Nesta perspectiva, “o trabalho será apresentado como virtude universal do homem, como atividade que cria riquezas, que propicia o desenvolvimento da sociedade” (ibidem, p. 164).

Essa concepção ideológica do trabalho da Igreja católica liga-se a um projeto político de coletividade que pretende omitir a divisão de classes,

O hibridismo liberal da Constituição de 1934 do período autoritário e populista da era Vargas consagra o estreitamento dos laços entre a doutrina da Igreja católica e o Estado corporativo pelo controle social e político das massas trabalhadoras com a intenção de afastar os trabalhadores das influências comunistas.

Nesse período também coincide o interesse da questão social do empresariado e do governo com ação e participação ativa das mulheres provenientes das classes sociais abastadas que reproduzem os valores morais nos meios operários.

A manutenção da ordem e do poder da elite que converge com a dimensão política da ação social da Igreja católica, que se expressa nos Centros Operários¹²², tarefas educativas

¹²¹ Neste mesmo período, a III Internacional comunista, dirigida por Lênin, delibera sobre as táticas revolucionárias dos países coloniais e semicoloniais. Para os quais não havia prescrição rígida, mesmo porque não combinaria com o marxismo de Lênin e Trotski. Isso significa que nesses casos, era levado em conta o apoio dos camponeses, e, até certo ponto, da burguesia, como aliados da classe operária para a luta revolucionária (Deutscher, 1984, p. 370).

e caridosas, fortalecem o “empreendimento político e ideológico da sua classe, e a defesa de seus interesses” (ibidem, p. 183).

A organização do movimento operário, portanto, não somente forçou a coalisão das forças conservadoras para combater o comunismo, como desmistificava a incapacidade do trabalhador e a virtude do trabalho, explicitando o caráter autoritário e reacionário dessa ideologia, que se fazia prevalecer à força, através da repressão às manifestações da classe trabalhadora¹²³.

É interessante observar que quanto mais a desigualdade econômica e política se explicitavam concretamente, mais o Estado e as forças conservadoras (incluindo a Igreja católica) insistiam na reprodução ideológica da fragilidade econômica e moral dos operários, com base nas suas concepções abstratas de indivíduo e coletividade.

Com a ascensão do nazismo¹²⁴ se ampliavam as frentes antinazistas pelo mundo. No Brasil, os trabalhadores do sindicalismo autônomo, frações pequenas burguesas e militantes do PCB organizam a Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹²⁵. E mais uma vez contrariam a concepção da elite de apontar as incapacidades e dependência dos trabalhadores.

Não se tratava, portanto, de uma resistência pontual. O movimento comunista, numa demonstração de força apoiada pela III Internacional parte para o ataque político e ideológico ao governo autoritário e à Ação Brasileira Integralista (ABI)¹²⁶.

¹²² O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) funda quatro Centros Operários com objetivo de atrair as operárias. A ação católica entra em contato com a classe trabalhadora através da educação familiar e como núcleo de formação de elites, ao mesmo tempo em que era campo de prática das trabalhadoras sociais. (Iamamoto & Carvalho, 2011).

¹²³ O proletariado que defendia a unicidade e autonomia sindical foi a única classe que não havia se submetido ao novo sistema de ordem. Sua organização política e sindical autônoma foi duramente reprimida, prevalecendo, à força, o corporativismo de Estado como sistema de dominação política na repressão das resistências visando a vigência da nova política social (Iamamoto & Carvalho, 2011, p. 169).

¹²⁴ O partido de Hitler, que teve 800.000 votos em 1928, passa a 6.500.000 de votos em 1930, sendo que o Partido comunista alemão passa de 3.000.000 para 4.500.000. Os Social Democratas, que governaram durante anos a chamada República de Weimar, têm seus votos diminuídos, assim como acontece com outros partidos da ala tradicional da direita. Os conservadores sentem-se tranquilizados pela ascensão de um partido que prometia ser implacável com o movimento comunista (Deutscher, 1984).

¹²⁵ Aliança Nacional Libertadora (ANL) era uma espécie de Frente Popular que reunia operários, estudantes, e setores progressistas da classe média para se contrapor ao pagamento da dívida externa e ao fascismo, defendendo a reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras. Esta frente foi aniquilada pela repressão de Vargas, com a prisão de dirigentes sindicais, torturas e mortes. Até o ano de 1937 se registram aproximadamente 20 mil presos políticos resultando no desmonte temporário da organização comunista e na capitulação da pequena burguesia ao poder estatal. (Gianotti apud Montañó & Duriguetto, 2001, Del Roio 2007).

¹²⁶ Nos anos de 1930, a inserção de grupos nazifascistas (Alemanha e Itália) no Brasil, devido aos interesses comerciais por matérias-primas do mercado exterior, principalmente a Alemanha se apresentava como uma forte cliente. A inspiração fascista influenciava governos e, através da dominação da indústria bélica na região, formavam-se as quintas-colunas nazistas na América Latina (chamadas de nacional-socialistas) na luta contra o

O nível de reação repressiva e violenta do Estado na conjuntura de 1934-1935 (um ano antes da criação da primeira escola de Serviço Social) demonstrava que a classe trabalhadora não se domesticou como pretendia o patronato, e muito menos se harmonizou como pretendia a ação social católica. Fazia-se urgente para as forças conservadoras aprimorar seus métodos.

2. Concepções de trabalho e dimensão política do Serviço Social

Como o capitalismo é a uma “contradição em processo” (Marx, 2011), sempre é bom lembrar que vieses e reveses fazem parte da trajetória do Serviço Social, inserido nesse modo de produção histórico e transitório.

E é nessa mesma sociedade que a classe dominante, de acordo com suas necessidades e interesses, forja, ao mesmo tempo, as condições de renovação do Serviço Social como resultado desse mesmo processo histórico e transitório. Como ressalta Netto (2008), a autocracia burguesa “criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava”. (Netto, 2008, p. 129)

Particularmente, no Serviço Social, além da sua origem católica, sua trajetória histórica também é demarcada pela convergência pelos projetos de nação e pela luta e resistência dos trabalhadores contra a ditadura militar. Nesse sentido examina-se na sequência diferentes concepções de trabalho que distinguem os projetos profissionais do Serviço Social.

2.1 Trabalho na emergência do Serviço Social no contexto das tradições europeia e norte-americana

Em 1937, o governo Vargas radicaliza sua ação através de um golpe de Estado, estabelecendo um regime corporativista de explícita inspiração nazifascista. A sintonia do Brasil com a Alemanha não era somente econômica. Havia uma identidade política, conforme

comunismo. A igreja católica, na mobilização da população laica, estabelece relações com a Ação Integralista Brasileira e a Liga Eleitoral Católica, o que denota simpatia entre a igreja e o nazifascismo. (Dabene, 2003).

observa Gomes (1979), com relação à semelhança na aplicação do liberalismo, principalmente no que se refere à visão patriarcal do empresário e suas relações com o operariado.

No entanto, a força do movimento comunista revelava ao Estado autoritário, os equívocos e a insuficiência de seus métodos cooptadores da massa trabalhadora. O governo Vargas precisaria, portanto, arregimentar todo o seu aparato repressivo para aniquilar o movimento comunista e coibir qualquer oposição.

A instauração do Estado Novo brasileiro segue uma forma autoritária de governo e, em boa medida, sente-se vitorioso por destruir os comunistas que lutavam pela libertação nacional e a oposição conservadora da ABI¹²⁷.

O Estado Novo alia-se ao anticomunismo católico, visando um projeto comum orientado pelo corporativismo e voltado para o controle do movimento operário. A nova programática social da Igreja católica, portanto, contribui não somente para afastá-la das tendências nazifascistas como também favorece a sua repactuação com o Estado, legitimando-se na intervenção sociopolítica e, ao mesmo tempo, afastando-se do caráter benemerente e filantrópico, “embora conservasse o traço do militantismo vindo do catolicismo social” (Netto, 2011. p, 125).

No processo histórico a igreja católica vai incorporando a mentalidade moderna. A rejeição ao positivismo e o desprezo pela racionalidade teórica eram superados pelo reconhecimento relativo do valor cognitivo da ciência e com certa aceitação do liberalismo¹²⁸.

A proteção ao trabalho e a legislação social nessa área marcavam frequentemente a tendência do Estado brasileiro em enfraquecer os sindicatos e aumentar o controle sobre os trabalhadores, na reprodução da concepção dominante de fragilidade material e ideológica desses, justificando o sentido da tutela, que frequentemente era substituída pela repressão às manifestações de forças consideradas subversivas que denunciavam as precárias condições de trabalho e que conduziram à reivindicação da proteção estatal e de legislação social trabalhista.

Pela nova visão da Igreja católica as intervenções do Estado no mercado convergiam no sentido de minimizar os excessos capitalistas no entendimento de que “o trabalho precisa

¹²⁷ Em 1938, depois de Vargas oferecer um cargo ao partido fascista, os integralistas fracassam na tentativa de tomar o poder. O exílio de Plínio Salgado põe fim ao movimento cristão nacionalista e tradicionalista, que se pautava na trilogia Deus, Pátria e Família (Dabene, 2003).

¹²⁸ O poder estatal e o catolicismo social europeu uniam-se com o objetivo de bloquear a ação do mercado e preservar o desenvolvimento capitalista de todas as ameaças vindas tanto do liberalismo quanto do comunismo e assim adotavam a lógica do nem capitalismo, nem comunismo. No Brasil, nessa lógica, prevalece a repressão com o objetivo desmobilizador da classe operária.

ser amparado por uma legislação que imponha limites à exploração e, especialmente, preserve os bens da alma”. (Iamamoto & Carvalho, 2011, p. 169).

No entanto, quando se tratava do preço do trabalho, na livre determinação das leis do mercado, prevalecia o entendimento da lei de justiça natural.

A visão católica europeia orientava os primeiros objetivos do Serviço Social no Brasil: humanista, conservador e contrário ao ideário liberal e à teoria social marxista, na tendência restauradora do pensamento social da Igreja face à questão social. (Netto, 2011)

O Serviço Social emerge, portanto, quando o contexto de mudanças políticas atinge seu ponto mais tenso no Brasil. As medidas que pretendiam ocultar as contradições da proposta de harmonia e paz social não se sustentavam dentro da explicitação da desigualdade econômica e política dos trabalhadores concentrados na cidade.

A formação profissional do Serviço Social origina-se no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), criado em 1932, que foi a entidade fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país.

Em 1936 foi fundada a primeira escola de Serviço Social em São Paulo, com a prioridade que se estabelecia pelas reformas intelectuais e morais. Com base na doutrina social da igreja referenciava-se no pensamento neotomista¹²⁹.

Configuram-se na trajetória profissional a influência de duas tendências teóricas que irão caracterizar o sincretismo ideológico e científico do Serviço Social: uma europeia como reformismo restaurador, neotomista pautado na nova programática social da igreja e a tendência norte-americana como reformismo modernizante, com marcado pragmatismo referenciado no protestantismo¹³⁰.

O neotomismo como reatualização conservadora é mérito de D. Mercier, da Universidade de Lovaina (1870), e está associada à tomada de posição oficial do Papa Leão XIII com a Encíclica *Aeterni Patris*, de 1879 que encorajava o renascimento do tomismo (Jerphagnon. 1973).

Nesta ótica, a concepção de trabalho como virtude, ao mesmo tempo em que liberta os homens dos vícios e os eleva da vida mundana, está relacionada também à concepção do Ser na perspectiva tomista, cuja essência e as potências asseguram-lhe o exercício das funções distintas (inteligência, memória e alma) (ibidem).

¹²⁹ O tomismo é o nome que se dá à filosofia de São Tomas de Aquino (1374). O neotomismo do século XIX caracteriza-se pela reação do pensamento católico aos sistemas filosóficos do século XVII.

¹³⁰ Nos países de tradição protestante da *Charity Organization Society* norte-americana à qual se vincula em 1889 Mary Richmond, o conjunto de escritos da autora de Social Diagnosis fornece as indicações sobre as conexões entre seu pensamento e o protestantismo (Netto, 2011).

Politicamente, no tomismo o homem goza de uma liberdade imperecível, determinada pela espiritualidade, pela inteligência (mais elevada e a mais nobre) e pela vontade. Sua filosofia moral e política afirmam a existência de uma lei natural, que a cada um dá a conhecer a sua consciência. A dignidade compreende o agente livre e responsável que, desvirtuado ou desviado da lógica natural, deve ajustar-se à norma dos direitos e deveres, necessitando da cooperação de todos para atingir o bem comum (ibidem, p. 330).

A intervenção, ancorada no reformismo restaurador do capitalismo, se baliza na intervenção ético-moral e nas “refrações individualizadas da ‘questão social’” (Netto, 2011, p. 116).

A fundamentação teórica da prática profissional do Serviço Social, extraído do arcabouço neotomista europeu não é a única tendência que se registra no período inicial de sua formação. Como decorrência da II Guerra mundial e da aliança do Brasil com os EUA incidem também no Serviço Social brasileiro as tendências norte americanas.

Entretanto, há uma profunda diferença entre as particularidades do Brasil e o liberalismo norte-americano¹³¹, especialmente, no trato com o trabalho e as massas trabalhadoras, adotado em seus princípios de liberdade individual e sem interferência estatal nos *trade unions*. Nesse país a legislação social se justificava como uma forma de corrigir os mecanismos de mercado num dado estágio de desenvolvimento capitalista (Gomes, 1979).

No reformismo modernizador que caracterizava o Serviço Social norte-americano a intervenção profissional visa um padrão de integração entre o capitalismo e o trabalho. Sem questionar suas estruturas, admite sua dinâmica econômica e política “se propõe a explorar as alternativas nela contidas” (Netto, 2011, p. 116).

A tendência sociocêntrica de Mary Richmond coadunava-se relativamente com o liberalismo norte-americano e com a autossuficiência das massas trabalhadoras, como expressão do ideário político dominante dos EUA.

Teoricamente o sincretismo do Serviço Social norte-americano compõe-se pelas referências do evolucionismo spenceriano e do darwinismo social respondendo, tanto à legitimação racional num meio sócio cultural contrário às elaborações intelectuais, como se constitui sob uma pressão religiosa protestante, mesmo porque a diferença da influência

¹³¹ Nos EUA, foram os interesses da burguesia, e não os dos trabalhadores, que constituíram o cerne da ideologia de defesa de uma política social. A proteção ao trabalhador está desvinculada da ideia de dependência. Ao contrário, ela é entendida como um estímulo à produtividade. O intervencionismo estatal nas fábricas e nas *trade unions* era considerado, pelos trabalhadores, um ataque ao liberalismo americano que feria a autonomia das organizações e a liberdade individual do trabalhador (Gomes, 1979).

católica nesse país compõe a dimensão filantrópica adequada à visão do bloco ideológico dominante distinto do europeu (Netto, 2011).

É esse sincretismo ideológico que na interação entre os novos valores da tradição europeia neotomista e procedimentos técnicos desenvolvidos pelo Serviço Social norte-americano, irão caracterizar o Serviço Social brasileiro.

Referenciado na solidariedade cristã e na comunicação individualizada, sua intervenção profissional se sustenta na dimensão política de suas origens, que expressava certo conservadorismo restaurador da ordem e certo reformismo modernizante.

Tais tendências incidem diretamente nas concepções de trabalho do Serviço Social tradicional, com o objetivo de remediar as deficiências do indivíduo e da coletividade, reduzindo sua atuação à imediatez dos problemas circunstanciais, não se propondo a curar ou prevenir um defeito estrutural, ao mesmo tempo em que, admite os excessos da exploração da sociedade burguesa.

Dessa referência decorre o capitalismo como ordem natural subsumido à religião no seu conteúdo econômico e político. Nessa perspectiva, o Serviço Social intervém na crise da formação moral do proletariado, nos ajustamentos à ordem da sociedade, sem apreender as causas materiais da questão social¹³².

A intervenção do Serviço Social junto às massas trabalhadoras se orientava, portanto, pelo exercício das virtudes e assim, articula-se à concepção do trabalho na vida social como disposição moral, que se combinam na expansão capitalista pretendida pelo Estado corporativo e na visão organicista da Igreja católica (Iamamoto & Carvalho, 2011).

Entende-se dessa forma que pela ideologia católica no Estado Novo no Brasil, se difundia a concepção do trabalho como virtude e assim reproduzia-se no Serviço Social a ideia da incapacidade moral das massas trabalhadoras articulada à dimensão política conservadora e reformista da profissão.

Além do sincretismo ideológico e científico original do Serviço Social brasileiro, as determinações objetivas do desenvolvimento capitalista explicitavam as contradições políticas na profissão.

Modificava-se o projeto societário brasileiro para favorecer a acumulação capitalista que no Serviço Social se inscreviam como mudanças da concepção de trabalho e na sua intervenção, configuradas pela transição da relação de tutela/dependência para o estímulo à

¹³² Yamamoto (2011) observa a ausência de sistematizações resultantes da elaboração própria dos assistentes sociais e a falta de crítica à realidade local, uma vez que eram absorvidos através da influência europeia e norte-americana, os postulados doutrinários, teóricos e técnicos (Iamamoto 2011).

capacitação/independência, da classe trabalhadora, na ótica da competitividade do mercado, relacionada ao liberalismo econômico e ao projeto desenvolvimentista.

2.2 Concepção de trabalho e dimensão política na tendência modernizadora do capitalismo brasileiro

O governo brasileiro, ao aliar-se econômica e politicamente com os EUA, pretendia se adaptar à sua modernização e a seus padrões de produtividade (fordista/taylorista) na industrialização nacional. Precisava-se, portanto, alterar as bases com que se erigiram o Estado Novo e a legislação social do Estado corporativo, que administrava o trabalho na base da cooptação e repressão do movimento operário.

Essa não é uma mudança qualquer. Nesse período, alteram-se as características da economia, do Estado e dos movimentos operário e comunista. Trata-se de um processo pelo qual a ordem monopolista instaura na divisão social técnica e internacional do trabalho e alteram-se as formas pelas quais o Estado burguês passa a enfrentar a questão social contando com a profissionalização do Serviço Social.

O período da segunda guerra mundial e as negociações do governo brasileiro com os norte-americanos, tem como eixo central a modernização brasileira cujo resultado foi o impulso à industrialização¹³³. O interesse do Estado nacional de transformar o país numa potência econômica latino-americana e a aliança com os Estados Unidos em 1942 afasta definitivamente o governo brasileiro das influências nazifascistas, assim como, encerra a onda deflacionária e o marasmo econômico que persistiam desde a crise de 1929 na América Latina se convertendo, anos depois, na ideologia do desenvolvimentismo¹³⁴ (Dabene, 2003).

Sob o imperialismo norte-americano, após a Segunda Guerra, altera-se a postura empresarial quanto à regulamentação da exploração do trabalho e a legislação social, demarcando certa evolução do pensamento dos capitalistas em relação à questão social¹³⁵.

¹³³ A substituição de importações na Segunda Guerra era uma necessidade diante da desarticulação do mercado internacional. Nesse período são construídas a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) (Dabene, 2003)

¹³⁴ No Brasil, o nacional desenvolvimentismo foi adotado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

¹³⁵ A burguesia industrial foi mudando de posição à medida que o capitalismo se desenvolvia, passando por três fases distintas: da rejeição na República Velha; da aceitação negociada com o Estado e o Ministério do Trabalho, prevalecendo uma atitude protelatória e; do Estado Novo, na progressiva adesão à política de controle social dos trabalhadores, exigindo do Estado o ônus da proteção ao trabalho (Iamamoto & Carvalho, 2011).

A tendência totalitária do capitalismo tardio¹³⁶ forçava o Estado e a classe empresarial a enfrentar a questão social de maneira diferente do período anterior, antes reduzida à preocupação de intervenção ou não do Estado. Agora ela passa a ser reconhecida como fundamental para a valorização do capital, ao mesmo tempo em que, resguardava o mercado latino americano e o lucro imperialista da ameaça do comunismo.

As preocupações empresariais se voltam para a elevação da renda nacional, através de medidas para diminuir o custo da produção industrial. Isso se manifesta na adesão burguesa ao processo de liberalização do mercado, para o qual interessa a produtividade da força de trabalho e a elevação da renda da população, envolvendo nesse processo uma solução mais justa para a questão social (Iamamoto & Carvalho, 2011).

Nesse sentido, uma série de medidas referentes à ampliação e ao desenvolvimento de políticas sociais, que também caracterizam alterações do poder estatal com relação à questão social, remetem à profissionalização do Serviço Social.

A modernização necessitava de métodos e técnicas para intervir junto à classe trabalhadora, de acordo com os níveis exigidos de produtividade e de democratização.

O Estado, que mantinha a disciplina do trabalho através de “canais dependentes e controlados” (Iamamoto & Carvalho, 2011, p. 162), adquire um caráter mais de coordenador do que executor das políticas públicas, o que exigiria um maior planejamento na condução dos assuntos de política econômica e social.

Não foi por mero acaso que, justamente nesse período, surgem diversas escolas de Serviço Social nas capitais dos estados brasileiros¹³⁷. A maioria se formará, no decorrer da década de 1940, sob a influência do sincretismo científico e ideológico das primeiras escolas de origem católica.

Durante a Segunda Guerra mundial, as mudanças na economia e na postura do Estado, após a entrada do Brasil na guerra, não contrastam com os fundamentos do Serviço Social no período anterior. A profissionalização se expande nesse período em diversas áreas

¹³⁶ Lei mais geral do capitalismo tardio que consiste na coerção inerente à ampliação e controle sistemático sobre todos os elementos de acumulação capitalista e dos processos de produção, circulação e reprodução, enquadramento do sindicato na programação macroeconômica, regulação abrangente e centralizada, planejamento intra e extra empresarial, que resultaria em expansão econômica (Mandel.1985)

¹³⁷ No final da década de 1940, a quantidade de assistentes sociais não excede a 300 profissionais diplomadas (Iamamoto & Carvalho. 2011).

de atuação¹³⁸, inserindo-se na divisão social do trabalho como um profissional que domina um corpo de conhecimentos, métodos e técnicas.

Nesse período já se encontram incorporados no Serviço Social as preocupações sociocêntricas, na prevalência de psicologização do projeto profissional, e a interação com a tradição europeia neotomista na tendência “de socialidade vigorosamente individualista, fundamentalmente vincada pela redução da problemática social às suas manifestações individuais, com a hipertrofia dos aspectos morais” (Netto, 2011 p. 122).

O desenvolvimento das forças produtivas, em um capitalismo que cada vez mais se industrializava, resulta na ampliação de entidades assistenciais estatais, autárquicas ou privadas, o que favorece a profissionalização do Serviço Social e o rompimento com as protoformas assistencialistas da sua origem no bloco católico. A partir desse momento, a profissão irá se legitimar nas políticas sociais coordenadas pelo Estado e implementadas pelas entidades sociais e assistenciais (Iamamoto & Carvalho, 2011).

No entanto, com essa expansão, o sincretismo científico do Serviço Social brasileiro que se traduzia também no seu ecletismo teórico, por um lado, mantinha as medulares dimensões políticas da sociedade burguesa e, por outro, configuravam-se as variadas formas do trabalho (Netto, 2011).

Entende-se que, nesse período, o Serviço Social, subsumido às demandas do capital e da ordem burguesa, permanece pautando-se no rearranjo da organização do cotidiano da classe trabalhadora, mesmo com as mudanças conjunturais e institucionais. Na ordem monopólica do capital, controlar a força de trabalho, sua produção, conservação e reprodução, assim como prevenir e corrigir os desvios morais e subversivos, justificaria por mais um tempo a intervenção do Serviço Social nos moldes tradicionais.

Na tendência de reestruturar não só a economia, mas também todo um sistema político a reorganização do estado burguês abarcava um conjunto de alterações de vulto estrutural que passava a exigir um controle sistemático e planejado da composição orgânica do capital¹³⁹.

¹³⁸ Como demonstram as teses do Primeiro congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1947, que teve como título Exposição e sistematização de experiências, ensino e reconhecimento profissional. As teses do 1º Congresso pan-americano de Serviço Social, ocorrido no Chile, em 1945, dão continuidade ao Congresso interamericano de Atlantic City, nos EUA, em 1941.

¹³⁹ Passa a prevalecer não somente as reduções do custo da produção, mas também a redução de tempo da rotação do capital fixo, que resulta na tendência de uma aceleração da produção, circulação e consumo (Mandel, 1985).

Essas mudanças se expressam, dentre outras maneiras, na intensificação mais aguda do processo de trabalho, numa aceleração do consumo da força de trabalho e, em outra escala de substituição dos operários, no processo de valorização.

Alteram-se, nesse sentido, a própria reprodução da força de trabalho, o que justificava a necessidade de qualificar teoricamente a intervenção do Serviço Social na lógica burguesa da acumulação do capital, respaldada na ciência social de matriz positivista, que pelo seu sistema de saber influencia o Serviço Social em variados procedimentos empiricistas como a terapia estritamente individual e a intervenção na relação interpessoal do Serviço Social de Grupo.

A inserção funcional do Serviço Social na institucionalidade burguesa não orientava simplesmente os indivíduos para o caminho da virtude. Ela tendia a intervir no âmbito da personalidade, com influxos da psicologia e da psiquiatria. Ao mesmo tempo, as expressões da questão social se multiplicavam como problemas sociais, no entanto, teoricamente no Serviço Social, tais problemas pareciam desvinculados das mudanças de intensificação da produtividade.

Desse modo as práticas sociais, preferencialmente, desenvolvidas por técnicos educadores, eram voltadas para a “inculcação e reforço das determinações subjetivas do trabalho e do trabalhador para sua produção, conservação e reprodução, enquanto mercadoria força de trabalho” (Iamamoto & Carvalho. 2011, p. 281).

As massas trabalhadoras integravam-se à produção não necessariamente pelos tradicionais mecanismos repressores. O trabalhador precisava, portanto, participar, saber opinar, resolver seus próprios problemas, ter independência (do patrão, do Estado e da ajuda da Igreja). No capitalismo monopolista prevalece o princípio liberal-individualista. “tanto o êxito como os fracassos sociais são de responsabilidade do indivíduo. As ações públicas para o desenvolvimento dos indivíduos não exclui a sua responsabilização” (Netto, 2011. p. 36).

Os investimentos na qualificação da força de trabalho pela fundação do SENAI, em 1942, e do Sesi, em 1946, demonstram a tentativa de superação da concepção de incapacidade e dependência dos trabalhadores.

A principal tarefa do Serviço Social modernizante consistia, portanto, em mudar comportamentos, e em especial tornar o trabalhador competitivo, uma vez que o monopólio aumenta quantitativamente os trabalhadores no exército industrial de reserva.

A modernização exigia não somente mudanças econômicas e sociais no pós-guerra, como também se alteravam as condições políticas. Na passagem de ditadura à democracia¹⁴⁰ no Brasil e, por sua vez, a classe trabalhadora demonstrava força política pela ampliação da base de apoio ao Partido Comunista na tática de Frente Popular e pela organização sindical dos trabalhadores¹⁴¹.

Resultante da fase imperialista os períodos demarcados pelo nacional-desenvolvimentismo¹⁴², politicamente, se traduzem na mobilização da coletividade, na valorização do trabalhador, na promessa de superar a miséria e a pobreza pelo desenvolvimento, que resultaria na paz social e política, na garantia da ordem e segurança.

Engendraram-se, portanto, esforços para a transição da forma de “atraso - modelo primário exportador - entrave ao desenvolvimento e progresso - para modelo industrializante - expansão do desenvolvimento” (Iamamoto & Carvalho.2011, p, 375).

A força de trabalho e a tecnologia, aproveitadas ao máximo, favoreciam a expansão da acumulação capitalista e a socialização dos custos de reprodução da força de trabalho, canalizadas para o Estado através do financiamento de políticas públicas.

A afinidade do desenvolvimentismo com o Serviço Social não se processa imediatamente. Havia certa indiferença e, até mesmo, certa resistência, com relação ao projeto de fazer as massas trabalhadoras tornarem-se participativas, autossuficientes e mais competitivas, contrastando com a concepção de dependência e tutela do trabalhador que prevalecia no Serviço Social tradicional.

No contexto do nacional-desenvolvimentismo e da Guerra Fria, o trabalho adquiria expressão concreta e material e não somente espiritual e moral. Ampliam-se, assim, as relações entre as entidades patronais e o Serviço Social.

Nessa direção, o Estado e os empresários aumentam seus investimentos na ampliação do trabalho excedente, tanto em capital fixo (tecnologia), como em tecnologia social. Paulatinamente, a intervenção profissional, assume as tarefas técnicas de mudanças e promoção social dos trabalhadores, as quais incidem no custo do trabalho.

¹⁴⁰Vargas concede anistia aos presos políticos e permite a organização de partidos. No entanto, sua nova postura não agradou os militares e Vargas é deposto em outubro de 1945.

¹⁴¹ Em 1930, trabalhadores filiados, que somavam 180.000, passaram a 475.000 em 1945. a Confederação dos Trabalhadores da América Latina, contava com seis milhões de filiados em 1948 (Dabene, 2003,). No Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) organiza-se a oposição ao sindicalismo oficial, que no ano seguinte se converte em Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) (Matos apud Montañó & Duriguetto. 2001,).

¹⁴² Governo de Juscelino Kubitschek no período de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961 e governo de Jânio Quadros no período de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961

O Serviço Social, nesse período, irá desencadear a atualização de tendências da intervenção profissional, buscando romper com a noção de dependência e fragilidade das massas trabalhadoras, orienta-se pelas técnicas e métodos que favoreciam a adaptação desses à competitividade do mercado.

Esta novidade no exercício profissional perpassa, pela adaptação social implica no aumento da produtividade e da exploração do trabalho na esfera da produção e no acirramento da concorrência e da competitividade nas forças do mercado concebidas como naturais.

Os objetivos da prática social na industrialização e no desenvolvimentismo explicitam o envolvimento do Serviço Social com o trabalho e o engendramento de mecanismos da classe capitalista e do Estado, para coordenar, planejar e implementar novos padrões produtivos coerente com o novo padrão de sociabilidade.

O nacional-desenvolvimentismo foi constituído pelas confluências e poucas divergências na adaptação nacional ao padrão econômico e político norte-americano, sob a lógica do bem comum, vai se espraiando e se convertendo em projeto de nação, garantindo a liberação econômica para a expansão capitalista. Aparentemente, essa ideia fluía em todos os setores da sociedade, incluindo tanto as forças conservadoras quanto o movimento comunista.

Há de se levar em conta que, após 1956, com a quebra do monopólio da tradição do PCB pelas denúncias dos crimes de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista na União Soviética, as tendências ou matizes internas comunistas desencadearam uma crise orgânica em 1956-57. O Partido Comunista Brasileiro, liberado das imposições soviéticas, impulsiona o debate interno na busca da unidade política para o projeto estratégico socialista na disputa com o positivismo da burguesia conservadora¹⁴³.

Teoricamente, a intelectualidade de esquerda buscava acompanhar os giros táticos do movimento comunista que variava historicamente entre a centralidade revolucionária da classe trabalhadora e alianças com a burguesia nacional, especialmente para os países de capitalismo atrasado e dependente. O tema do movimento nacionalista e a concepção de revolução brasileira dividem o movimento comunista que se referenciam em diversas correntes marxistas.

Quando tudo parece sob controle, sem maiores resistências nem significativos questionamentos sobre a presença do capital estrangeiro ou sobre o imperialismo norte-americano, a aparente tranquilidade econômica e política do nacional desenvolvimentismo é

¹⁴³ A ampla difusão pela revista Estudos Sociais, reforçava o propósito de estimular a polêmica entre os marxistas e outras correntes de pensamento. Esse confronto das ideias contribui com as produções do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que se consolida como referência marxista no Brasil (Netto, 2008; Silva, 1991).

perturbada: “A poucos quilômetros da Flórida, a Revolução Cubana, em 1959, implicaria num autêntico abalo sísmico” (Dabene.2003, p. 137).

A década de 1960 se inicia sob o impacto da Revolução Cubana, que rebate nas universidades latinoamericanas, especialmente nas produções de ciências sociais com referência no marxismo. Entretanto, no Brasil, o materialismo histórico serve muito mais como uma chave heurística para análises da conjuntura do que para estabelecer uma relação teórica com a prática política (Lowy. 1998; Netto. 2008).

2.3 Trabalho e dimensão política do Serviço Social: do desenvolvimentismo à introdução do marxismo

A vitória castrista em Cuba e os interesses comerciais do imperialismo no mercado latino-americano forçam os Estados Unidos a dedicar especial atenção para a América do sul. A imposição do seu padrão liberal econômico não seria mais válida para seu padrão político e assim, passa a admitir a supressão da democracia, tolerando os golpes militares.

Entre os anos que decorrem da revolução cubana até a ditadura militar a inserção do Brasil no livre mercado consolida-se na divisão internacional do trabalho¹⁴⁴ e, concomitantemente, o Serviço Social afirma-se institucionalmente pela execução das políticas públicas e de serviços dos setores empresariais.

O perigo comunista que rondava a mistificada harmonia de paz social da ideologia dominante brasileira, mediada pela Aliança para o Progresso¹⁴⁵, e a expressividade do governo para o desenvolvimentismo brasileiro, configuravam-se especialmente com relação ao trabalho, pelo tripé: eficiência, moralização e despolitização.

O projeto janista¹⁴⁶, que se sustentou por menos de um ano, se expressava como uma nova estratégia desenvolvimentista, que buscava conciliar o crescimento econômico dentro da

¹⁴⁴Através do Tratado Multilateral de Livre Comércio, foi criado o Mercado Comum Centro-americano, em 1958. A Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) foi criada pelo Tratado de Montevideu, em 1960 (Dabene. 2003).

¹⁴⁵ Em 1961, ameaçados pelas revoltas na Bolívia (1952) e em Cuba (1959), quando quase todos os países latino-americanos já haviam optado pelo livre comércio, a Conferência Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos, cria a Aliança para o Progresso. Preconizada pelo presidente norte-americano J.F. Kennedy essa Aliança lutaria pelas desigualdades regionais, promovendo o desenvolvimento nas Américas, reafirmando a democracia através do anticomunismo. (Dabene. 2003)

ordem, o aumento da produtividade e o aumento de salário real. Como uma proposta de humanização do capitalismo a concepção de trabalho era centrada no respeito e na dignidade no homem, que entrecruzava com a necessária qualificação do trabalhador, com certa liberdade sindical e estímulo para a ampliação de suas capacidades (Iamamoto & Carvalho, 2011).

Com forte apelo social como projeto societário estabelecia-se certa afinidade entre o programa de governo da época e a formação profissional cristã-humanista que respaldaria a adesão ideológica do Serviço Social à racionalidade do nacional desenvolvimentismo¹⁴⁷

Com relação à concepção de trabalho desse período substitui-se o antigo binômio igreja/família pelo trinômio escola/indústria/família com o objetivo de socialização e controle social das massas trabalhadoras (ibidem).

Para Netto (2011), os projetos de desenvolvimento burgueses e a contrafação ideológica que atravessam a trajetória do Serviço Social “convertem o desenvolvimentismo na ideologia do promocionalismo” (Netto, 2011. p. 130).

A dimensão política da profissão, nas incidências desenvolvimentista do país assumia o caráter promocional do Serviço Social na afirmação de que promover é capacitar (ibidem). Desse modo, nesse projeto societário, se reproduz como vertente modernizadora de intervenção profissional, pautando-se nas técnicas de habilitação de indivíduos e grupos, visando a realização integral do homem, no desenvolvimento de suas potencialidades.

Nessa perspectiva desloca-se frequentemente o conflito de classes para a responsabilização dos indivíduos trabalhadores, a questão social é fragmentada em problemas sociais, cujas medidas preventivas e paliativas cumprem a função de aliviar tensões da competitividade do mercado para conservar a acumulação do capital.

Na concepção abstrata de indivíduos e coletividade, o promocionalismo, na ação profissional não supera a concepção de carência e dependência do Serviço Social tradicional com relação aos seguimentos mais pobres da população. E dessa forma, limitavam-se as propostas de crítica ou entendimento da desigualdade econômica resultante da contradição do capital e do trabalho.

Entretanto nesta formulação, que coadunava a tendência modernizadora com o promocionalismo, há certa oposição ao Serviço Social tradicional e assistencialista, com a

¹⁴⁶ A postura de Jânio Quadros fez dele o presidente com o maior número de votos até então, que caracterizava o governo aparentemente apertado e acima dos partidos, justiceiro e adversário da corrupção, comprometido apenas com o povo.

¹⁴⁷ O II Congresso Brasileiro de Serviço Social adota, em plena vitória eleitoral de Jânio Quadros, o tema de “desenvolvimento nacional para o bem-estar social”.

proposta de uma abordagem técnica operacional em função do modelo básico de desenvolvimento,

Segundo a lógica do promocionalismo, a intervenção do Serviço Social seria um meio de preparar as massas trabalhadoras para competitividade do mercado, determinadas paradoxalmente por um Estado centralizador, autoritário e burocratizado, que frequentemente explicitava a sua contradição com o desenvolvimento capitalista de inspiração liberal norte americana.

Assim a contradição entre dependência e promoção social, que se estabelece nessa perspectiva política do Estado modernizador, reproduz-se nas suas instituições e na proposta prática do Serviço Social, especialmente, no sentido de tentar reverter a tutela e o paternalismo das ações assistencialistas dirigidas aos trabalhadores para adequá-los às demandas institucionais do Capital internacionalizado e do Estado desenvolvimentista.

O Serviço Social se vale dessa demanda, amplia seu campo de trabalho, ocupando coordenação e execução de programas e projetos nas grandes empresas, nas administrações municipais, instituições assistenciais (privadas e públicas) e em outros espaços sócio ocupacionais.

A partir de então, a intervenção do Serviço Social supera o seu desencontro com o projeto nacional desenvolvimentista, pelas diversas modalidades do Desenvolvimento de Comunidade e do promocionalismo, na perspectiva de justiça social,

Esse período, portanto, não só consolida a institucionalização e legitimação do Serviço Social¹⁴⁸, com reconhecimento social de suas atribuições e competências na divisão social do trabalho, como favorece a função do Serviço Social no padrão de integração à dinâmica capitalista, tendo no Desenvolvimento de comunidade a expressão de um instrumento de “indução de modificações no meio social” (Netto, 2011, p. 129).

Em que pese os sincretismos (ideológicos e científicos) do Serviço Social, a prática indiferenciada da filantropia dos problemas sociais resolviam-se numa pauta programática para a organização da comunidade que não se esgota nas teorias funcionalistas norte-americanas, combinando componentes conservadores e modernizantes no Desenvolvimento de Comunidade, que praticamente se generaliza nos anos 1960, relacionando estudos psicossociais e dinâmicas de grupo com a multiplicidade de problemas da estrutura social (Iamamoto & Carvalho. 2011, p. 363).

¹⁴⁸A Lei 1889, de 12 de junho de 1953, regulamenta em 1954, em nível federal, o ensino de Serviço Social. A Lei 3252, de 27 de agosto de 1957, regulamenta o exercício profissional e o diploma. O decreto-lei 994, de 15 de maio de 1962, regulamenta a definição dos requisitos, atributos e prerrogativas dos profissionais e suas organizações representativas (CEAS, CRAS) (Iamamoto & Carvalho, 2011).

Esse novo sentido da prática social qualificava a intervenção perante a população (e aos outros técnicos da área social) sem maiores conflitos com o desenvolvimentismo

Assim, o Serviço Social adere à funcionalidade sociopolítica do Desenvolvimento de Comunidade, que existia num plano mundial como resposta social, política e ideológica à nova ordem econômica e política pós-Segunda Guerra. Com métodos e técnicas “emanadas da nação hegemônica”, ele se expressa como elemento de importância na política assistencial do governo, na renovação de ideias, valores e orientações de comportamento.

O Serviço Social, através do Desenvolvimento de comunidade, participa do projeto desenvolvimentista para dinamizar a integração dos trabalhadores ao progresso capitalista, contribuindo num processo de mudanças estruturais.

Como parte do investimento no fator humano o Serviço Social de grupo e o desenvolvimento de comunidade compõem o conjunto de soluções técnicas para os grandes problemas estruturais.

Ainda nesse período entre a revolução cubana e o golpe militar no Brasil, o movimento comunista articula a frente nacional desenvolvimentista como um processo decorrente da Declaração de março de 1958, na tendência de afirmar a tática de alianças entre a classe operária com setores da burguesia, ao mesmo tempo em que, no Serviço Social, se “indicavam a criação de núcleos capazes de vinculá-lo a projeções societárias pertinentes às classes exploradas” (Netto, 2008, p. 257).

Nesta direção, com o acúmulo das práticas de desenvolvimento de comunidade firmam-se as bases sociopolíticas da reconceitualização do Serviço Social, que em boa medida aglutinava profissionais ligados aos movimentos da juventude católica, das comunidades eclesiais de base, da cultura popular referenciada em Paulo Freire que favorecem a formação da vertente de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional no período do regime militar.

O golpe militar de 1964 foi um dos mais significativos exemplos do fracasso da Aliança para o Progresso, na sua tentativa de democratização caótica que, desde 1946, unia os capitalistas americanos contra o comunismo (Dabene, 2003).

A postura econômica do regime militar, em linhas gerais, segue o fluxo dos parâmetros econômicos do desenvolvimentismo. Há semelhança em termos de produtividade e liberalização do mercado, se diferenciando pela burocratização e centralização tecnocrática do governo militar. A esse contexto somava-se a aplicação de métodos heterodoxos econômicos e ainda os déficits nas contas externas (Dabene, 2003).

A política repressiva e autoritária do Estado brasileiro, nesse período, com a assistência militar norte-americana, provoca tanto a resistência democrática dos militantes do partido comunista aliados aos setores da classe média, quanto à organização da luta armada das organizações guerrilheiras rural e urbana, que se referenciavam em diferentes intérpretes marxistas.

No período do regime militar (de 1964 a 1985), sabe-se que qualquer iniciativa de oposição à ditadura era passível de repressão direta e enquadramento nos métodos coercitivos legais. Esses mecanismos também se faziam presentes nas universidades. Após 1964, vigorava o patrulhamento ideológico da produção de conhecimento e da lógica empresarial patrocinada pelo capital privado.

Quanto a esse processo são precisas as observações de Netto (2008) sobre a refuncionalização do sistema educacional e bastante vasta a literatura impressa e digital que aborda a repressão às organizações do movimento estudantil e a intimidação dos professores no bojo das reformas educacionais do regime militar, para adequar a educação ao projeto modernizador. (Montaño & Duriguetto, 2011; Batalha, 1998; Dabene, 2003).

A especificação do AI-5 (Ato Institucional número 5), dirigido ao sistema educacional através de medidas que combinavam contenção e reformas de estrutura explica a extensão da censura a que eram submetidos os marxistas que sobreviviam à repressão imposta a eles, além do confronto direto, o cerceamento do debate e a divergência de ideias (Romanelli apud Netto, 2008, p. 60).

As décadas do regime militar compreendem trajetos e lutas que desborda o objetivo aqui proposto, entretanto, para se destacar a concepção de trabalho e a dimensão política do Serviço Social nesse período, delimita-se o ambiente acadêmico, como espaço privilegiado para a apreensão dos elementos ideológico-políticos que rebatem no âmbito profissional do Serviço Social envolvendo militantes dos grupos marxistas que se organizam na resistência e enfrentamento da ditadura.

Desse modo, na perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social e sua aproximação com o marxismo polariza-se os embates no Serviço Social demarcando as disputas de distintos projetos profissionais (Silva, 1991; Netto, 2008).

Nesse período, pelo engajamento de assistentes sociais na luta contra a ditadura militar, rebatiam na profissão diferentes interpretações marxistas não somente teóricas, mas também de diferentes aplicações práticas que se configuravam nas organizações políticas no campo de esquerda (Silva, 1991).

Assim como diferenças internas no campo da esquerda no enfrentamento da ditadura distinguia os grupos de militantes marxistas, também no Serviço Social brasileiro havia profissionais inseridos no movimento católico progressista, nas organizações guerrilheiras e na defesa democrática conciliatória (ibidem).

Na disputa de projetos profissionais polarizavam-se, de um lado, os projetos profissionais tradicionais, reformistas de inspiração norte-americana na tendência modernizadora, e de outro, as propostas referenciadas na realidade latino-americana e brasileira na intenção de ruptura com o conservadorismo profissional que deflagra o movimento de reconceituação do Serviço Social.

O processo inicial do movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil ficou marcado pelo Seminário de Araxá em 1967. O documento que resulta deste seminário expressa a direção política voltada para a realidade brasileira e latino-americana.

As críticas ao modelo tradicional da profissão referia-se à prática institucionalizada relacionada ao atendimento sob a forma de desajustamentos tanto dos indivíduos como das estruturas sociais, entretanto, reproduz em boa medida a ideologia nacional-desenvolvimentista, sem necessariamente atingir o nível explicativo das determinações concretas e materiais do processo contraditório da acumulação capitalista (Ammann, 1984).

Nessa ótica, em si as propostas do Documento de Araxá não eram em nada contraditórias, sua vinculação ideopolítica, pode ser identificada com os interesses dominantes da época, num misto de ação moralizante e técnica, sem necessariamente sustentar sua proposta em categorias científicas para a pretendia ação reflexiva e interventiva.

Após a Revolução Cubana, a nova ciência social marxista insere-se na universidade brasileira e reproduz os debates que faziam parte da pauta na esquerda latino-americana (Lowy, 1994).

A emergência do marxismo acadêmico parece compatibilizar as medidas restritivas do regime, conduz a certa incorporação de um marxismo dissociado da prática política, caracterizando-se tanto pelo oportunismo teórico, como pela reprodução do conhecimento marxista superficial ou deturpado pelos vulgarizadores das obras de Marx (Netto, 2008).

Nos limites do ambiente acadêmico da década de 1970, a resistência dos intelectuais adquire uma configuração não necessariamente orgânica e partidária para responder aos influxos do vazio cultural produzido pelo regime militar (ibidem).

Nesta perspectiva, a trajetória histórica do Serviço Social se entrecruza com o percurso de assistentes sociais que atuavam nas unidades de ensino, na direção das entidades

representativas do Serviço Social e participavam dos programas de pós-graduação adotando o marxismo como referencial explicativo da realidade.

No contexto que evidenciavam os sinais de crise do regime ditatorial militar, demarcam os estudos sistemáticos do marxismo nos programas de pós-graduação do Serviço Social no Brasil, configurando-se no ambiente de debate e crítica, resultantes dos seminários Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS) em 1973 e pelo rompimento do isolamento da esquerda, a partir de 1978 nos encontros do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), bem como, a formulação metodológica das propostas de Belo Horizonte, em 1975 irão mudar os rumos no Serviço Social brasileiro.

Na proposta da Universidade Católica de Minas Gerais, que assumiria a forma do Método Belo Horizonte para o Serviço Social, na década de 1970, se constitui como um marco do momento de emersão da intenção de ruptura com o Serviço Social conservador, expressando as articulações entre o marxismo no encaminhamento teórico-prático da profissão¹⁴⁹.

A referência marxista é explícita nessa proposta. A representação do assistente social como agente de transformação está conectada à noção de apelo ao povo, que se estende na generalidade com que a proposta remetia à transformação social, tanto por razões teóricas, como posicionamentos político-ideológicos (Netto, 2008).

No que se refere à concepção de trabalho e a dimensão política do Serviço Social da proposta de BH, observa-se certo deslocamento do eixo filosófico-cristão e econômico que prevalecia até então para a centralidade política no povo oprimido como marco da emersão da intenção de ruptura com o conservadorismo da profissão.

A proposta de reconceituação do Serviço Social do Método Belo Horizonte para o Serviço Social inspirava-se na aposta da possibilidade revolucionária das massas camponesas, com apoio do proletariado para a ruptura com o modo de produção capitalista e sua respectiva forma social burguesa.

Nessa linha de pensamento a concepção de trabalho no Serviço Social converge com a exploração e opressão de classe da concepção marxista, assumindo o posicionamento ideológico-político de esquerda, no contexto da ditadura militar, e assim torna explícito o projeto profissional estrategicamente vinculado à transição societária.

¹⁴⁹Os problemas da sua aplicação prática e a revisão posterior não diminuem a expressividade e a representação dessa formulação na trajetória histórica do Serviço Social. Encontra-se em Netto (2008) fecundas contribuições sobre essa proposta e sua aplicação.

Esse posicionamento, portanto, contrasta com as abstrações burguesas e fornece consistência à base sociopolítica do Serviço Social crítico, diametralmente oposto às concepções de trabalho do Serviço Social e à dimensão política da profissão de suas origens e dos períodos de modernização conservadora.

Entretanto, leva-se em conta que o marxismo no Serviço Social adquire formas distintas e, muitas vezes conflitantes entre si, tais influxos reproduzem a crise orgânica do movimento comunista do final dos anos de 1950, as cisões e as organizações clandestinas de referências marxistas que atravessam as tumultuadas décadas de 1960-70, referenciando-se nas orientações de Mao Zedong¹⁵⁰, Régis Debray e Che Guevara com apelo à defesa do povo e à aplicação prática da guerrilha rural. (Lowy, 1994).

A incorporação do pensamento marxista no Serviço Social se expressa na articulação de segmentos militantes formados por profissionais da esquerda com a reconceitualização da profissão, também através da introdução de estudos dos intérpretes de Marx, especialmente Gramsci e Lukács, bem como o pensamento de Althusser (Silva, 1991).

Na década de 1980 o marxismo no Serviço Social se consolida com a maturidade forjada pelas angulações presentes na conjuntura, entre as tendências e organizações de esquerda, evidenciando as diferentes correntes do marxismo no âmbito da luta política que rebatiam internamente na profissão no enfrentamento da ditadura militar. (Silva, 1991; Lowy, 1994; Netto, 2008; Iamamoto & Carvalho, 2011).

É demonstrado por Silva (1991) que o marxismo adotado por assistentes sociais militantes da esquerda católica não se traduz em um grupo que se propunha a introduzir organicamente elementos derivados da tradição marxista no Serviço Social, tratava-se, sim, de uma revisão individual do pensar e do agir, que tomava uma forma política¹⁵¹.

Ainda segundo Silva (ibidem), o marxismo do Serviço Social é referência do momento de emergência da intenção de ruptura com o conservadorismo, entretanto, prevalece o humanismo pelo compromisso com a classe oprimida e a missão evangélica reatualizada e filtrada pelo sentimento de emancipação humana dentro do pensamento católico.

¹⁵⁰ A corrente maoísta, inspirada na República chinesa e na revolução cultural (1966) de Mao Zedong (Mao Tse Tung), foi referência do movimento cristão organizado no Brasil denominado Ação Popular, e do Partido Comunista do Brasil (PC do B, fundado em 1962) (Lowy, 1994).

¹⁵¹ No entanto o marxismo do Serviço Social caracterizava-se tanto pela ausência de aplicação prática, como pela “radicalização da ação política” diretamente ligada às organizações de esquerda (Silva, 1991, p. 441).

Trata-se, em boa medida, de um marxismo despojado do horizonte estratégico socialista e do sentido classista de emancipação da classe operária, sob a perspectiva de superação da sociedade burguesa e do desenvolvimento do indivíduo social¹⁵².

Na resistência ao regime militar as referências marxistas buscam superar os influxos da doutrina stalinista e pela política cultural do PCB parte da intelectualidade comunista respalda-se em Lucács¹⁵³ e na obra gramsciniana que adquire expressividade na segunda metade dos anos de 1970. Nessa década, as publicações de jovens comunistas, demarcam a discussão de diferentes correntes marxistas, e em especial, a difusão do marxismo na perspectiva lukacsiana, por sua densidade filosófica e rigor metodológico (Frederico, 2007).

No entanto essas características não são suficientes para evitar a preferência por Gramsci, principalmente quando alguns comunistas brasileiros aderem à via democrática para o socialismo sob os influxos do eurocomunismo moderado (ibidem).

Na Universidade em geral, tornava-se mais propícia à aceitação de Gramsci domesticado e vinculado ao eurocomunismo. Diferentemente, as ideias de Lukács não circulam no meio acadêmico, há certo desprezo e resistência à aceitação de suas obras, e somente na década de 1980 Lukács torna-se objeto de estudo (ibidem).

2.4 A concepção de trabalho e a dimensão política no processo de consolidação do Serviço Social crítico

Em boa medida a ruptura com o conservadorismo do Serviço Social, como processo de consolidação é demarcado teoricamente pela concepção de capital versus trabalho, como categoria central do ensaio de Marilda Iamamoto que se refere à legitimidade e crise do Serviço Social no processo de reprodução da força de trabalho e das relações sociais, publicado em 1982.

¹⁵² Ressente-se da ausência de explicações sobre os referenciais teóricos marxistas que provavelmente tenham influenciado o Serviço Social nessa época com relação ao maoísmo (Charles Bethelheim), a teologia da libertação (Padre Guterrez), o humanismo revolucionário (Goldman e Lefebvre) e o marxismo ocidental (Gramsci, Lukacs). O que se consegue apreender é uma forte tendência à crítica ao estruturalismo marxista de Althusser (determinações dos aparelhos ideológicos do Estado).

¹⁵³ Na política cultural do PCB, no pré-64, Lucács adquire relevância teórica na intelectualidade comunista pelas críticas ao realismo soviético na literatura, bem como, sua obra *Historia e Consciencia de classe* chama a atenção dos Trotskistas, estes intelectuais jovens divulgadores das idéias lukacsianas não necessariamente estavam ligados à vida acadêmica tampouco à direção partidária.

Nesse processo o projeto profissional crítico se refere à concepção marxista do capital em contradição ao trabalho na crítica à economia política, articulado ao significado social da profissão que converge para uma dimensão política orientada pelo pensamento de esquerda do Serviço Social.

Essa dimensão política da profissão reorienta o trabalho profissional na sua relativa autonomia, com uma visão estratégica na construção de outra sociedade e no compromisso explícito na defesa dos interesses da maioria da população.

Nessa direção o significado social da profissão é o fio condutor que liga o trabalho às políticas sociais e aos serviços voltados para a reprodução da força de trabalho, bem como, conectados à dinâmica do valor e, dessa maneira, consagra a maturidade da intenção de ruptura com os projetos conservadores, estabelecendo um novo dimensionamento político do Serviço Social, na divisão sociotécnica do trabalho e na institucionalidade burguesa (Iamamoto, 2011; Netto, 2008).

As determinações das instituições sociais tomadas como históricas e transitórias, responde não só à manutenção, como também à superação do projeto societário burguês, que requer a apreensão das determinações concretas da acumulação do capital, na “relação teórica e prática sustentada nos aportes da análise crítica e alternativas operativas” (Netto, 2008, p. 305).

A dimensão política referenciada na teoria social de Marx, além de constituir as bases ideológico-políticas do Serviço Social, justifica, em boa medida, a formação pedagógica de nível superior para a compreensão do processo histórico real e do significado social da profissão.

Nessa perspectiva, o assistente social é um agente técnico especializado, conhecedor do seu papel sociopolítico e profissional, com exigências teóricas e implicações prático-operativas e políticas.

Deve-se levar em conta que nesse processo de consolidação da proposta crítica da profissão, os influxos conservadores não são radicalmente eliminados do âmbito profissional, mesmo porque o Serviço Social e suas alterações reproduzem o conflito de projetos sociais mais amplos.

Entretanto, no processo de consolidação da proposta de intenção de ruptura com o conservadorismo profissional, centra a produção de conhecimento e o posicionamento político dos assistentes sociais na crítica à contradição entre o capital e o trabalho.

Nesse contexto a complexidade das instituições burguesas forjam, ao mesmo tempo, o significado social e a dimensão política da legitimidade profissional, que se traduz em

articulações, tanto nas atividades econômicas (reprodução da força de trabalho), como nas configurações políticas (ampliação da democracia na reprodução das relações sociais) (Iamamoto, 2011).

A essas articulações vincula-se no Serviço Social, a contradição capital versus trabalho com a luta de classes que exige certo posicionamento político pela intervenção que se expressa não somente como instituição regulatória moral e ideológica, mas também na reprodução da força de trabalho, o que impede tratar as questões econômicas e políticas como polos exclusivos na acumulação de riqueza.

Assim, o Serviço Social é compreendido, tanto pela sua intervenção na redução dos custos de produção como na reprodução ideológica dos mecanismos de dominação do Estado burguês, que delimita seu objeto e objetivos nas formas alternativas de superação das refrações da questão social.

A dimensão política da profissão, nessa perspectiva, vincula-se à direção do Estado¹⁵⁴ e da classe capitalista no jogo do mercado que, ao mesmo tempo, articula as variações de preço da força de trabalho com a política social para a reprodução da força de trabalho através da prestação de serviços sociais básicos. Os serviços sociais são, portanto, “um meio de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho” (Iamamoto & Carvalho, 2011, p. 108).

A legitimidade do Serviço Social, como processo contraditório tende a se identificar, tanto com a conservação dos interesses da classe dominante, quanto com a superação da exploração material que se expressa nas condições concretas da vida da maioria da população.

Nessa contradição, pesam os princípios ético-políticos do Serviço Social, que mesmo tensionado pelo mercado de trabalho e por tendências conservadoras, constrói alternativas de intervenção para reverter a demanda do capital e reorientar a prática profissional para os interesses da classe trabalhadora.

O significado social e a legitimidade do Serviço Social, que se fundamenta, portanto, na centralidade do trabalho na vida social, requer a articulação da competência (crítica), com a habilidade (operativa) e a aptidão (científica), para o exercício permanente da apreensão teórica e aplicação prática na relação do trabalho com a dimensão política da profissão.

Os encaminhamentos que dizem respeito à profissão são construídos coletivamente através das discussões nos congressos, encontros, seminários, oficinas no processo de

¹⁵⁴É no Estado que se situam as estratégias políticas que orientam a reprodução da força de trabalho, das relações sociais e das políticas sociais. Os programas, projetos, serviços e benefícios que dela derivam explicitam os interesses da classe dominante segundo a concepção política dos grupos que os controlam, através dos regimes e formas de governo que variam historicamente (Iamamoto & Carvalho, 2011, p.111).

formulação e consolidação do que se constitui atualmente como projeto ético político profissional. (Ramos apud Silva, 2009)

A Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social, ABESS criada em 1946, atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), historicamente é a entidade responsável pelo projeto de formação profissional na organização de debates para a revisão, deliberação e acompanhamento da implementação do currículo mínimo e das atuais Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social.

Nesses encaminhamentos também contribuem, desde os anos 1990, os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, enquanto fóruns de debates e de produções de conhecimento e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social, em conjunto com as entidades citadas, compõem o complexo-organizativo da profissão. O Conselho Federal redimensionado a partir de 1980 supera seu caráter policialesco, e afirma-se como entidade responsável pela fiscalização da profissão na coordenação do processo de discussão e aprovação do Código de Ética de 1993, insere-se nos debates públicos na defesa dos interesses da maioria da população integrando-se em instancias deliberativas das políticas públicas. (Ramos apud Silva. 2009)

Os projetos profissionais formulados coletivamente nas discussões e encaminhamentos para sua consolidação, resultam de diferentes projetos societários fundamentados em valores que os legitimam e nas escolhas de meios para alcançá-los (Netto apud Silva, 2009).

No âmbito das estruturas dinâmicas que fazem parte da organização da profissão forjam-se, estes projetos, no exercício coletivo no qual se reúnem diferentes posições adotadas pelos próprios profissionais, daí ser a dimensão política do projeto profissional do Serviço Social a síntese de um universo heterogêneo, com varias posições ideológicas e políticas, que se configuram como um campo de tensões e lutas, que supõe pluralidade de ideias e divergências de opiniões, sendo o pluralismo, “um elemento factual da vida social e da profissão” (Yasbeck, Martinelli e Raichelis, Guerra apud Silva. 2009, p 636).

Entre o currículo do Serviço Social de 1982 com influxos modernizadores e as Diretrizes Curriculares de 1996 homologado em 2001, há um avanço teórico metodológico que se concretiza na formação acadêmica através dos currículos das Unidades de Ensino e no atual Projeto ético- político profissional que abarca o conjunto de assistentes sociais e as entidades representativas do Serviço Social.

2.5 Aspectos do currículo do Serviço Social de 1982 e a centralidade do trabalho nas Diretrizes Curriculares de 1996

No contexto que antecedeu o currículo do Serviço Social de 1982, as mudanças na economia e na política brasileiras desde a segunda guerra, marcam a influência dos EUA na produção de conhecimento do Serviço Social durante duas décadas (Ammann. 1984).

O desenvolvimentismo brasileiro na segunda metade da década de 1950 acentuava as divergências no Serviço Social entre profissionais tradicionais e aqueles que buscavam a “análise e síntese de seus componentes universais, de seus elementos de especificidade e de sua adequação ao contexto econômico-social da realidade brasileira” (ibidem, p. 153).

A revisão curricular de 1982 pautava um profundo debate sobre o projeto profissional, que polarizava no movimento de reconceituação do Serviço Social, diferentes vertentes.

No processo histórico da profissão, era superada a influência da igreja católica, perpassando pela assistência técnica e financeira dos Estados Unidos através de cursos de pós-graduação para assistentes sociais brasileiros no pós II Guerra e pela adesão do Serviço Social à ideologia nacional desenvolvimentista a partir de 1961, tendo como marco o II Congresso Brasileiro de Serviço Social.

Até chegar ao currículo mínimo de 1982 as discussões, sobre o projeto profissional, organizadas pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais- CBCISS mobiliza profissionais voltados para a teorização do Serviço Social que elaboram o Documento de Araxá em 1967.

A proposta de revisão curricular resultante de discussões desde 1978/79 demarca os influxos do documento de Araxá que contrasta com as propostas de Belo Horizonte (o método BH) e de outras Universidades como o Curso de Serviço Social da PUC-SP, referenciadas no materialismo histórico dialético e no projeto de formação crítica na perspectiva de ruptura com o conservadorismo do Serviço Social.

A XXII Convenção Nacional da ABESS em 1979, em Natal, com o tema sobre a Prática na Formação Profissional, nos limites que correspondem a este período histórico, aprova a proposta de currículo mínimo, que foi referendada pelo Conselho Federal de Educação em 1982 através do parecer n. 412/82(Ammann. 1984).

Neste currículo aprovado em 1982, a formação do Serviço Social, entendida como profissionalizante, buscava a especificidade da prática profissional, no movimento dirigido e, ao mesmo tempo, espontâneo do Estado e das instituições da sociedade civil.

Com a intervenção profissional na representação da população sobre o contexto social, o assistente social conseguiria repassar através de seus instrumentos e técnicas, um nível de consciência capaz de fazer essa população “perceber a sua realidade nas relações inter-humanas, na perspectiva do homem como sujeito histórico que pressupõe a consciência de si e do outro no processo de construção do mundo” (Currículo mínimo de 1982 apud Yasbeck, 1984, p. 43).

O relacionamento como instrumento da prática do Serviço Social evidenciava a contradição entre o Serviço Social de casos individuais, que pretendia ser superada pela proposta da metodologia do Serviço Social, sem divisões entre o Serviço Social de caso, grupo e comunidade, que segundo Netto (1984) há certa confusão entre metodologia e procedimentos de intervenção, na referida metodologia se revelava o ecletismo, com influxos teóricos (do sociologismo e do psicologismo) e políticas (do desenvolvimentismo).

Nesta proposta curricular não incorpora a interpretação da ABESS sobre formação profissional e o contexto histórico da realidade nacional onde se insere a ação profissional, a ausência dessa análise, as indefinições no todo da proposta se reproduzem nas disciplinas e nas ementas (Yasbeck, 1984).

Na crítica de assistentes sociais mais atentos, envolvidos na vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo profissional, o revisionismo curricular do Serviço Social se revelava como oportunismo político, pela proposta que se apresentava, como novidade em relação ao assistencialismo do Serviço Social tradicional principalmente, pela frouxidão das exigências teórico-metodológicas.

As categorizações, a ausência de rigor científico, a desvinculação dos conhecimentos teóricos e práticos, nesse currículo para o Serviço Social, segundo Yasbeck (1984) comprometia a formação e a intervenção do Serviço Social, pela falta de coerência entre a prática e teoria e análise da realidade (econômica e política).

A avaliação crítica desse currículo remete à perspectiva de construção do projeto profissional, no rompimento com o Serviço Social tradicional e conservador, na medida em que se vincula à teoria social de Marx, fundamenta-se na análise do modo de produção capitalista, na totalidade econômica e política, em suas mediações que se expressam na realidade brasileira e também na trajetória histórica profissional como processo histórico.

O projeto crítico da profissão na intenção de ruptura com o conservadorismo profissional une a teoria e a prática, compreendendo a ação do assistente social, que, entre fortalecer os interesses da institucionalidade burguesa, opta pela defesa do interesse da classe trabalhadora maioria da população.

Dessa forma, a formação prevê subsídios teóricos e práticos para interpretar a conjuntura e, na perspectiva de construir alternativas nesta mesma institucionalidade como espaço de luta entre os interesses antagônicos das classes sociais.

Para tanto a formação profissional referencia-se em um projeto da profissão com direção social definida, que admite o discurso humanista, entre as motivações que levam a procura dessa formação, compreendido como um dos componentes de resistência á ordem social vigente. Este componente na formação serviu como objeto de desmistificação pela compreensão do significado social e histórico da profissão na sociedade de classes.

Em resumo, nesse processo histórico da profissão a ruptura teórico-prática dos aportes tanto da influência norte-americana como da visão neotomista, também buscam romper com a concepção de trabalho como virtude do Serviço Social tradicional que no processo histórico vai sendo substituído pelo significado objetivo do trabalho, ligado à eficiência e qualificação do trabalho como fonte de valor moral e material no projeto do nacional- desenvolvimentista.

Na crítica aos fundamentos das tendências modernizadoras (conservadoras e/ou restauradoras), e na compreensão materialista histórica e dialética do ponto de vista teórico-metodológico o Serviço Social permanece superando os níveis de ideologização da profissão.

Em que pese a esquerda comunista aderir ao projeto de desenvolvimento a revolução cubana, a ditadura militar e a introdução do marxismo no Serviço Social denotam o acúmulo crítico através de técnicas interventivas de desenvolvimento de comunidade e de promocionalismo que bifurcavam em distintas orientações entre as de cunho mais humanista pela denuncia dos excessos capitalistas e pelas concepções revolucionárias.

Os rebatimentos da conjuntura na profissão se expressa na proposta de BH, na qual, a concepção de trabalho encontra-se implícita na centralidade política na denuncia de exploração e defesa do povo oprimido com certa influência moista dos militantes católicos no Serviço Social.

Na medida em que é incorporada no Serviço Social a crítica à economia política a concepção de trabalho na perspectiva do fazer profissional é conectada à reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista, demarcando a concepção na contradição capital versus trabalho.

Tal concepção de trabalho entrecruza com a luta democrática que em boa medida se respaldava na forma despolitizada das ideias gramscianas admitidas nas Universidades, ficando reduzida ao entendimento das condições objetivas do capitalismo e da reprodução das relações sociais, sem necessariamente vincular o trabalho com a luta de classes.

A centralidade do trabalho no Serviço Social, entretanto, é retomada pelas referências éticas em Lukács amparadas na ontologia do trabalho, e pela perspectiva econômica da crítica à economia política, na contradição entre as demandas do capital e da emancipação de classe trabalhadora que pauta a autonomia relativa do assistente social na institucionalidade burguesa.

A influência do pensamento lukacsiano no Serviço Social se concretiza, portanto, como fundamentação filosófica no código de ética em 1993, e expressa a interlocução com o pensamento de Lukács e o Serviço Social, que também irá influenciar as concepções de trabalho nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Essa incorporação da concepção de trabalho na perspectiva marxista enfatiza de certa forma as críticas de Lukács às explicações sociológicas que autonomizam o social como “uma forma regressiva e conservadora de conhecimento que se afirmou exatamente quando a teoria valor trabalho havia mostrado as suas implicações revolucionárias” (Frederico, 2007, p. 216).

E assim a concepção de trabalho como elemento fundante do ser social afirma-se como formulação do trabalho na perspectiva de unidade teórico-prática diametralmente oposta às concepções de trabalho das vertentes tradicional e modernizadora do Serviço Social

Segundo Mota (2008) a ênfase na dimensão ontológica e sócio histórica do trabalho reproduzida na proposta das Diretrizes Curriculares elaborada pela ABEPSS é aprovada pelas instancias deliberativas da profissão que a partir da década de 1990, com destaque à centralidade do trabalho na constituição do ser social e suas particularidades históricas no modo de produção e na sociabilidade capitalista.

No final da década de 1990 o Serviço Social dispunha de instrumentos efetivos, que uma vez articulados, servem como parâmetros de projeto ético-político profissional enquanto aparato jurídico-político, de caráter mais geral, amparado pela Constituição Federal de 1988, e, de caráter estritamente profissional, pela regulamentação da profissão, pelo seu código de ética de 1993 e pelas diretrizes curriculares de 1996.

Em tais diretrizes, homologadas em 2001 pelo MEC, se reconhece o trabalho como eixo central do processo de reprodução da vida social e a liberdade como valor central ético-político, que vincula o tratamento da categoria trabalho como com práxis, com a socialidade, a consciência, a universalidade e corresponde à capacidade do trabalho e o desenvolvimento da liberdade na perspectiva de criar valores, escolhas e novas necessidades (ABEPSS 1996).

Desse modo buscou-se levantar através da pesquisa bibliográfica, além das concepções de trabalho e a dimensão política da profissão nas vertentes do Serviço Social, tais concepções no currículo do de 1982 e nas Diretrizes Curriculares de 1996, assim como,

através da pesquisa documental que se apresenta no capítulo a seguir, formada pelas ementas dos cursos do Serviço Social que foram disponibilizadas no eixo trabalho do Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da ABEPSS e nas apresentações que abordam o tema trabalho do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

CAPITULO IV- AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO E A DIMENSÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMENTAS DA PESQUISA DA ABEPSS E NAS APRESENTAÇÕES DO XII ENPESS

1. Apresentação dos dados da pesquisa documental

A categoria trabalho se inscreve como categoria fundamental na formação crítica, prevista nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), a partir da implementação do currículo mínimo em 2001¹⁵⁵.

A concepção de trabalho, portanto, articula-se ao projeto profissional em suas dimensões: acadêmica, político-organizativa e interventiva¹⁵⁶ (Silva et al.1994 apud Silva 2009)

Ao se problematizar o movimento contraditório das mudanças econômicas e políticas na atualidade, as tendências teóricas nas ciências sociais, e seus rebatimentos, na formação acadêmica e na atuação interventiva do Serviço Social, à luz da teoria crítica marxista, formulou-se, então a questão norteadora da presente investigação: em que medida a concepção de trabalho articula-se com a dimensão política da profissão no capitalismo contemporâneo.

Pressupõe-se, portanto, que a concepção de trabalho é um indicador da apreensão da realidade social que se expressa na formação do assistente social e no significado social da profissão.

Visando subsidiar os debates sobre a centralidade do trabalho e avançar na construção do conhecimento crítico e na ação transformadora do Serviço Social na realidade do capitalismo contemporâneo, objetivou-se examinar as relações entre a apropriação da concepção de trabalho na vida social e as abordagens políticas no âmbito do ensino e da intervenção profissional na realidade.

¹⁵⁵ mesmo com as modificações do MEC (Ministério da Educação, na época Ministério da Educação e do Desporto) feitas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social em 1999 da Secretaria de Educação Superior, foram homologadas em 03/04/2001 pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso: Serviço Social, sendo que prevalecem nas Unidades de Ensino a proposta original da ABEPSS.

¹⁵⁶ A dimensão acadêmica corresponde ao projeto de formação profissional e a produção de conhecimento, a dimensão político-organizativa refere-se à articulação dos profissionais com as organizações dos trabalhadores e a dimensão interventiva se constitui no âmbito das instituições de políticas sociais e dos movimentos sociais. Trata-se de avanços diferenciados, que convivem com discursos radicais e com práticas conservadoras (Silva et al., 1994 apud Silva 2009)

Encontrou-se no relatório final da pesquisa sobre Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social realizada pela ABEPSS entre 2006 e 2008 e nos Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social- ENPESS realizado em 2010, um vasto material disponível em CD-ROM, que registram o tratamento teórico metodológico sobre a centralidade do trabalho nas discussões: acadêmica, político-organizativa e interventiva da profissão.

Os dados analisados a partir do sistema categorial, observados nos conteúdos da pesquisa documental permitiram responder as questões norteadoras da pesquisa sobre (I) Quais são as concepções de trabalho no campo marxista na formação e na produção de conhecimento do Serviço Social e (II) Como se expressam essas concepções com relação à dimensão política da profissão.

Conforme as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS. 1996) um conjunto de conhecimentos articulam-se em três *Núcleos de fundamentação* que compõe a formação profissional:

- a) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;*
- b) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira .*
- c) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*

Desses núcleos, como eixos articuladores da formação profissional, desdobram-se áreas de conhecimento que, por sua vez, se expressam pedagogicamente através do conjunto de matérias.

As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. (ABEPSS. 1996)

E as disciplinas constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária prefixada. (Ibidem)

Das 105 Unidades de Ensino que participaram da pesquisa de Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da ABEPSS¹⁵⁷ constam no eixo trabalho do relatório final da tal pesquisa 180 disciplinas que se desdobram em 607 ofertas/ementas dos cursos de Serviço Social.

A partir desse universo de ementas selecionou-se o material, pelos títulos e enunciados das disciplinas e ementas. Adotou-se o mesmo procedimento com relação aos títulos das 1075 apresentações do XII ENPESS de 2010, que daqui em diante são identificadas como apresentações/ENPESS.

Para compor a amostra da pesquisa definiu-se como critérios a indicação do estudo e análises sobre trabalho e intervenção profissional, e desse modo selecionou-se inicialmente os documentos pelos respectivos títulos, posteriormente pelos conteúdos foram reunidos em temas e em eixos: econômico e político.

Esses critérios e uma leitura mais minuciosa dos enunciados e/ou resumos desses documentos sobre trabalho e intervenção profissional que abordavam, também sobre economia e política selecionou-se 47 disciplinas com algumas variações de nomenclatura, as quais por tratarem do mesmo conteúdo programático foram reunidas em 13 grupos que se desdobram e 123 ementas, daqui em diante identificadas como ementas/ABEPSS.

Quadro 3: Grupo de disciplinas

Grupo de disciplinas	Nomes das Disciplinas conforme relatório ABEPSS	Ementas /ABEPSS
Processo de Trabalho I (PT I)	1. Processo de Trabalho e Serviço Social 2. Serviço Social e Processo de Trabalho 3. Processo de Trabalho do Serviço Social 4. Processos de Trabalho e Serviço Social 5. Processos de Trabalho do Serviço Social 6. Processo de Trabalho em Serviço Social 7. Introdução ao Processo de Trabalho do Serviço Social 8. Introdução a Processo de Trabalho no Serviço Social 9. Serviço Social e Trabalho	34

¹⁵⁷ A Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social – Relatório Final (ABEPSS.2008) avaliou a implementação das Diretrizes em 105 unidades de ensino de Serviço Social, pela divisão regional adotada pela ABEPSS: Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sul I, Sul II e Leste

	profissional 10. Trabalho Profissional – Elementos Constitutivos 11. Serviço Social e Processos de Trabalho 12. Sociabilidade e Processos de Trabalho em Serviço Social	
Processo de Trabalho II (PT II):	13. Processo de Trabalho do Serviço Social II 14. Processos de Trabalho e Serviço Social II 15. Processos de Trabalho do Serviço Social II	6
Processo de Trabalho III (PT III)	16. Serviço Social e Processo de Trabalho III	1
Processo de Trabalho IV (PTIV)	17. Serviço Social e Processo de Trabalho IV	1
Processo de Trabalho V (PTV)	18. Serviço Social e Processo de Trabalho V	1
Serviço Social Contemporâneo (SSC)	19. Serviço Social na Contemporaneidade 20. Serviço Social Contemporâneo	2
Desenvolvimento Capitalista e Questão Social (DCQS)	21. Desenvolvimento Capitalista, Questão Social e Serviço Social 22. Acumulação Capitalista e Questão Social 23. Capitalismo e Questão Social 24. Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	4
Serviço Social e Trabalho (SST):	25. Trabalho e Acumulação Capitalista 26. Trabalho e Processo de Trabalho 27. Trabalho e Relações Sociais 28. Estudos de Áreas Temáticas: Trabalho 29. Trabalho na Contemporaneidade 30. Trabalho e Sociedade 31. Trabalho e Proteção Social	8
Filosofia	32. Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social; 33. Fundamentos Filosóficos 34. Filosofia e Serviço Social; 35. Filosofia Social 36. Filosofia Política	9
Teoria Política (T.P)	37. Ciência Política 38. Teoria Política e Estado 39. Teoria Política	12

Economia Política (ECP):	40. Economia Política e Serviço Social 41. Tópicos de Economia 42. Teorias Econômicas e Serviço Social 43. Teoria Econômica e Capitalismo 44. Introdução à Economia Política 45. Economia Política	23
Classes e Movimentos Sociais (CMS)	46. Ementas com o mesmo título sem variações	5
Trabalho e Sociabilidade (TS)	47. Ementas com o mesmo título sem variações	17

Elaboração da autora

Após o agrupamento das 123 disciplinas/ementas da ABEPSS, foram agrupadas por assunto as 211 apresentações/ENPESS (Quadro 2), que somam um total de 334 conteúdos analisados.

Além do agrupamento inicial por assunto pelos títulos, enunciados e resumos, observou-se que os conteúdos das ementas e das apresentações abordavam temas comuns, dessa forma através da análise temática reuniu-se os conteúdos por temas que compõem os dois eixos de análise: o Eixo Econômico e o Eixo Político.

O Eixo Econômico é formado pelos seguintes temas: Tema 1: Teoria Economia Política (E.C. P); Tema 2: Marxismo e Economia Política (E.C. P); Tema 3: Correntes da Economia Política (E.C. P); Tema 4: Mudanças no Trabalho; Tema 5: Trabalho e Relações Sociais; Tema 6: Formas de Trabalho,

O Eixo Político se compõe pelos temas: Tema 1: Fundamentos da Teoria Política (T.P) Tema 2 Marxismo e Teoria Política (T.P); Tema 3: Correntes da Teoria Política (T.P) Tema 4: Estado e Sociedade Civil e Tema 5: Formas de organização Política. Neste eixo foram acrescentados mais dois temas abordados somente pelas apresentações do XII ENPESS, a saber: Tema 6: Mudanças na Política Pública do Trabalho e Tema 7: Mudanças na Luta de Classes.

Na organização do material por temas e eixos, observou-se que as ementas tratavam de diversos assuntos, sendo que se repetem as mesmas ementas em alguns temas.

Quadro 4: Grupo por assuntos e temas das ementas/ABEPSS

Grupo por assunto	Temas	Quant Ementas	Ementas/ ABEPSS
Eixo Econômico			
Fundamentos e princípios teóricos da economia política/ [] gênese, desenvolvimento da acumulação capitalista.	Tema 1: Teoria Economia Política (E.C. P)	13	ECP-13
Lei geral da acumulação capitalista/ valorização e concentração do capital/ categoria trabalho em Marx	Tema 2: marxismo e economia política	43	PTI-11 TS-10 SST-2 ECP-20
Liberalismo/ keynesianismo/ o modelo cepalino/neoliberalismo/ teoria neoclássica.	Tema 3: correntes economia política (E.C.P)	18	DCQS-1 TP-1 ECP-16
Padrão de acumulação capitalista, a crise da sociedade do trabalho, a reestruturação produtiva/ desemprego estrutural.	Tema 4: mudanças no trabalho	66	PTI-23 PT II- 2 PT III- 1 PT IV- 1 PT V- 1 TS-14 SSC-2 SST-8 DCQS-3 ECP-11
Divisão social do trabalho/ relações de produção/ sociabilidade capitalista	Tema 5: trabalho e relações sociais	42	PTI-3 PT II- 2 TS-14 SSC-1 SST-2 DCQS-2 CMS-3 FILOSOFIA-9 ECP-6
Trabalho produtivo e improdutivo/autogestão/ empreendimentos solidários	TEMA 5: formas de trabalho	19	PTI-4 PT II- 1 TS-6 SST-4 ECP-4
Eixo Político			
Ciência política/teoria geral do estado/ Estado democrático.	Tema 1: fundamentos da Teoria Política (T.P)	12	TP-12
O Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci/aparelhos ideológicos do Estado/ o marxismo no século XX.	Tema 2: Marxismo e Teoria Política (T.P)	9	CMS-2 TP-7
Aristóteles e Platão/ liberais clássicos/Governo e poder político/liberalismo e neoliberalismo	Tema 3: Correntes da Teoria Política (T.P)	8	TP-8
A formação do Estado brasileiro/democracia/reformas	Tema 4: Estado e sociedade civil	8	DCQS-1 CMS-1

neoliberais/ descentralização do estado brasileiro/políticas públicas/democracia/direitos/cidadania/participação popular			TP-6
A teoria e história dos movimentos sociais/novos movimentos sociais novos padrões de ação sindical	Tema 5: formas de organização política	10	PTI-4 PT II- 2 CMS-4
		248*	

Fonte: Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da ABEPSS- Eixo Trabalho - Elaboração da autora

* Há ementas que abordam mais de um assunto por isso a quantidade nesse quadro é superior a 123 ementas

Quadro 5: Quantidade de ementas/ABEPSS analisadas por eixo

Eixo Econômico	Quant.	Eixo Político		Ementas com temas dos dois eixos	Total de ementas analisadas
Ementas Analisadas		Ementas analisadas			
PT I	32	PT I	4	(2)	34
PT II	4	PT II	2	-	6
PT III	1	PT III	-	-	1
PT IV	1	PT IV	-	-	1
PTV	1	PTV	-	-	1
TS	17	TS	-	-	17
SSC	2	SSC	-	-	2
SST	8	SST	-	-	8
DCQS	3	DCQS	1	-	4
CMS	3	CMS	5	(3)	5
FILOSOFIA	9	FILOSOFIA	-	-	9
TP	1	TP	12	(1)	12
ECP	23	ECP	-	-	23
Total	105		24	- 6	123

Elaboração da autora

Nas apresentações/ENPESS se levou em conta um tema por conteúdo. Não se registram conteúdos no Tema 1: fundamentos da Teoria Política (T.P) e no Tema 3: Correntes

da Teoria Política (T.P) do Eixo político. Foram acrescentados mais dois temas no eixo político das apresentações/ENPESS, Tema 6: Mudança na Política Publica/Trabalho e Tema 7: Mudanças na luta de classes resultando na distribuição e no total de conteúdos analisados, conforme quadros abaixo:

Quadro 6: Grupo por assunto e temas das apresentações/ENPESS

Grupo por assunto	Temas	Apresentações/ENPESS
Eixo Econômico		
Acumulação capitalista/Crise do Capital	Tema 1: Teoria Economia Política (E.C. P).	9
Categoria Trabalho	Tema 2: marxismo (ECP)	3
Reestruturação Produtiva/Condições de Trabalho/Desemprego/	Tema 4 : mudanças no trabalho	74
Trabalho Relações de Gênero e outros grupos sociais	Tema 5 : Trabalho e relações sociais	20
Economia Solidária/Autogestão/Cooperativismo Trabalho Infantil	TEMA 6: formas de trabalho	32
Eixo Político		
Marxismo político /Gramsci	Tema 2: Marxismo (T.P)	3
Estado/Neoliberalismo/Governo/Sociedade/Democracia/Direitos Sociais	Tema 4: Estado e sociedade civil	32
Movimentos Sociais na Contemporaneidade/Estudantil do Serviço Social/Movimento Sindical	Tema 5: formas de organização política	26
Políticas Públicas/Geração de Empregos, Trabalho e Renda/	Tema 6: mudanças na política publica/trabalho	6
Classe Trabalhadora	Tema 7: mudanças luta de classes	6
		211

Fonte: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - Elaboração da autora

As ementas /ABEPSS e apresentações/ENPESS compõem o conjunto de 334 conteúdos, organizados por temas e eixos.

Quadro 7: Quantidade ementas /ABEPSS e apresentações/ENPESS nos Temas do Eixo Econômico

Eixo Econômico	Ementas por tema	Apresentações/ENPESS
Tema 1: Teoria Economia Política (E.C. P)	13	9
Tema 2: Marxismo e Economia Política (E.C.P)	33	3
Tema 3: Correntes da Economia Política (E.C.P)	2	-
Tema 4: Mudanças/Trabalho	39	74
Tema 5: Trabalho e Relações Sociais	17	20
Tema 6: Formas de Trabalho	01	32
Total	105	138

Quadro 8: Quantidade ementas /ABEPSS e apresentações/ENPESS nos Temas do Eixo Político

Eixo Político	Ementas por tema	Apresentações/ENPESS
Tema 1: Fundamentos da Teoria Política (T.P)	12	0
Tema 2: Marxismo e Teoria Política (T.P)	2	32
Tema 3: Correntes da teoria Política (T.P)		3
Tema 4: Estado e Sociedade Civil	2	0
Tema 5: Formas de Organização Política	8	26
Tema 6: Mudanças na Política Pública/Trabalho		6
Tema 7: Mudanças na luta de classes		6
Total	24	73

Elaboração da autora

Quadro 9: Total de conteúdos analisados Eixos, Ementas/ ABEPSS e Apresentações/ENPESS

Eixos	Ementas/ABEPSS	Apresentações/ENPESS	Total
Eixo Econômico	105	138	243
Eixo Político	24	73	97
Ementas que se repetem nos dois eixos	- 6		- 6
Total de conteúdos analisados	123	211	334

Elaboração da autora

Como as categorias não foram definidas de antemão e sim extraídas dos conteúdos, após a organização do material selecionado em grupos de disciplinas/ementas e de apresentações reunidos por temas e eixos, passou-se por várias leituras na íntegra do material selecionado para o levantamento do sistema categorial (Chizzotti, 2008).

Desse procedimento resultaram seis categorias que correspondem às concepções de trabalho e doze categorias que correspondem ao sentido da dimensão política da profissão, apreendido através de frases com significação e pela decomposição dos elementos textuais.

Quadro 10: Sistema categorial das concepções de trabalho

Concepções de Trabalho
Trabalho Elemento Fundante do Ser Social
Trabalho Elemento de Cidadania
Trabalho Alienado
Capital X Trabalho
Trabalho /Crise
Trabalho como Fonte de Valor
Elaboração da autora

Quadro 11: Sistema categorial da dimensão política

Dimensão Política
Totalidade
Emancipação Humana
Transformação Societária
Capitalismo
Sociedade
Luta por Direitos
Luta de Classes
Movimentos Sociais
Direção Social E Política
Demandas da Política Social
Projeto Ético Político
Estratégias da Profissão

Elaboração da autora

Através do sistema categorial, analisou-se os conteúdos e para a tabulação dos dados, foram elaboradas planilhas no programa world e Excel, as quais foram revisadas no software SPSS (Statistical Packet of Social Sciences) que contabilizam a frequência dessas categorias para análise quantitativa representando por gráficos as diferentes concepções de trabalho e abordagens da dimensão política da profissão e seus entrecruzamentos.

Na sequência desse capítulo apresenta-se os resultados da pesquisa documental em duas partes: a primeira consiste nos dados e nas representações gráficas dos temas e eixos das 123 ementas selecionadas que constam do relatório da pesquisa sobre Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social- eixo trabalho (ABEPSS. 2008) e,

posteriormente, se apresenta os dados, pelos temas e eixos das 211 apresentações selecionadas do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social- ENPESS realizado em 2010.

Cabe ressaltar que em que pese as seis categorias das concepções de trabalho e as doze categorias da dimensão política, em alguns temas a quantidade de frequências das categorias pode ser superior à quantidade de ementas devido às citações múltiplas nos conteúdos.

1.1 Concepções de trabalho e a dimensão política nas Ementas do Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da ABEPSS- Eixo Trabalho

Segue a exposição dos dados extraídos dos conteúdos das ementas/ABEPSS através das frequências nas categorias por temas (gráficos do apêndice A).

O Tema 1: Teoria Economia Política (E.C. P) refere-se aos fundamentos e princípios teóricos da economia política, inclui os conteúdos sobre a estrutura socioeconômica capitalista, bases históricas da passagem do feudalismo ao capitalismo, o estudo da gênese e desenvolvimento da acumulação capitalista.

Compõe-se por 13 ementas, das 5 ementas que expressam concepções de trabalho observa-se a maior concentração na categoria Trabalho como fonte de valor (4). (Gráfico 1 Apêndice A.)

Quanto à dimensão política da profissão das 13 ementas que tratam deste tema todas citam a categoria Capitalismo, observa-se também 9 frequências na categoria Direção social e política, 4 frequências na categoria Sociedade e 2 frequências na categoria Luta de classes (Gráfico 2 Apêndice A).

Sendo a concepção de trabalho como fonte de valor (4) a mais representativa no tema: Teoria da Economia Política, observa-se que esta concepção de trabalho em relação às categorias da dimensão política da profissão, articula-se com a compreensão do capitalismo (4) e com a direção social e política (4), diminuindo a frequência de citações, quando se refere à sociedade, (2) e à luta de classes (2) (Gráfico 3. Apêndice A).

Incluiu-se no Tema 2: Marxismo e Economia Política (E.C. P) os conteúdos que tratam da lei geral da acumulação capitalista, as noções de valorização e concentração do capital, referenciadas nas categorias marxistas: Valor, propriedade, processo de trabalho,

processo de valorização, mercadoria, troca e dinheiro, mais-valia, teoria da exploração e a categoria trabalho em Marx.

Das 43 ementas analisadas, neste tema, 32 registram concepções de trabalho entre as quais 16 indicam a categoria Capital versus Trabalho que se observa como a categoria mais citada e a categoria que se refere ao trabalho como elemento de cidadania (1) como a menos citada. (Gráfico 4. Apêndice A).

Quanto à dimensão política das 43 ementas cujos conteúdos tratam do marxismo na economia política, entre as categorias da dimensão política mais citadas registra-se 42 frequências na categoria Capitalismo e 22 frequências na categoria Direção social e política. Como as menos citadas comparecem as categorias Luta por direitos, movimentos sociais e projeto ético político (1). (Gráfico 5. Apêndice A).

Neste mesmo tema o cruzamento da categoria Capital *versus* Trabalho e as categorias da dimensão política da profissão, os dados demonstram a articulação em todos os conteúdos com a apreensão do capitalismo (16). Ainda nos conteúdos que se referem ao estudo das categorias econômicas de Marx, a concepção de capital *versus* trabalho relaciona-se em menor quantidade com as categorias estratégias da profissão e totalidade. Não se relaciona com as categorias demandas da política social, luta por direitos movimentos sociais e projeto ético político (Gráfico 6 Apêndice A).

Inseriu-se 18 ementas no Tema 3: Correntes da Economia Política (E.C. P) cujos conteúdos abordam o liberalismo, keynesianismo, neoliberalismo o modelo cepalino, a teoria neoclássica. Destas, 11 ementas registram concepções de trabalho, sendo neste tema a categoria capital versus trabalho também a mais citada em 8 conteúdos. (Gráfico 7. Apêndice A).

Quanto às categorias da dimensão política todas abordam o capitalismo e 17 Direção social e política, como categorias mais representativas nos conteúdos das ementas deste tema, a categoria estratégias da profissão é menos citada (1) (Gráfico 8. Apêndice A).

O cruzamento da categoria de concepção de trabalho (capital x trabalho) com as categorias da dimensão política abordadas nos conteúdos das ementas que tratam das correntes de pensamento da economia, todos os conteúdos relacionam-se com o capitalismo e à direção social e política (8).

Ainda nesse tema comparecem também as categorias que representam a apreensão teórica da luta de classes (4) e com sociedade e estratégias da profissão com uma frequência (Gráfico 9. Apêndice A).

O Tema 4: Mudanças no Trabalho abarca uma gama de assuntos dos conteúdos das ementas, com informações conjunturais nos quais se inserem os debates sobre o padrão de acumulação capitalista, a crise da sociedade do trabalho, a reestruturação produtiva, fordista, toyotista, flexibilização, arranjos produtivos e a informalidade do trabalho.

Registram-se neste tema, também, as discussões sobre trabalho assalariado; a precarização do trabalho ou o agravamento das condições de trabalho, o trabalho escravo, processos de trabalho, a relação trabalho e alienação, os impactos da crise estrutural do capital no trabalho, a regulação social entre Estado e trabalho, a reforma trabalhista e o desemprego estrutural. Assim como, a indicação do exame da dinâmica econômica e o mercado de trabalho no contexto dessas mudanças.

É neste tema que se encontra a maior quantidade de ementas (66), as mudanças do trabalho representam significativamente as explicações macroestruturais do modo de produção capitalista e da sociedade contemporânea enquanto determinações que incidem tanto no exercício como na formação profissional do Serviço Social.

Os conteúdos reunidos sob este tema expressam as referências ao trabalho e sua centralidade nas discussões teóricas e nas polêmicas que envolvem a categoria trabalho, que perpassa o pensamento crítico referenciado na obra de Marx e outros autores no campo marxista. Assim como a inclusão dos debates sobre a crise da sociedade do trabalho.

Quanto aos dados coletados, observa-se das 66 ementas reunidas sob este tema, em 41 conteúdos expressam concepção de trabalho entre os quais se registra a categoria capital *versus* trabalho com maior concentração (21) seguida da categoria trabalho/crise que representa a polêmica sobre a crise da sociedade do trabalho e da concepção de trabalho na constituição do ser social em 16 ementas (Gráfico 10. Apêndice A).

Nas abordagens políticas no tema mudanças do trabalho na sociedade contemporânea, prevalece a indicação da compreensão da dinâmica capitalista em 60 ementas e observa-se, também, as abordagens que remetem às estratégias da profissão pela concentração de 30 das citações nessa categoria, que contrastam com as categorias menos citadas Totalidade e Luta por direitos em 3 conteúdos (Gráfico 11. Apêndice A).

No tema mudanças do trabalho observou-se no cruzamento (Gráfico 12. Apêndice A) que entre as categorias mais citadas de concepção de trabalho: capital *versus* trabalho (21) prevalecem as relações com a compreensão do capitalismo em todos os conteúdos e sociedade em 10 ementas que se referem à reprodução das relações sociais.

As categorias que respondem às demandas da política social, ao projeto ético político, à totalidade e à luta por direitos (1) são as que menos se articulam com a categoria capital x trabalho.

A categoria da concepção de trabalho/crise (16) neste tema: mudanças do trabalho entrecruza com capitalismo em todos os conteúdos em que esta categoria comparece, seguida por sociedade em 10 e estratégias da profissão em 4 conteúdos, articula-se com menos incidência com projeto ético político (1) e não se articula, neste tema com luta por direitos.

A concepção de trabalho como elemento fundante do ser social (16), nas articulações com as categorias da dimensão política observa-se a maior concentração entre esta concepção de trabalho e capitalismo (13), em menor quantidade com luta de classes, totalidade e movimentos sociais (1) e não se refere à luta por direitos.

Cabe destacar que as categorias de concepção de trabalho como elemento fundante do ser social e capital versus trabalho são as categorias com mais frequência em relação à categoria estratégias da profissão (7), bem como, a crise da sociedade do trabalho indica vinculação às estratégias da profissão (4).

Os conteúdos que se referem ao Tema 5: Trabalho e Relações Sociais correspondem à divisão social do trabalho, à produção da riqueza social; as relações de produção e às relações da classe trabalhadora; com ênfase na sociabilidade capitalista.

Das 42 ementas que compõe o tema Trabalho e Relações Sociais 29 possuem concepções de trabalho e registra-se como categorias mais citadas a categoria capital *versus* trabalho, e também a categoria trabalho como elemento fundante do ser social em 14 conteúdos (Gráfico 13. Apêndice A).

Quanto à dimensão política da profissão como categorias mais citadas observa-se a categoria capitalismo que comparece em 30 frequências e sociedade em 25, a categoria transformação societária neste tema é a menos citada (Gráfico 14 Apêndice A).

A concepção de trabalho representada pela categoria capital x trabalho (14), neste tema, se articula principalmente com o capitalismo (14), e se relaciona em menor quantidade de citações com as categorias estratégias da profissão e totalidade (1).

A categoria trabalho como elemento fundante do ser social que também comparece em 14 conteúdos no tema Trabalho e Relações Sociais, entrecruza em sua maioria com o capitalismo (9) e com menos citações nas categorias: totalidade, luta de classes e demandas da política social em 1 frequência. (Gráfico 15. Apêndice A).

No Tema 6: Formas de Trabalho insere-se os conteúdos sobre trabalho coletivo, trabalho produtivo e improdutivo, autogestão da produção, cooperativismo; economia

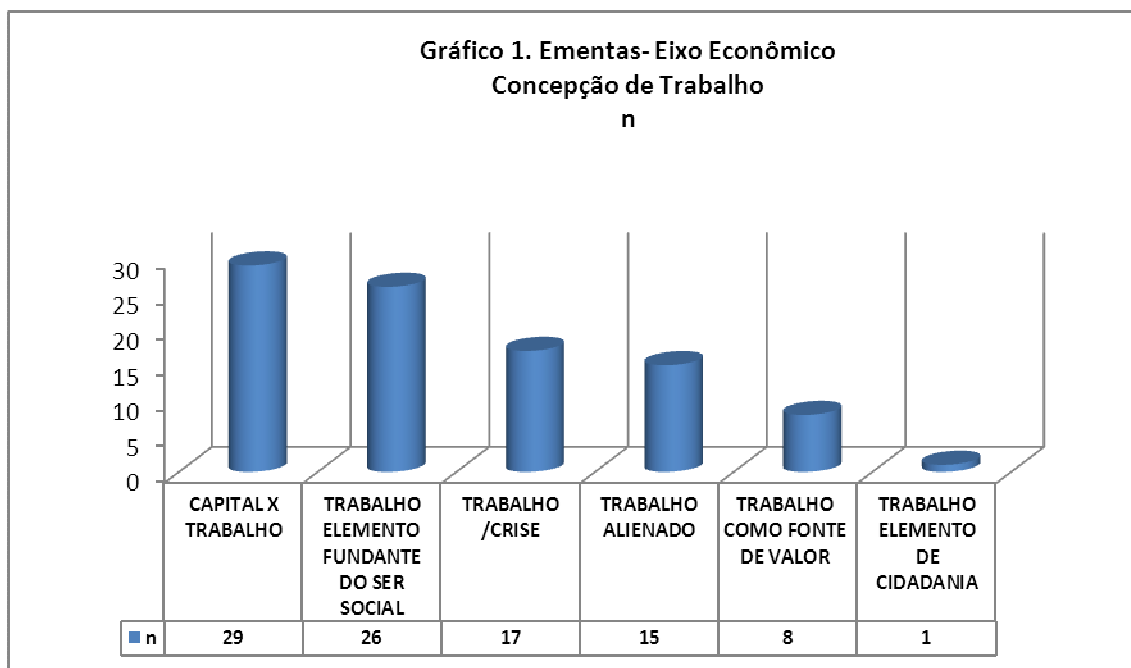
solidária ou empreendimentos solidários compõe-se por 19 ementas dentre as quais 15 possuem concepções de trabalho.

A categoria de concepção de trabalho que prevalece nesse tema refere-se à crise da sociedade do trabalho e à categoria capital versus trabalho em 10 frequências. (Gráfico 16. Apêndice A).

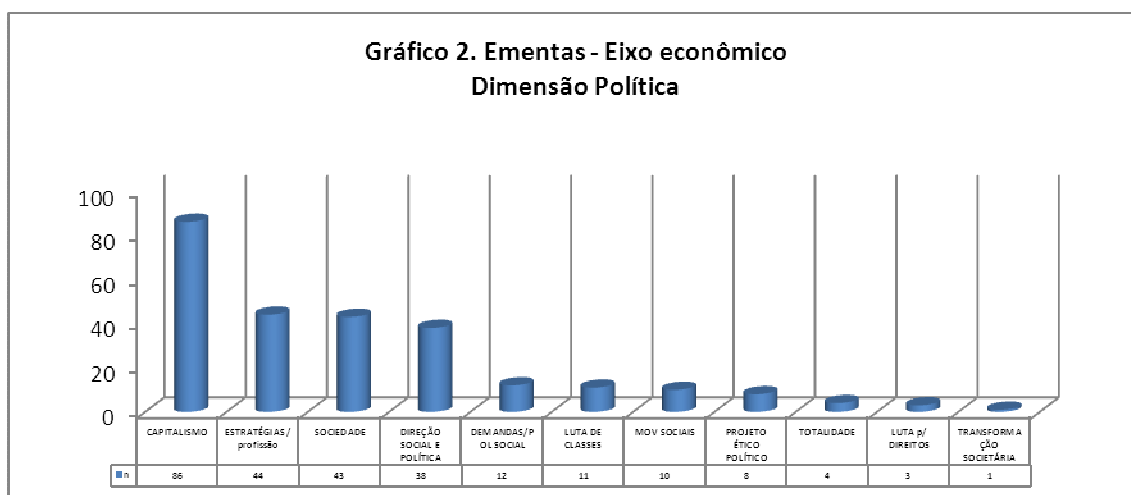
Na dimensão política da profissão, neste tema, todas as ementas referem-se ao capitalismo, e segue como a segunda categoria mais citada sociedade. A categoria totalidade é a menos citada nos conteúdos que abordam as formas de trabalho (Gráfico 17. Apêndice A).

No cruzamento da categoria trabalho/crise (10), observa-se a relação desta com as categorias da dimensão política. Em 10 frequências indicam a compreensão do capitalismo e em 8 frequências a categoria sociedade. Com as demais categorias que comparecem nesse tema a categoria trabalho/crise entrecruza em uma frequência, exceto com a categoria estratégias da profissão e não entrecruza com a categoria luta de classes (Gráfico 18. Apêndice A).

Como uma síntese dos temas que compõem o eixo econômico da pesquisa Tema 1: Teoria Economia Política (E.C. P); Tema 2: Marxismo (E.C. P); Tema 3: Correntes (E.C. P); Tema 4: Mudanças no Trabalho; Tema 5: Trabalho e Relações Sociais; Tema 6: Formas de Trabalho obteve-se o seguinte resultado com relação às concepções de trabalho e dimensão política da profissão: nos conteúdos das 105 ementas examinadas deste eixo, observa-se 94 conteúdos que expressam concepções de trabalho, entre os quais se destacam 29 frequências na categoria capital *versus* trabalho, 26 frequências na categoria Trabalho Elemento Fundante do Ser Social, 17 citações na categoria Trabalho /Crise, 15 frequências na categoria Trabalho Alienado, 8 indicações na categoria Trabalho como Fonte de Valor e uma frequência na concepção de Trabalho Elemento de Cidadania (Gráfico 1).

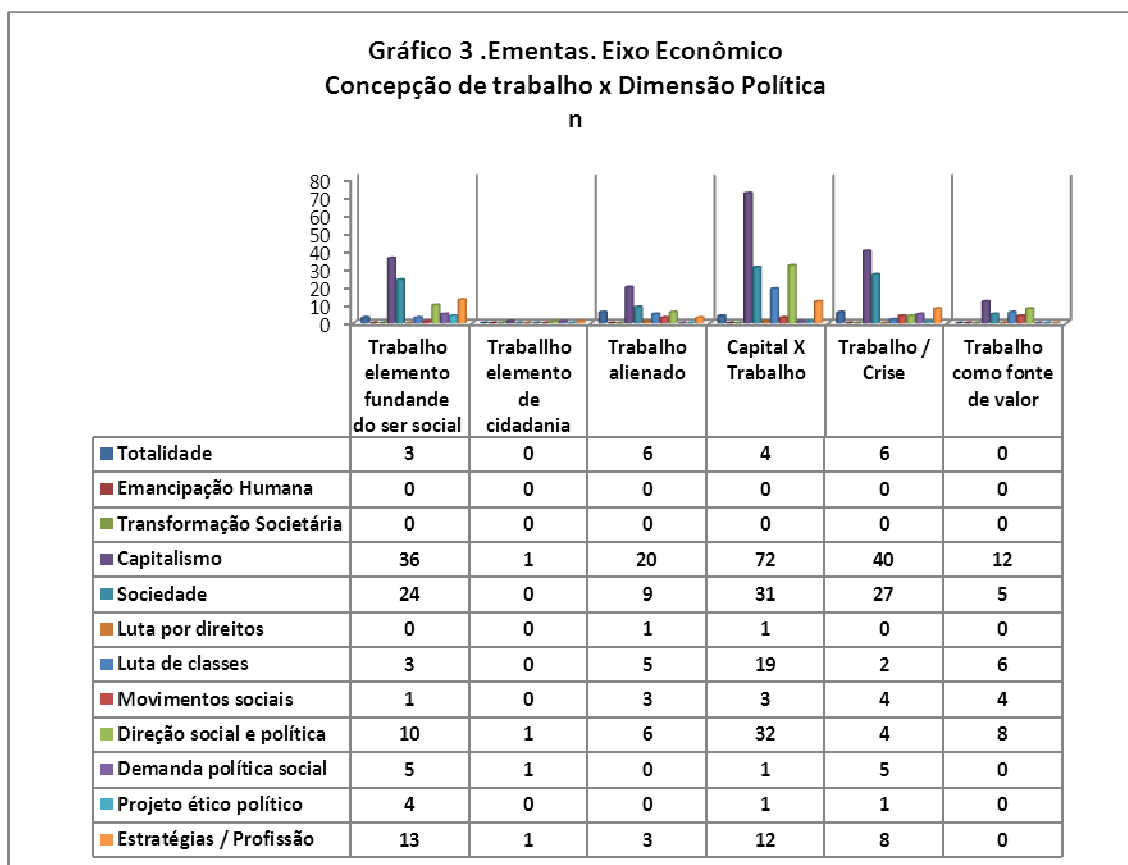


No eixo econômico, entre as categorias que abordam a dimensão política da profissão prevalece a categoria capitalismo em 86 frequências; seguida de 44 citações na categoria estratégias da profissão e como a menos citada observa-se a categoria transformação societária (Gráfico 2).



No cruzamento das categorias do Eixo Econômico prevalece a concepção de capital versus trabalho relacionada à categoria capitalismo (72), seguida da concepção de trabalho/crise que também entrecruza com a categoria capitalismo (40). Neste eixo, a

concepção trabalho como elemento de cidadania possui as menores frequências de cruzamento com as categorias da dimensão política e nenhuma categoria que representa as concepções de trabalho entrecruza com as categorias de Emancipação Humana e Transformação societária.



A seguir apresentam-se os dados que compõem o Eixo Político, coletados nos conteúdos de 24 ementas/ABEPSS, através dos temas, das concepções de trabalho e das abordagens políticas.

Neste eixo somente no tema 5 se observou categorias de concepção de trabalho, sendo que nos demais temas são apresentados as quantidades das categorias que se referem somente à dimensão política da profissão.

O Tema 1: Fundamentos da Teoria Política (T.P) composto por 12 ementas/ABEPSS insere-se os conteúdos teóricos da ciência política, o conceito de estado moderno, teoria geral do estado, formas ideológicas do estado, regimes e formas de governo e as bases do Estado democrático.

A categoria direção social e política é citada em todas as ementas e a categoria sociedade (11) como a segunda mais citada. Observa-se a categoria capitalismo em 2 frequências, assim como as categorias movimentos sociais e demanda da política social possuem uma frequência nesse tema. (Gráfico 19. Apêndice A).

Levou-se em conta no Tema 2: Marxismo e Teoria Política (T.P), os conteúdos que abordam o Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci; hegemonia e sociedade civil; os aparelhos ideológicos do Estado em Althusser, o Manifesto do Partido Comunista, as classes sociais no pensamento de Marx, Política e Revolução e o marxismo no século XX.

Evidenciam-se, neste tema, com 9 ementas, as categorias da dimensão política sociedade com 8 frequências, assim como, a categoria direção social e política em 7 frequências. Observa-se, nesse tema, as categorias capitalismo e movimentos sociais com 2 frequências e a categoria luta de classes com uma frequência. (Gráfico 20. Apêndice A).

Nos estudos de outras correntes da teoria política incluiu-se no Tema 3: Correntes da Teoria Política (T.P) que abordam a política a partir da antiguidade com Aristóteles e Platão, a Polis e a República, o estudo dos liberais clássicos como Maquiavel, Hobbes e Locke, referências do contratualismo e jusnaturalismo, que versam sobre Governo e poder político.

Tais conteúdos também abarcam a origem do Contrato Social a divisão dos poderes em Rousseau e Montesquieu, enquanto bases teóricas da apreensão do liberalismo e neoliberalismo enquanto doutrina política.

Neste tema, os conteúdos examinados não fazem referência às concepções de trabalho, registrando-se exclusivamente as categorias que indicam a dimensão política da profissão.

Destaca-se nas 8 ementas que compõem o Tema 3: correntes da teoria política a categoria direção social e política em todas as ementas, assim como a indicação na categoria sociedade com 7 frequências, assim como, a categoria capitalismo comparece com 2 citações e registra-se a categoria movimentos sociais com uma frequência (Gráfico 21. Apêndice A).

Perpassam pelo Tema 4: Estado e Sociedade Civil conteúdos que abordam desde a formação do Estado brasileiro às configurações atuais da relação entre o estado e a sociedade civil relativo à democracia. Tais conteúdos relacionam a intervenção profissional com a contextualização política da Questão Social no modo de Produção Capitalista, suas projeções na Sociedade Civil e no papel do Estado. Com ênfase na indicação de elementos teórico-práticos do Serviço Social. Assim como as reformas neoliberais e descentralização do estado brasileiro, políticas públicas nas relações entre o público e privado e envolve as discussões sobre democracia, na clássica divisão dos direitos: sociais, políticos e civis na perspectiva da

cidadania, do poder local, da participação popular em instancias como os conselhos, terceiro setor, ONGs, organizações sociais e partidos políticos.

Das 8 ementas desse tema, prevalecem as categorias da dimensão política sociedade e direção social e política, em todos os conteúdos, a categoria capitalismo com 2 frequências e as categorias estratégias da profissão e movimentos sociais com uma citação. (Gráfico 22. Apêndice A).

No Tema 5: Formas de Organização Política foram reunidos os conteúdos que abordam a teoria e história dos movimentos sociais e suas relações de classes, de gênero e étnico-raciais, na perspectiva da identidade e subjetividade na constituição dos movimentos sociais enquanto formas de luta política. Tais conteúdos, também, abordam as discussões sobre organizações da sociedade contemporânea nos chamados novos movimentos sociais e as manifestações sócio-políticas culturais da classe trabalhadora, enquanto sujeitos e atores políticos, os novos padrões de ação sindical, as centrais sindicais articulando os movimentos sociais com as expressões políticas da questão social.

Das 10 ementas que compõe esse tema, em 2 registram-se concepções de trabalho, relacionadas à polêmica sobre a crise da sociedade do trabalho indicando em duas frequências a categoria trabalho/crise.

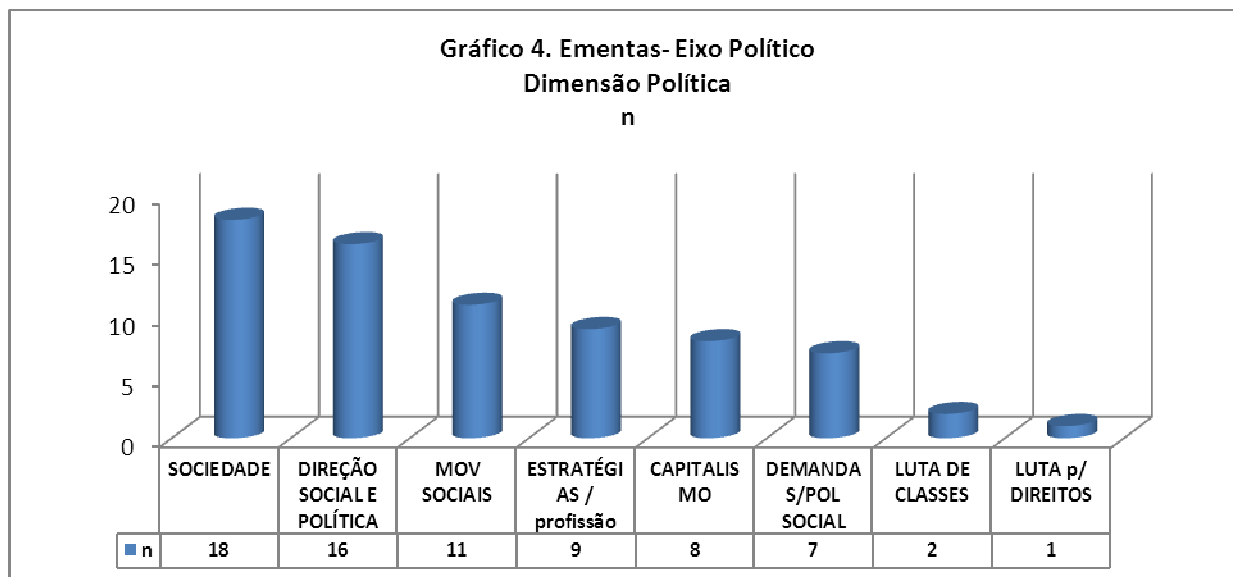
Quanto às categorias da dimensão política, os conteúdos desse tema referem-se à categoria movimentos sociais com 9 frequências, seguida da categoria estratégias da profissão (8) como as mais citadas. Observa-se, ainda nesse tema, a indicação da categoria demandas das políticas sociais, com 6 frequências e nas categorias capitalismo e sociedade, registra-se 4 indicações. A categoria direção social e política comparece com 2 frequências e a categoria luta por direitos com uma citação (Gráfico 23. Apêndice A).

Neste tema, formas de organização política, se registra uma única categoria de concepção de trabalho (trabalho/crise) em dois conteúdos, que entrecruzam com as categorias movimentos sociais e estratégias da profissão com 2 frequências e com as categorias capitalismo, sociedade, direção social e política com uma frequência (Gráfico 24. Apêndice A).

No conjunto dos dados que compõe o eixo político, observa-se que das 24 ementas, 2 referem-se à concepção de trabalho, as quais indicam o trabalho na perspectiva da polêmica sobre a crise da sociedade do trabalho, (trabalho/crise).

De todas as ementas deste eixo entre as categorias de dimensão política da profissão prevalece a categoria sociedade com 18 frequências, seguida da categoria de direção social e

política com 16 frequências e as categorias luta de classes e luta por direitos como as categorias menos citadas que comparecem respectivamente com 2 e 1 frequências.



Na consolidação e cruzamento dos dados do Eixo Político, observa-se que o resultado entre as categorias que se referem à concepção de trabalho somente no tema 5: Formas de Organização e registra-se a frequência da categoria trabalho/crise, a qual entrecruza com as categorias Movimentos Sociais e Estratégias da Profissão (Gráfico 24. Apêndice A).

1.2 Concepções de trabalho e a dimensão política nas Apresentações do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – abordagens sobre trabalho e política

Entre os eventos promovidos ao longo da trajetória da ABEPSS, fundada em 1946, destacam-se os Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social – ENPESS. É nesses encontros que mobilizam profissionais e estudantes do Serviço Social que se aprofundam discussões e a análise da conjuntura, através da produção científica que contribuem para a direção social estratégica do projeto ético-político profissional.

O XII ENPESS realizou-se no período de 6 a 10 de dezembro de 2010 no Rio de Janeiro. Um dos objetivos deste evento foi contribuir para o aprofundamento do debate intelectual e ampliação do intercâmbio acadêmico na área do Serviço Social, privilegiando

temáticas trabalhadas em pesquisas em andamento e concluídas no período 2009/2010 que tenham incidência no Serviço Social.

As comunicações orais ou em forma de pôsteres totalizaram 1075 apresentações dos eixos articuladores do XII ENPESS:

- Trabalho, Questão Social e Serviço Social.
- Política Social e Serviço Social.
- Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.
- Movimentos Sociais e Serviço Social.
- Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.
- Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social.
- Ética, Direitos e Serviço Social.

A partir dos conteúdos que tratam sobre trabalho e política como critério adotado para compor a amostra da pesquisa, selecionou-se as 211 apresentações para a análise de conteúdo das comunicações do XII ENPESS.

Os dados apresentados na sequência deste item resultaram da organização deste material. Pelos respectivos títulos e através de análise temática, também se reuniu as apresentações/ENPESS em torno dos temas e eixos (Quadro 6; Quadro 7; Quadro 8).

Assim como, se examinou os conteúdos das apresentações/ENPESS através do sistema categorial extraído dos conteúdos (Quadro 10 e Quadro 11).

Entre as apresentações/ENPESS não se registram conteúdos sobre correntes de pensamento da Economia Política (E.C. P) – Tema 3 do eixo econômico. No eixo político também não há apresentações sobre os fundamentos da teoria política (T.P) – Tema 1 e correntes de pensamento da teoria política (TP)- Tema 3.

Com se encontrou conteúdos que abordam a política pública de trabalho e mudanças na luta de classes na contemporaneidade foram acrescentados mais dois temas no eixo político das apresentações/ENPESS, a saber: Tema 6: Mudanças na Política Pública/Trabalho e Tema 7: Mudanças na luta de classes.

A partir do sistema categorial, dos conteúdos, dos temas e dos eixos segue a apresentação dos dados coletados na pesquisa documental das apresentações do XII ENPESS que abordam o tema trabalho.

No Tema 1: Teoria da Economia Política (E.C. P) incluiu-se as 9 apresentações/ENPESS que tratam da desigualdade econômica, da acumulação capitalista e seu desenvolvimento na atualidade. Dessas 4 apresentações expressam concepção de trabalho.

Neste tema, prevalece a concepção de trabalho alienado, com 3 frequências. A concepção de trabalho elemento fundante do ser social bem como a categoria trabalho como fonte de valor comparecem com uma frequência. (Gráfico 25. Apêndice A).

Quanto à dimensão política, nas apresentações/ENPESS que se reuniu neste tema, observa-se a categoria capitalismo como a mais citada, em 4 frequências, que expressam a intenção de compreender o capitalismo em suas refrações contemporâneas, como globalização, financeirização e internacionalização do capital.

A categoria transformação societária, comparece como segunda categoria mais citada com 2 frequências e a categoria luta por direitos com uma frequência (Gráfico 26. Apêndice A).

No cruzamento das concepções de trabalho com a dimensão política da profissão, no Tema 1: Teoria da Economia Política (E.C. P) os dados demonstram que os conteúdos relacionam a concepção de trabalho com a categoria transformação societária, tanto na concepção de trabalho como elemento fundante do ser social como na concepção de trabalho alienado (1).

Os conteúdos que se referem à categoria luta por direitos não entrecruzam com concepções de trabalho (Gráfico 27. Apêndice A).

Nas apresentações/ ENPESS sobre a categoria trabalho em Marx, incluiu-se no TEMA 2: Marxismo e Economia Política (E.C. P).

Do total de três comunicações que abordam a própria obra de Marx e se referenciam na crítica da economia política, apenas um conteúdo expressa a concepção de trabalho, com uma frequência na categoria trabalho como elemento fundante do ser social e uma frequência na categoria trabalho alienado. (Gráfico 28. Apêndice A).

Na indicação das categorias que correspondem à dimensão política, observa-se. 2 frequências na categoria capitalismo e 1 frequência na categoria direção social e política. (Gráfico 29. Apêndice A).

O cruzamento das concepções de trabalho com a dimensão política, no tema marxismo, demonstra a indicação da concepção de trabalho como elemento fundante do ser social e trabalho alienado que entrecruza com a categoria direção social e política (1).

Os conteúdos que se referem à categoria capitalismo com duas frequências não expressam concepções de trabalho. (Gráfico 30. Apêndice A).

No Tema 4: Mudanças no Trabalho registra-se a maior quantidade de apresentações/ENPESS (74), das quais 48 abordam diferentes concepções de trabalho.

Os conteúdos tratam das mudanças no mundo do trabalho e seus impactos no comportamento e na saúde dos trabalhadores, assim como a precarização do trabalho, processos de trabalho em diferentes ramos de produção, reestruturação produtiva (fordista e toyotista).

Abarca também na flexibilização na produção, arranjos produtivos e a informalidade, o trabalho assalariado, a precarização do trabalho ou o agravamento das condições de trabalho, pelo trabalho escravo e na relação trabalho e alienação.

No contexto das alterações do mundo do trabalho observa-se ainda, neste tema, a intervenção do serviço social na dinâmica econômica e o mercado de trabalho, na função social do exército industrial de reserva, a crise estrutural do capital e seu impacto no trabalho, as relações do Estado com o trabalho e o desemprego estrutural.

Como o tema Mudanças no Trabalho é o que concentra maior quantidade de conteúdos, dessa forma, comparecem todas as categorias de concepções de trabalho, sendo a categoria mais citada a de capital versus trabalho (26), seguida da categoria trabalho elemento fundante do ser social com 19 frequências e a concepção de trabalho menos citada, com duas frequências na categoria trabalho como elemento de cidadania.

Observa-se também as frequências nas categorias Trabalho como fonte de valor (9), de trabalho alienado (8) e trabalho/crise (3). (Gráfico 31. Apêndice A).

No que se refere às categorias da dimensão política os dados demonstram a incidência da categoria capitalismo em 29 frequências nesse tema, assim como, a categoria estratégias da profissão que expressa as alternativas de intervenção na realidade comparece com 22 frequências. A categoria Emancipação Humana é a menos citada com uma frequência. (Gráfico 32. Apêndice A).

No cruzamento da categoria capital versus trabalho como a mais citada (26), em relação à dimensão política da profissão, prevalece a compreensão do capitalismo em 16 frequências, seguida da inter-relação de capital versus trabalho com demandas da política social (7), no exame da implementação das políticas públicas e das demandas institucionais que pode indicar tanto o atendimento às exigências do capital como da maioria da população.

O entrecruzamento da categoria capital versus trabalho com a categoria sociedade (6) articula o trabalho com as relações sociais na constituição econômica, social, política na

sociabilidade capitalista, indicando também, nesse tema, a relação desta categoria com movimentos sociais em 5 frequências.

A categoria capital versus trabalho além da relação que estabelece com as categorias capitalismo (16), articula-se com as categorias demandas da política social (7), sociedade (6) e movimentos sociais (5) perpassa ainda pelas categorias luta de classes (4) estratégias da profissão, luta por direitos e totalidade (3) e se relaciona com menor frequência com a categoria transformação societária (2). Não entrecruza com a categoria direção social e política e com a categoria projeto ético político.

Cabe destacar que no cruzamento da categoria trabalho como elemento fundante do ser social (19), observa-se a maior frequência com categoria estratégias da profissão (7) e não entrecruza com a categoria luta por direitos e direção social e política (Gráfico 33. Apêndice A).

Compõe o tema 5: Trabalho e Relações Sociais os conteúdos que se referem às relações de gênero e de outros grupos sociais no trabalho. Das 20 apresentações que compõe este tema 11 indicam concepções de trabalho.

Os conteúdos mencionam em sua maioria a categoria capital versus trabalho (8), e com menor frequência as categorias trabalho elemento fundante do ser social e trabalho elemento de cidadania (3). A categoria trabalho alienado é a menos citada nesse tema (Gráfico 34. Apêndice A).

No tema 5 trabalho e relações sociais, se registra, quanto à dimensão política, a maior incidência entre as 20 apresentações, na categoria luta por direitos (13). Como a segunda categoria mais citada observa-se a categoria capitalismo (8), seguida da categoria demandas da política social (6). Luta de classes e projeto ético-político são as categorias menos citadas nesse tema (1) (Gráfico 35. Apêndice A).

A concepção de Capital versus trabalho (8) como a categoria mais citada neste tema entrecruza com luta por direitos e capitalismo em 4 frequências, com emancipação humana e demandas da política social em 3, luta de classes e estratégias da profissão comparece em uma citação.

Nas indicações da categoria projeto ético político não se registra articulação com as categorias de concepções de trabalho.

A categoria luta de classes entrecruza com as concepções de trabalho alienado e capital versus trabalho em uma frequência, e a categoria transformação societária não foi observada nestes conteúdos (Gráfico 36. Apêndice A).

No Tema 6: Formas de Trabalho insere-se os conteúdos das apresentações/ ENPESS sobre autogestão da produção, cooperativismo; economia solidária ou empreendimentos solidários e trabalho infantil.

Das 32 apresentações 17 indicam a concepção de trabalho, neste tema também a maior concentração de citações situa-se na categoria capital versus trabalho com 9 indicações, seguida da categoria trabalho como elemento fundante do ser social em 7 frequências (Gráfico 37. Apêndice A).

Quanto à dimensão política, a maior incidência, neste tema, se encontra na categoria demandas da política social em 17 frequências, seguida em termos quantitativos da categoria de luta por direitos (15) e estratégias da profissão em 13 citações e enquanto categorias menos citadas se encontra a categoria totalidade e a categoria emancipação humana com uma frequência.

Equivalem-se em termos de citação nos conteúdos que abordam sobre formas de trabalho, as categorias de capitalismo e direção social e política com 7 frequências. As categorias de transformação societária, luta de classes e projeto ético político comparecem com duas frequências (Gráfico 38. Apêndice A).

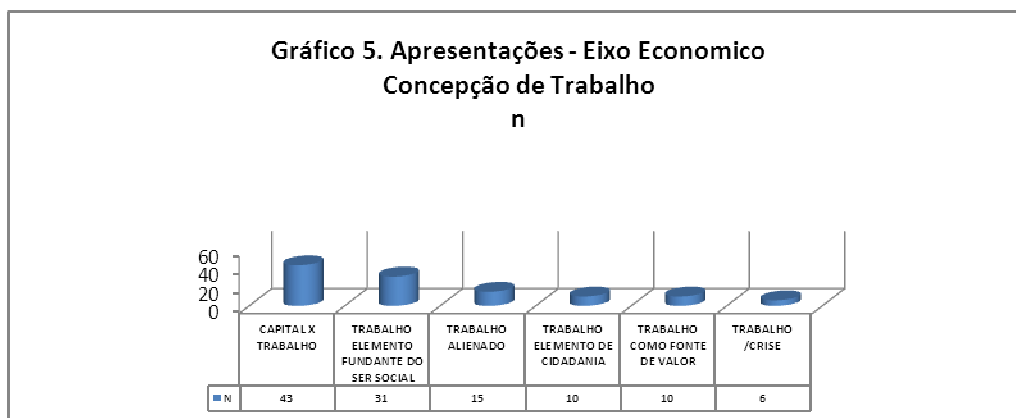
Ainda no tema 6: Formas de Trabalho, a concepção capital versus trabalho que comparece com 9 frequências entrecruza na sua maioria com a categoria capitalismo, em 5 frequências, seguida por luta por direitos e estratégias da profissão (4). Articula-se com menor frequência com a categoria emancipação humana (1).

A segunda categoria mais citada que corresponde à concepção de trabalho fundante do ser social (7) entrecruza, nesse tema, com mais frequência nas categorias luta por direitos e demandas da política social (4).

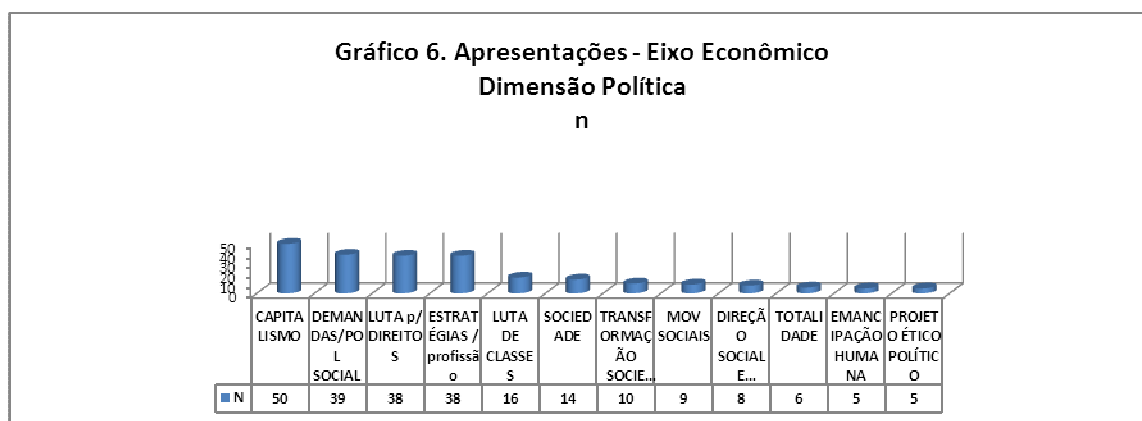
Nas frequências das categorias totalidade, projeto ético político e luta de classes não há entrecruzamento com as categorias de concepções de trabalho. (Gráfico 39. Apêndice A).

Na consolidação dos dados do Eixo Econômico das Apresentações/ ENPESS, em relação aos 138 conteúdos destaca-se a categoria capital versus trabalho em 43 frequências seguida pela categoria trabalho elemento fundante do ser social em 31 frequências neste eixo.

A categoria trabalho/crise (6) que se refere à crise da sociedade do trabalho é a concepção de trabalho com menor quantidade de citações (Gráfico 5).



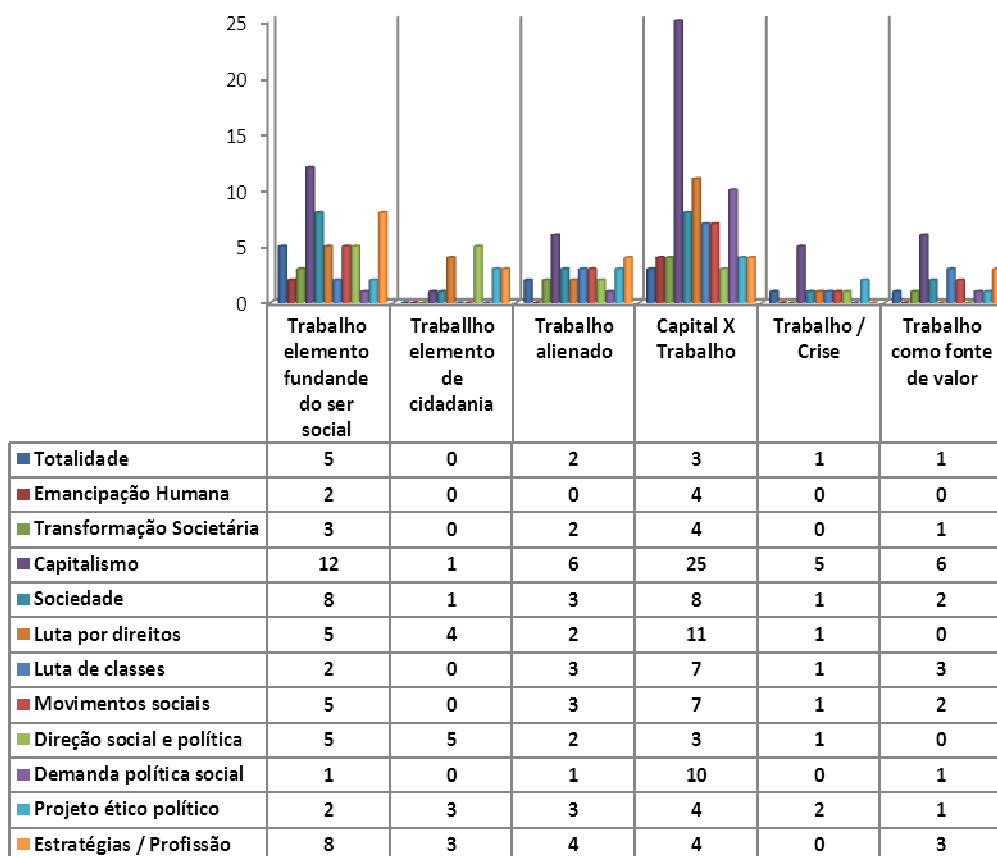
Quanto às categorias que correspondem à dimensão política da profissão a categoria capitalismo se apresenta com maior incidência em 50 frequências, seguida das categorias demandas da política social com 39 frequências, luta por direitos e estratégias da profissão, com 38 indicações, enquanto categorias menos citadas se encontram as categorias emancipação humana e projeto ético político com 5 frequências neste eixo (Gráfico 6).



No cruzamento das categorias de concepção de trabalho e as categorias da dimensão política nas apresentações/ENPESS que compõe o Eixo Econômico, observa-se que prevalece a relação entre a categoria capital *versus* trabalho e capitalismo (25). A categoria trabalho elemento fundante do ser social também entrecruza, como segunda maior frequência, com a categoria capitalismo (12).

Emancipação Humana enquanto categoria da dimensão política, neste eixo é a que entrecruza com menor frequência com as categorias de concepção de trabalho (Gráfico 7).

Gráfico 7. Apresentações.Eixo Econômico
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
 n



Segue a exposição dos dados pelos temas que compõe o Eixo Político com 73 apresentações/ ENPESS. Como nesse eixo não foram encontrados conteúdos que abordam o Tema 1: Fundamentos da Teoria Política (T.P) inicia-se a apresentação a partir do tema 2.

Nas Apresentações/ ENPESS do Tema 2: Marxismo e Teoria Política (T.P) os conteúdos analisados não expressam concepção de trabalho. Compõe este tema conteúdos que tratam do contraste entre a democracia liberal e a democracia marxista e as concepções de estado em Marx e Gramsci.

Neste tema a categoria estratégia da profissão encontra-se em todos os conteúdos, com 3 frequências, assim como, as categorias: totalidade, transformação societária, capitalismo, luta de classes, projeto ético político comparecem em duas frequências. Entre as menos citadas observa-se as categorias: emancipação humana, sociedade, direção social e política, demandas da política social com uma frequência (Gráfico 40. Apêndice A).

Como também não se registram apresentações/ ENPESS no tema 3: Correntes da Teoria Política (T.P) apresenta-se na sequencia o Tema 4: Estado e Sociedade Civil. Nesse tema os conteúdos das apresentações/ ENPESS tratam do Estado e o neoliberalismo, assim como as relações entre governo e sociedade, bem como abordagens sobre democracia e direitos sociais. Das 32 apresentações/XII ENPESS que se reúne neste tema, 7 expressam concepções de trabalho.

A categoria capital versus trabalho é a mais citada (5), na sequencia observa-se a categoria trabalho elemento fundante do ser social em 3 frequências e a categoria trabalho como fonte de valor como a menos citada (1). Não comparecem neste tema as categorias de trabalho como elemento de cidadania, trabalho alienado e trabalho/crise (Gráfico 41. Apêndice A).

No que se refere às categorias que correspondem à dimensão política da profissão a categoria direção social e política comparece com 22 frequências, a categoria luta por direitos como a segunda mais citada com 16 frequências e a categoria capitalismo em 12 frequências. Nos conteúdos que indicam aspectos da reprodução das relações sociais e da sociabilidade no capitalismo que se refere à categoria sociedade, nesse tema é a categoria menos citada, assim como a categoria movimentos sociais com uma frequência (Gráfico 42. Apêndice A).

Neste tema a categoria capital versus trabalho (5) relaciona-se com as categorias capitalismo e direção social e política com maior frequência (4); e com a categoria luta por direitos com 3 frequências, seguida pela categoria luta de classes em 2 frequências. Entre as menos citadas observa-se uma frequência nas categorias demandas da política social; transformação societária e projeto ético político e não entrecruza com a categoria emancipação humana (Gráfico 43. Apêndice A).

Com relação às formas de organização política tema 5 registram-se 26 apresentações/ ENPESS, destas seis apresentam concepções de trabalho entre as quais se destaca a categoria capital versus trabalho em 4 frequências e trabalho elemento fundante do ser social em 2 indicações.

As demais categorias de trabalho alienado e trabalho /crise comparecem com uma frequência nesse tema (Gráfico 44. Apêndice A).

Todas as apresentações deste tema possuem indicações à dimensão política da profissão, das quais se evidencia como a mais significativa a categoria movimentos sociais em 19 frequências, seguida das categorias transformação societária em 11 frequências. Ainda nesse tema sobre formas de organização política observa-se entre as menos citadas as categorias totalidade e emancipação humana com uma frequência. (Gráfico 45. Apêndice A).

Das 6 apresentações que expressam a concepção de trabalho, a categoria capital versus trabalho se destaca em 4 entrecruzamentos com a categoria movimentos sociais, em 3 frequências com a categoria luta de classes e capitalismo, 2 frequências com as categorias: luta por direitos, direção social e política, e uma frequência com as categorias: sociedade, demandas da política social, projeto ético político, estratégias da profissão e totalidade. Em que pese a categoria transformação societária comparecer com 11 frequências, nesse tema, entrecruza em duas frequências com as categorias de concepção de trabalho (Gráfico 46. Apêndice A).

O tema 6: Mudanças na Política Publica/Trabalho, que somente comparece nas apresentações do ENPESS, incluiu-se os conteúdos que tratam sobre a Política Pública de Geração de Emprego, Trabalho e Renda.

Das seis apresentações sobre esse tema, quatro expressam concepção de trabalho, sendo a categoria capital versus trabalho a única que comparece (4). Quanto às categorias de dimensão política todos os conteúdos deste tema indicam a categoria demandas da política social e com três frequências observa-se a categoria capitalismo, seguida em duas frequências pelas categorias: luta por direitos; direção social e política; bem como, uma frequência na categoria totalidade estratégias da profissão, nesse tema. (Gráfico 47. Apêndice A).

No cruzamento da concepção capital versus trabalho com as frequências das categorias de dimensão política, os dados demonstram a maior incidência desta categoria com a categoria demandas da política social (4) e com a categoria capitalismo (3).

Os demais cruzamentos entre a concepção de capital versus trabalho ocorrem com uma frequência nas categorias: totalidade, luta por direitos e direção política (Gráfico 48. Apêndice A).

O Tema 7 Mudanças na luta de classes, também, compõe-se exclusivamente por conteúdos das Apresentações/ ENPESS, tratam do estigma das classes subalternas, da autonomia operária e da formação da consciência de classe.

Entre as seis apresentações desse tema, quatro expressam concepções de trabalho, duas indicam a categoria capital x trabalho, uma a categoria trabalho alienado e outra se refere à crise da sociedade do trabalho que corresponde à categoria trabalho/crise (Gráfico 49. Apêndice A).

Todos os conteúdos abordam a dimensão política da profissão e observa-se indicações de todas as categorias, entre as quais se destaca como a maior quantidade de citações as categorias: transformação societária e capitalismo (4), seguida pelas categorias:

emancipação humana, sociedade, luta de classes, direção social e política, com três frequências.

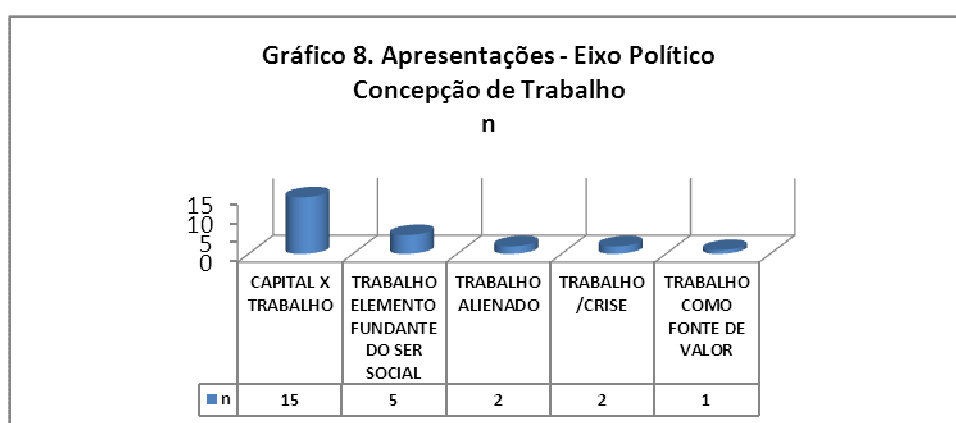
As categorias totalidade e demandas da política social são citadas em duas frequências e as demais categorias luta por direitos, movimentos sociais, projeto ético político, estratégias da profissão comparecem com uma frequência neste tema (Gráfico 50. Apêndice A).

A categoria capital versus trabalho presente em quatro apresentações se articula em duas frequências com as categorias: capitalismo e luta de classes, bem como, em uma frequência com as categorias: transformação societária, emancipação humana, sociedade, direção social e política.

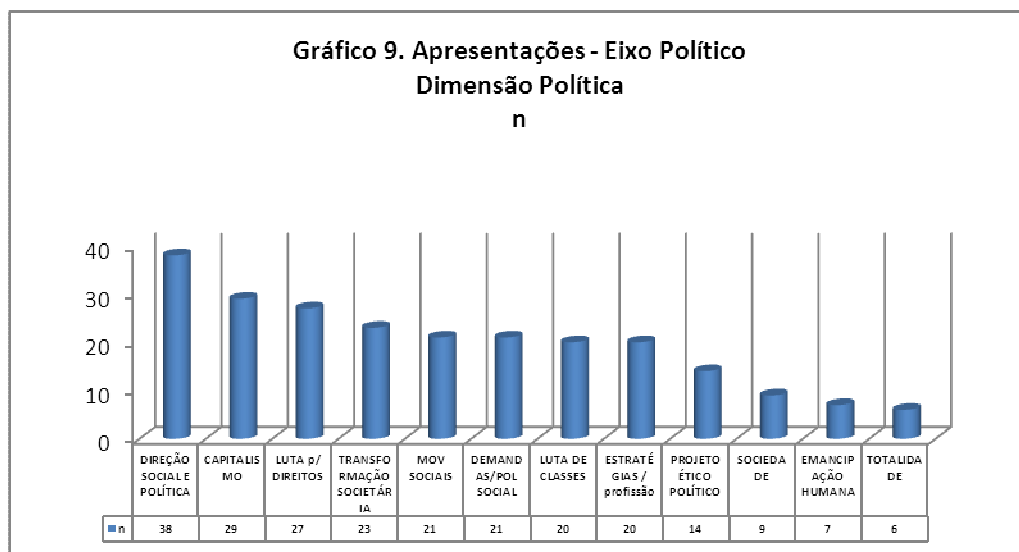
Observa-se no entrecruzamento da categoria trabalho alienado com as categorias: totalidade, transformação societária e movimentos sociais com uma frequência, assim como, na relação entre a categoria trabalho/crise com as categorias: capitalismo, sociedade, direção social e política e demandas/política social (Gráfico 51. Apêndice A).

Na consolidação dos dados do Eixo Político das apresentações /ENPESS se destacam a categoria de capital versus trabalho com 15 frequências, sendo a segunda mais citada das apresentações a categoria trabalho como elemento fundante do ser social em 5 frequências.

As categorias de trabalho alienado e trabalho/crise ocupam posições intermediárias em 2 frequências, sendo a concepção de trabalho como fonte de valor a menos citada com uma frequência (Gráfico 8).

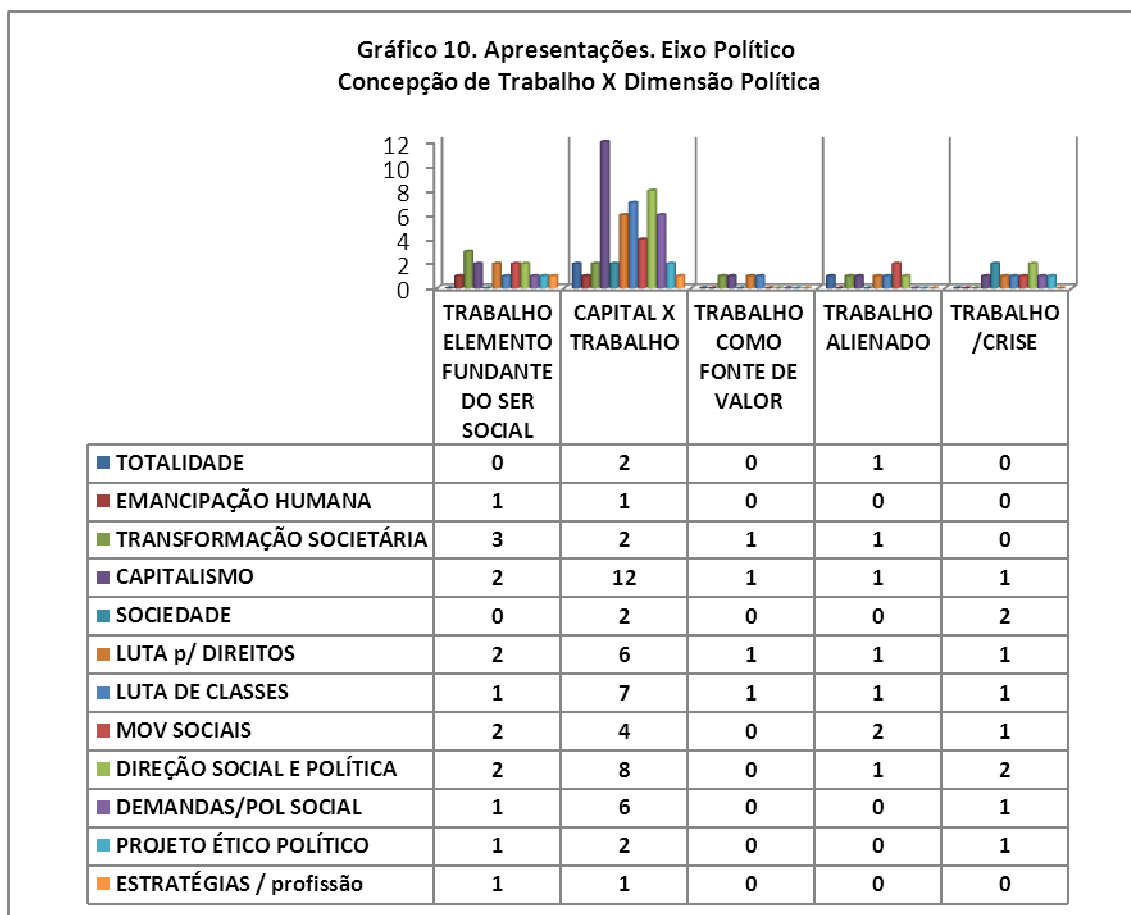


Quanto à dimensão política, neste eixo, a categoria direção social e política é a mais citada com 38 frequências, seguida da categoria capitalismo em 29 frequências (Gráfico 9).



Na consolidação e cruzamento do eixo político das apresentações /ENPESS observa-se a maior frequência entre a concepção de capital versus trabalho e a dimensão política na categoria capitalismo (12), seguida pela quantidade de frequência nas categorias direção social e política (8) e luta de classes (7).

Emancipação humana e estratégias da profissão (2) são as categorias da dimensão política com menor frequência no cruzamento com as concepções de trabalho (Gráfico 10).

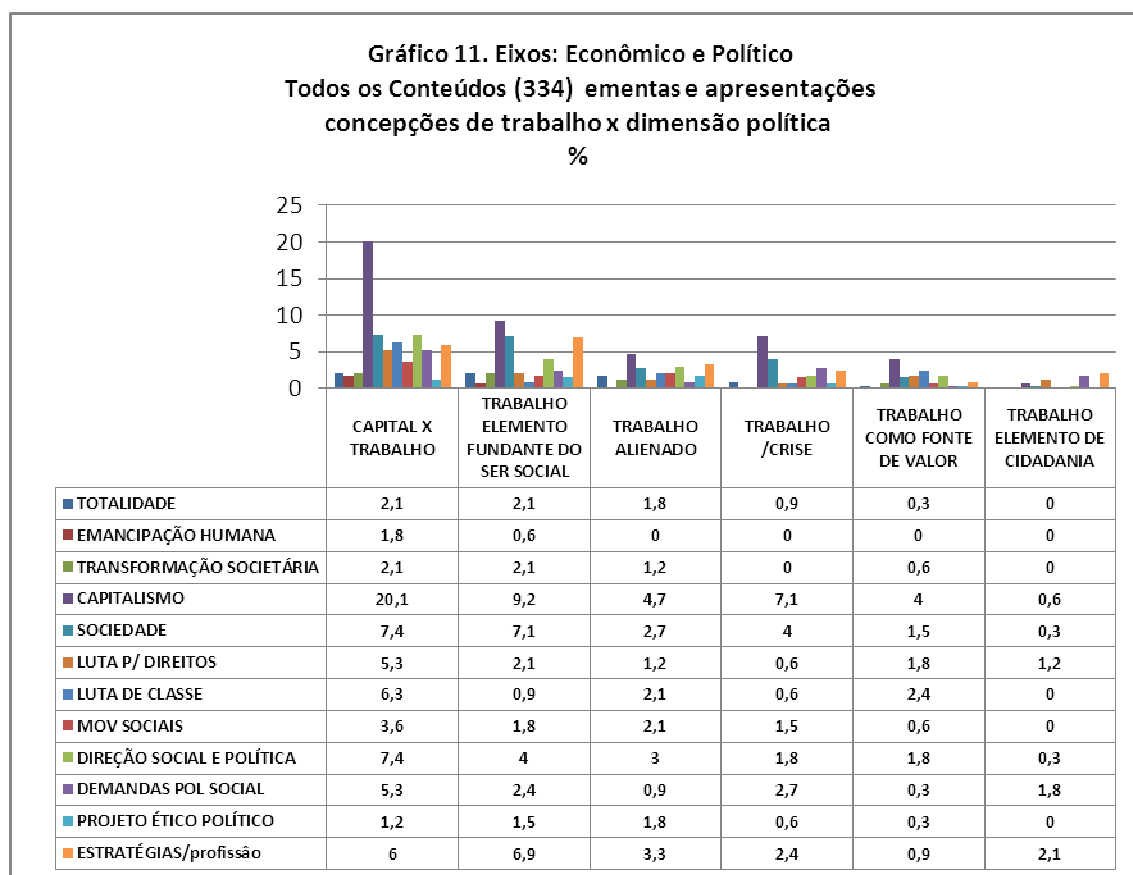


O Gráfico abaixo representa em percentual as frequências dos entrecruzamentos de todos os 334 conteúdos analisados, sendo levadas em conta as categorias nos conteúdos das ementas/ABEPSS e apresentações/ENPSS independente dos temas.

Entre todos os conteúdos prevalece a concepção de capital versus trabalho relacionada à dimensão política na categoria capitalismo em 20,1 %. O segundo cruzamento mais frequente observa-se entre a categoria trabalho como elemento fundante do ser social e a categoria capitalismo, 9,2 % e o terceiro em 7,4% corresponde às categorias: capital *versus* trabalho, sociedade, direção social e política. Com pouca diferença em 7,1% de frequências ocorre o entrecruzamento das categorias trabalho elemento fundante do ser social e a categoria sociedade, bem como a categoria trabalho /crise entrecruza com o mesmo percentual com a categoria capitalismo.

O cruzamento menos frequente registra-se na categoria de emancipação humana, sendo que em 1,6% de frequências se articula com a categoria capital versus trabalho e em 0,6% com a categoria trabalho como elemento fundante do ser social.

As categorias transformação societária e luta de classes as quais se elegeu como prioritárias, neste estudo, apresentam frequências na categoria capital versus trabalho e trabalho elemento fundante do ser social que entrecruzam em 2,1 % com a categoria transformação societária. A categoria luta de classes articula-se com a categoria capital versus trabalho em 6,3 %, como maior frequência desta categoria com relação às demais concepções de trabalho e não entrecruza com a categoria de trabalho como elemento de cidadania.



Além das frequências e entrecruzamentos das concepções de trabalho encontradas nas ementas/ABEPSS e apresentações/ENPESS, para aprofundar o exame sobre a centralidade do trabalho no Serviço Social em seus desdobramentos prossegue-se no capítulo V a apresentação dos dados coletados na pesquisa de campo, realizada através de entrevista com intelectuais do Serviço Social que se referenciam no campo marxista, relacionando seus depoimentos com o sistema categorial desta investigação.

CAPITULO V- AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO E DIMENSÃO POLÍTICA DS PROFISSÃO NA VISÃO DE INTELECTUAIS MARXISTAS DO SERVIÇO SOCIAL

1. As concepções de trabalho no serviço social

No sentido de investigar sobre as concepções de trabalho no Serviço Social e a dimensão política da profissão, buscou-se conhecer o entendimento dos assistentes sociais sobre essa temática.

A partir desse critério a escolha dos sujeitos da pesquisa empírica determinava a exigência de entrevistar além de pessoas com formação na área, profissionais que se identificassem com o campo marxista. Na medida em que se aprofundava a investigação na pesquisa bibliográfica e documental, este critério se desdobrou em outros dois, ou seja, na relevância de coletar dados junto a profissionais da área ligados à produção de conhecimento do Serviço Social com referência no campo marxista e discussões sobre o trabalho na vida social, bem como, profissionais com trajetória na direção das entidades representativas da profissão.

Encaminhou-se, então, para as entrevistas dirigidas aos autores de significativa expressão no Serviço Social que se identificam com o campo marxista como a: Profª Drª Marilda Vilela Iamamoto e o Prof. Dr. José Paulo Netto, e dirigentes que estiveram à frente das entidades representativas da categoria dos assistentes sociais: Drª Elizabete Borgianni com expressiva trajetória no CEFSS e a Profª Drª Elaine Behring com significativa relevância no desempenho da direção na ABEPSS.

Os trechos das entrevistas com os sujeitos da pesquisa são organizados e apresentados, seguindo o sistema categorial das concepções de trabalho adotado: trabalho elemento fundante do ser social, trabalho elemento de cidadania, trabalho alienado, capital *versus* trabalho, crise da sociedade do trabalho (trabalho/crise) e trabalho como fonte de valor.

Quanto ao trabalho elemento fundante do ser social no depoimento de José Paulo Netto ressalta “ eu não tenho dúvidas sobre a centralidade do trabalho no processo de constituição da sociabilidade. Aliás, não creio que tais dúvidas possam se colocar para um marxista”.

Quanto à categoria trabalho elemento fundante do ser social Iamamoto leva em conta a historicidade em Marx a qual supõe uma forma de organização da vida social e afirma,:

[...] o trabalho como elemento constitutivo do ser social, ou seja, eu acho que o homem é também natureza, mas pelo trabalho ele se descola da sua dimensão puramente natural, à medida em que ele é capaz de projetar antecipadamente na sua mente um objetivo a ser alcançado, que supõe uma liberdade de escolha e de direcionar a sua atividade, a sua atenção em função de , um plano previamente estabelecido. Como diria Lukács, o homem é um ser de projetos, que dá respostas prático-sociais aos seus carecimentos (Iamamoto).

Ainda sobre essa concepção de trabalho Iamamoto destaca:

Eu parto da compreensão de Marx sobre o trabalho, dentro da tradição marxista;. Estou ancorada na produção especialmente de O Capital e suas derivações...o trabalho é essa atividade criadora humana através da qual o homem se humaniza e humaniza a própria natureza. Essa é a dimensão que Lukács mais tarde vai desenvolver: a dimensão ontológica do trabalho, distinguindo - o que é sua preocupação-, o ser social do ser natural. Mas Marx não para aí, Se essa dimensão ontológica é transversal aos diferentes tempos históricos - ou , nos termos de Marx, nas diferentes formas sociais ou formas de organização da vida social Marx, está interessado em pensar o trabalho na sociedade capitalista. Então isso é muito importante, ou seja, Marx não está fazendo uma discussão transhistórica do trabalho ou suprahistórica. A historicidade pra mim não é só a distinção do ser social do ser natural. Esta é uma dimensão da historicidade. Mas historicidade supõe uma forma de organização da vida social, uma forma de distribuição dos meios necessários à produção e dos meios de vida, uma forma de organização das classes sociais, uma forma de organização do Estado, uma forma de divisão do trabalho, do trabalho manual, intelectual, de divisão, a distribuição dos meios de produção (porque a distribuição não é só do produto do trabalho, como diz o Marx na Introdução à Crítica da Economia Política de 1859) (Iamamoto).

Ao se referir sobre a concepção de trabalho no Serviço Social Berhing sugere que “a ideia do trabalho como uma dimensão fundante do ser social..unifica todo mundo” e enfatiza a importância de:

Entender o que é o trabalho na sociedade capitalista e especialmente na sociedade capitalista contemporânea: que o trabalho é tão histórico quanto tudo que é humano....se não fosse essa concepção de trabalho toda a arquitetura no debate que orienta hoje as Diretrizes Curriculares , sobre a questão social , sobre as políticas sociais estaria derruída(Berhing)

Berhing, também destaca a relação entre trabalho elemento fundante do ser social com o valor, desse modo, evidencia que:

O trabalho é uma dimensão fundante do ser social e ele está diretamente inscrito no circuito do valor na sociedade capitalista, em todos os âmbitos

onde ele se realiza, mesmo que não incida diretamente na produção direta de mercadorias, ...se o trabalho é engessado dentro de uma perspectiva meio original, essencial, e se separa da história então eu acho que o problema começa aí (Berhing)

E acrescenta:

Uma certa apreensão do Lukács leva a uma visão muito a-histórica do trabalho. O que é essa visão a-histórica do trabalho? É uma visão fundamentalista de que só é trabalho aquilo que transforma diretamente a natureza e que produz produtos materiais, e então só é trabalho aquilo que é indústria de transformação, e aí fica muito complicado porque o trabalho se complexificou enormemente na sociedade capitalista, com imenso desenvolvimento no setor de serviços, a industrialização mesma do setor de serviços.... (Berhing)

Borgianni ressalta que “o trabalho é o modelo da práxis, mas não se esgota na práxis”. No seu entendimento a concepção de práxis é um conjunto de:

Objetivações duradoras do ser social, ciência, arte, trabalho criador, não trabalho alienado, são exemplos de objetivações duradoras do ser social...a categoria fundante é práxis, porque ela é categoria fundante? porque ela é a relação de um projeto telos, com uma causalidade existente, ...que redonda em uma objetivação de algo que não existia antes, então práxis é o resultado da relação desse projeto quando ele entra em contato com uma causalidade que já existe, independente dele, e se objetiva em algo novo, uma nova forma.....a objetivação de um projeto, de algo que você consegue projetar... (Borgianni).

Nenhum dos entrevistados referem-se à concepção de trabalho como elemento de cidadania, entretanto, depreende-se do depoimento de Marilda Vilela Iamamoto as implicações que limitam essa concepção de trabalho pois,

Esta sociedade que supõe uma divisão do trabalho, que supõe a propriedade privada capitalista, que supõe, portanto, uma forma de distribuição dos meios de produção e dos produtos do trabalho. E que pressupõe, portanto, a constituição de trabalhadores livres: livres enquanto inteiramente despossuídos dos meios de produção.... O trabalhador é proprietário da sua força de trabalho e pode estabelecer uma relação contratual de compra e venda com outros proprietários... (Iamamoto)

Continuando a apresentação sobre as concepções de trabalho nas entrevistas, com relação ao trabalho alienado, Iamamoto ressalta:

A relação do trabalho assalariado. Ele é necessariamente uma relação alienada. É isso que o constitui.. Mas é exatamente essa alienação do trabalho que torna possível a negatividade: o enfrentamento do trabalho alienado... Então eu estou demarcando isso, porque acho que é fundamental. Não é possível nessa sociedade moderna atual, na sociedade capitalista fazer uma reflexão do trabalho sem integrar essas duas dimensões antes assinaladas: o trabalho na sua dimensão ontológica e na sua dimensão de alienação (Iamamoto).

No seu depoimento, acrescenta:

Marx ao discutir fetichismo da mercadoria , a mistificação do capital ele mostra que nessa sociedade tem-se a prevalência das coisas: aparecem os produtos do trabalho e se obscurece a atividade humana, as relações entre os homens. Lukács trata esta análise a partir da ideia de reificação, já que a alienação não é exclusiva da sociedade burguesa. (Iamamoto)

E expressa ainda sobre trabalho alienado:

O trabalhador é alienado, ele vive essa alienação, mas, ele é capaz de lutar. Porque se você fecha de uma forma tal essa reificação que embaça integralmente as consciências. Cai numa visão que perde a dimensão da contraditoriedade. Essa alienação ela é vivida com o sofrimento e ela gera uma reação por parte dos sujeitos. ...Porque eu acho que tem a dimensão de processualidade de contraditoriedade, em que a alienação/desalienação é presente... (Iamamoto)

Iamamoto referenciando-se em Gramsci, destaca que:

A vivência cotidiana - acho que Gramsci também está nessa questão com a ideia do bom senso imbuída no senso comum - tem uma dimensão de processualidade, de reação, de crítica, de possibilidade de desalienação de construção de um processo de alienação/desalienação (Iamamoto).

Todos os quatro entrevistados enfatizam a concepção de *Capital versus* trabalho, explicitando a necessária contextualização na sociedade capitalista, seja para “problematizar as formas contemporâneas do assalariamento no quadro de um enorme alargamento daquilo que Marx chamava de trabalhador coletivo”. (Netto).

Nesse sentido Iamamoto enfatiza a historicidade que supõe, “uma forma de distribuição dos meios necessários à produção e dos meios de vida...na super-exploração do trabalho...nessa sociedade moderna atual , na sociedade capitalista”, e assim:

[...] nessa sociedade temos que pensar o trabalho nas condições em que ele se realiza: é um trabalhador vende a sua força de trabalho porque ele não tem os meios de produção e, portanto, quando ele começa a trabalhar o trabalho já não lhe pertence. Pertence a outro que “comprou” exatamente o direito de explorar essa força de trabalho durante determinado período de tempo. (Iamamoto)

Quanto concepção de *Capital versus* trabalho Iamamoto, explica:

Não é por acaso que Marx dá uma atenção absolutamente central ou transversal na sua obra ao trabalho... trabalho concreto, trabalho útil de uma qualidade determinada que é absolutamente essencial pra se dar conta da sua particularidade, como parte da divisão social e técnica do trabalho. Mas esse trabalho só se torna social - e isso é um pressuposto fundamental em Marx- a partir de dois elementos fundamentais: quando ele atende às necessidades sociais, pois é um trabalho para outros; e, segundo, ele só pode atender a necessidades sociais se ele for passível de ser trocado por qualquer outro tipo de trabalho, se ele entrar no circuito do intercâmbio pela mediação do dinheiro... o trabalho é trabalho concreto, trabalho útil e trabalho humano abstrato, trabalho humano indiferenciado; O trabalho abstrato tem que assumir uma forma, que é a forma do valor - o valor de troca - e que vai se expressar exatamente na relação entre uma forma equivalente e uma forma relativa na relação entre duas mercadorias... Não é por acaso que Marx começa da mercadoria que contém essa dupla dimensão do trabalho, pode ser pensado na sua qualidade e na sua quantidade. Enquanto trabalho distinto, qualitativamente distinto e enquanto trabalho humano homogêneo, socialmente homogêneo. (Iamamoto).

Dessa forma, contextualizar a contradição *capital versus* trabalho significa para Berhing “entender o que é o trabalho na sociedade capitalista e especialmente na sociedade capitalista contemporânea” na qual a “questão central é a subsunção do trabalho ao capital e a produção de valor”. Para Borgianni é necessário apreender tal contradição “pelas novas mediações que vão se formando dentro do mundo burguês para resolução dos conflitos que vem das expressões da questão social e do próprio capital”.

Sobre a polêmica que envolve a crise da sociedade do trabalho e se refere à categoria trabalho/crise, tanto José Paulo Netto como Elaine Berhing, fizeram comentários em relação a essa categoria. Netto refere-se à equivocada tese sobre o fim do trabalho, e afirma que:

Podemos verificar que a discussão já tem algum acúmulo no campo do Serviço Social... Uma série de temáticas próprias da ofensiva ideológica do grande capital tem invadido o Serviço Social (o “esgotamento da modernidade” e a consequente emergência da “pós-modernidade”, o “fim do trabalho”, etc.). São evidentes sinais da existência de um *novo* conservadorismo que se desenvolve no campo profissional. (Netto)

Ainda com relação à concepção de trabalho/crise, Berhing destaca a tendência de:

Posições da esquerda, que consideram que há uma espécie de hipervalorização do trabalho. Especialmente, eles colocam que as políticas mais avançadas do campo da esquerda não estão vindo do mundo do trabalho, estão vindo de outras esferas, exatamente de quem está em uma situação de não-trabalho. E aí afirmam esse esvaziamento, que o capitalismo domou o campo do trabalho, passivizou, cooptou o campo do trabalho. ...mas aí também é complicado porque se separa mundos que não são separados... (Berhing)

Para Berhing, há nessas críticas além do diálogo com a escola de Frankfurt, uma “dimensão da política, em que pese ser uma política desconfiada em relação ao mundo do trabalho que na verdade seria o mundo do emprego formal”.

Dos depoimentos de Marilda Vilela Iamamoto e Elaine Berhing, encontram-se também, elementos que correspondem à categoria trabalho como fonte de valor.

Nesse sentido, Iamamoto afirma que o trabalho “tem que ser pensado enquanto valor, enquanto trabalho humano diferenciado cristalizado nas mercadorias” evidenciando sua referência em Marx explica:

O valor da força de trabalho está dado socialmente tem um valor histórico, também varia de acordo com cada sociedade, com cada conjuntura. Mas ao mesmo tempo, é um valor relativo: significa estar em relação ao valor desses elementos que ingressam no valor da força de trabalho, dependem do valor dos meios de subsistência... (Iamamoto)

Ainda se referindo ao trabalho como fonte de valor Iamamoto acrescenta alguns aspectos da reprodução da força de trabalho como mercadoria:

[...] ...na leitura que tenho de Marx, ela não é um mero cerimonial. Ela é uma condição da existência do trabalho social, do trabalho se constituído como um trabalho social. Enquanto parte da divisão sócio-técnica do trabalho ele tem que ter qualidade determinada; mas ele tem também que ser passível de ser trocado por qualquer outro tipo de trabalho. Isto é possível porque ele contém um elemento comum a todos os trabalhos nas suas particularidades, que é exatamente o fato de conter tempo de trabalho humano materializado nessa cristalização de trabalho humano indiferenciado. Esse trabalho humano não é qualquer trabalho, é tempo de trabalho socialmente necessário. Então é tempo de trabalho social médio, que tem uma dimensão histórica, enquanto parte e alíquota do trabalho social total, global. Sem isso você não pode pensar a dimensão social do trabalho nessa sociedade (Iamamoto).

Quanto á concepção de trabalho como fonte de valor, Berhing, se reportando á discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo destaca “... o que determina essa condição de trabalho é a relação com o valor, e por vezes é uma relação mais direta e outras é uma relação indireta, mas que participa do processo global de reprodução ampliada”

Concluída a apresentação de trechos das entrevistas que correspondem às concepções de trabalho, a seguir, apresenta-se a visão dos entrevistados no que se referem sistema categorial adotado que indicam a dimensão política do Serviço Social (Quadro 11).

2. Dimensão política da profissão

Iniciando-se pela categoria totalidade, no entendimento de Borgianni a dimensão política da profissão, está intimamente ligada à perspectiva de que “as totalidades sem as mediações não teriam forma e sem as negatividades não teriam movimento”, nessa direção acrescenta:

O ser social é um ser de práxis, que cria totalidades e cada um na sua singularidade é uma totalidade junto com todas as outras totalidades, o individuo é uma totalidade, a família é também, mas é outra totalidade diferente do individuo, a classe social é outra, aí a igreja é outra totalidade, o partido político é outra totalidade, e todos se relacionam passando por dentro deles mediações e negatividades, ora isso é banho de realidade , quando eu for inserida no meu exercício profissional , eu tenho que considerar tudo isso, e não de uma forma abstrata... Pensar na questão das mediações... O que são as mediações? Mediações, nós já estudamos e já sabemos, não são construtos mentais, são formas de ser do ser que se desenvolvem no cotidiano e na historia. (Borgianni)

Iamamoto se refere indiretamente à emancipação humana, quando aborda sobre trabalho alienado ao destacar que “é exatamente essa alienação do trabalho que torna possível a negatividade: o enfrentamento do trabalho alienado e a busca de uma alternativa de libertação dessas correntes econômicas invisíveis que aprisionam o trabalhador e o seu tempo de vida. à super-exploração do trabalho”

Assim como na entrevista de Borgianni no seu entendimento sobre a emancipação humana se destaca que “criar algo que não existia na natureza vai permitir ao ser social portencializar a sua força e criar coisas novas” (Borgianni).

Com relação à categoria transformação societária, que também se constitui enquanto categoria da dimensão política da profissão. Para José Paulo Netto:

Na crise da ditadura e logo depois, segmentos conservadores incorporaram um certo jargão revolucionário (do tipo “transformação”, “dialética” e “práxis”) em análises e proposições medularmente anti-revolucionárias. Ainda hoje, se você entrar em qualquer lugar que reúna assistentes sociais – sejam dez ou mil assistentes sociais – e observar apenas o discurso corrente (que acresce às três palavrinhas mágicas acima citadas a inevitável “perspectiva crítica”), dele sairá convencida de que está diante de um vigoroso destacamento revolucionário... (Netto)

Quanto ao desgaste dessa terminologia Netto refere-se:

Em primeiro lugar, porque durante cerca de 20 anos, durante a ditadura, a esquerda (e não só os marxistas) usaram esta nomenclatura de maneira esópica – por exemplo, como não se podia falar abertamente de “revolução”, falava-se de “transformação social”, o que obviamente não é a mesma coisa. Segundo, e decorrentemente, porque perdeu a dimensão de rigor (própria do discurso que se quer teórico) e o significado que se queria expressar se diluiu, deixou de remeter a processos e fenômenos muito precisos e banalizou-se quase como jargão de conteúdo autoexplicativo e quase mágico (Netto).

Elisabete Borgianni evidencia no Serviço Social “a possibilidade de subverter demandas em direção a transformação social” e acrescenta que “o pulo do gato da profissão, fazer Serviço Social, ser assistente social, desenvolver essa profissão é subverter essa demanda o tempo todo na linha da transformação da sociedade desde dentro” (Borgianni).

Quanto a categoria o capitalismo, nos depoimentos de Netto e Berhing destacam-se alguns elementos.

No depoimento de José Paulo Netto, se evidencia a relação da categoria capitalismo com a questão social:

Pensar o estado atual (ou as expressões atuais) da “questão social” implica pensar o chamado “mundo do trabalho” no capitalismo contemporâneo – e, num plano menos imediato e mais substantivo, pensar a própria relação entre trabalho e sociabilidade. E como a “questão social” tem sido, historicamente, a própria razão de ser de profissões como o Serviço Social, toda esta problemática interessa fundamentalmente à profissão.... (Netto)

Para José Paulo Netto seria correto afirmar que:

[...] ...a ordem do capital necessariamente contém a “questão social”, que adquire formas diferentes – ou, se se quiser, expressa-se sob formas diferentes – conforme o patamar alcançado pela dinâmica capitalista... o capitalismo contemporâneo apresenta claros sinais de esgotamento, de exaustão – mas não porque a “questão social” esteja se aprofundando ou

tomando novas formas, e sim porque, como Mészáros já tem assinalado, ele se aproxima perigosamente dos seus limites estruturais...

O que o quadro contemporâneo sinaliza nitidamente é a crescente dificuldade, cada vez mais nítida, de o capitalismo suportar reformas capazes de enfrentar a “questão social” sem promover a barbarização crescente da vida social.

Neste sentido, não se trata de afirmar a impossibilidade de reformas, mas assinalar que a margem para reformas se torna visivelmente mais estreita. (Netto)

Ainda sobre o capitalismo para Berhing há tendências que estão “esvaziando a economia e a política” a exemplo da interpretação de Mészáros:

[...] subsume a queda tendencial da taxa de lucros a uma tendência decrescente da utilização das mercadorias e coloca que essa é a tendência predominante do capitalismo contemporâneo, que essa é uma determinação fundamental, então ele toma a consequência pela causa e com isso essa coisa vai se afastando da dinâmica do valor ... vai caindo num discurso muito filosófico, filosófico e até moral, uma crítica filosófica e moral” (Berhing).

Ao mesmo tempo em que enfatiza a validade de se pensar as contradições do capitalismo relacionado à dinâmica do valor, cita autores como Mandel, Harvey e, o próprio Mészáros. Sobre capitalismo Berhing, ainda afirma que:

Não se pode separar metodologicamente produção e reprodução, a não ser didaticamente para entender essa relação mais direta ou mais indireta com o processo de reprodução ampliada, de acumulação ampliada no capital” (Berhing).

Os depoimentos dos entrevistados relacionam-se também, à categoria sociedade. Neste aspecto José Paulo Netto afirma

[...] ...que as relações entre trabalho e sociabilidade (assim como todas as suas implicações) precisam ser estudadas considerando o complicadíssimo sistema de mediações que elas implicam. E não sei se tais considerações estão sendo levadas em conta no debate do Serviço Social. (Netto).

Para Elaine Berhing o fundamento da sociabilidade é a “dinâmica do valor, só que é claro em novas condições”. No que corresponde à categoria sociedade Iamamoto ressalta:

O dinheiro como a forma de sociabilidade, uma forma de mediar a independência e a interdependência dos indivíduos sociais; ou seja, eles são independentes em si, mas todos dependem da produção social da produção

de todos e essa inter-relação passa por um intercambio de trabalhos. Por isso trabalho social é viabilizado por um mediador universal, que é, no caso da sociedade capitalista, a mercadoria- dinheiro...é uma forma *necessária* diante da divisão crescente do trabalho e do caráter cada vez mais social do trabalho... para pensar o trabalho na sua historicidade na sociedade capitalista, há que pensá-lo na forma de sociabilidade que preside essa sociedade que é a sociabilidade mercantil. (Iamamoto)

E neste sentido detalha :

[...] historicidade supõe uma forma de organização da vida social, uma forma de distribuição dos meios necessários à produção e dos meios de vida, uma forma de organização das classes sociais , uma forma de organização do Estado, uma forma de divisão do trabalho -, do trabalho manual, intelectual, de divisão, a distribuição dos meios de produção (porque a distribuição não é só do produto do trabalho, como diz o Marx na Introdução à Crítica da Economia Política de 1859). Partindo desse pressuposto para pensar o trabalho na sua historicidade na sociedade capitalista, há que pensá-lo na forma de sociabilidade que preside essa sociedade que é a sociabilidade mercantil. (Iamamoto)

Quanto a categoria luta por direitos, Iamamoto, destaca “uma formação política da classe trabalhadora tendo em vista tomar consciência dos seus direitos, do seu papel na sociedade, dos seus interesses não apenas corporativos e sim de seus interesses enquanto classe”.

Netto reporta-se à categoria luta por direitos destacando:

Um claro exemplo contemporâneo é o da palavra “reforma”: nos três primeiros quartos do século XX, ela remetia a processos que, mesmo no interior da ordem burguesa, indicavam ampliação de direitos; nos últimos quarenta anos, pelo menos, o pensamento neoconservador se apoderou dela e a ressignificou, conferindo-lhe conteúdos claramente contra reformistas (Netto).

Para Borgianni, luta por direitos, consiste no exemplo da contradição do que é demandado oficialmente, na possibilidade de “transformar demandas em acesso a direitos” acrescentando que “se eu não tenho uma excelente formação e uma visão política crítica e engajada... eu só vou ficar reproduzindo”.

Alguns trechos das entrevistas referem-se à categoria luta de classes. Para José Paulo Netto luta de classes está relacionada com a falsa polêmica sobre o fim do trabalho, a qual “necessariamente, termina por retirar de cena as questões centrais das lutas de classes”.

Elaine Berhing ao enfatizar que “luta de classes não é um conceito formal, das contradições, etc.”, e comenta:

José Chasin, justificando uma política de conciliação de classes, certo pragmatismo... De fato, os trabalhadores empregados e fabris se reduziram numericamente, tiveram as suas condições de vida melhoradas em função de estar no setor monopolista, venderam muitas vezes a alma ao diabo. Não resta dúvida disso... não se pode pensar a classe como um movimento auto espontâneo, de autodesenvolvimento, de autoconstrução. Tem direção (Berhing).

Ainda nesta perspectiva, Berhing, acrescenta à luta de classes ressaltando que:

[...] ...não tem revolução sem eles (classe trabalhadora), sem quebrar a espinha dorsal do capital... pode até ter momentos, em que o processo revolucionário é instigado a partir de fora dos muros da fábrica. Já aconteceu. Aconteceu em 1968 na França: quem instigou foram os estudantes e os trabalhadores vieram juntos e depois recuaram. Inclusive recuaram com uma forte incidência do partido comunista de uma direção conservadora, que negociou uma pauta em separado (Berhing).

Para Elisabete Borgianni ao levar em conta a negatividade que contrasta com a regularidade das explicações do mundo físico ou das ciências naturais e as mediações, refere-se à luta de classes destacando que:

[...] ...no ser social não é assim (regularidade do mundo físico), no ser social só se consegue perceber-lo no seu movimento pelas suas negatividades...
[...] ...O que faz com que a luta de classe no Brasil seja uma, na Inglaterra outra e na França outra, são as diferentes mediações, como ela se configurou em cada lugar, essas mediações são construções históricas e não construtos mentais não são modelos mentais elas são, certo tipo de desenvolvimento na história de cada realidade societária... essas mediações são construções históricas que permitem que a sociedade brasileira continue existindo enquanto tal sem grandes rupturas aquilo que o Tratenberg falava que avançam sem romper com o passado, com o atraso avançam sem romper com o passado, com o atraso vão carregando o atraso junto... (Borgianni)

Em que pese os depoimentos não abordarem diretamente a categoria Movimentos Sociais, há algumas referências sobre dimensão política da profissão no sentido de evidenciar o movimento estudantil e a importância das ações coletivas. Na trajetória histórica do Serviço Social José Paulo Netto destaca:

[...] ...o rompimento com o conservadorismo no Serviço Social, cuja raiz está nos anos 1960, foi operado mesmo pelos jovens estudantes de extração católica – seu sujeito é a juventude, inserida no movimento estudantil...politização à esquerda dos jovens católicos – é o período em que a JUC se radicaliza e, no fim da década, parte dela, que formara a AP, adere ao maoísmo...o instrumento alternativo de formação política na universidade é uma variável do movimento estudantil...é o movimento estudantil o

segmento mais vivo da chamada “comunidade acadêmica” e aquele que, de fato, mais forma o corpo discente para a vida política (Netto).

Netto, acrescenta que:

[...] ..tirante o papel do movimento estudantil, a formação estritamente política do discente, quando se realiza, realiza-se em geral fora da universidade (ainda que o interesse por ela se origine no seu interior). Realiza-se no âmbito da sua intervenção em movimentos sociais e da sua inserção em organizações e partidos políticos. Aliás, a maioria esmagadora daqueles protagonistas da vanguarda profissional que mais contribuíram, nos anos 1980, para a ruptura do monopólio conservador teve a sua formação política operada nessas duas instâncias (Netto).

Elaine Berhing destaca a militância dos estudantes como um diferencial na formação profissional:

[...] ...olhar um estudante que teve alguma militância ao longo da sua formação acadêmica e como ele é capaz de apreender melhor aquelas categorias que tentamos trabalhar na formação acadêmica, porque ele faz uma tradução completamente diferenciada de um estudante que não tem essa trajetória (Berhing).

Desse modo afirma que:

A ideia de formação política está muito associada aos movimentos sociais e aos partidos não à academia. Eu acho que temos projetos pedagógicos, que há uma dimensão política intrínseca e que acaba é claro realizando uma formação política... Ela até pode ser um espaço de difusão desse conhecimento. Mas a formação política acontece fora (Berhing).

Todos os entrevistados mencionaram a disputa de projetos societários, que corresponde à categoria direção social e política, entretanto, nos depoimentos corresponde essa categoria se desdobra em (i) direção social e política dos projetos societários, (ii) Direção social e política das origens e na trajetória do Serviço Social, (iii) Direção social e política na formação profissional e (iv) Direção social e política das entidades representativas da profissão

No depoimento de Iamamoto apreende-se alguns elementos relacionados à categoria direção social e política no âmbito mais geral de disputa de projetos societários

Nessa perspectiva Iamamoto destaca a historicidade em Marx que “supõe uma forma de organização do Estado” e também refere-se aos partidos políticos evidenciando que na:

[...] visão leninista de partido a ideia que a consciência vem de fora, vem do partido -, eu acho que o partido não resta dúvida de que como Gramsci reconhece ele tem uma dimensão de universalidade dos interesses da classeEu não nego a compreensão de partido. Gramsci tem a sua visão, mas parte da visão leninista, mas acho que ele tem uma expressão muito clara do partido que tem que compreender sentir as necessidades das classes subalternas e traduzi-las em formas mais universais. Acho que essa relação partido massa é uma questão que a gente tem que pensar. Ela não é uma tão mecânica assim que o partido é um iluminado e ponto final, mas depende dessa relação... o partido tem que ser capaz de ter sensibilidade apreender, Gramsci diz assim compreender, sentir essas percepções e traduzi-las para propostas programáticas (Iamamoto).

Também pelo entendimento de partidos políticos que correspondem ao desdobramento da categoria direção social e política no âmbito mais geral de disputa de projetos societários Netto ressalta que:

Igualmente, não creio que seja despropositada, em si mesma, a distinção entre “partido de quadros” e “partido de massa” – o problema está em determinar, com clareza, que tipo de partido a realidade contemporânea (e concreta) está a exigir... Em geral, continuamos presos à ideia de que a formação política só é pensável no interior de sindicatos e partidos ...E mais: quando ambos, sindicatos e partidos, parecem dar muito pouca importância à formação política *stricto sensu*, submergindo seus militantes no trefismo, no imediatismo etc... Também não creio que se possa afirmar simplesmente que com a III Internacional stalinista (ou melhor: stalinizada) acabou a preocupação com a formação política. O que houve foi uma determinada (e lastimável) orientação geral da formação política que produziu e reproduziu largamente, em todo o mundo do movimento comunista oficial, uma verdadeira deformação do pensamento marxista e revolucionário (Netto).

Ainda com relação à direção social e política e projetos societários. Netto aborda o termo reforma que “não afeta apenas o universo teórico-conceitual do marxismo, uma vez que é sinal de generalizada frouxidão no trabalho intelectual, abre um campo enormemente propício à tergiversação conservadora”. E prossegue “nos dias atuais, e não só neles, os revolucionários não se colocam abstratamente contra as reformas, mas contra as reformas que não servem à emancipação política dos trabalhadores – aqui, é preciso cuidado para evitar simplismos”.

A categoria direção social e política que corresponde a diferentes projetos societários também expressa o rebatimento da direção social e política do Serviço Social na disputa de projetos profissionais. Nesse sentido Netto afirma que:

Historicamente, o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se no marco do conservadorismo. A ruptura com este marco operou-se na entrada e no

decurso da década de 1980, expressando as condições da restauração democrática no país, mas valendo-se da experiência de uma geração formada no caldo cultural e político dos anos 1960 – até então, a formação conservadora implicava práticas sócio-políticas conservadoras. Os protagonistas da renovação dos anos 1980 fizeram a sua formação política no marco do movimento estudantil e de organizações políticas e partidárias. E estas duas instâncias, até hoje, parecem-me aquelas que oferecem os componentes decisivos para a formação política elementar dos assistentes sociais – que prossegue na sua inserção sócio-profissional, nas suas experiências de trabalho e de luta (Netto).

Netto identifica ainda que “são evidentes sinais da existência de um *novo* conservadorismo que se desenvolve no campo profissional”

Quanto à direção social e política das origens e na trajetória do Serviço Social Netto, afirma que desde a sua implantação em 1936/37, o Serviço Social teve uma marcada direção social e política:

[...] ...dominantemente inspirada pela Doutrina Social da Igreja (católica) até os anos 1960 – uma inspiração conservadora-reformista... Esta dimensão quase sempre se ocultava sob o manto pouco diáfano do “apoliticismo” – uma aparente assepsia político-ideológica que cobria um efetivo ativismo político conservador. (Netto)

Na perspectiva da direção social e política da profissão Netto, ainda, faz as seguintes observações:

A primeira diz respeito à própria existência do conservadorismo na profissão. A liquidação do seu domínio não significa, absolutamente, que ele desapareceu – significa, tão somente, que deixou de dar o tom na agenda profissional. A segunda relaciona-se ao pluralismo a que me referi: com a incidência, agora legitimada, de outras inspirações teóricas na profissão (e, para isto, a constituição da pós-graduação foi essencial), a elaboração teórica dos assistentes sociais adquiriu uma densidade e um estatuto anteriormente desconhecidos – o que se poderia chamar esquematicamente de “pensamento de esquerda” fecundou intensivamente o trabalho intelectual dos assistentes sociais. A terceira refere-se a um breve lapso, inteiramente compreensível (se se considera o longo período de repressão vivido desde 1964), em que a politização à esquerda gerou alguns vícios de partidarização e sectarismo – que, penso, foram superados. Este período serviu aos segmentos conservadores, sempre coniventes com a politização à direita, para impugnar os esforços renovadores que então se empreendiam (Netto).

E ressalta que:

O conservadorismo, como tal, não desaparecerá: vai se metamorfosear, inclusive garantindo a sua hegemonia por mais alguns anos – é expresso por

aquela tendência que, em minha tese de doutorado, designei como “tendência modernizadora” no Serviço Social. Mas a politização à esquerda, operada nos anos 1960, dará seus frutos quando a ditadura entra em crise e começa a agonizar na abertura dos anos 1980. O panorama do Serviço Social se transforma rapidamente: nos primeiros anos desta década, segmentos profissionais comprometidos com a democracia e com avanços sociais promovem giros significativos na vida acadêmica (com o apoio de um estudantado também ele politizado), revisando currículos, apoiando a criação de cursos de pós-graduação e dando um novo sentido a organizações como a ABESS (hoje, ABEPSS) (Netto).

Enfatizando a direção social e política na trajetória do Serviço Social, Netto evidencia também que:

O rompimento com o conservadorismo que atravessou os anos 1980 – seja do ponto de vista da organização profissional, seja do ponto de vista acadêmico – foi fundamentalmente protagonizado por gente que se formou nos anos 1960 e princípios dos 1970, gente que se guardou, que se recolheu, que fez a luta possível contra a ditadura e com outros que foram para o enfrentamento, foram presos, torturados etc. É esta gente – egressa da JUC, da AP e de outros grupos de esquerda – que principalmente vai constituir a vanguarda renovadora que, nos anos 1980, promoverá a quebra do monopólio conservador sobre a profissão (Netto).

Iamamoto identifica a direção social e política na profissão na “luta pela hegemonia, pensando em Gramsci, ela não é só de uma direção. É um campo de disputa e acho que a categoria também vive essa disputa tanto internamente como sujeito político”.

Nesta perspectiva de disputa de projetos da profissão Iamamoto destaca que:

[...] ...o Serviço Social não é partido, acho que isso é muito importante que esteja claro eu penso no serviço social como uma profissão... que agrega, enquanto profissão, tendências políticas diferenciadas. Não é apartidária. No corpo na categoria profissional tem tendências as mais diferenciadas, mas não cabe ao serviço social enquanto profissão (não estou dizendo aos profissionais que certamente tem suas concepções políticas suas vinculações políticas enquanto sujeitos), enquanto coletivo profissional nós agregamos concepções diferenciadas. Exatamente por isso eu acho existe uma luta teórico-política interna no sentido de formar politicamente também (Iamamoto).

E ressalta que o Serviço Social sempre teve uma direção política “o ideário da igreja Católica desde as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*”, na qual:

O capitalismo é natural, está dado, o que nós temos que brigar é contra os excessos da exploração. Daí as denúncias dos “excessos”, ou seja, uma educação política na ótica da relação capital-trabalho, mas contra os

excessos da exploração, naturalizando de certa forma a ordem social capitalista, o que é uma forma de formação política (Iamamoto).

Com relação à direção social e política da profissão, Iamamoto se refere também que historicamente o Serviço Social,:

[...] ...faz um forte contraponto ao movimento operário, ao anarquismo, ao partido comunista naquele momento, etc. Ou seja, uma formação política dentro de um campo... De preservação da ordem. Agora, o Serviço Social tem um papel importante sim na formação política. É uma profissão que tem uma dimensão sócio-educativa e nesse sentido sócio-política ou político-educativo... A medida que a gente trabalha diretamente com os sujeitos, com as visões de mundo, com as concepções, com as formas organizativas contribuindo para embaçar ou para clarificar a identidade de classe dos sujeitos (Iamamoto).

E sobre direção social e política no âmbito do Serviço Social, Borgianni, refere-se às “novas mediações que estão fragilizando hoje a nossa profissão” que remetem às exigências do desempenho profissional em “argumentar tecnicamente, juridicamente, politicamente, com força política”.

Em relação à direção social e política da formação profissional Berhing acrescenta:

Os cursos de Serviço Social oferecem uma dimensão política na formação, isso eu não tenho dúvida nenhuma: os estudantes entram de um jeito e saem de outro... Ou seja, há uma dimensão política. Então eu acredito que como concepção, existe uma relação direta entre a concepção de trabalho e uma dimensão política na formação profissional, que tem a ver com o projeto ético-político, e toda essa construção bastante singular do Serviço Social no Brasil. Agora quando vamos para a realidade dessa implementação, acho que você vai encontrar ecletismo, você vai encontrar bons projetos pedagógicos também (Berhing).

Neste aspecto da direção social e política da profissão que implica na formação profissional Netto evidencia que:

Neste âmbito, creio que devemos fazer uma clara distinção: a formação profissional, que implica sempre a dimensão política (e, portanto, tem implicações no comportamento político dos sujeitos profissionais) e a formação política *stricto sensu*. A primeira tem por *locus* privilegiado a universidade e é a ela que o estudante (logo, aquele que será o sujeito profissional) tem acesso. É indiscutível que uma das funções pedagógicas da universidade é formar politicamente os quadros de nível superior. Mas, malgrado todas as contradições que rebatem no interior de uma universidade democratizada, essa formação é, do ponto de vista político, extremamente

conservadora – tanto mais numa universidade como a brasileira, que ainda padece de histórica tara elitista.

Salvo grave erro, penso que o instrumento alternativo de formação política na universidade é uma variável do movimento estudantil.

Claro que a influência de professores que se tornam referenciais, que o peso de uma formação teórico-acadêmica exigente e de alta qualidade tem implicações na formação política *stricto sensu*; entretanto, não me parece que o panorama atual da universidade brasileira (e é nela que se inscreve a formação profissional em Serviço Social) ofereça tal formação teórico-acadêmica...a qualidade acadêmica de um curso universitário incide na formação política do futuro profissional. O curso de Serviço Social, quando conta com tal qualidade, sem dúvidas “abre a cabeça” do estudante. Mas esta “abertura” é também ela, função de uma enorme pluricausalidade: o que leva as pessoas a opções políticas envolve um imenso complexo de causas e motivos...Enfim, sabemos que formação, inclusive a política, é processo infinito, que nos acompanha por toda a vida. A formação política dos profissionais, obviamente, não se processa apenas enquanto estão na universidade – processa-se nas suas experiências no trabalho, na docência etc. Às vezes, tais experiências (entre as quais a vivência corporativo-sindical) respondem por avanços, superações e revisões da consciência social e política dos sujeitos técnicos. (Netto)

Elisabete Borgianni sobre direção social e política na formação profissional afirma que a atividade profissional do assistente social “não é só visão técnica, tem que ter visão política”. E ao levar em conta a relação teórico-prática acrescenta a: “compreensão ontológica do que são as relações sociais no mundo do capital e como é que a minha profissão se insere, a política é intrínseca, não é uma esfera que esta fora, independente, ela é constituinte” Desse modo Borgianni compreende que:

[...] ...a vivência política, pra mim, tem a ver com a compreensão das relações sociais profundamente, e como é que a profissão se insere aí, a decorrência pra mim da vivência política, vem daí, não foi de militância estudantil, foi da compreensão ontológica do que são as relações sociais no mundo do capital e como é que a minha profissão se insere aí e que a política é intrínseca, não é uma esfera que esta fora, independente, ela é constituinte (Borgianni).

Ainda sobre direção social e política como formação profissional Netto, destaca:

[...] ...a formação profissional, que implica sempre a dimensão política (e, portanto, tem implicações no comportamento político dos sujeitos profissionais)

[...] ...A formação política dos profissionais, obviamente, não se processa apenas enquanto estão na universidade – processa-se nas suas experiências no trabalho, na docência etc. Às vezes, tais experiências (entre as quais a vivência corporativo-sindical) respondem por avanços, superações e revisões da consciência social e política dos sujeitos técnicos (Netto).

Na perspectiva da direção social e política na formação profissional os entrevistados ressaltam o marxismo no Serviço Social. Para Netto:

No Serviço Social rebateu o que podemos chamar de “marxismo sem Marx”, o marxismo simplista e esquemático que caracterizou a ideologia stalinista, as contaminações positivistas no marxismo (sobre este ponto, inclusive, há um interessante estudo de Consuelo Quiroga, publicado nos anos 1990) etc. Tudo isto é verdade. Houve um momento, inclusive, nos anos 1980, que apresentar-se como marxista era uma espécie de credencial... no marco acadêmico – onde o anti-marxismo tem fundas raízes e grassam formas sofisticadas de neo-conservadorismo – eu ousaria dizer que o Serviço Social ainda se conserva quase como um derradeiro nicho de alguma influência marxista (Netto).

Berhing quando se reporta às referências marxistas no Serviço Social destaca:

[...] ...a apreensão de Lukács sem Marx, o mesmo que Gramsci sem Marx, sem Lênin, se você apreende Gramsci sem Marx, sem Lênin, você pode ter uma apreensão profundamente equivocada de Gramsci. Se você não tiver uma apreensão daquilo que ele dá por suposto.se chega no Marx não por Marx... (Berhing)

Quanto ao ensino do marxismo no Serviço Social Berhing afirma que “é difícil ensinar o marxismo, exatamente pela sua dimensão de práxis, a perspectiva da revolução, etc.... Às vezes há uma apreensão absolutamente formal .

Como produções teóricas que se constituem como referências na direção social e política na formação profissional do Serviço Social, Iamamoto indica a importância de “fazer interlocuções diretas com o texto original de Marx”, e ao mesmo tempo, leva em conta a importância de alguns interpretes de Marx, como “Isaak Rubim, que faz uma discussão belíssima de fetiche da mercadoria e do valor trabalho”, “Gramsci... na processualidade da alienação/desalienação” e a “noção de alienação do Henri Lefebvre, no caso do marxismo contemporâneo”.

Sobre as linhas teóricas na tradição marxista que fundamentam a direção social e política na formação do Serviço Social, Berhing destaca que “Lukács é uma importante referência, principalmente na discussão do método, na discussão da ontologia que eu acho absolutamente fundamental”.

Assim como, aborda também sobre:

[...] esse entendimento do movimento do capital como uma naturalização do seu movimento que não tem nada a ver com Marx , como fosse o

autodesenvolvimento do capital... É, uma espécie de neoestruturalismo...O marxismo ocidental, pela lógica de Perry Anderson, foi marcado pelo afastamento da economia política e uma dimensão filosófica meio que hiperampliada, num contexto de isolamento da tradição marxista, pelo marxismo leninismo soviético e pela socialdemocracia (Berhing).

Nos depoimentos José Paulo Netto e Berhing evidencia-se a importância da obra de Marilda Iamamoto, que se lava em conta como contribuição teórica para a direção social e política na formação profissional do Serviço Social. Nesse mesmo sentido, Borgianni destaca a produção da Iamamoto pela “verdade ontológica das relações sociais que fornecem o sentido da profissão” e acrescenta “por mais árido e difícil que seja a teoria crítica, principalmente a teoria marxiana”, vale a pena percorrer esse caminho, pois, tal teoria possui “um fundamento ontológico...” e destaca a exigência do rigor teórico metodológico “para conseguir traduzir essa riqueza critico-analítica para o cotidiano profissional”

Ainda sobre os intérpretes de Marx, Netto destaca os méritos de Rosa Luxemburgo, na história do marxismo, do movimento operário e revolucionário com relação:

A importância que ela atribuía à formação política (não se esqueça de que foi professora nas escolas de formação da social democracia alemã) e a importância da sua atividade teórica e prática para a formação política dos revolucionários contemporâneos. Mas é preciso contextualizar histórica e politicamente a figura de Rosa para não cometermos equívocos que ela certamente criticaria; vou dar um exemplo: diante das proposições puramente reformistas de E. Bernstein, foi ela quem fez a crítica mais genuinamente marxista e revolucionária da época – estou me referindo ao texto clássico *Reforma ou revolução*; no entanto, fora daquele contexto preciso de combate ao reformismo (ou ao “revisionismo”, como ficou conhecido depois), esta formulação *excludente* me parece perigosa (...) (Netto).

Iamamoto associa a ausência de referências em Rosa Luxemburgo, relacionada à direção social e política na formação profissional pelas origens do Serviço Social ligada à igreja católica e depois na trajetória da profissão decorre o marxismo no Serviço Social, também, com influência lukacsiana, ressaltando a importância de se aprofundar a pesquisa sobre tais incidências na formação profissional.

Além das tendências teóricas, Berhing leva em conta, no que se refere à direção social e política no campo de disputa de projetos societários e projetos profissionais o desempenho das entidades representativas do Serviço Social:

Nós não estamos numa sociedade socialista, numa universidade socialista, nem numa escola de Serviço Social socialista. Isso é disputa de projeto, aí é

o tempo todo na disputa de projeto. Nós não somos uma ilha revolucionária no meio de um mar de conservadorismo. Acho que colocar essa expectativa, mesmo com todos os avanços que tivemos no último período no Brasil é idealismo puro. Nós estamos em pleno movimento e a luta é cotidiana. Quem esteve à frente das entidades sabe disso o tempo todo; e às vezes vem uma crítica conservadora como fogo amigo, eles não sabem que estão fazendo, mas estão fazendo (Berhing).

Ainda com relação às entidades na direção social e política da profissão Berhing enfatiza o desempenho, em especial da ABEPSS ao afirmar que “as entidades fazem formação política... toda dinâmica da ABEPSS tem momentos de formação importante... O CFESS preocupado com a questão do trabalho profissional, autonomia, etc., propõe parâmetros de atuação” (Berhing).

Quanto à outra categoria: demandas da política social, José Paulo Netto aborda a “dificuldade, cada vez mais nítida, de o capitalismo suportar reformas capazes de enfrentar a “questão social””. Destacando as “políticas sociais minimalistas contemporâneas” acrescenta que essas políticas,:

[...] estão sendo combinadas com uma progressiva criminalização das “classes perigosas”, é um claro sinal deste fenômeno. Diante da magnitude e da quase “cronificação” da “questão social, são impensáveis, no capitalismo contemporâneo, soluções como aquelas do *Welfare State*.

Neste sentido, não se trata de afirmar a impossibilidade de reformas, mas assinalar que a margem para reformas se torna visivelmente mais estreita (Netto).

Berhing observa que:

Outra incidência conservadora veio pelas políticas sociais, ou seja, pela via das demandas do mercado de trabalho, que é de enquadrar o assistente social numa rotina proposta pela política, restringindo todo o espaço de autonomia profissional (Berhing).

Desse modo, Berhing entende ser pouco trabalhada no Serviço Social, a objetividade do valor na sociedade capitalista relacionada às demandas da política social:

[...] ...isso rebate, por exemplo, no campo da política social, Toda a crítica que eu fiz no meu primeiro livro, que é Política Social no Capitalismo tardio é com base nisso... não dá para deslocar a política social para esfera da reprodução e toma-la como algo que não tem nada a ver com o mundo do valor e da produção (Berhing).

Quanto à categoria projeto ético-político do Serviço Social Netto afirma que as relações entre trabalho e sociabilidade estabelecem.

A referência da importância dessa discussão para um núcleo relevante da discussão recente do Serviço Social, aquele que se vincula ao seu “projeto ético-político”. Esta vinculação põe em questão, precisamente, as questões relativas às dimensões políticas da profissão e mesmo à formação política (Netto).

Borgianni se refere ao projeto ético-político em especial, ao Código de Ética do Serviço Social, relatando que:

[...] ... Foi o primeiro que falou do compromisso com a classe trabalhadora como dever ético, o de 1993 faz a revisão para a gestão da fiscalização do exercício profissional, (o código de 1986) era um código de difícil aplicação porque era um código mais principiológico (Borgianni).

Seu depoimento sobre projeto ético político especialmente destaca ainda que “a compreensão das relações sociais e o significado social da profissão, nesse projeto que tem esse desafio, se não tiver, esse projeto é a reprodução do existente” (Borgianni).

Da mesma forma Elaine Berhing ressalta que:

Como concepção, existe uma relação direta entre a concepção de trabalho e uma dimensão política na formação profissional, que tem a ver com o projeto ético-político, e toda essa construção bastante singular do Serviço Social no Brasil (Berhing).

E ao mesmo tempo destaca sua divergência quanto às afirmações sobre a crise do projeto profissional “A conjuntura é bastante refratária a esse projeto...Houve um debate forte durante um período sobre isso. Eu não concordo com essa ideia de que o projeto profissional está vivendo uma crise”.

Acrescenta, ainda, em seu depoimento sobre o Código de Ética como elemento constitutivo do projeto ético-político do Serviço Social:

O Código de Ética é transversal à formação profissional e ele tem uma dimensão do ponto de vista do devir, porque ele tem uma dimensão aqui e agora e mediações com o devir. Ele é uma projeção socialista, a socialização da riqueza, da cultura, da política, os princípios são muito claros. Há quem ache que ele é reformista eu não acho. Acho que ali tem uma projeção socialista, nitidamente (Berhing).

Por fim, articulados à categoria estratégias da profissão no depoimento Berhing encontra-se as referências que “o nosso trabalho, por exemplo, incide na reprodução da força de trabalho”. Acrescentando que o patrimônio do Serviço Social brasileiro,:

[...] ...está nesse momento tensionado por todas essas tendências que nós identificamos aqui. Você pode ter essa dimensão, mas isso não significa que esse profissional vai sair dali bombando. Não vai porque as coisas não funcionam assim, porque ele vai entrar no mercado de trabalho, ele vai se inserir dentro de um processo de trabalho em condições determinadas de trabalho, relações de trabalho determinadas e que vão incidir também sobre ele que pode reverter todo esse conhecimento numa postura conservadora (Berhing).

Nessa direção Borgianni evidencia que a “profissão ficou marcada por essa necessidade de ter que dar respostas no cotidiano”, que se configura no desafio de “não reproduzir o que existia, criar o novo constantemente, dentro da visão crítica... a partir do que vem do cotidiano, daquelas mediações do cotidiano”, portanto, para Borgianni estratégias da profissão “têm a ver com dificuldades do próprio cotidiano de trabalho, funções do trabalho que não estão permitindo (ao assistente social) parar para refletir sobre seu exercício e buscar elementos, fazer a própria crítica, debater... A profissão precisa disso como o ar que respira”

Entre as estratégias da profissão Borgianni e Netto evidenciam a pesquisa. Para Borgianni a pesquisa contribui com as entidades representativas da profissão como formas de “tensionamento e negatividades que incidem no movimento da transformação da realidade”.

É no depoimento de Netto que se observa a ênfase sobre a elaboração teórica dos assistentes sociais como uma forma de responder aos desafios da profissão, destacando que “O primeiro texto que tratou adequadamente esta história, o livro de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, um verdadeiro clássico da nossa bibliografia, é de 1982, até meados dos anos 1960 (Netto).

Assim como, se refere à sua obra *Ditadura e Serviço Social*, neste sentido, Netto afirma que “não dispomos de uma história que dê conta do conjunto do século XX – e nós já entramos na segunda década do século XXI”.

Em que pese não se explorar neste estudo o debate sobre a polêmica do Serviço Social como trabalho, este tema foi recorrente nas entrevistas e de alguma forma se relaciona às estratégias da profissão, assim, para José Paulo Netto:

[...] ...neste plano, existe uma grande polêmica – por exemplo, Sérgio Lessa, outro marxista, opõe-se às teses de Marilda. Penso que este acúmulo inicial ainda necessita de novas contribuições para avançarmos. O que a mim me preocupa é a banalização do debate, opondo – abstrata e equivocadamente – posições que parecem pouco entendidas. Esta banalização aparece, por exemplo, quando a discussão se centra em determinar ou não o “caráter de trabalho” das atividades do assistente social (Netto).

Para Marilda Vilela Iamamoto, mesmo sem se referir diretamente sobre a polêmica, sua posição, se expressa no seu depoimento quando afirma que “o Serviço Social é parte dessa divisão sócio técnica do trabalho. E para pensar o trabalho no serviço social, o trabalho do assistente social, há que partir desses elementos que configuram o trabalho na sociedade capitalista (Iamamoto).

Neste sentido Elaine Berhing leva em conta que “há uma riqueza imensa em pensar o Serviço Social como trabalho... a visão da Marilda, que é a visão que está presente nas diretrizes curriculares, enriquece muito as possibilidades de pensar o exercício profissional inclusive as suas lutas”.

Elisabete Borgianni coaduna-se às posições anteriores e acrescenta:

[...] ...ficar discutindo Serviço Social enquanto trabalho é importante... porque eu me vejo como trabalhador , porque eu me vejo na relação capital trabalho.. luto enquanto trabalhadora, mas eu não posso ficar reduzida só aí, eu preciso voltar para a noção de práxis , porque eu preciso de tudo isso para compreender o movimento do ser social , isso aqui enriquece a luta do Serviço Social (Borgianni).

Nesse capítulo buscou-se estabelecer a interação entre a pesquisa de campo composta pelos depoimentos dos intelectuais entrevistados e o sistema categorial que correspondem às concepções de trabalho e à dimensão política da profissão da pesquisa documental.

Pela relevância da centralidade do trabalho e dos aportes marxistas nas entrevistas se observa não somente a valorização do legado político dessa tradição como a importância do trabalho na vida social na contemporaneidade capitalista para a formação e intervenção do Serviço Social, que em boa medida contrastam com os dados obtidos das concepções de trabalho e a dimensão política da profissão na pesquisa documental.

No capítulo 6, analisa-se esses dados através das articulações entre os conteúdos da pesquisa documental, das entrevistas e da pesquisa bibliográfica, privilegiando-se as categorias de luta de classes e transformação societária em seus entrecruzamentos com as concepções de trabalho, relacionando-se também, tais resultados, com os pressupostos das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social e os princípios do Código de ética da profissão.

CAPÍTULO VI. ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL E DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO

1. A pesquisa: elementos norteadores

A centralidade do trabalho no Serviço Social representa as conquistas da sua trajetória, sustentando atualmente o seu projeto profissional, comprometido com a classe trabalhadora no sentido estratégico da construção de outra sociedade, referenciando-se na teoria social crítica de tradição marxista.

Na medida em que o trabalho é o eixo central da sua formação profissional, e as manifestações da questão social resultam das contradições entre capital e trabalho, as concepções de trabalho podem significar, além das formas de apreender a realidade, formas de enfrentamento e superação das determinações econômicas e políticas, configurando a dimensão política da profissão.

Em resposta ao problema da investigação, em que medida a concepção de trabalho articula-se com dimensão a acadêmica e interventiva da profissão no capitalismo contemporâneo, apresenta-se, neste capítulo a análise das concepções de trabalho e seus entrecruzamentos com a dimensão política do Serviço Social.

A partir das diferenças e similitudes dos conteúdos examinados, a interação da pesquisa documental e de campo, possibilitou a análise referenciando-se na pesquisa bibliográfica para responder às questões norteadoras desta tese e assim levantar quais são as concepções de trabalho no campo marxista na formação e na produção de conhecimento do Serviço Social, e observar o contraste e as semelhanças entre os resultados da pesquisa documental e os dados coletados nos depoimentos dos intelectuais entrevistados.

Através dos procedimentos adotados na análise temática e análise dos 334 conteúdos (Minayo. 2009 ; Chizzotti .2008), que compõe a amostra da pesquisa documental, como resultados obtidos das ementas que constam do eixo trabalho da pesquisa ABEPSS (2008) e das apresentações do XII ENPESS (2010), (ementas/ABEPSS e apresentações/ENPESS), encontrou-se seis concepções de trabalho no Serviço Social, e observou-se também, como, essas concepções de trabalho se entrecruzam com as abordagens sobre a profissão e a realidade social, que formam as doze categorias da dimensão política da profissão. (Quadro 10: Sistema categorial das Concepções de Trabalho e Quadro 11: Sistema categorial da Dimensão Política)

Com base nos resultados obtidos, para apreender quais tendências prevalecem nos entrecruzamentos do sistema categorial, examina-se a inter-relação entre a concepção de trabalho e apreciações sobre “determinado Estado, determinada classe social, determinada ação política e alternativas históricas sem equivalência” (Vieira, 2007, p.151).

Adota-se, portanto, na análise das articulações entre as concepções de trabalho e dimensão política do Serviço Social a referência de Vieira (1992; 2007) no entendimento das diferenças entre as correntes liberais e socialistas.

Assim como se concorda que a teoria de Marx se distingue das demais correntes teóricas, pois segundo Boron (2007) o entendimento do processo contraditório do capitalismo na unidade teórico-prática não é aceita pelas correntes liberais. Para os socialdemocratas reformistas, teoria é uma coisa e método é outra. E para os positivistas, método se confunde com técnica.

Além das referências em Vieira (1992; 2007) e Boron (2007) adota-se na presente análise o triplo critério dos estudos marxistas apontados por Netto (1989), ou seja, observa-se nos conteúdos a referência ao método crítico-dialético, à teoria valor-trabalho e à perspectiva da revolução.

Dessa forma são levados em conta, para análise das articulações entre as categorias da concepção de trabalho e as categorias que remetem de alguma forma para a direção à dimensão política da profissão e demandas das políticas públicas, os contributos da tradição marxista do ponto de vista teórico-metodológico também indicados por Netto (2006) na análise das políticas públicas, ou seja, (i) uma visão rigorosa da natureza do Estado e da sociedade civil, (II) A indicação adequada das determinações postas à política social pela política econômica; e, (iii) Uma circunscrição rigorosa da gênese e do desenvolvimento da “questão social” (Netto, 2006 p.26).

O modo de apresentação dessa análise, segue a estrutura da pesquisa, pelos temas e eixos (Quadro 7 e Quadro 8), assim como, através do sistema categorial extraído das leituras e releituras dos conteúdos das ementas/ABEPSS e das apresentação/ENPESS (Quadro 10 e Quadro 11).

Detalham-se as concepções de trabalho, como os achados da pesquisa documental, em ordem decrescente pela quantidade de frequências, bem como, analisa-se seus entrecruzamentos com as categorias da dimensão política indicando as representações gráficas.

Articula-se, assim, os resultados da pesquisa documental, com os depoimentos coletados nas entrevistas, com o referencial teórico adotado nesta tese e por fim relacionam-se

as concepções de trabalho do Serviço Social com os princípios do código de ética e com os pressupostos das diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS em 1996.

Desse modo inicia-se a análise com a concepção de trabalho mais representativa pela quantidade de frequências nos conteúdos examinados da pesquisa documental que corresponde à categoria capital *versus* trabalho.

2. Significados das categorias/concepções de trabalho no Serviço Social

2.1 Capital *versus* trabalho

Capital *versus* trabalho é uma categoria que corresponde ao fundamento do objeto do Serviço Social, ou seja, refere-se à questão social como resultante da contradição entre o capital e o trabalho, portanto, capital *versus* trabalho refere à contradição fundamental do modo de produção capitalista, no entendimento da exploração do trabalho, referenciada em Marx.

Essa concepção também expressa o dilema da profissão, na medida em que o assistente social interfere na reprodução da força de trabalho e, ao mesmo tempo, pode retringir sua atuação para responder as demandas do capital, ou na sua relativa autonomia, atender aos interesses da classe trabalhadora (Iamamoto, 2011).

Nos 334 conteúdos da pesquisa documental a categoria capital *versus* trabalho, enquanto concepção de trabalho é a que comparece em maior quantidade com 87 frequências (Gráfico 52. Apêndice A).

No eixo econômico formado por de 105 ementas/ABEPSS a indicação dessa categoria registra-se em 29 frequências (Gráfico 1). E no mesmo eixo formado pelas 138 apresentações/ENPESS a contradição capital *versus* trabalho comparece com 43 frequências (Gráfico 5).

Esta categoria não foi indicada nos conteúdos das ementas/ABEPSS que compõe o eixo político, já nas 73 apresentações que compõe esse mesmo eixo foram indicadas 15 frequências na concepção de capital *versus* trabalho (Gráfico 8).

Em relação às demais categorias de concepção de trabalho a categoria capital *versus* trabalho é a mais citada. Prevalece em todos os temas do eixo Econômico formado pelas ementas/ABEPSS, exceto no Tema 1: Teoria da Economia Política (Gráfico 1. Apêndice A),

concentrando a maior frequência, dessa categoria no Tema 4: Mudança no Trabalho (Gráfico 10. Apêndice A).

Nas apresentações/ENPESS também a categoria capital *versus* trabalho é a mais frequente em todos os temas do Eixo Econômico exceto no Tema 1: Teoria Economia Política (Gráfico 25. Apêndice A) e no Tema 2: Marxismo Economia Política (ECP) (Gráfico 28. Apêndice A) nos quais não comparece. A maior frequência dessa categoria se encontra no Tema 4: Mudança no Trabalho (Gráfico 31. Apêndice A).

Ainda nas apresentações/ENPESS que compõem o Eixo Político, a categoria capital *versus* trabalho é a categoria mais frequente em todos os temas exceto no tema 2 Marxismo Teoria política (TP) no qual os conteúdos não indicam categorias de concepção de trabalho.

A maior frequência da categoria capital *versus* trabalho, neste eixo, encontra-se no Tema 4: Estado e Sociedade Civil (Gráfico 41. Apêndice A).

Destaca-se também que no tema 6 Mudanças na Política Pública do Trabalho formado por seis apresentações/ENPESS, que abordam a geração de trabalho e renda, a categoria capital *versus* trabalho é a única que comparece.

Enquanto a categoria capital *versus* trabalho possui a maior frequência no tema em que se reúnem os conteúdos que abordam as mudanças conjunturais do trabalho (Tema 4) das apresentações/ENPESS, não comparece nos temas que tratam especificamente da economia política e marxismo (Tema 2 do eixos econômico e Tema 2 do eixo político).

Cabe destacar que entre todos os temas analisados mudanças no trabalho é o tema que concentra a maior quantidade de conteúdos, perfazendo um total de 66 ementas/ABEPSS do total de 105 ementas e 74 apresentações/ENPESS do total de 138 conteúdos.

Essas quantidades indicam a relevância que adquirem as discussões sobre trabalho no Serviço Social, no entanto, a ênfase maior na categoria capital *versus* trabalho se observa nos conteúdos sobre as mudanças conjunturais do trabalho da sociedade contemporânea sem necessariamente aprofundar as mudanças no capital e suas contradições que incidem nas lutas políticas da classe trabalhadora.

Em que pese as expressivas frequências da categoria capital *versus* trabalho nas ementas/ABEPSS no tema marxismo e economia política, também é significativa a frequência dessa categoria nos conteúdos que abordam as correntes da economia política (Gráfico 7. Apêndice A). Desse modo se observa que os estudos sobre capital *versus* trabalho não necessariamente se referenciam à contradição na perspectiva marxista.

No eixo político a categoria capital *versus* trabalho não comparece nas análises que se reúnem em torno do tema Marxismo e Teoria política, tanto das ementas/ABEPSS como

nas apresentações/ENPSS, tais ausências podem sugerir certa desvinculação da economia com a política, assim como, podem estar revelando uma forte tendência de desvalorização do legado político marxiano.

No total dos 334 conteúdos a concepção de capital versus trabalho entrecruza preferencialmente com a categoria capitalismo, e com todas as categorias que correspondem à dimensão política da profissão, relacionando-se também com expressivas frequências com as categorias sociedade; direção social e política; luta de classes e estratégias da profissão (Gráfico 11).

No eixo econômico formado pelas 105 ementas/ABEPSS observa-se a maioria das frequências no entrecruzamento da concepção de capital versus trabalho com as categorias capitalismo, mesmo com menor frequência articula-se com a categoria direção social e política (Gráfico 3).

Neste mesmo eixo pelas 138 apresentações/ENPSS registra-se que a categoria capital *versus* trabalho entrecruza com todas as categorias que se referem à dimensão política, sendo a maior frequência na articulação com a categoria capitalismo, e em ordem decrescente entrecruza de forma significativa também com as categorias luta por direitos e demandas da política social (Gráfico 7).

O entrecruzamento da categoria capital *versus* trabalho com a categoria capitalismo também é a mais frequente no eixo político, no qual se reúnem as 73 apresentações/ENPSS. O segundo cruzamento mais frequente observa-se com a categoria direção social e política (Gráfico 10).

Entretanto, no conjunto dos 334 conteúdos a menor frequência observa-se no cruzamento entre a categoria capital *versus* trabalho com a categoria projeto ético político, seguida pelas categorias emancipação humana (Gráfico 11).

Quanto ao comportamento dessa categoria de concepção de trabalho somente no eixo econômico das 105 ementas/ABEPSS se observa que a categoria capital *versus* trabalho não se articula com as categorias da dimensão política emancipação humana e transformação societária (Gráfico 3).

Ainda neste mesmo eixo, porém nas apresentações/ENPSS, a menor frequência encontra-se no entrecruzamento com a categoria totalidade e com a categoria direção social e política, seguida das categorias emancipação humana, transformação societária, projeto ético político e estratégias da profissão (Gráfico 7).

No eixo político formado pelas ementas/ABEPSS não se encontra a categoria capital *versus* trabalho, nos conteúdos das apresentações/ENPESS, observa-se raras inter-relações com as categorias emancipação humana e estratégias da profissão (Gráfico 10).

Mesmo com a significativa inter-relação entre a categoria capital *versus* trabalho com a categoria capitalismo (70 frequências) e a distância quantitativa nas frequências da categoria sociedade e da categoria direção social e política (25 frequências) nas ementas/ABEPSS se observa no total dos conteúdos relativa articulação dessa concepção de trabalho com a economia e a política.

Registra-se que a categoria capital *versus* trabalho mesmo comparecendo com relativa frequência nas articulações com as categorias que correspondem às formas políticas, as raras frequências nos entrecruzamento com a perspectiva de totalidade, transformação societária e emancipação humana revelam certa ausência da perspectiva política marxista, bem como certo distanciamento da concepção capital *versus* trabalho com a categoria projeto ético político em sua interação econômica e política.

Desse modo com referência, principalmente, em Vieira (1992;2007) e Netto (2006), pode-se afirmar que os dados demonstram a tendência dos estudos e análises que indicam a categoria capital *versus* trabalho frequentemente adotam a perspectiva do capital e do trabalho sem contradições, ou seja, prevalece o entendimento de certa relação entre esses dois polos sem necessariamente os mesmos indicarem negatividades e tensionamentos que sugerem, na tradição marxista, a superação do modo de produção capitalista.

É importante destacar que se observa a utilização das categorias marxistas no âmbito econômico, portanto, contraditoriamente não se observa a mesma ênfase nos aspectos políticos, configurando-se na tendência de serem abordadas as determinações objetivas do trabalho, do capital, da sociedade e do Estado na perspectiva liberal/funcionalista.

Em que pese, os resultados revelarem a relevância da contradição do capital *versus* trabalho incorporadas nos estudos e análises sobre as mudanças conjunturais, essa concepção de trabalho raramente se expressa no sentido do controle do capital sobre o fluxo da força de trabalho pelas demandas das políticas sociais, assim como são raras as indicações que relacionam essa contradição com a possibilidade de contraposição a esse controle pelo projeto ético político do Serviço Social e pelas estratégias da profissão.

Na visão dos intelectuais a contradição do capital *versus* trabalho foi enfatizada pela historicidade nessa sociedade por todos os entrevistados, bem como a necessidade de se pensar o trabalho nas condições em que ele se realiza para problematizar as formas contemporâneas do assalariamento, que perpassa pelo depoimento de Berhing sobre o que é o

trabalho na sociedade capitalista , assim como, apreender as novas mediações que vão se formando no mundo burguês e os conflitos que vem das expressões da questão social e do próprio capital enfatizado no depoimento de Borgianni.

Nas entrevistas observa-se como é marcada a centralidade do trabalho no marxismo. Em seu depoimento Iamamoto ressalta a atenção absolutamente central ou transversal ao trabalho na sua obra de Marx , assim como destaca o caráter social do trabalho a partir de dois elementos fundamentais, primeiro quando ele atende às necessidades sociais, pois é um trabalho para outros; e, segundo porque ele, só pode atender às necessidades sociais se for passível de ser trocado por qualquer outro tipo de trabalho.

A relevância da categoria capital *versus* trabalho resulta também, da sua importância nos pressupostos e os princípios da formação previstos nas diretrizes curriculares de 1996 do Serviço Social na medida em que é uma categoria que responde ao agravamento da questão social, como objeto do Serviço Social, resultante das “requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras” indicando que a “relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócios históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho”(ABEPSS, 1996).

A categoria capital *versus* trabalho referencia-se no Código de Ética, principalmente nos princípios que preveem a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CRESS. 2000).

A importância da categoria que evidencia a contradição entre o capital e o trabalho não se resume na quantidade de frequências, ela significa, para o Serviço Social, a apreensão da dinâmica da profissão associada à dinâmica do valor, uma vez que fundamenta o seu fazer e o enfrentamento da questão social, resultando na dimensão política do Serviço Social. De certo modo, pelo exame dos conteúdos, foi possível captar essa dimensão associada à relativa autonomia do exercício profissional, expressando determinadas opções políticas de antagonicoss projetos profissionais.

Observa-se, no entanto, certa apreensão dessa categoria, na perspectiva liberal e funcionalista, despojada da negação do capital pelo trabalho e vice-versa, deixando escapar a possibilidade de negação da exploração do trabalho e do próprio modo de produção capitalista.

Tal inferência respalda-se nas utilizações da categoria capital *versus* trabalho dos conteúdos examinados, dissociados da emancipação humana, luta de classes e transformação

societária que revelam também certa domesticação de dimensão política revolucionária do marxismo.

Em que pese a categoria capital versus trabalho, sustentar a própria existência do Serviço Social, admitir a questão social como resultado da contradição capital *versus* trabalho, e por isso, estabelecer a conexão direta entre Serviço Social e a perspectiva marxista é no mínimo uma visão mecânica e linear das relações, também contraditórias, que se estabelecem na profissão.

As mediações que perpassam pela formação e intervenção profissional, como já se sabe, respaldam-se no pluralismo teórico, assim como em diferenciadas formas e tendências que utilizam as referências conservadoras das ciências política e até mesmo do próprio marxismo, consequências do chamado marxismo acadêmico ou do oportunismo teórico (Netto, 2008).

A presença dessas tendências no Serviço Social, no entanto, não é nenhuma novidade. Os influxos de tendências conservadoras são objeto de vasta literatura no âmbito da profissão, assim como as tendências neoconservadoras, exigem o permanente exercício de apreender suas nuances e linhas divisórias no processo de disputa de projetos profissionais que se constituem historicamente.

Tais incidências são apontadas por Netto durante a entrevista, tais como as contaminações positivistas no marxismo, destacando o estudo de Consuelo Quiroga, publicado nos anos 1990, a análise sobre as aproximações do Serviço Social com a teoria marxista de Silva (1991) e estudos sobre as tendências neoconservadoras na contemporaneidade, os quais fornecem significativos subsídios para superação no Serviço Social do que Netto classifica como marxismo sem Marx.

No entanto, ainda incidem no Serviço Social, especialmente nas discussões sobre o trabalho abordagens que retiram o caráter revolucionário de Marx, concebendo o trabalho, tanto sem vinculação política ou com certo fundamentalismo ontológico, sem considerar a especificidade histórica das mediações e das modificações que envolvem tanto a classe trabalhadora como o próprio trabalho no capitalismo contemporâneo, enfatizados na entrevista de Behring.

Concluindo-se a análise da categoria capital versus trabalho, em que pese a visão dos intelectuais entrevistados, observa-se que os conteúdos da pesquisa documental, raramente se referenciam no materialismo histórico e dialético.

Ainda na pesquisa documental registram-se articulações dessa categoria com determinações objetivas do modo de produção capitalista, admitindo as categorias econômicas

de Marx, e ao mesmo tempo, nota-se uma forte tendência na apreensão meramente formal do capital e do trabalho, sem qualquer contradição dialética e histórica, que frequentemente comparece nos conteúdos a contradição capital *versus* trabalho esvaziada do seu sentido político.

Afirmar que a questão social resulta da contradição capital-trabalho, já se constituiu como lugar comum no Serviço Social, daí ser necessário aprofundar o conhecimento sobre as contradições internas tanto do capital como do trabalho.

Isto significa apreender entre tantas mediações, as diferentes posições ocupadas no processo de trabalho, os sinais externos do capital e da propriedade privada (moeda e títulos) no processo de trabalho e de valorização do capitalismo contemporâneo o que poderia indicar, pela ação política da classe trabalhadora, a necessária apreensão permanente da luta de classes, bem como, a possibilidade concreta de transformação societária pela abolição e superação da exploração e dominação de classe.

Entretanto no Serviço Social o permanente exercício, para a redefinição de alternativas coerentes como a perspectiva crítica, não exige, obrigatoriamente, que a profissão se referencie nos aportes teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético, mas sempre é bom lembrar que, necessariamente, para apreender as contradições e as mediações que se forjam na incessante tendência de valorização/desvalorização do valor, não se pode prescindir dos aportes e premissas da obra marxiana.

2.2 Trabalho elemento fundante do ser social

Seguindo no exame das categorias que compõe o sistema categorial das concepções de trabalho no Serviço Social, encontra-se nos conteúdos da pesquisa, como a segunda concepção de trabalho com significativa relevância pela quantidade de frequências, a categoria trabalho elemento fundante do ser social.

Essa categoria se referencia na ontologia do ser social de Lukács, abarcando o trabalho em termos ontológicos e práxis social, assim como seu caráter intermediário na relação entre homem/sociedade e natureza.

O trabalho como elemento do ser social expressa a interlocução com do pensamento de Lukács e o Serviço Social, que se materializa no Código de ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

O exame dessa concepção buscou apreender se a utilização da categoria trabalho como elemento fundante do ser social nas ementas/ABEPSS e apresentações /ENPESS referem-se também ao trabalho como atividade humana, criadora e criativa enquanto modelo de liberdade, conduzindo as discussões sobre as condições objetivas e subjetivas para a construção de outra sociedade, cuja base material não pode ser a exploração e apropriação do trabalho alheio.

No total, dos 334 conteúdos analisados na pesquisa documental, trabalho como elemento fundante do ser social é citado com 62 frequências (Gráfico 52. Apêndice A).

Ao se observar essa categoria nos 105 conteúdos das ementas/ABEPSS que compõem o eixo econômico da pesquisa, a categoria trabalho elemento fundante do ser social, também é a segunda concepção de trabalho mais citada com 26 frequências no eixo econômico formado pelas ementas/ABEPSS (Gráfico 1), assim como, é a segunda mais citada nesse mesmo eixo, formado pelas apresentações/ENPESS, com 31 frequências (Gráfico 5).

Nas ementas/ABEPSS que compõe o eixo político, a categoria trabalho elemento fundante do ser social não comparece, entretanto, neste mesmo eixo formado pelas 73 apresentações/ENPESS a categoria trabalho elemento fundante do ser social, possui 5 frequências e se encontra também como a segunda categoria mais citada (Gráfico 8).

A maior frequência dessa categoria encontra-se nos temas do Eixo Econômico tanto no Tema 4: Mudança no Trabalho formado pelas ementas/ABEPSS (Gráfico 10. Apêndice A), como no mesmo tema que reúne as apresentações/ENPESS (Gráfico 31. Apêndice A).

Observando-se, ainda, o comportamento dessa categoria nos temas, a menor frequência registra-se nas ementas/ABEPSS do Eixo Econômico no Tema 6: Formas de Trabalho (Gráfico 16. Apêndice A). Nas apresentações/ENPESS que compõe o mesmo eixo, a categoria trabalho elemento fundante do ser social equivale-se com menor frequência, no Tema 1: Teoria Economia Política (Gráfico 25. Apêndice A) e no tema 2: Marxismo Economia Política (Gráfico 28. Apêndice A).

No eixo político formado somente pelas apresentações/ENPESS a categoria trabalho elemento fundante do ser social apresenta significativa frequência no Tema 4: Estado e Sociedade Civil (Gráfico 41. Apêndice A), sendo que se observa a menor frequência no Tema 5: Formas de Organização Política (Gráfico 44. Apêndice A).

Observa-se pelas frequências da categoria trabalho elemento fundante do ser social, a relevância dessa concepção nos conteúdos que discutem mudanças no trabalho. Entretanto quando se examina mais detidamente essa categoria nos temas, os resultados contrastam entre

essas significativas indicações e a irrelevância dessa categoria nos conteúdos que compõe os temas do eixo político.

No eixo político a maior frequência da categoria trabalho elemento fundante do ser social registra-se nas apresentações/ENPESS , nos conteúdos do tema 4, que discutem o Estado e a sociedade civil (Gráfico 41. Apêndice A) e a menor frequência nos conteúdos do tema 5, que tratam das formas de organização política (Gráfico 44. Apêndice A). Nos demais temas desse eixo, a categoria trabalho elemento fundante do ser social não comparece.

A concentração de frequências da categoria trabalho elemento fundante do ser social no tema 4 : mudanças no trabalho, pode indicar que além das mudanças técnicas e conjunturais do trabalho, este tema desperta o interesse pelas formas de sociabilidade que se reproduzem por essas mudanças, uma vez que nesta concepção, o trabalho modifica não somente a natureza, mas também a natureza do homem que o realiza.

Como nos estudos e análises que admitem essa categoria, se observa uma possível confusão entre conceitos com teor filosófico, conceitos econômicos e conceitos políticos, detalha-se na sequência seus entrecruzamentos com as categorias que correspondem à dimensão política da profissão nos temas e eixos da pesquisa documental.

A concepção de trabalho elemento fundante do ser social, no total dos conteúdos, entrecruza com todas as categorias que se referem à dimensão política da profissão, com maior frequência na relação com as categorias capitalismo, sociedade e estratégias da profissão, assim como, a menor frequência se observa no cruzamento com as categorias emancipação humana e luta de classes (Gráfico 11).

Essa categoria de concepção de trabalho entrecruza nas ementas/ABEPSS do Eixo Econômico mais frequentemente com a categoria capitalismo e sociedade. Nesse eixo não entrecruza com as categorias emancipação humana, transformação societária e luta por direitos (Gráfico 3).

Nas apresentações/ENPESS que formam o Eixo Econômico observa-se a maior concentração na relação com a categoria capitalismo e também com as categorias sociedade e estratégias da profissão, entrecruza com todas as categorias, no entanto, raramente se articula com as categorias demandas da política social, emancipação humana , luta de classes e projeto ético político (Gráfico 7).

No eixo político formado pelas 73 apresentações/ENPESS a categoria trabalho elemento fundante do ser social entrecruza com maior frequência com a categoria transformação societária, capitalismo, movimentos sociais e direção social e política, bem como, não se articula com as categorias totalidade e sociedade (Gráfico 10).

A expressiva concentração nos conteúdos examinados dessa categoria de concepção trabalho, com forte apelo filosófico e ético, que se referências em Lukács, entrecruza majoritariamente com as indicações nas condições objetivas do capitalismo e com as relações de poder demarcando a disputa de projetos societários e/ou projetos profissionais do Serviço Social.

Aqui, também, concentram-se as citações da categoria trabalho como elemento fundante do ser social, relacionada às mudanças técnicas do trabalho e às mudanças nas formas de sociabilidade.

Observou-se a relevância que essa concepção de trabalho adquire para o Serviço Social, pela relação entre trabalho na sociabilidade capitalista, entretanto, a utilização da categoria trabalho elemento fundante do ser social, nos conteúdos da pesquisa documental, por vezes parece corresponder a um jargão destituído de sentido e significado político.

Tal observação corresponde principalmente ao contraste entre as frequências da categoria trabalho elemento fundante do ser social no entrecruzamento com as categorias estratégias da profissão e projeto ético político, o qual demonstra que nem sempre as respostas da profissão são acompanhadas pelas relações que vinculam o fazer profissional com seus princípios, prevalecendo uma espécie de instrumentalização da teoria ou o mero tecnicismo nas abordagens que indicam essa concepção de trabalho.

Essa categoria quando articulada com as discussões relativas à categoria estratégias da profissão, podem indicar, também, maior incidência das tendências pragmáticas e maior interesse nas respostas imediatistas com ênfase na dimensão técnico-operativa do Serviço Social para o enfrentamento da questão social.

Respalda-se, para esta inferência, na ausência de entrecruzamento da categoria trabalho elemento fundante do ser social com a categoria emancipação humana, demonstrando que a incorporação dessa concepção de trabalho um tanto incipiente, nos conteúdos examinados, uma vez que raramente conduz a discussões com aprofundamento teórico metodológico ancorados nas ideias lukacsianas.

Assim como, se observa, pelas raras indicações na categoria emancipação humana, os conteúdos da pesquisa documental, ao mesmo tempo em que indicam a categoria trabalho elemento fundante do ser social, não abordam a dialética entre trabalho e liberdade na sua gênese ontológica na perspectiva lukacsiana, e dessa forma não aprofundam a negação do trabalho criador e criativo na sociabilidade burguesa, assim como, a necessária organização política da classe trabalhadora.

Na pesquisa de campo formada pelas entrevistas com intelectuais do Serviço Social que se referenciam no campo marxista a concepção de trabalho como elemento fundante do ser social é consenso entre os entrevistados, como também a partir dessa concepção, os entrevistados, aprofundam a relação do trabalho na vida social com o significado social da profissão na contemporaneidade capitalista.

Iamamoto em seu depoimento enfatiza que o trabalho em Marx não é uma discussão transhistórica do trabalho, bem como, a concepção que Lukács desenvolve mais tarde está voltada para distinguir o ser social do ser natural.

Segundo o depoimento de Berhing, da perspectiva ontológica do trabalho em Lukács, por vezes decorrem interpretações equivocadas de apreender o trabalho no seu sentido original, separado da história, como uma visão fundamentalista de que só é trabalho aquele que transforma diretamente a natureza.

Na entrevista, Netto refere-se à centralidade do trabalho na sociabilidade humana, também com ênfase nas formas contemporâneas, que tornaram mais complexos tanto o trabalho, como as relações na sociedade capitalista. Para Borgiani, foi destacado no seu depoimento que a práxis é a categoria fundante do ser social, sendo o trabalho um modelo dessa práxis no sentido da ação criadora e transformadora do homem.

Trabalho como elemento fundante do ser social é a concepção de trabalho que atualmente fundamenta o código de ética do Serviço Social pelo reconhecimento da liberdade como princípio e valor ético central, resultante de um processo histórico que culminou com as diretrizes curriculares do Serviço Social de 1996, buscando superar as concepções tradicionais e conservadoras do trabalho.

Na formação profissional, especialmente no Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, é destacada a importante função pedagógica e política de conceber o trabalho na constituição do ser social, que significa certa conquista política na disputa de projetos profissionais demarcando a superação das vertentes conservadoras na formação profissional. Desse modo cabe destacar que nas diretrizes curriculares:

O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como *práxis*, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. (ABEPSS, 1996)

Conforme Mota (2008), entre a proposta das diretrizes curriculares da ABEPSS, em 1996 e as diretrizes homologadas pelo MEC, ocorreram alterações nos conteúdos das matérias

que se referiam aos fundamentos ontológicos do trabalho. No entanto, os dados demonstram que a concepção de trabalho como elemento fundante do ser social, mantém certa interlocução com a formação e a intervenção da profissão.

Daí ser a concepção de trabalho como elemento do ser social a reafirmação da “compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa” (ABEPSS, 1996).

Em que pese ser a segunda concepção de trabalho mais citada nos conteúdos examinados da pesquisa documental, confirma-se que a categoria trabalho como elemento fundante do ser social não foi suficientemente incorporada em sua dimensão política nas disputas entre projetos societários e projetos profissionais.

Nesse sentido, há de se levar em conta também os influxos de tendências teóricas que interpretam o trabalho com posições diametralmente opostas à centralidade do trabalho na constituição do ser social, bem como interpretações que confundem a ontologia do trabalho com o seu sentido original e não inserem o trabalho na especificidade histórica do capitalismo.

Por fim, pode-se sugerir o aprofundamento teórico dessa categoria referenciada na dialética trabalho/liberdade, na indicação ética do Serviço Social direcionada para a liberdade dos trabalhadores enquanto sujeitos capazes de construir sua própria história.

E ainda pela unidade teórico-prática, explicitar a dimensão política do projeto profissional critica referenciado nas formulações estratégicas marxistas, coadunando esforços para contrapor aos influxos conservadores e neoconservadores da profissão, fortalecendo, assim, o compromisso ético-político com a classe trabalhadora na construção de outra sociedade.

Nessa linha de pensamento, o Serviço Social referencia-se na tradição marxista e no Manifesto Comunista de 1848, documento de caráter programático, no qual, Marx e Engels defendiam a conexão direta entre a luta econômica e a luta política, o que fornece o sentido de um marxismo não meramente teórico, e sim articulado à práxis como ação transformadora, que privilegia a emancipação de uma classe e sua centralidade política na superação do trabalho alienado na sociabilidade capitalista.

2.3 Trabalho alienado

Para aprofundar a análise sobre a concepção de trabalho alienado como a terceira categoria mais citada nos conteúdos da pesquisa documental, buscou-se autores clássicos e também contemporâneos do campo marxista e suas discussões sobre alienação, já abordados no primeiro capítulo dessa tese.

Embora a categoria trabalho alienado seja uma concepção eminentemente marxista, não obrigatoriamente sua utilização conduz diretamente às afirmações sobre a possibilidade concreta da classe trabalhadora superar a alienação. Dessa forma destaca-se nos conteúdos a concepção de trabalho alienado que adquire significados distintos, sendo essa categoria pode ser considerada mais um divisor de águas entre as nuances que se configuram como campos opostos formado por tendências conservadoras e tendências críticas no Serviço Social

Na pesquisa documental a categoria trabalho alienado, no geral, é a terceira mais citada, comparecendo com 32 frequências nos 334 conteúdos (Gráfico 52 Apêndice A).

No eixo econômico formado pelas ementas/ABEPSS é quarta categoria mais citada com 15 frequências (Gráfico 1) e nesse mesmo eixo composto pelas apresentações/ENPESS é terceira categoria mais citada com 15 frequências (Gráfico 5).

No eixo político a categoria trabalho alienado é indicada somente nas apresentações/ENPESS, sendo, neste eixo, a terceira categoria mais citada com 2 frequências (Gráfico 8).

Nos temas que compõem o eixo econômico da pesquisa formado pelas ementas/ABEPSS (Quadro 4) observa-se a maior frequência na categoria trabalho alienado no Tema 5: Trabalho e Relações Sociais (Gráfico 13. Apêndice A). Nas apresentações/ENPESS que compõe o Eixo Econômico, a categoria trabalho alienado concentra maior frequência de citações no Tema 4: Mudança no Trabalho (Gráfico 31. Apêndice A).

No Eixo Político e seus temas formado pelas apresentações/ENPESS (Quadro 6), a categoria trabalho alienado, comparece com apenas uma frequência, no Tema 5: Formas de Organização Política (Gráfico 44. Apêndice A) e no Tema 7: Mudanças na Luta de Classes (Gráfico 49. Apêndice A).

Entretanto, a menor frequência dessa categoria em relação às demais categorias de concepção de trabalho nos conteúdos e temas, encontra-se nos temas do eixo Econômico formado pelas ementas/ABEPSS no Tema 1: Teoria da Economia Política (Gráfico 1. Apêndice A). Nas apresentações/ENPESS, além do Tema 1: Teoria Economia Política (Gráfico 25. Apêndice A), as menores frequências observa-se também nos temas Marxismo

(ECP) (Tema 2: Gráfico 28. Apêndice A) e Trabalho e Relações Sociais (Tema 5: Gráfico 34. Apêndice A).

Como se observa pelas frequências da categoria trabalho alienado há relativa relevância dessa concepção trabalho nos conteúdos da pesquisa documental, especialmente no eixo econômico, concentrando maior frequência nos estudos e análises sobre mudanças do trabalho e nas ementas/ABEPSS sobre trabalho e relações sociais.

Respalhando-se nas citações da categoria trabalho alienado das apresentações/ENPESS nos temas: marxismo e economia política, trabalho e relações sociais, formas de organização política e mudanças na luta de classes pode-se observar que raramente nesses conteúdos da pesquisa documental, as discussões sobre alienação referenciam-se na perspectiva crítica, materialista histórica e dialética.

Pelas frequências na categoria trabalho alienado, observa-se, portanto, os influxos de diferentes tendências, para examinar mais de perto, suas nuances, buscou-se apreender, como se comporta essa concepção de trabalho nos entrecruzamentos com as categorias que correspondem à dimensão política da profissão.

No total dos 334 conteúdos a categoria trabalho alienado entrecruza prioritariamente com as categorias capitalismo e estratégias da profissão (Gráfico 11).

No eixo econômico formado por 105 ementas/ABEPSS a categoria trabalho alienado articula-se com maior frequência com a categoria capitalismo e a categoria sociedade (Gráfico 3). Já nas 138 apresentações/ENPESS desse mesmo eixo é mais frequente o entrecruzamento da categoria trabalho alienado com a categoria capitalismo e a categoria estratégias da profissão (Gráfico 7).

No eixo político formado pelas 73 apresentações/ENPESS, a categoria trabalho alienado se inter-relaciona principalmente com a categoria movimentos sociais (Gráfico 10).

Entretanto, a categoria trabalho alienado não entrecruza com a categoria Emancipação Humana no total dos 334 conteúdos (Gráfico 11).

Nos conteúdos das 105 ementas/ABEPSS que compõe o eixo econômico a categoria trabalho alienado não entrecruza com as categorias emancipação humana; transformação societária; demandas da política social e projeto ético político (Gráfico 3).

Nas 138 apresentações/ENPESS, desse mesmo eixo, a categoria trabalho alienado, também não se articula com a categoria emancipação humana (Gráfico 7).

A categoria trabalho alienado comparece apenas no eixo político formado pelas 73 apresentações/ENPESS, e nesse eixo essa categoria não se inter-relaciona com as categorias

Emancipação Humana, Sociedade, Demandas da política social, Projeto Ético Político e Estratégias da Profissão (Gráfico 10).

No conjunto dos conteúdos que indicam os entrecruzamentos da categoria trabalho alienado, relacionam essa concepção de trabalho com as mudanças objetivas do capitalismo, assim como, articulam a alienação com as mudanças na sociabilidade do trabalho.

Como no eixo econômico formado pelos conteúdos apresentações/ENPESS prevalece também o entrecruzamento com as estratégias da profissão, cabe registrar que pelo contraste das frequências, não necessariamente as indicações em tais estratégias se vinculam à emancipação humana.

A referência a essas mudanças não necessariamente estabelecem a crítica ao trabalho e por vezes se limitam às análises de conscientização da classe trabalhadora pelas estratégias da profissão ou pela direção social e política das relações de poder.

A relação entre a concepção de trabalho alienado e a categoria emancipação humana que corresponde à emancipação de classe em Marx é praticamente ausente nos conteúdos da pesquisa documental.

Em que pese se observar os influxos de diferentes vertentes no trato da categoria alienação, a significativa frequência do entrecruzamento entre as categorias trabalho alienado e estratégias da profissão nos conteúdos examinados, não aprofundam essas diferenças, no entanto, revelam, em alguma medida, diferentes tendências, (conservadoras, liberais e críticas) que por vezes responsabilizam o Serviço Social pela conscientização das massas trabalhadoras.

O mais problemático, entretanto, se observa no eixo político da pesquisa documental, com poucas indicações da categoria trabalho alienado que não se articula com as categorias projeto ético político e estratégias da profissão.

Por esses resultados, assim como, pela ausência de entrecruzamento da categoria trabalho alienado, nos temas do eixo político, com as categorias emancipação humana, sociedade, demandas da política social, projeto ético político e estratégias da profissão, pode-se afirmar que nos conteúdos, se registram uma boa dose de abstração e especulação filosófica, no sentido de tratar o trabalho alienado, tanto de maneira ahistórica quanto pela falta de consciência das massas trabalhadores, fatalmente determinada pela dominação capitalista.

Desse modo a condição de trabalho alienado, parece ser praticamente irreversível e natural ao sistema capitalista, raramente comparecendo nas análises que abordam processos

de superação de alienação seja pelas formas de organização política, seja pelas formas de trabalho como alternativas encontradas pela classe trabalhadora.

Na visão dos intelectuais entrevistados, apreende-se o sentido da processualidade em relação à concepção de trabalho alienado. Particularmente, na entrevista de Iamamoto, é enfatizada a necessidade de se pensar o trabalho alienado nas condições em que ele se realiza nessa sociedade, na medida em que se integram as duas dimensões, ou seja, o trabalho na sua dimensão ontológica e na sua dimensão histórica.

Nessa perspectiva, segundo o depoimento de Iamamoto, a reflexão sobre trabalho alienado na historicidade capitalista requer atualizar o que Marx aborda nos Manuscritos Econômicos de 1844, principalmente em relação à alienação do trabalho que historicamente resultou na condição de trabalho assalariado.

Em que pese o trabalho assalariado necessariamente ser uma relação alienada, ao mesmo tempo, torna possível a sua negatividade, e para Iamamoto, referenciando-se em Marx e em Gramsci, a dimensão de processualidade e contraditoriedade entre alienação/desalienação é presente.

Desse modo o depoimento de Iamamoto coaduna-se com as observações de Marx em os Grundrisse (Marx, 2011) e às explicações de Mandel (1980) sobre alterações que distinguem a alienação dos Manuscritos de 1844 e a concepção de trabalho alienado nos estudos econômicos, evidenciando a possibilidade do proletariado superar a alienação, convertendo-se em sujeito histórico de emancipação da humanidade inteira.

A categoria trabalho alienado, portanto, se vincula às diretrizes curriculares do curso de Serviço Social pela necessária “Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social (...)”, assim como pela exigência de apreensão de suas mediações contemporâneas pelo “Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social (...)” e principalmente por levar em conta que:

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais”(ABEPSS.1996).

É por essas prescrições que se inscreve no Serviço Social crítico a possibilidade concreta de superar no Serviço Social a visão conservadora de fragilidade da classe trabalhadora e determinismo das estruturas de dominação que parecem prevalecer na pesquisa documental.

Tratar o trabalho alienado, nessa visão conservadora, retira, frequentemente, do âmbito dos debates na profissão a perspectiva revolucionária que envolve o trabalho em contraste com a liberdade, assim como a construção de outra sociedade, como princípios do código de ética da profissão, no “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CRESS. 2000).

Não obstante, prevalecer concepções de trabalho alienado, nos conteúdos examinados, nas perspectivas que correspondem tanto ao totalitarismo de direita que indica para concepções de um homem fraco e corrompido para justificar a coerção do Estado, quanto ao totalitarismo de esquerda que parte da concepção a natureza humana pela sua bondade e salvação (Vieira. 1992), compreender o trabalho alienado exige também, apreender as mediações contemporâneas.

Nesse sentido sugere-se tratar o trabalho alienado com maior objetividade conforme propõe La Grassa (1991), refirmar a centralidade da noção de alienação em Marx por sua análise do valor trabalho no capitalismo na perspectiva de que é nessa mesma sociedade que se forjam as consciências oposicionistas (Postone, 2003) e por fim entender que a teoria da alienação representa uma das descobertas fundamentais em Marx, que relaciona a alienação com a concepção negativa da política (Boron, 2007).

Na ênfase dos intelectuais entrevistados, em especial sobre alienação no pensamento de Marx, se observa no Serviço Social certo acúmulo teórico na apreensão de que a concepção de trabalho alienado contrasta, não apenas com a exploração capitalista, mas também, com o que representa a liberdade como valor ético central do Serviço Social, pela processualidade da alienação e desalienação.

É essa liberdade, na perspectiva marxista, que se opõe ao trabalho alienado na sociabilidade capitalista, o qual nega à classe trabalhadora o trabalho como atividade eminentemente humana criadora e criativa, demonstrando certo acúmulo na apreensão de que o avanço das forças produtivas e a geração da riqueza, desde que socializada, fornecem evidências da possibilidade concreta e objetiva da classe dominada se libertar.

Entretanto, pela relevância de frequências que articulam a categoria trabalho alienado com a categoria capitalismo e com a categoria estratégias da profissão os dados da pesquisa documental, demonstram certa unilateralidade das concepções de trabalho alienado, nos conteúdos examinados, os quais indicam essa categoria com certa dose de fatalismo histórico, e assim deixam escapar na totalidade das relações de produção, os interesses antagônicos, que

impõem a reprodução dos papéis e, ao mesmo tempo, produz consciências de oposição anticapitalista.

Nessa direção sugere-se a ênfase na apreensão da teoria da alienação desenvolvida por Marx que envolve a abolição material do trabalho proletário e que implica na negação do valor, enquanto núcleo estrutural do capitalismo, e ao mesmo tempo a possibilidade de apropriação pela massa trabalhadora de seu próprio trabalho excedente, a partir de competências e conhecimentos constituídos historicamente de forma alienada.

Desse modo, observa-se pelas concepções de trabalho no Serviço Social que não está sendo muito frequente incorporar nas temáticas que abordam o trabalho a perspectiva de sua superação, como atividade alienante para uma atividade vital cheia de sentido, voltada para a criação de bens socialmente úteis, sem divisões hierárquicas e opressão de classe, que expressam a possibilidade concreta da apropriação da força produtiva geral e do desenvolvimento do indivíduo social (Marx, 2011).

As concepções de trabalho analisadas até o momento, referenciam-se na tradição marxista, entretanto, passa-se a analisar a categoria que de certa forma destoa desse campo teórico, trata-se da categoria trabalho/crise.

Na interpretação divergente da tradição marxista, essa categoria se refere à crise na sociedade do trabalho, e principalmente à polêmica sobre o fim do trabalho, trata também da pertinência ou não da categoria trabalho nas análises da atualidade capitalista.

2.4 Trabalho/crise

No conjunto dos 334 conteúdos que formam a amostra da pesquisa documental, encontra-se 27 frequências na categoria trabalho/crise, sendo a quarta categoria mais citada em relação às categorias da concepção de trabalho (Gráfico 52 Apêndice A).

A categoria trabalho/crise no eixo econômico, formado por 105 ementas/ABEPSS, comparece com 17 frequências (Gráfico 1), e nesse mesmo eixo formado pelas 138 apresentações/ENPESS é a categoria menos citada com 6 frequências (Gráfico 5).

Já nas 24 ementas/ABEPSS que compõe o eixo político a categoria trabalho/crise é a única que comparece, sendo que nas 73 apresentações/ENPESS registra-se, também, 2 frequências nessa categoria (Gráfico 8).

Ao se examinar a frequência da categoria trabalho/crise nos temas do eixo Econômico formado pelas ementas/ABEPSS (Quadro 4), a maior frequência dessa categoria

observa-se no Tema 4: Mudança no Trabalho como segunda mais citada (Gráfico 10. Apêndice A) e nas apresentações/ENPESS, as maiores frequências, registram-se no mesmo tema (Gráfico 31. Apêndice A), assim como no Tema 6: Formas de Trabalho (Gráfico 37. Apêndice A).

Nas ementas/ABEPSS e temas que compõe o eixo Político (Quadro 6) a categoria trabalho/crise é a única categoria de concepção de trabalho que comparece no Tema 5: Formas de Organização.

Nas apresentações/ENPESS desse mesmo eixo observa-se apenas uma frequência dessa categoria no Tema 5: Formas de Organização Política (Gráfico 44. Apêndice A) e no Tema 7: Mudanças Luta de Classes (Gráfico 49. Apêndice A).

Cabe observar que a categoria trabalho/crise possui maior frequência nas ementas, indicando o interesse em estudar a polêmica sobre a crise da sociedade do trabalho. Em que pese as menores frequências nas apresentações/ENPESS, observa-se também a indicação de tal polêmica nas abordagens sobre economia solidária e autogestão produtiva.

Isto significa que a discussão sobre a crise da sociedade do trabalho perpassa com maior relevância pelos temas econômicos, no entanto, não necessariamente referencia-se na tradição marxista, muito menos, pela unidade entre a economia e a política.

Através dessa categoria, levou-se em conta, principalmente o fato de que a polêmica sobre a crise da sociedade do trabalho incide com maior relevância na formação profissional.

Se por um lado, os dados revelam a presença de tal polêmica nos conteúdos examinados, por outro, indicam posições que podem tanto aderir quanto rejeitar os aportes teóricos marxistas sobre trabalho.

Esses mesmos dados, entretanto, não revelam como se encaminham as decisões no âmbito da profissão, sobre a utilização ou não da categoria trabalho como central na compreensão da dinâmica econômica e social capitalista, ou seja, se essas posições são contra ou a favor à centralidade do trabalho, nos temas em que comparece a categoria trabalho/crise.

Desse modo, cabe lembrar que tal decisão, também, é mediada pela multicausalidade das decisões subjetivas dos profissionais, ancoradas ou não na perspectiva crítica da teoria social, e assim se pode afirmar pelas raras frequências da categoria trabalho/crise, a fragilidade das incidências teóricas ligadas ao pensamento pós-moderno e às teorias do fim do trabalho na dimensão política do Serviço Social.

Para apreender como se manifestam as perspectivas políticas da categoria trabalho/crise no Serviço Social examinou-se seus entrecruzamentos com as categorias da dimensão política da profissão.

Observou-se também que no total dos 334 conteúdos, onde se registra a indicação da crise na sociedade do trabalho, a categoria trabalho/crise se articula mais frequentemente com a categoria capitalismo e com a categoria sociedade (Gráfico 11).

No eixo econômico formado pelas 105 ementas/ABEPSS a categoria trabalho/crise entrecruza também em maior frequência com a categoria capitalismo, com a categoria sociedade e com a categoria estratégias da profissão (Gráfico 3), nesse mesmo eixo observa-se que nas 138 apresentações/ENPESS essa se articula em maior quantidade com a categoria capitalismo e com a categoria projeto ético político (Gráfico 7).

No eixo político registram-se os entrecruzamentos da categoria trabalho/crise nas 24 ementas/ABEPSS com as categorias movimentos sociais e estratégias da profissão e nas 73 apresentações/ENPESS com a categoria Sociedade (Gráfico 10).

Quanto as menores frequências destacam-se no total 334 conteúdos que a categoria trabalho/crise não entrecruza com a categoria emancipação humana e com a categoria transformação societária (Gráfico 11).

No eixo econômico formado pelas 105 ementas/ABEPSS essa categoria não se articula com as categorias emancipação humana, transformação societária e com a categoria luta por direitos (Gráfico 3). No mesmo eixo, no conjunto das 138 apresentações/ENPESS, a categoria trabalho/crise também não entrecruza com as categorias emancipação humana, transformação societária, demandas da política social e estratégias da profissão (Gráfico 7).

No eixo político formado pelas ementas/ABEPSS a menor frequência observa-se no entrecruzamento dessa categoria no Tema 5: Formas de Organização Política com as categorias capitalismo, sociedade, bem como com a categoria direção social e política. Entre as 73 apresentações/ENPESS, desse eixo, não se registra articulações entre a concepção de trabalho/crise e as categorias Totalidade, Emancipação Humana, Transformação Societária e Estratégias da Profissão (Gráfico 10).

No eixo econômico formado pelas 105 ementas/ABEPSS a categoria trabalho/crise entrecruza com frequência com a categoria estratégias da profissão (Gráfico 3), enquanto que no conjunto das 138 apresentações/ENPESS, desse mesmo eixo, a categoria trabalho/crise não entrecruza com a categoria estratégias da profissão (Gráfico 7), indicando que a polêmica sobre a crise do trabalho, pauta-se com mais frequência nos estudos do Serviço Social e não recebem o mesmo tratamento nas abordagens e análises dos pesquisadores sobre o trabalho na realidade social.

Nos entrecruzamentos da categoria trabalho/crise e suas frequências nas categorias da dimensão política da profissão, observa-se relativo interesse nas articulações entre as

condições objetivas do capitalismo e a reprodução das relações sociais, na perspectiva de crise do trabalho.

Entretanto, como a maioria dos conteúdos que indicam esta crise não obrigatoriamente se referenciam no campo marxista, talvez justifique a ausência de articulação com as categorias emancipação humana e transformação societária.

Isto pode significar, também, que as abordagens sobre a crise do trabalho raramente analisam o esgotamento do capitalismo e a possibilidade de superação histórica desse modo de produção.

A polêmica sobre a crise da sociedade do trabalho ou a falsa tese que sustenta o fim do trabalho, como ressaltou Netto na entrevista, são temáticas que evidenciam os sinais de um novo conservadorismo no campo profissional.

Como foi destacada na entrevista de Behring os influxos dessa polêmica evidenciam o desprezo pela perspectiva classista associada à desconfiança com relação aos movimentos políticos provenientes do mundo do trabalho.

Incidências conservadoras que se contrapõe à tradição marxista não é novidade no campo de disputas teóricas no âmbito da profissão, como destaca Netto na entrevista. Além de se referir ao momento no qual se apresentar como marxista era uma espécie de credencial ou um modismo nos anos 1980, ressalta também que houve, principalmente depois da queda do Muro de Berlim, certa capitulação diante da ofensiva ideológica do grande capital, bem como, a adesão à retórica da pós-modernidade.

Observou-se, também, na entrevista de Behring e Netto, o destaque às mudanças quantitativas e qualitativas da classe trabalhadora no que diz respeito aos trabalhadores empregados e fabris e à melhoria das suas condições de vida, mudanças essas que implicam em formas contemporâneas do assalariamento que Marx chamou de trabalhador coletivo, e que precisam ser estudadas considerando o complicado sistema de mediações, como salientou Netto em seu depoimento.

Desse modo, a categoria trabalho/crise vincula-se às diretrizes do curso de Serviço Social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, orientando o estudo das relações sociais de produção e reprodução da vida social e, desse modo, prevendo também a:

[...] “investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e seus rebatimentos no Serviço Social” (ABEPSS, 1996).

A apreensão da atual dinâmica, do conteúdo e do anacronismo do valor na sociedade burguesa, assim como o enfrentamento às suas manifestações no social que se expressam objetivamente como estratégias da profissão, exige, portanto capacitação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que vincula a categoria estratégias da profissão conforme as diretrizes do curso de Serviço Social na “formulação de respostas profissionais”, (ABEPSS. 1996) e ao código de ética pelo “compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CRESS, 2000).

A centralidade do trabalho em Marx, enfatizada por todos os entrevistados, serve de contraponto na polêmica sobre a crise da sociedade do trabalho. Como referido anteriormente, observou-se que as concepções de trabalho mais significativa no Serviço Social, tanto no âmbito acadêmico, como nas apresentações do ENPSS, dão conta das categorias capital *versus* trabalho e trabalho como elemento fundante do ser social, referenciando-se, portanto, majoritariamente na teoria de Marx e na ontologia de Lukács.

Esse resultado confere com a observação feita por Netto na entrevista de que a discussão da tese sobre o fim do trabalho, possui acúmulo no campo do Serviço Social.

As poucas frequências na categoria trabalho/crise também demonstram que, em particular no Serviço Social, é a perspectiva crítica que pauta a polêmica sobre a crise da sociedade do trabalho denunciando na contra argumentação a inconsistência das tendências tradicionais e/ou neoconservadoras que desprezam as contradições da produção capitalista e ocultam a desigualdade das chamadas oportunidades oferecidas pelo mercado.

Fundamentando-se no trabalho como central na sociabilidade humana e no compromisso com a classe trabalhadora, o Serviço Social referenciando-se na teoria e no método marxista, consegue estabelecer a crítica às determinações estruturais e conjunturais para o enfrentamento da questão social, desmistificando tal crise, o que poderia reafirmar a unidade teórico-prática e ético-política da profissão.

No entanto, tal tese vem agitando as discussões sobre a centralidade do trabalho na vida social, se revelando frequentemente problemáticas ou unilaterais no exame das complexas mudanças quantitativas e qualitativas do trabalho, sendo que tal polêmica não pode ser subestimada.

Isso significa principalmente que no enfrentamento dessas polêmicas, ao mesmo tempo supera-se a fragilidade teórica e metodológica no trato do marxismo, colocada frequentemente em xeque, como alvo privilegiado dos tensionamentos dessas discussões.

As referências e a sustentação da teoria social de Marx vêm acumulando posicionamentos e consistência teórica nos argumentos que se referem à dimensão política da

profissão e o atual projeto profissional referenciada na tradição marxista. Tais debates, portanto, combinam com o exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional.

Desse modo, infere-se que os debates e discussões sobre essa polêmica crise do trabalho, ao contrario das prováveis intenções neoconservadoras das falsas teses do fim do trabalho, podem contribuir para o fortalecimento e apreensão da teoria de Marx.

Na sequência, analisa-se outra concepção de trabalho encontrada nos conteúdos da pesquisa documental, que diz respeito à concepção de trabalho como fonte de valor.

2.5 Trabalho como fonte de valor

A concepção de trabalho como fonte de valor vincula-se, tanto à teoria valor trabalho dos economistas clássicos, quanto à categoria de mais-valia na interpretação marxista do valor, principalmente quando conduz ao exame da sociedade burguesa, revelando a exploração do trabalho na sua forma social.

Trabalho como fonte de valor adquire relevância nos conteúdos analisados, na medida em que comparece nos temas e eixos da pesquisa. No conjunto de todos os conteúdos (334), a categoria Trabalho como fonte de valor é a penúltima categoria citada, com apenas 19 frequências (Gráfico 52. Apêndice A).

No eixo econômico da pesquisa documental formado pelo total de 105 ementas/ABEPSS é a penúltima categoria de concepção de trabalho com 8 frequências. (Gráfico 1).

A categoria trabalho como fonte de valor também é a penúltima categoria indicada com 10 frequências no conjunto das apresentações/ENPESS reunidas nos temas que compõe o eixo econômico (Gráfico 5).

No eixo político formado pelas 73 apresentações/ENPESS essa categoria é a menos citada com apenas uma frequência (Gráfico 8).

No eixo econômico da pesquisa documental formado pelo total de 105 ementas/ABEPSS encontra-se no Tema 2: Marxismo e Economia Política (ECP) (Gráfico 4. Apêndice A) e no Tema 3: Correntes e Economia Política (ECP) (Gráfico 7. Apêndice A) a maior quantidade de citações na categoria trabalho como fonte de valor com 7 frequências em ambos os temas.

Nas apresentações/ENPESS reunidas nos temas que compõe o eixo econômico se observa que a categoria Trabalho como fonte de valor é mais relevante, com 9 frequências, no Tema 4: Mudança no Trabalho, que estabelece relativa relação entre trabalho, valor e as mudanças nos padrões de produção (Gráfico 31. Apêndice A).

No eixo político formado das apresentações/ENPESS a categoria trabalho como fonte de valor comparece somente no Tema 4: Estado e Sociedade Civil (Gráfico 41. Apêndice A).

Em que pese às poucas indicações a categoria trabalho como fonte de valor observa-se que, no Serviço Social, essa categoria é muito mais frequente nos estudos teóricos do marxismo e das correntes da economia política, e raramente é indicada quando são discutidas as condições objetivas da chamada reestruturação produtiva ou alterações do trabalho.

A expressiva frequência da categoria trabalho como fonte de valor no Tema 2: Marxismo (ECP) demonstra que relativamente essa concepção de trabalho é estudada no Serviço Social através da economia política a qual segundo Rubin (1980), trata de um ambiente social determinado pela estrutura produtiva, ressaltando a historicidade do modo de produção capitalista a partir da teoria valor trabalho de Marx.

Entretanto, como demonstra a frequência da categoria trabalho como fonte de valor no tema 3: Correntes da economia política (ECP) nota-se que o estudo dessa categoria não se restringe ao marxismo. Ao contrário, trabalho como fonte de valor no Serviço Social, também é estudado à luz da teoria keynesiana, bem como na perspectiva do modelo cepalino, da teoria liberal e neoclássica.

De qualquer modo, a análise da concepção de trabalho como fonte de valor indica a garantia do pluralismo teórico da formação profissional. Esta pluralidade, entretanto, no estudo da categoria trabalho como fonte de valor possui limites bem definidos, uma vez que o trabalho, para os economistas liberais clássicos, é o conteúdo natural das relações sociais que se estabelecem na troca de mercadorias e para o marxismo a categoria trabalho como fonte de valor, como se expos no capítulo I dessa tese, é indissociável do caráter social-revolucionário da teoria valor trabalho de Marx.

A pouca relevância na categoria trabalho como fonte de valor no eixo político pode representar certa desvinculação entre a esfera econômica e a esfera política, indicando que não necessariamente as análises sobre as relações entre a forma social do valor e o trabalho adquirem conotação política.

Levando-se em conta os influxos de outras correntes de pensamento no significado da categoria trabalho como fonte de valor no Serviço Social analisa-se também o

entrecruzamento dessa categoria com as categorias que correspondem à dimensão política da profissão.

No total dos 334 conteúdos trabalho como fonte de valor entrecruza majoritariamente com a categoria capitalismo, seguida com menos frequências pela categoria luta de classes (Gráfico 11).

No eixo econômico da pesquisa documental formado pelas 105 ementas/ABEPSS categoria trabalho como fonte de valor entrecruza principalmente com as categorias capitalismo, seguida da categoria direção social e política (Gráfico 3).

No eixo econômico formado por 138 apresentações/ENPESS observa-se que a categoria trabalho como fonte de valor entrecruza principalmente com a categoria capitalismo, seguida pelas categorias luta de classes e estratégias da profissão (Gráfico 7).

No eixo político das apresentações/ENPESS, em que pese as raras indicações na categoria trabalho como fonte de valor, esta concepção de trabalho entrecruza com as categorias transformação societária, capitalismo, luta por direitos e luta de classes que em boa medida correspondem ao caráter revolucionário da teoria valor trabalho as categorias (Gráfico 10).

No total dos 334 conteúdos trabalho como fonte de valor não entrecruza com a categoria de emancipação humana (Gráfico 11). E nas 105 ementas/ABEPSS que formam eixo Econômico não entrecruza com as categorias totalidade, emancipação humana, transformação societária, luta por direitos, demandas da política social, projeto ético político e estratégias da profissão. (Gráfico 3).

Nesse mesmo eixo formado pelas 138 apresentações/ENPESS a categoria trabalho como fonte de valor também não entrecruza com a categoria de emancipação humana, luta por direitos, assim como com a categoria direção social e política (Gráfico 7).

No eixo político das apresentações/ENPESS essa categoria não entrecruza com a categoria totalidade, emancipação humana, sociedade, movimentos sociais assim como com a categoria direção social e política, demandas da política social, projeto ético político e estratégias da profissão (Gráfico 10).

Desses dados apreende-se que pelas raras indicações da categoria trabalho como fonte de valor articulada tanto com a compreensão das determinações econômicas do capitalismo quanto com as mediações da direção política, demonstra certa ausência de relacionar o valor na unidade da economia com a política.

Observa-se que não necessariamente a categoria trabalho como fonte de valor se encontra vinculada à perspectiva de totalidade, de emancipação humana e de transformação

societária, revelando-se que os conteúdos ao indicarem essa categoria podem estar se referenciando em outras correntes teóricas da economia política, em detrimento da perspectiva materialista histórica.

Nessa direção, observa-se também que a categoria trabalho como fonte de valor, não se articula com a categoria luta por direitos e com a categoria demandas da política social, o que demonstra certa desvinculação entre a produção do valor, a política social e o Estado, contribuindo para ocultar as desigualdades na sociedade e os conflitos políticos.

Além disso, os dados demonstram, particularmente, nas ementas/ABEPSS e no eixo econômico a ausência de inter-relação entre essa categoria, enquanto dinâmica do valor, com o projeto ético político do Serviço Social e estratégias da profissão. Da mesma forma, a concepção de trabalho como fonte de valor parece se descolar do projeto ético político do Serviço Social crítico na apreensão das determinações e mediações que se constituem no conteúdo e na forma social do valor.

Esses resultados permitem afirmar que a concepção de trabalho como fonte de valor no Serviço Social raramente se articula, no eixo político, com as categorias da dimensão política da profissão, em especial àquelas que indicam a referência marxista revolucionária da teoria valor-trabalho.

Nas ementas/ABEPSS que indicam essa categoria a apreensão crítica é pouco frequente e assim expressam certa dificuldade ou algum desprezo em articular a apreensão das crises do capital, na unidade da economia com a política, no sentido de apreender os sinais de esgotamento das soluções pragmáticas para preservar o valor. Desse modo os conteúdos não entrecruzam essa concepção de trabalho com a emancipação humana e a dinâmica do valor com relações de poder que molda a direção social e política e a luta de direitos na perspectiva do caráter contraditório e provisório do valor- trabalho e do capitalismo.

Os resultados da pesquisa documental que demonstram a incidência de tendências conservadoras nos conteúdos que adotam essa concepção de trabalho divergem dos depoimentos coletados na pesquisa de campo através das entrevistas, sobre a necessária relação do Serviço Social com a produção do valor.

Nos depoimentos tanto de Iamamoto como de Berhing, se observa alguns elementos que sugerem a relevância do trabalho como fonte de valor na tradição marxista.

Para ambas entrevistadas a articulação do trabalho com a dinâmica do valor, é entendida como um processo histórico na reafirmação de que o trabalho tem que ser pensado enquanto valor (Iamamoto) e na afirmação sobre o que determina a condição de trabalho (produtivo ou improdutivo) é a relação com o valor (Berhing).

Desse modo a categoria trabalho como fonte de valor também deve ser apreendida pela forma social de intercambio das mercadorias no modo de produção capitalista, no qual o trabalho para ser convertido em trabalho social médio precisa ser pensado enquanto valor, conforme afirma Iamamoto na entrevista, assim como o valor de cada mercadoria, e a troca, na leitura Iamamoto faz de Marx, é uma condição da existência do trabalho constituído como um trabalho social.

Na relação entre trabalho e valor Iamamoto, refere-se, também à dimensão histórica e à dimensão social do trabalho nessa sociedade para apreender o valor na cristalização de trabalho humano indiferenciado contido nas mercadorias, no tempo de trabalho socialmente necessário, bem como na qualidade do trabalho na divisão sócio-técnica do trabalho.

Para Berhing a questão central é a subsunção do trabalho ao capital e a produção de valor, ressaltando também a importância de se levar em conta a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização.

A relação que Iamamoto e Berhing fazem entre trabalho e valor que indica a compreensão na perspectiva marxista do trabalho como fonte de valor, raramente comparece nos conteúdos da pesquisa documental.

Como referido, esse resultado pode ser atribuído ao estudo de diversas correntes da economia política coadunando-se ao código de ética na Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual (CRESS, 2000).

Os estudos das correntes teóricas econômicas e políticas no Serviço Social, que inclui o marxismo, correspondem às orientações da formação profissional pelo reconhecimento do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996).

Nessa direção e respaldando-se nos critérios que demarcam os limites do pluralismo teórico no Serviço Social (Netto, 1989), destaca-se que a categoria trabalho como fonte de valor contribui para demarcar as diferentes linhas do pluralismo no Serviço Social.

Essa mesma concepção de trabalho, quando relacionada a tais critérios e contrapontos teóricos e metodológicos que possibilitam a apreensão das contradições do modo de produção capitalista, convergem com os pressupostos e princípios da formação do Serviço Social.

A apreensão da categoria Trabalho como fonte de valor no Serviço Social está distante de análises que revelam as contradições entre a positividade e a negatividade do trabalho como única forma de gerar valor (Antunes, 2009), assim como escapam da maioria

dos conteúdos a apreensão das contradições da sociedade fundada no valor. Sem a crítica ao trabalho na sociedade capitalista, como sugere Postone (2003), as relações entre o trabalho e o valor tendem à naturalização, mitigando o conflito e a negação interna do próprio valor na sociedade capitalista como um processo histórico e provisório.

Desse modo, pode-se inferir que na maioria dos conteúdos da pesquisa documental que se referem ao trabalho como fonte de valor conduz às explicações da corrente liberal no entendimento da política social a qual a visa a satisfação de certas necessidades individuais não atendidas pelo mercado capitalista.

Essas indicações, portanto, divergem dos depoimentos dos entrevistados sobre a importância da dinâmica do valor e o Serviço Social, nos quais se destaca que a centralidade do trabalho na vida social demarca a consolidação do Serviço Social crítico, pela relação direta com a perspectiva marxista da crítica à economia política como a crítica ao processo histórico da forma social do valor.

O que importa reter aqui é que a indicação da categoria trabalho como fonte e valor, revelam que mesmo se levando em conta a pluricausalidade das opções políticas e o pluralismo teórico, o desenvolvimento das forças produtivas, assim como as sucessivas crises do capital explicitam cada vez mais os limites entre as correntes liberais ou neoconservadoras e as teorias que sustentam a proposta crítica na formação do Serviço Social.

Na medida em que essas opções políticas e os limites do pluralismo não são postos em questão, o trabalho como fonte de valor pode ser entendido como natural ou com conotação moral e abstrata, que se opõe ao sentido da construção de alternativas críticas de intervenção do Serviço Social voltadas à transformação da realidade e das articulações junto à classe trabalhadora.

Pela irrelevância que se apresenta a categoria trabalho como fonte de valor nos conteúdos da pesquisa documental e a importância que esta categoria adquire nos depoimentos dos entrevistados e nas diretrizes curriculares, entende-se que no Serviço Social o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social refere-se também a exigência de explicitar os limites do pluralismo teórico e, ao mesmo tempo aprofundar os contrapontos entre as correntes conservadoras e a perspectiva marxista nos estudos sobre economia política. E assim, pela crítica, apreender as contradições econômicas e políticas da conjuntura atual que indicam sinais do anacronismo do valor.

Na contramão dessa perspectiva e mais uma vez denotando o pluralismo teórico no Serviço Social, passa-se a analisar a categoria menos citada nos conteúdos da pesquisa documental.

Trata-se da categoria que corresponde à concepção de trabalho como elemento de cidadania, a qual vincula o trabalho aos direitos de cidadania e às garantias fundamentais do Estado democrático, assim como trata o trabalho como um direito, ligado à ideia de inclusão pelo trabalho.

2.6 Trabalho elemento de cidadania

Nos 334 conteúdos a categoria trabalho como elemento de cidadania é citada em 11 frequências (Gráfico 52 Apêndice A).

Ao se levar em conta essa categoria no eixo econômico da pesquisa documental, observa-se entre as ementas/ABEPSS, apenas uma frequência da categoria trabalho elemento de cidadania (Gráfico 1) e dez frequências nas apresentações/ENPESS (Gráfico 5).

A categoria trabalho elemento de cidadania, não comparece no eixo político tanto nos conteúdos das ementas/ABEPSS como no mesmo eixo formado pelas apresentações/ENPESS.

No conjunto dos temas da pesquisa documental essa categoria não apresenta expressiva frequência em nenhum deles.

Quando se observa a categoria trabalho elemento de cidadania nos temas, encontra-se a maior frequência desta categoria nas apresentações/ENPESS do Eixo Econômico que compõe o Tema 6 – Formas de Trabalho (Gráfico 37. Apêndice A).

É a categoria menos citada no Tema 4: Mudança no Trabalho formado pelas ementas/ABEPSS (Gráfico 10. Apêndice A) e pelas Apresentações/ENPESS nesse tema (Gráfico 31. Apêndice A).

Essa concepção de trabalho possui a menor frequência no Eixo Econômico nas ementas/ABEPSS que formam o Tema 2: Marxismo Economia Política (ECP) (Gráfico 4. Apêndice A).

A categoria trabalho elemento de cidadania pode indicar concepções antagônicas de trabalho, ora correspondendo à fortes influxos da corrente liberal apartada dos conceitos de história e de política, ora concebendo o trabalho como direito de cidadania na perspectiva socialista, na qual o Estado é admitido como meio e fim na representação de uma classe social(Vieira. 1992;2007).

Nesta direção essa categoria pode ser relacionada, metodologicamente, ao funcionalismo e ao Serviço Social conservador que concebe o trabalho como virtude e

dignidade, ou ao materialismo histórico e dialético método referência no Serviço Social na perspectiva crítica que leva em conta as contradições da centralidade do trabalho na sociabilidade capitalista.

A corrente liberal admite a categoria trabalho como elemento de cidadania como o direito das pessoas participarem na concorrência do mercado e o direito a um salário que não corresponde ao valor da força de trabalho e reconhece a cidadania como “a igualdade de oportunidades segundo a capacidade de cada individuo e não à igualdade real na sociedade” (Vieira, 1992 p.70).

Daí ser a participação de todos no Estado e no mercado, fundamental na democracia liberal, na qual cidadania se constitui no princípio de igualdade que se realiza “na igualdade jurídica e materializa-se na sucessão de direitos” (ibidem, p.73).

Como se registra a presença dessa categoria nos conteúdos que compõe a pesquisa documental, também se examina seus entrecruzamentos com as categorias que compõe o sistema categorial da dimensão política da profissão, para buscar apreender quais tendências acolhem essa concepção de trabalho.

No total dos 334 conteúdos registra-se que a categoria Trabalho elemento de cidadania entrecruza com as categorias da dimensão política da profissão com pouca relevância, sendo mais expressiva a articulação entre essa categoria com as categorias: estratégias da profissão, seguida das indicações nas demandas da política social.

No eixo econômico formado pelas 105 ementas/ABEPSS a concepção de trabalho elemento de cidadania entrecruza com as categorias capitalismo, direção social e política, assim como, com as categorias demandas da política social e estratégias da profissão (Gráfico 3). Nesse mesmo eixo, nas 138 apresentações/ENPESS a categoria trabalho elemento de cidadania se articula principalmente com as categorias estratégias da profissão, seguida pela categoria demandas da política social e luta por direitos e com menos frequência com as categorias capitalismo e sociedade (Gráfico 7).

No conjunto dos 334 conteúdos essa concepção de trabalho não entrecruza com as categorias totalidade, emancipação humana, transformação societária, sociedade, luta por direitos, luta de classes, movimentos sociais e projeto ético político (Gráfico 11).

Nas ementas/ABEPSS que compõe o eixo econômico a categoria Trabalho elemento de cidadania não se articula com as categorias totalidade, emancipação humana, transformação societária, sociedade, luta de classes, luta por direitos, luta de classes, movimentos sociais e projeto ético político (Gráfico 3).

Ainda nesse eixo formado pelas apresentações/ENPESS essa categoria não se relaciona, nesses conteúdos, com as categorias totalidade, emancipação humana, transformação societária, luta de classes, movimentos sociais, direção social e política, bem como com a categoria projeto ético político (Gráfico 7).

Em seus entrecruzamentos a concepção de trabalho como elemento de cidadania nos conteúdos examinados da pesquisa documental, observa-se que predominam as categorias correspondentes à dimensão técnica operativa e ao cotidiano da profissão sem muitas relações com a perspectiva de totalidade, emancipação humana e transformação societária.

A relativa frequência nas apresentações/ENPESS não se relacionam com as categorias luta de classes, movimentos sociais, assim como, pouco se articulam com as categorias capitalismo, sociedade e sem discutir demandas da política social pauta com mais frequência a direção social e política, a luta por direitos relativamente o projeto ético político e as estratégias da profissão, demonstrando que a concepção de trabalho como elemento de cidadania pode corresponder à concepção de trabalho das tendências conservadoras no trato do trabalho como dignidade e inclusão social.

Observa-se, também, nos conteúdos examinados que, se por um lado, falta a inter-relação da categoria trabalho como elemento de cidadania com as categorias que possuem referências no pensamento marxista, bem como, com o projeto ético político do Serviço Social, por outro, as indicações mais frequentes nas categorias demandas da política social e estratégias da profissão, indicam a articulação dessa concepção de trabalho com ênfase na instrumentalidade da profissão para responder as demandas impostas pela agenda da acumulação capitalista.

A categoria trabalho como elemento de cidadania pode indicar, na perspectiva liberal e funcionalista, o caráter mediador do profissional do Serviço Social para aliviar tensões, na substituição da política pela técnica social que cumpre a tarefa de garantir a normalidade social, vinculando-se ao conceito de cidadania às aparentes respostas consensuais que o Estado constrói, pelas demandas da política social, passando a ideia de legítimo representante da sociedade (Vieira, 1992).

Neste sentido e pelas observações sobre o comportamento dessa categoria em seus entrecruzamentos com as categorias que correspondem à dimensão política da profissão, presentes nos conteúdos examinados da pesquisa documental, pode-se afirmar que a categoria trabalho elemento de cidadania é a concepção de trabalho que mais frequentemente segue a tendência de desvincular a economia e a política, possivelmente resultando do

conservadorismo teórico e prático que perpassa pelos estudos e produções teóricas do Serviço Social.

Esses dados confirmam a relação do conservadorismo no Serviço Social, não está liquidada como se referiu Netto em sua entrevista, a liquidação do seu domínio não significa, absolutamente, que ele desapareceu – significa, tão somente, que deixou de dar o tom na agenda profissional.

Nessa mesma direção, Behring e Iamamoto, também em seus depoimentos, ressaltaram a permanente disputa de projetos no âmbito da profissão. Assim como Borgiani destacou a necessária força política para romper com as mediações que impõem respostas imediatistas e conservadoras no cotidiano profissional.

As frequências na concepção de trabalho como elemento de cidadania denotam essa disputa, na qual permanecem as indicações e utilização do método funcionalista o qual trata o sentido econômico e político superficialmente.

Quando, no capitalismo contemporâneo, se renova o compromisso com o *laissez-faire* econômico que posiciona o mercado como central e o pragmatismo dos Chicago's boys invade a academia, culminando na corrente neoliberal, o Serviço Social se contrapõe a essa linha de pensamento, incluindo nos pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, a relação entre o enfrentamento à questão social e aos influxos conservadores:

[...] “a ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social... resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho” (ABEPSS, 1996).

O sentido crítico ao neoliberalismo, assim como, a perspectiva materialista histórica e dialética de direitos e da cidadania pode ser encontrada também no código de ética do Serviço Social, o qual explicita o compromisso classista pela “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CRESS. 2000).

Como um produto das respostas necessárias às mudanças que incidem no objeto dos estudos acadêmicos, esses pressupostos e princípios do Serviço Social resultam de diversos fatores conjunturais.

No âmbito econômico, se destaca a transição do modelo rígido para o padrão flexível de acumulação capitalista e à alteração na composição orgânica do capital (Harvey. 2010). No plano político, a ofensiva neoliberal à organização dos trabalhadores (Montaño e

Dagnino. 2010; Harvey. 2010), e, no campo teórico, a crise paradigmática e a falsa polêmica da crise da sociedade do trabalho (Netto, 1996).

Nas formulações sobre o trabalho e cidadania observa-se certa fragmentação do conhecimento e uma espécie de rompimento entre a parte e o todo, assim como, o provável isolamento entre a forma e conteúdo, que se encarregam de confundir “a palavra com o conceito e o jargão em a realidade” causando a impressão de que há certo “progresso científico” ou “avanço cultural” (Viera, 1992, p.28 aspas do autor).

Desse modo, observa-se não somente a tendência que denota certo conservadorismo na profissão, como também, não se pode ignorar, tampouco absolutizar, as influências das correntes pós-modernas, as quais se aproximam, mesmo sem intenção, muito mais às correntes anarquistas e liberais do que ao marxismo. (Harvey, 2010).

Através da análise das concepções de trabalho no Serviço Social, exposta acima, foi possível apreender os influxos conservadores e/ou neoconservadores da dimensão política da profissão, o que em boa medida foi demonstrado pela indicação das categorias capital versus trabalho, trabalho como elemento fundante do ser social, trabalho alienado, trabalho e crise, trabalho como fonte de valor e trabalho como elemento de cidadania e seus entrecruzamentos com as categorias que correspondem à dimensão política da profissão.

3. Significados da dimensão política do Serviço Social

3.1 Categoria luta de classes

No sentido de olhar mais de perto a categoria luta de classes como prioridade que se estabeleceu nessa investigação, apresenta-se a seguir suas frequências, entrecruzamentos e os depoimentos que se referem à essa categoria.

Entende-se por luta de classes a categoria que corresponde aos significados eminentemente dialéticos e históricos das contraditórias determinações econômicas e políticas.

No geral, dos 334 conteúdos analisados, a categoria luta de classes com 49 frequências, é a oitava mais citada entre as doze que compõe o sistema categorial da dimensão política da profissão. Quando comparece nos conteúdos, se entrecruza principalmente com a concepção de capital *versus* trabalho e não entrecruza somente com a categoria trabalho como elemento de cidadania.

Nas entrevistas foi reafirmada a importância da apreensão na perspectiva marxista da luta de classes que se destaca na fala de Iamamoto quando se refere à historicidade inerente à teoria de Marx, a qual supõe uma forma de organização das classes sociais específica no capitalismo, bem como, sugere a perspectiva da dimensão de universalidade dos interesses da classe em Gramsci.

Na entrevista de Berhing, observa-se maior ênfase à centralidade política da classe trabalhadora, especialmente quando leva em conta que não há revolução sem os trabalhadores, sem quebrar a espinha dorsal do capital, assim como, Borgianni evidencia a luta de classes ao se reportar ao movimento dialético entre totalidade e negatividade, No depoimento de Netto, a concepção de luta de classes, perpassa por suas preocupações com relação às tendências neoconservadoras no Serviço Social quando se reporta às polêmicas que retiram de cena as questões centrais das lutas de classes.

Nessa direção, a categoria luta de classes vincula-se, também, ao código de ética do Serviço Social de 1993, na medida em que prevê “a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”, bem como estrategicamente se refere à “liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CRESS. 2000).

Nos pressupostos norteadores da concepção de formação profissional das diretrizes curriculares, a luta de classes articula a profissão com “formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores” (ABEPSS, 1996).

O marxismo, enquanto teoria crítica que sustenta a formação no Serviço Social e a intervenção profissional, bem como, a categoria luta de classes pela sua pertinência à teoria social de Marx, corresponde à classe operária como expressão concreta da negação da sociabilidade humana pelo capital.

Luta de classes no Serviço Social, portanto, não é um conceito formal, tampouco, corresponde à política de conciliação de classes. Configura-se na dimensão política do Serviço Social pela referência na tradição do marxismo, é a expressão do conflito onipresente e, portanto, uma categoria que se afirma no movimento dialético e histórico pelas negatividades da centralidade do trabalho na acumulação capitalista.

Quando as concepções de trabalho no Serviço Social raramente se articulam à categoria luta de classes deixam escapar a crítica ao trabalho no capitalismo (Postone, 2003), a crítica ao Estado e suas determinações classistas e, por conseguinte a crítica à questão social e suas nuances conservadoras (Netto. 2006).

Quando se leva em conta, nessa análise, o pluralismo no Serviço Social, entretanto, entende-se que a linha tênue que separa o pluralismo do ecletismo exige a apreensão dos respectivos limites entre a proposta crítica e as incidências conservadoras na profissão, que se configuram historicamente em distintas vertentes teóricas no Serviço Social.

Quando se examina, mais de perto as frequências e os entrecruzamentos da categoria luta de classes, pela ausência de citações dessa categoria, como também pelas poucas indicações nos conteúdos das ementas/ABEPSS e nas apresentações/ENPESS, os dados revelam, em boa medida, a desvalorização do legado político marxiano (Boron, 2007).

Pelas significativas frequências na categoria luta por direitos, faz-se necessário mesmo que resumidamente pontuar algumas divergências que giram em torno das abordagens sobre a defesa dos direitos sociais e sua relação com luta de classes, enfatizadas nos depoimentos dos entrevistados.

Luta por direitos quando vinculada aos interesses reais da classe trabalhadora, pode ser um meio de democratizar o poder político assim como extrapola os limites da democracia formal do Estado Burguês, sendo que as críticas que incidem sobre a luta pela dimensão democrática, para Berhing correspondem às interpretações que possuem certa incompreensão da dinâmica da política.

Nessa direção, a luta por direitos remete mais uma vez ao depoimento de Netto, especialmente quando se refere ao dilema da II Internacional colocado por Rosa Luxemburgo em *Reforma ou Revolução* e ao afirmar que atualmente os revolucionários não se colocam abstratamente contra as reformas, mas contra as reformas que não servem à emancipação política dos trabalhadores.

Inserese, portanto, na dimensão política da profissão ligada à luta por direitos as mudanças históricas do significado das reformas, evidenciando-se pela entrevista de Netto, que se no passado reformas indicavam ampliação democrática, atualmente, pela apropriação neoconservadora desse significado, pode expressar também conteúdos contra reformistas.

Desse modo, ao demarcar a luta por direitos como instrumento de emancipação classista, parece ficar resolvido na contemporaneidade o que separa em dois campos opostos os reformistas e os revolucionários, como também reforça a exigência de vincular os direitos à desigualdade econômica ao conflito da luta de classes e à desigualdade política.

Para Iamamoto, a luta por direitos adquire relevância no Serviço Social na medida em que contribui para a classe trabalhadora tomar consciência dos seus interesses enquanto classe. No cotidiano profissional, também segundo Borgianni, se expressa na visão política

intrínseca à tarefa de reverter às demandas institucionais do Estado e do capital no sentido da conquista de direitos dos trabalhadores.

Entende-se que as lutas pela garantia e ampliação democrática ao mesmo tempo, ocultam e explicitam tanto a desigualdade econômica como a desigualdade política nas relações da sociedade com o Estado. Os limites e possibilidades da luta por direitos na sociedade capitalista tende a revelar a ligação estreita entre os antagonismos de classes e, ao mesmo tempo, é um solo fértil para pragmatismos e tendências conservadoras.

Contemporaneamente, na visão neoliberal, reformas são adotadas em nome da igualdade de oportunidades do mercado globalizado que, em boa medida, também foi incorporada por adeptos da esquerda na ênfase conservadora pela equidade social, na lógica da autonomia da política e da justiça das vertentes liberais.

Nessa direção, apreende-se que a centralidade do trabalho no Serviço Social, propõe se articular com a dimensão política da profissão, referenciada na perspectiva marxista, principalmente no sentido contribuir para a apreensão das determinações históricas, como uma espécie de fio condutor que liga a luta por direitos com a luta de classes e, por conseguinte, com a transformação societária.

Isto significa que a compreensão do trabalho através da dialética marxista não paralisa as determinações reais em determinismos da história. Ao contrário, ela lhe confere movimento, ruptura e transformação pela possibilidade de superação histórica do capitalismo.

Nessa direção, elegeu-se também como prioritária na análise dos conteúdos, a categoria transformação societária como outra categoria que articulada às concepções de trabalho poderia expressar mais significativamente a dimensão política da profissão.

3.2 Categoria transformação societária

Entende-se que essa categoria corresponde aos princípios do código de ética do Serviço Social, que se refere à superação das relações de produção capitalista e à construção de outra sociedade, assim como trata especialmente, do aprofundamento da democracia, da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

No conjunto dos conteúdos, é a categoria que se situa entre as menos citadas, com 35 frequências. Entrecruza tanto com a categoria capital *versus* trabalho, como com trabalho elemento fundante do ser social e não se articula com as concepções de trabalho/crise e trabalho elemento de cidadania.

No total dos 334 conteúdos formado pelas ementas/ABEPSS e apresentações/ENPESS, as 173 frequências na categoria capitalismo, como o maior numero de citações, contrastam com 34 frequências na categoria transformação social. A exceção é o conjunto de conteúdos do tema mudanças na luta de classes, no qual todos os conteúdos se referem tanto ao capitalismo como à transformação societária.

Na visão dos intelectuais entrevistados, entretanto, o sentido de transformação societária, possui conotação relativa ao seu significado revolucionário e estratégico da profissão, com algumas ressalvas quanto à utilização desse termo.

Desse modo, há de se levar em conta os destaques quanto à categoria transformação societária. Para Netto, conforme entrevista, esse termo se desgastou, convertendo-se em jargão autoexplicativo esvaziado do sentido político e do significado revolucionário.

Observa-se na sua entrevista que no processo histórico, o termo transformação societária também se converteu na expressão de proposições medularmente antirrevolucionárias.

Netto explica em seu depoimento que o termo transformação expressava a própria revolução, em especial, nos tempos de repressão militar, no entanto, a carga semântica original se diluiu e se banalizou e, atualmente, não representa a mesma dimensão e o mesmo rigor.

Para Borgianni, transformação social fornece a direção política do projeto profissional no sentido de subverter as demandas nos espaços sócio ocupacionais em que se insere o Serviço Social e que podem se converter em respostas do Serviço Social para a transformação da sociedade. Portanto, a transformação societária compõe o horizonte estratégico da profissão na perspectiva de totalidade.

Como se observa diferentes conotações dessa categoria, a qual pode indicar mudanças conjunturais como também pode referenciar-se em mudanças radicais, apreende-se, ainda nos total dos conteúdos da pesquisa documental, as referências a essa categoria que frequentemente comparecem acompanhadas das indicações na categoria estratégias da profissão com 112 frequências e que, raramente comparece junto à categoria emancipação humana com 12 frequências no total dos conteúdos.

Transformação societária liga-se mais frequentemente às indicações na categoria estratégias da profissão na medida em que abarca desde as respostas cotidianas da profissão no âmbito técnico operativo estabelecendo a relação entre mudanças conjunturais.

Dessa forma, as categorias transformação societária e estratégias da profissão vinculam-se à formação profissional no sentido da “apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade” (ABEPSS, 1996).

Nos conteúdos examinados, especialmente no que se refere à transformação societária e estratégias da profissão, observa-se as incidências relativas ao enfrentamento da questão social que podem conduzir tanto ao aprofundamento teórico metodológico e alternativas criativas, como para o tecnicismo e respostas imediatas.

A indicação à categoria transformação societária nos conteúdos da pesquisa documental corresponde às mudanças e enfrentamento das desigualdades políticas na ampliação da democracia pelos movimentos sociais, na luta por direitos, nas demandas da política social e nas estratégias da profissão, sem necessariamente relacionar com formas de tensionamento e superação do modo de produção capitalista.

Na visão dos intelectuais, mesmo com as ressalvas feitas no depoimento de Netto, transformação societária corresponde à direção política do projeto profissional crítico do Serviço Social.

No sentido estratégico e político de comprometimento da profissão com a construção de outra sociedade a categoria transformação societária, vincula-se também à emancipação humana.

Em que pese a categoria emancipação humana não comparecer no conjunto das ementa/ABEPSS e ser a menos citada em relação às demais nos conteúdos das apresentações/ENPESS, observa-se que essa categoria no total dos 334 conteúdos é a menos citada com apenas 12 frequências, entrecruza somente com as concepções de trabalho elemento fundante do ser social e capital *versus* trabalho.

Essa categoria liga-se à centralidade dos trabalhadores na direção política da emancipação da humanidade e também ao compromisso ético eminentemente classista que consubstancia o projeto ético-político profissional do Serviço Social, previsto no código de ética indicando o Serviço Social como profissão voltada à emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (CRESS.2000).

O que importa reter aqui, pela centralidade do trabalho é a indissociabilidade da emancipação de classe, a qual requer a ação dos próprios trabalhadores no sentido de demolir as barreiras entre o tempo de trabalho e tempo de não trabalho, encaminhando a extinção do trabalho alienado, assalariado e do processo de trabalho convertido em processo de valorização.

Enfim, a transformação societária, emancipação humana e liberdade na perspectiva marxista, convergem na apreensão do trabalho, como eixo central na formação do Serviço Social e à liberdade como princípio do seu projeto ético político que se configura, de forma explícita, na direção política diametralmente oposta às concepções que naturalizam o trabalho e práticas da profissão que respondem à reprodução do existente.

Isto significa que a categoria transformação societária, nesta perspectiva estratégica, é o fundamento do processo de consolidação do projeto ético político profissional crítico.

Assim como a concepção de trabalho na vida social como constitutivo da sociabilidade humana, no Serviço Social não é um conceito abstrato e formal, muito menos um conceito reduzido à natureza humana, a liberdade para o projeto profissional não possui um significado restrito à liberdade individual.

O trabalho na vida social e a liberdade são os pilares dos princípios ético-políticos inegociáveis do Serviço Social que orientam a teoria e a prática da profissão, e que ao mesmo tempo, contribuem significativamente para depurar a aparência superficial das configurações conjunturais da questão social, superando as formas de intervenção do Serviço Social nos limites das demandas do capital e da institucionalidade burguesa.

É, portanto, a concepção de trabalho e a valorização do legado político marxista que pode demarcar as distintas tendências da dimensão política do Serviço Social, explicitando os limites do pluralismo e dos campos em disputa de projetos profissionais em suas incidências conservadoras e/ou neoconservadoras, crítica, anticapitalista e revolucionária.

A análise das concepções de trabalho no Serviço Social permitiu compreender que não só o capitalismo é a contradição em processo (Marx, 2011) como também se apreendeu que as concepções de trabalho no Serviço Social resultam desse mesmo processo, repercutindo no seu interior, as crises do capital, as ofensivas tecnológicas e ideológicas do capital contra o trabalho, a luta de classes e as disputas societárias que se desdobram na dimensão política da profissão.

O contraponto às tendências teóricas conservadoras ou neoconservadoras no Serviço Social, além da concepção de trabalho que incidem nos rumos da dimensão política da profissão, requerem discutir mais profundamente os limites do pluralismo teórico-político

Sugere-se, portanto, que as concepções de trabalho do Serviço Social e suas inter-relações com a dimensão política, demonstradas nessa tese, possam contribuir para o aprofundamento de análises históricas macroeconômicas e sociais que busquem explicar não só a aparente mudança conjuntural do trabalho, como também o esgotamento do processo de

valorização do capital que se explicita nas sucessivas crises econômicas e suas respectivas e ineficientes soluções.

Espera-se ainda que essa tese desperte o interesse de outras pesquisas que abordem a indissociabilidade da centralidade do trabalho com a luta de classes e a transformação societária, no sentido estratégico e de autocrítica das lições históricas registradas pelas organizações marxistas revolucionárias, e assim aprofundar as discussões sobre a construção de outra sociedade.

E dessa forma valorizar o legado político da tradição marxista reatualizando as afirmações de Rosa Luxemburgo quando alertava à classe operária de que “o espinhoso caminho de sua autolibertação está pavimentado não só de sofrimentos sem fim, como também de erros sem conta” (Luxemburgo in Loureiro, 2009, p.82).

Assim como, na direção histórica da perspectiva estratégica de outra sociedade apreender os diferentes papéis desempenhados pelos trabalhadores numa sociedade e num determinado modo de produção que está demonstrando sinais de esgotamento.

Esses desafios exigem pautar, pelo compromisso com dos trabalhadores, a inegociabilidade de princípios ético e políticos do Serviço Social, reafirmando a defesa de um movimento classista que compartilhe as alternativas de “assumir o comando social sobre a produção e distribuição de excedentes”(Harvey, 2011, p. 185).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social constrói historicamente projetos tradicionais ligados à sua origem e projetos modernizadores com dimensão política nem sempre explícita, avançando para a proposta com nítida posição política na intenção de romper com seu conservadorismo.

A essa intencionalidade e ao enfrentamento da questão social demarca-se a íntima relação entre a concepção de trabalho e a dimensão política da profissão. Esta perspectiva exige aprofundar e contextualizar as mudanças econômicas e políticas, bem como, produzir conhecimentos sobre o Serviço Social e os processos de exploração e alienação do trabalho.

Esta exigência se traduz no exercício permanente de apreender as determinações e contradições da luta de classes, na perspectiva marxista e revolucionária de transformação societária.

Os questionamentos sobre a validade analítica da categoria trabalho, bem como, a centralidade que essa categoria adquire nas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social foram fundamentais para a escolha do tema desta tese.

Nesse sentido, privilegiar a relação da concepção de trabalho com as abordagens da intervenção profissional norteou os esforços para a compreensão da categoria trabalho em Marx, bem como, em alguns intérpretes do marxismo clássicos e contemporâneos que analisam os impactos no trabalho da crise do capital na atualidade.

Para apreender as concepções de trabalho e compreender a formação e a intervenção profissional enquanto dimensão política do Serviço Social buscou-se situar na trajetória histórica da profissão as concepções de trabalho relacionadas com as vertentes do Serviço Social delineadas por Netto (2008), tais como, a tradicional, a modernizadora e de intenção de ruptura com o conservadorismo.

Desse modo, apurou-se que originalmente a vertente tradicional do Serviço Social, ligada à igreja católica, concebia o trabalho como virtude e dignidade, pautada no binômio proteção/dependência dos trabalhadores. Essa concepção de trabalho se expressa na atualidade, pela indicação da concepção trabalho como elemento de cidadania, correspondendo ao paradigma das relações individuais que remetem aos problemas sociais e às soluções imediatistas.

Na vertente modernizadora relacionada ao desenvolvimentismo, às mudanças de intensificação da produtividade da economia e influxos das correntes liberais da teoria política, o Serviço Social visava integrar amplas parcelas da população marginalizadas ao

progresso, inspiradas nos paradigmas de competitividade no mercado, na fusão de modelos de intervenção do Serviço Social tradicional com a visão moderna do indivíduo independente e autônomo.

Na vertente de intenção de ruptura com conservadorismo, o Serviço Social referencia-se na crítica marxista à economia política. Nesta perspectiva, a concepção de trabalho aparece como central na sociabilidade humana, resultando da contradição entre capital *versus* trabalho, da negação do trabalho como elemento fundante do ser social no capitalismo, que converte essa atividade humana em trabalho alienado e no trabalho como fonte de mais valia.

A queda do muro de Berlim, o fim da URSS, o refluxo do movimento sindical articulado à emergência de certa desconfiança na capacidade revolucionária da classe trabalhadora contribuíram para a diminuição de produções teóricas sobre o trabalho.

Simultâneo a essa conformação conjuntural, há um movimento cujo alvo de crítica é o núcleo político da teoria marxista. Composto com a crise paradigmática das ciências sociais, surge a falsa tese da crise da sociedade do trabalho, assim como, questionamentos sobre a validade analítica da categoria trabalho em Marx. Foi nessa mesma conjuntura, que o Serviço Social inseriu em suas diretrizes curriculares a centralidade, na perspectiva ontológica, do trabalho na sociabilidade capitalista.

Dez anos depois das diretrizes curriculares de 1996, a ABEPSS realiza, entre 2006 e 2008, uma pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes nacionais em 105 unidades de ensino e observa que a concepção de trabalho não foi suficientemente incorporada na formação do Serviço Social (Mota. 2008).

A presente investigação se valeu desse resultado e, a partir dele, complementou a análise das concepções de trabalho e a dimensão política da profissão com as apresentações do XII ENPESS sobre trabalho (2010) e com os depoimentos de intelectuais que são referências para o direcionamento teórico e político da profissão.

Desse modo, para responder o problema de investigação, analisou-se em que medida a concepção de trabalho articula-se com a dimensão política da profissão no capitalismo contemporâneo.

Pela referência marxista na unidade entre economia e política e no Estado como resultado histórico das relações sociais, o Serviço Social cria núcleos teóricos capazes de vinculá-lo a projeções societárias pertinentes às classes exploradas, explicitando a contradição e o movimento dialético de negação da exploração do trabalho e da sociedade dividida em classes. Em boa medida, pela centralidade do trabalho na sociabilidade humana o projeto

ético-político crítico do Serviço Social admite a possibilidade da apropriação pela massa trabalhadora da riqueza socialmente produzida.

Entretanto, raramente se observou nos conteúdos da pesquisa documental análises sobre a possibilidade de superação histórica do modo de produção capitalista. Desse modo, pode-se afirmar que a concepção de trabalho e a dimensão política do marxismo, também, não foram suficientemente incorporadas nos estudos do Serviço Social sobre a economia política, revertendo no esvaziamento do significado revolucionário da teoria valor trabalho.

Este resultado reflete, nos estudos do Serviço Social, a ênfase das referências liberais em detrimento do trato histórico sobre as organizações revolucionárias, bem como, a carência de estudos sobre as Internacionais e de autores marxistas clássicos que discutiam a economia e, ao mesmo tempo, militavam nessas organizações políticas. Isso demonstra a ausência do rigor teórico na referência marxista e do legado político dessa tradição.

Foi pela teoria social de Marx que o Serviço Social avançou no questionamento às vertentes conservadora e modernizadora, legitimando-se academicamente na construção de conhecimento na coerência entre a teoria e a realidade. Desse processo, definem-se os campos de disputa, demarcados por diferentes projetos profissionais, como também se apreende o papel fundamental desempenhado pela direção das entidades representativas do Serviço Social que resulta na direção política do projeto profissional crítico.

Na luta pela afirmação do projeto profissional crítico o Serviço Social define o trabalho na vida social como eixo central das atuais diretrizes curriculares e da liberdade como valor ético central do seu atual código de ética.

Com respaldo nos dados da pesquisa documental, se observou que raramente as categorias de concepção de trabalho entrecruzam com a categoria transformação societária, tampouco com a categoria de emancipação humana.

Ao se levar em conta, principalmente, o triplo critério dos estudos marxistas: o *método crítico-dialético*, a *teoria valor-trabalho* e a *perspectiva da revolução* (Netto. 1989), observou-se que as concepções de trabalho no Serviço Social são complexas e revelam contradições na afirmação de um projeto crítico da profissão.

A pesquisa quanti-qualitativa viabilizou levantar e analisar diferentes concepções de trabalho, entre as quais prevalece a concepção do capital *versus* trabalho que entrecruza principalmente com as análises das condições objetivas do capitalismo contemporâneo.

As concepções de trabalho, na apreensão do movimento e das contradições no Serviço Social, indicam, não somente a dimensão política da profissão como também as disputas que correspondem à produção de conhecimento e à intervenção nos espaços sócio

ocupacionais, resultantes da pluralidade de projetos profissionais que forjam diferentes posicionamentos políticos.

Nos conteúdos da pesquisa documental destaca-se ainda pouca ênfase na perspectiva dialética, materialista e histórica de Marx, no reconhecimento do trabalho como expressão da contradição entre positividade e negatividade da sociabilidade humana na perspectiva classista de autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (CRESS, 2000).

Da mesma forma observa-se alguns conteúdos que ao expressar a concepção de trabalho alienado, busca justificar as injustiças da exploração, enfatizando na maioria das vezes a classe trabalhadora dependente e incapaz de se libertar da opressão do capital.

Através das concepções de trabalho mapeadas e sua articulação com as categorias luta de classes e transformação societária, observou-se a tendência de substituição da política pela técnica na qual prevalece uma relação instrumental com a teoria e a política, representadas pelas categorias: estratégias da profissão e demandas da política social.

De modo geral, os conteúdos examinados abordam o capitalismo, as crises e a injustiça social limitando-se às condições objetivas do capitalismo e às questões da cidadania pautadas pelo Estado apartado da sociedade civil, evidenciando a apreensão das categorias marxistas relativas à economia e, contraditoriamente, na análise da política, a incorporação dos aportes teóricos da corrente liberal.

Frequentemente, nos conteúdos da pesquisa documental, as discussões sobre trabalho distanciam-se da liberdade como valor central do projeto profissional e da dimensão política estratégica de transformação societária.

Dessa forma, escapam à maioria das ementas/ABEPSS e das apresentações/ENPESS, examinadas, a vinculação da profissão com o trabalho na vida social e o processo de construção de uma nova ordem societária na afirmação dos princípios ético-políticos fundamentais, especialmente àqueles que se referem ao compromisso com a classe trabalhadora para a socialização da participação política e da riqueza coletivamente produzida.

Entretanto, há significativa diferença entre os conteúdos da pesquisa documental e a visão dos intelectuais na relação que se estabelece entre a centralidade do trabalho e a dimensão política da profissão referenciada na tradição marxista.

Essa diferença pode ser observada também pela ênfase, nos depoimentos dos intelectuais entrevistados, com relação à historicidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, a relevância do legado histórico, tanto do marxismo quanto da trajetória do

Serviço Social, a conexão entre a luta de classes e a dinâmica do valor, assim como a perspectiva de totalidade.

Para esses intelectuais, o exercício profissional é a interação teórico-prática que perpassa pela formulação de respostas à questão social. Essa é acompanhada pelas relações entre a profissão e as esferas da vida social, nos diferentes espaços sócio ocupacionais. As maneiras em que se instituem essas relações encontram evidências no mundo real da vida e são mediadas pelas intervenções que dão sentido e significado crítico à profissão.

A centralidade do trabalho na sociabilidade humana e a dimensão política na perspectiva de transformação societária referem-se muito mais aos princípios éticos e às diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS, bem como, aos depoimentos dos intelectuais do campo marxista, do que com os conteúdos das ementas das unidades de ensino examinadas e com a maioria das discussões entre os pesquisadores do XII ENPESS sobre o trabalho na contemporaneidade capitalista.

A análise da pesquisa conduziu aos resultados de que a centralidade do trabalho na formação e na intervenção do Serviço Social não se constitui enquanto um bloco homogêneo.

O trabalho como eixo central não basta para romper as tendências conservadoras ou neoconservadoras no Serviço Social, bem como aderir à centralidade do trabalho sem admitir a dimensão transformadora da profissão revela que, no Serviço Social, mesmo que se articulem o trabalho com as categorias econômicas marxistas, não significa admitir a superação da sociabilidade capitalista.

A escolha do trabalho como categoria analítica no capitalismo, entretanto, diz respeito às opções políticas e aos modos de intervenção do Serviço Social, ainda que se leve em conta as multicausalidades e o pluralismo teórico dos projetos profissionais.

Na medida em que essas opções políticas e o pluralismo teórico não são postos em questão, a apreensão da centralidade do trabalho pode ser entendida como natural ou mecânica no sentido da construção de alternativas de intervenção distantes da perspectiva de transformação societária.

A falta de uma visão estratégica, que ao mesmo tempo trata a sociedade e o Estado como entes separados, também pode estar limitando a intervenção do Serviço Social em atendimentos pontuais junto à classe trabalhadora, bem como, produzindo na profissão abordagens sobre as correlações de forças em detrimento das discussões sobre luta de classes.

Nos estudos propostos pelas ementas/ABEPSS e discussões das apresentações/ENPESS que abordam a trajetória da profissão há pouca ênfase, também, sobre as direções políticas do Serviço Social, suas particularidades históricas e conjunturais

vinculadas às lutas mais amplas da sociedade, as quais resultaram e continuam resultando em suas disputas internas que se configuram no movimento da profissão.

A afirmação das referências marxistas que sustentam, tanto a formação profissional crítica, como o projeto ético-político, dependem da unidade teórico-prática e do rigor teórico-metodológico que qualifique as intervenções do Serviço Social.

Há, portanto, um longo caminho a percorrer para que a centralidade do trabalho na vida social rompa definitivamente com concepções conservadoras de trabalho no Serviço Social. O desafio principal consiste, portanto, em tratar a dialética contraditória entre trabalho e liberdade, com referência ao marxismo em seu sentido político, ou seja, admitir o caráter revolucionário da classe trabalhadora, mesmo que essa configuração de classe compareça com delineamentos difusos e mais complexos no capitalismo contemporâneo.

Dessa forma, o Serviço Social mais uma vez na contramão da conjuntura, pode estabelecer uma disputa com a tendência à despolitização difundida pelo projeto neoliberal, que desde a década de 1990 contribui para a apreensão da economia e da política como universos separados e esferas autônomas na reprodução das relações sociais.

Essa separação, em contraposição ao projeto ético político profissional crítico, na perspectiva de totalidade, favorece a tendência de autonomia da política como atividade exclusiva de políticos, partidos e militantes, assim como, a apreensão das estruturas econômicas como inabaláveis e indiferentes à luta de classes.

Tal afirmação fundamenta-se e contextualiza-se na atualidade capitalista que, se, por um lado, para valorização e acumulação do capital, convoca no mercado de trabalho profissional qualificados, com habilidades pragmáticas para responder às suas demandas, por outro, a alteração radical dessa tendência também exige profissionais com competência crítica, habilidade operativa e aptidão científica para intervir nessa realidade.

Daí ser imprescindível no Serviço Social apreender as contradições geradas pela privatização do Estado e da política comandados pelo grande capital, que evidencia o anacronismo do valor pelas fracassadas tentativas de solucionar as crises de acumulação.

Isto significa evidenciar na atualidade, a provisoriedade histórica e a capacidade que o capitalismo tem de gerar suas próprias barreiras. Não é novidade para o Serviço Social a importância de Marx, entretanto, não pode ser menos importante a unidade entre a sua teoria econômica e sua perspectiva política, que historicamente foi para o movimento revolucionário internacional “uma bússola para orientar-se no turbilhão dos acontecimentos cotidianos para dirigir sua tática de luta” (Luxemburgo in Loureiro 2009, p. 83).

E dessa maneira enfatiza-se o caráter permanente do exercício dialético e histórico, para a apreensão dos sinais do esgotamento da produção do valor na estreita relação entre a centralidade do trabalho na vida social e a dimensão política transformadora do Serviço Social.

Esse exercício é necessário na profissão, não somente para distinguir as nuances e as linhas aparentemente difusas que omitem os revisionismos e oportunismos teóricos, mas também para a crítica de projetos políticos conservadores da sociedade que rebatem na formação e na intervenção profissional.

Assim, entende-se o Serviço Social como uma profissão, cuja prática não converte os meios no fim em si mesmo, tampouco reivindica para si uma finalidade própria, mas converge com os objetivos definidos pelo movimento reivindicativo classista, e faz a opção de colocar seus serviços técnicos a favor da liberação das massas trabalhadoras da dominação do capital compartilhando de um projeto de transformação societária.

Nesta perspectiva, a temática do trabalho e a dimensão política da profissão implicam no aprofundamento dos elementos que compõem todas as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social que conduzem à formação crítica e norteiam a direção política das entidades organizativas da profissão.

A responsabilização do processo de afirmação do Serviço Social crítico perpassa tanto pela relação pedagógica ensino-aprendizagem como pela inserção da profissão na divisão sócio técnica do trabalho enquanto ação política de todo o conjunto de assistentes sociais. Esse processo que resulta historicamente de conjunturas e mobilizações, cada vez mais necessita reafirmar o compromisso ético-político, alianças táticas e horizontes estratégicos entre os profissionais e a classe trabalhadora na perspectiva de emancipação da classe.

Sugere-se, portanto, maior valorização do espaço acadêmico com a expansão e financiamento de linhas de pesquisa que examinem as contradições internas do capital e do trabalho, das mudanças do trabalho socialmente necessário como medida do valor e das atuais configurações da centralidade política da classe trabalhadora.

Tais sugestões implicam, principalmente, em atividades presenciais de ensino, pesquisa e extensão, para apreender além das tendências neoconservadoras, enfatizar o contraponto crítico da teoria econômica e política, assim como, enfrentar a mercantilização do ensino superior e do pragmatismo imediatista das demandas do mercado de trabalho.

Destaca-se, por fim, a expectativa desse estudo motivar outras teses que possam contribuir para o entendimento do sentido da política na articulação entre a centralidade do

trabalho na vida social e a centralidade política da classe trabalhadora, reafirmando-se também que para a dimensão política transformadora do Serviço Social a tradição teórica marxista permanece como referência fundamental enquanto aporte teórico metodológico e político para a construção estratégica de uma sociedade economicamente justa, politicamente igualitária, culturalmente plural e socialmente solidária.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Curriculares. Curso: Serviço Social. Ministério da Educação e do Desporto /Secretaria de Educação Superior/ Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior /Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social 1999. Disponível em <<http://www.abepss.org.br>> Acesso em 05.12.2011.

ABEPSS. Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social – Relatório Final – ABEPSS, CD-ROM, São Luís. 2008.

_____. ANAIS XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social de CD-ROM. 2010.

ACOSTA, Luis . Cultura “radical” e Serviço Social. Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social, PPGSS/UFRJ. 2008.

AMADEO, Javier in *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*.

São Paulo. CLACSO/Expressão Popular.2007.

AMMANN. B S. Produção Científica do Serviço Social no Brasil . Serviço social e Sociedade nº 14. São Paulo. Cortez. 1984.

ANDERSON Perry. Considerações sobre o Marxismo Ocidental. 2004. Disponível em <<http://antivalor2.vilabol.com.br/textos/outros/anderson3.html>> Acesso em 22/04/2010.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª Ed. São Paulo: Campinas. Cortez ,1995.

_____. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo. 2009.

_____. O caracol e sua concha. São Paulo. Boitempo. 2005.

_____. Os Comunistas No Brasil: As Repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB) *Cadernos AEL nº 2* disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael.publicacoes/CAD>> Acesso em: 02 12 2009.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. Historia do Marxismo no Brasil: O Impacto das revoluções. volume I. Editora UNICAMP. 2007.

BATALHA, Cláudio H.M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências in Freitas, Marcos Cesar de (org.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. SP:Contexto/USF.1998.

BENOIT Hector Da lógica com um grande “L” à lógica de O Capital (2008). Disponível em: <<http://orientação.marxista.blogspot.com>> Acesso em 1/05/2010 .

_____. “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 8. São Paulo: Xamã, 1996, pp. 39-40.. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/bibliotecavirtual.html>> Acesso em 1/05/2010

BORON, Atilio A Teoria política marxista ou teoria marxista da política. in *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* São Paulo. CLACSO/Expressão Popular.2007.

_____. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal In SADER. Emir e GENTILI, Pablo (org). Pós Neo-liberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. São Paulo. CLACSO/Expressão Popular.2007.

_____. A nova ordem mundial e como desmonta-la. In **Resistências mundiais**. Petrópolis. RJ. Vozes, 2001.

BRASIL. Diretrizes Curriculares. Curso: Serviço Social. Ministério da Educação e do Desporto /Secretaria de Educação Superior/ Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior /Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social 1999. Disponível em <<http://www.abepss.org.br>> Acesso em 05.12.2011.

CARDOSO, F.G. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do Assistente social: principais polêmicas e desafios. IN: ABEPSS, *Temporalis*, V.1, nº 2, pp.7-17. Cortez Editora. São Paulo. 2000.

CHESNAIS, François (coord.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo. Xamã.1998.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro. Vozes. 2008 .

CINATTI, C. e ALBAMONTE, E. Para além da democracia liberal e do totalitarismo. 2007. Disponível em <<http://www.marxists.org>> Acesso em 19/04/2009.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS. Coletânea de Leis. Porto Alegre, CRESS 10ª Região, 2000.

DABENE Olivier. América Latina no Século XX. Porto Alegre:EDIPUCRS,2003.

DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. História do Marxismo no Brasil : O Impacto das revoluções. volume I. UNICAMP.2007 .

DEUTCHER. I. O Profeta Armado. RJ. Editora Civilização Brasileira. 1968.

_____. O Profeta Desarmado. RJ. Editora Civilização Brasileira. 1984.

_____. O Profeta Banido. RJ. Editora Civilização Brasileira. 1984.

DI FIORI, Gecira. A Formação política da Classe Trabalhadora in O Social em Questão Ano XIV, nº 25e 26. Rio de Janeiro. PUC-Rio. 2011.

DOBB, M. A evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro. LTC 1987.

DOWBOR Ladislau A crise financeira sem mistérios: convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais 2009. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br>> Acesso em 16.02.2009.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo. Boitempo. 2008.

FERNANDES Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.Rio de Janeiro.Guanabara.1987.

FONSECA Cleomar Campos da .Formação Acadêmico-Profissional: o papel dos sujeitos na direção da formação. ANAIS XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2010.

FREDERICO, C. Marx, Lukacs. A arte na perspectiva ontológica. RN. EDUFRN. 2005.

_____. Lukács: um clássico do século XX. São Paulo. Moderna. 1997.

_____. Presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade. História do Marxismo no Brasil: Os influxos teóricos. Volume 2. UNICAMP. 2007.

GOMES Castro Ângela Maria de . Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro. Campus.Ltda.1979.

GORENDER, Jacob. Apresentação: Os Economistas: Karl Marx. O Capital Crítica Da Economia Política.Volume I, Livro Primeiro.O Processo de Produção do Capital. Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo. Loyola, 1993.

HARVEY, D. O enigma do capital: as crises do capitalismo. São Paulo. Boitempo. 2011.

HARVEY, D. Entrevista sobre o enigma do capital .Disponível em <[http://: www.fsm10.org](http://www.fsm10.org)> Acesso em 02.2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis* n° 3, ano III, jan - jun 2001, p. 9-32.

_____. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo. Cortez, 1998.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e a questão social. São Paulo. Cortez. 2007.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO Alba M. P. de ; BONETTI , DILSÉA A. Projeto de Investigação: A Formação Profissional do Assistente Social. Serviço Social e Sociedade n° 14. São Paulo. Cortez. .1984.

JERPHAGNON.L (Org) Dicionário das Grandes Filosofias. SP. Martins Fontes.1973
Krisis Grupo. Manifesto contra o Trabalho Cadernos do Labor - n° 2 .1999. Disponível em: <www.obeco.planetaclix.pt> Acesso 31/03/2002.

LA GRASSA Gianfranco. O Capitalismo Contemporâneo e o papel da Teoria Marxista Publicado originalmente na revista italiana *Critica Marxista*, N°1, 1991, Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica_Marxista_2.5.pdf> Acesso em: 15.04.2012.

LENIN.V. O Imperialismo fase superior do capitalismo. São Paulo. Centauro. 2008.

LESSA Sergio Ética, Política e Serviço Social . Disponível em <[http://: sergiolessa.com/artigos_02_07/ética_política_ssocial_2005-pdf](http://sergiolessa.com/artigos_02_07/ética_política_ssocial_2005-pdf)> Acesso em 05.2012.

LOUREIRO I (org) Rosa Luxemburgo. Textos Escolhidos.SP. Expressão Popular. 2009.

LÖWY, Michael. A filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburg. 31. Jul.2009. Disponível em <<http://www.rosa-blindada.info>> Acesso em 08 de 2009.

_____. Método político e Método dialético. RJ, Paz e Terra, 1975.

_____. A Evolução Política de Lukács:1909-1929. São Paulo. Editora Cortez. 1998.

_____. O marxismo na América latina através de textos. São Paulo: Perseu Abramo 1994.

_____. Lucien Goldman ou a aposta comunitária Estud. av. vol.9 no.23 São Paulo Jan./Apr. 1995. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100012>> Acesso em 17/04/2012.

_____. O marxismo dos anos 60 na França: a corrente humanista revolucionária. Serviço social e sociedade. Ano x . nº 30. São Paulo. Cortez.1989

LUKÁCS, Georg. Historia e consciência de classe. Estudos de dialética marxista. Biblioteca ciências e sociedade. Publicações Escorpião. Porto .1974

_____. O TRABALHO. Ontologia do ser social. Capítulo I. Tradução: Ivo Tonet. s/d. mimeo.

LUXEMBURGO R Reforma, Revisionismo e Oportunismo. Rio de Janeiro: Editora Laemmert. 1970

_____. Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo. Nova Cultural. 1985.

_____. Reforma social ou revolução? (1899) In Loureiro I (org) Rosa Luxemburg Textos Escolhidos. São Paulo. Expressão Popular . 2009

_____. Questões de organização da social-democracia russa (1904) In Loureiro I (org) Rosa Luxemburg Textos Escolhidos. São Paulo. Expressão Popular . 2009

_____. Greve de massas, partido e sindicatos (1906) In Loureiro I (org) Rosa Luxemburg Textos Escolhidos. São Paulo. Expressão Popular. 2009

_____. A crise da social-democracia (brochura de Junius) (1916) In Loureiro I (org) Rosa Luxemburg Textos Escolhidos. São Paulo. Expressão Popular . 2009

_____. A Revolução Russa (1918) In Loureiro I (org) Rosa Luxemburg Textos Escolhidos. São Paulo. Expressão Popular. 2009

_____. A Revolução Russa. Petrópolis. Vozes.1991.

_____. O que quer a Liga Spartakus? (1918) In Loureiro I (org) Rosa Luxemburg Textos Escolhidos. São Paulo. Expressão Popular . 2009

_____. Nosso programa e a situação política (31 de dezembro de 1918) In Loureiro I (org) Rosa Luxemburg Textos Escolhidos. São Paulo. Expressão Popular 2009.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. SP. Abril Cultural, 1982.

_____. A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx. De 1843 até a redação de O Capital. 2ª edição. 1980. Zahar editores. Rio de Janeiro.

_____. Introducción al Marxismo de Formación . Disponível em <<http://www.revoltaglobal.net>> Acesso em 06/05/2012.

MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 1 e Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. SP. Martin Claret. 2006.

_____. Contribuição a crítica da economia política. SP: Expressão Popular. 2008.

_____. Crítica do programa de Gotha. Glosas marginais ao programa do partido operário alemão disponível em <http://www.marxists.org>. Acesso em 08.2009.

_____. Grundrisse . Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política. Manuscritos de 1857-58. Esboços da crítica da economia política. São Paulo. Boitempo. 2011.

Marx, K. ; Engels, F. *Manifesto comunista*. São Paulo. Boitempo . 1998.

MATTOSO, J.E.L. A desordem do trabalho. São Paulo. Pagina Aberta. 1995.

MINAYO. M C de S. (org) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro. Vozes. 2009.

MONTAÑO. Carlos; .DURIGUETTO. M.L. Estado, classe e movimento social. São Paulo. Cortez. 2001.

MORAES Filho, Evaristo de. A Proto-História do Marxismo no Brasil. História do Marxismo no Brasil: O Impacto das revoluções. volume I. UNICAMP 2007.

MORAES João Quartim de. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. História do Marxismo no Brasil: O Impacto das revoluções. volume I. UNICAMP 2007 .

MOTA Ana Elizabete. Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social /eixo Trabalho e Serviço Social. ABEPSS, CD-ROM, São Luís. 2008.

NETO, João Machado Borges Uma proposta de reconceptualização do trabalho abstrato. X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas.2005. Disponível em: <[http://:download.tales.com,BR](http://download.tales.com,BR)> Acesso em: 07/12/2009.

NETTO, J.P. Marxismo impenitente: contribuição às idéias marxistas. São Paulo. Cortez.2004

_____. Capitalismo Monopolista e o Serviço Social. São Paulo. Cortez. 8ª edição 2011.

_____. Transformações societárias e Serviço Social - Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço social & Sociedade. nº 50. Ano XVII. São Paulo. Cortez.1996.

_____. O serviço social e a tradição marxista. Serviço social & Sociedade. nº 30, ano X. São Paulo. Cortez.1989.

_____. O movimento de Reconceituação, 40 anos depois. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84, Ano XXVI, São Paulo. Cortez.2005.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 01. Brasília. UNB. 2000.

_____. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná. EDUNIOESTE. 2006.

_____. A propósito da disciplina de metodologia. Serviço Social & Sociedade. nº 14. São Paulo. Cortez. 1984.

NETTO, J.P. BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo. Cortez. 2007.

NOVACK, G. o desenvolvimento desigual e combinado na história. São Paulo. Instituto Jose Luis e Rose Sundermann. 2008.

OLIVEIRA. Renato Almeida Considerações acerca da liberdade e da ética na tese “A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro” de Karl Marx (s/d) disponível em <[http://: www.uece.br](http://www.uece.br)> Acesso em 30/11/2010.

OLSEN, M., CODD, J. e O'NEILL, A.-M. The Ascendancy of Neoliberalism in M. Olsen, J. Codd e A-M. O'Neill, *Education Policy: Globalization, Citizenship & Democracy*. Londres: Sage Publications, 2004 pp. 134-152.

POSTONE, Moishe. Time, labor, social domination. A reinterpretation of Marx's critical theory. Cambridge University Press. 2003.

REIS, Daniel Aarão. O maoismo e a trajetória dos marxistas brasileiros. História do Marxismo no Brasil: O Impacto das revoluções. volume I. UNICAMP 2007.

RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo. Brasiliense. 1980.

SALAMA, P. VALIER, J. Uma introdução à economia política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1975.

SENA JÚNIOR Carlos Zacarias F. de. Frente Única, Frente Popular E Frente Nacional. Anotações históricas sobre um debate presente. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos.pdf> Acesso em: 17/04/2012.

SILVA Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Aproximação do serviço social à tradição marxista: caminhos e descaminhos. Tese de Doutorado PEPGSS –PUCSP.1991.

SILVA Maria Ozanira da Silva. Trinta anos da revista serviço social e sociedade. Revista serviço social e sociedade, n.100. São Paulo. Cortez. 2009.

SODRÉ, Werneck Nelson. In Lapa José Roberto do Amaral (org) Modo de Produção e realidade Brasileira. Petrópolis. Vozes.1980.

TAVEIRA, M. R. Refletindo a Formação Profissional dos Assistentes Sociais. s/d. Disponível em <<http://www.socialsocial.com.br>> Acesso em 10/11/2009.

THERBORN Göran. A crise e o futuro do capitalismo. Pós Neo-liberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1996.

TOUSSAINT Eric. A Bolsa ou a Vida: a dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2002.

TRATEMBERG, M. Burocracia e ideologia. São Paulo.UNESP.2006.

_____. Reflexões Sobre o Socialismo. São Paulo. Moderna 1986.

TROTSKI, L. A revolução Permanente. São Paulo. Expressão popular. 2007.

_____. Programa de transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional. São Paulo. Tykhe,2008.

VIEIRA, E. Poder político e resistência cultural. São Paulo Campinas Autores associados. 1998.

_____. Democracia e Política Social. São Paulo .Cortez.1992.

_____. Os direitos e a Política Social. São Paulo. Cortez. 2007.

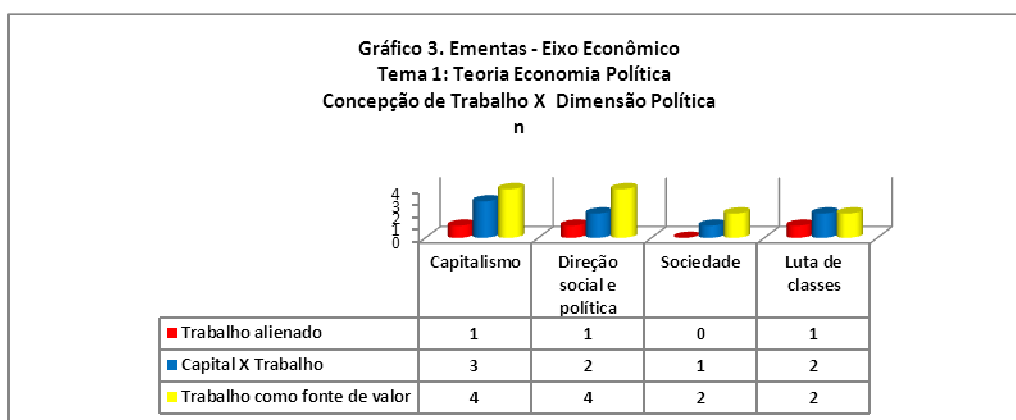
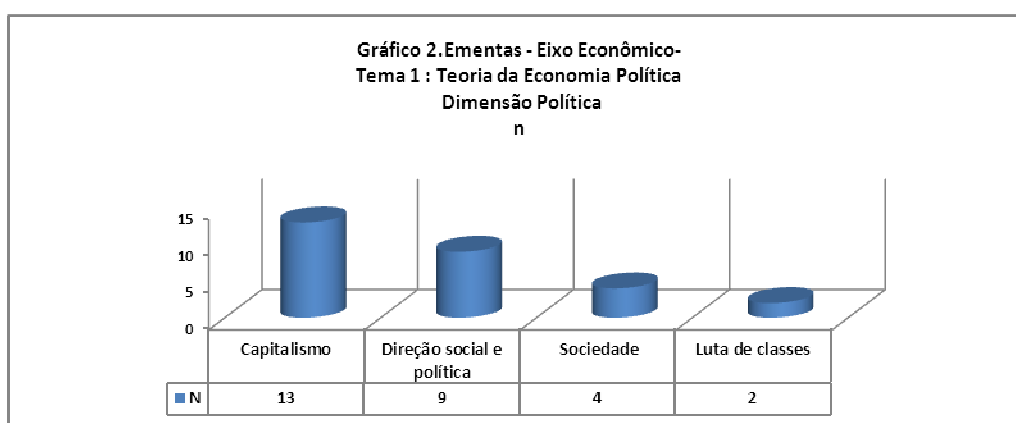
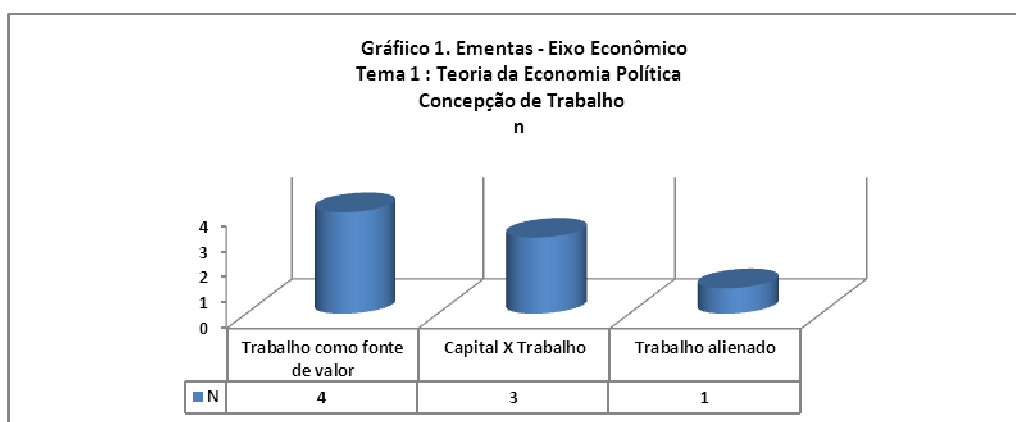
ZIZEK Slavoj. De História e Consciência de Classe a Dialética do Esclarecimento, e Volta. 2000. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a08n59.pdf>> Acesso em 09.01.2010.

WOODCOCK George. Anarquismo Uma história das ideias e movimentos libertários. Porto Alegre. L&PM.1962.

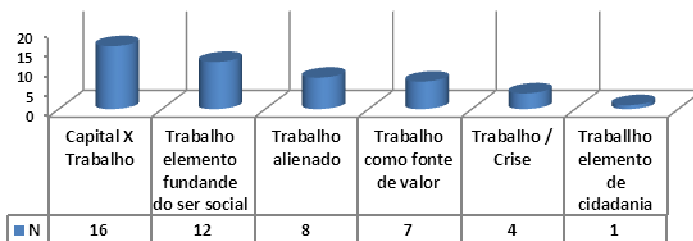
YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. *Revista Temporalis* n° 3, ano III. jan – jun 2001.

_____. Projeto de revisão curricular da faculdade de serviço social –PUC-SP Serviço social e sociedade n° 14. São Paulo. Cortez.1984

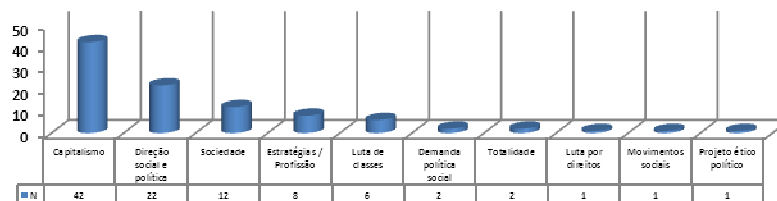
Apêndice A Gráficos da análise de conteúdo das ementas/ABEPSS e apresentações /ENPESS por temas e eixos



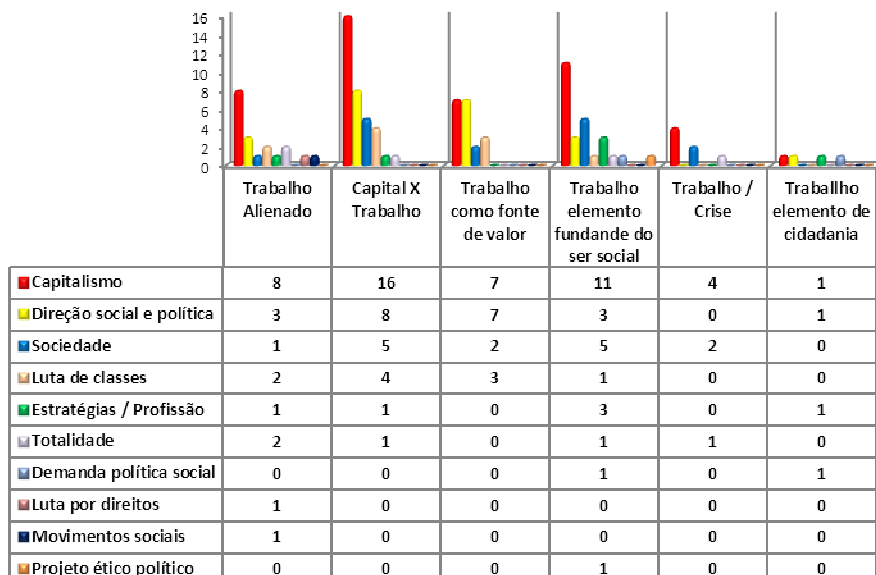
**Gráfico 4. Ementas - Eixo Econômico-
Tema 2 : Marxismo (EP)
Concepção de Trabalho**
n



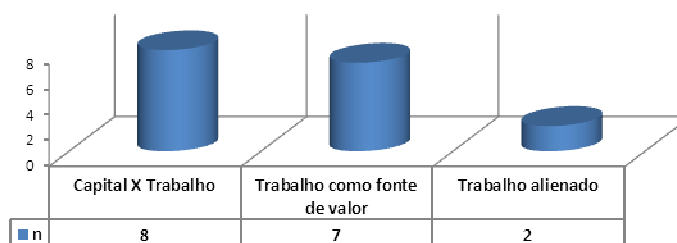
**Gráfico 5. Ementas - Eixo Econômico-
Tema 2 : Marxismo (EP)
Dimensão Política**
n



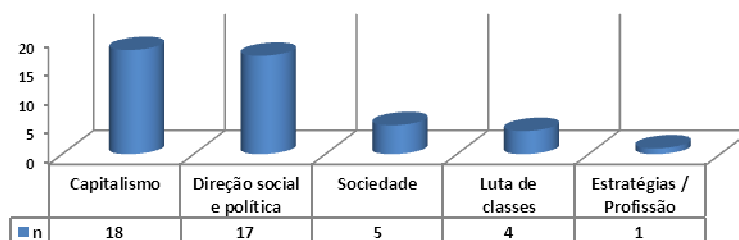
**Gráfico 6. Ementas - Eixo Econômico
Tema 2: Marxismo (EP)
Concepção de Trabalho X Dimensão Política**
n



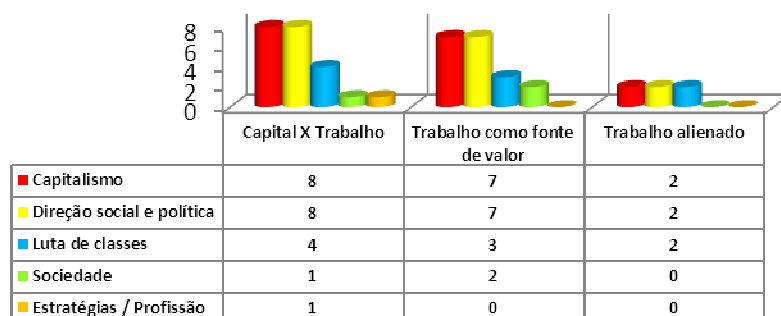
**Gráfico 7. Ementas - Eixo Econômico-
Tema 3: Correntes (EP)
Concepção de Trabalho**
n



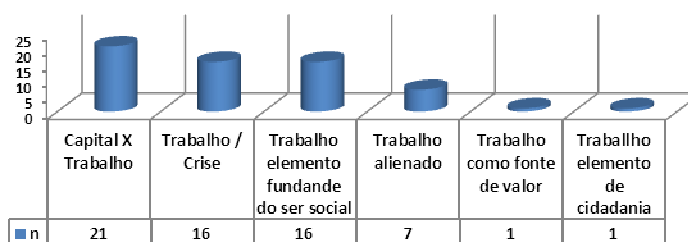
**Gráfico 8. Ementas - Eixo Econômico-
Tema 3 : Correntes (EP)
Dimensão Política**
n



**Gráfico 9. Ementas - Eixo Econômico
Tema 3: Correntes (EP)
Concepção de Trabalho X Dimensão Política**
n

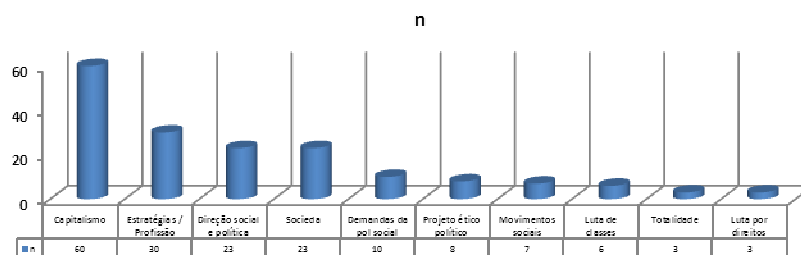


**Gráfico 10. Ementas - Eixo Econômico-
Tema 4: Mudança no Trabalho
Concepção de Trabalho**
n



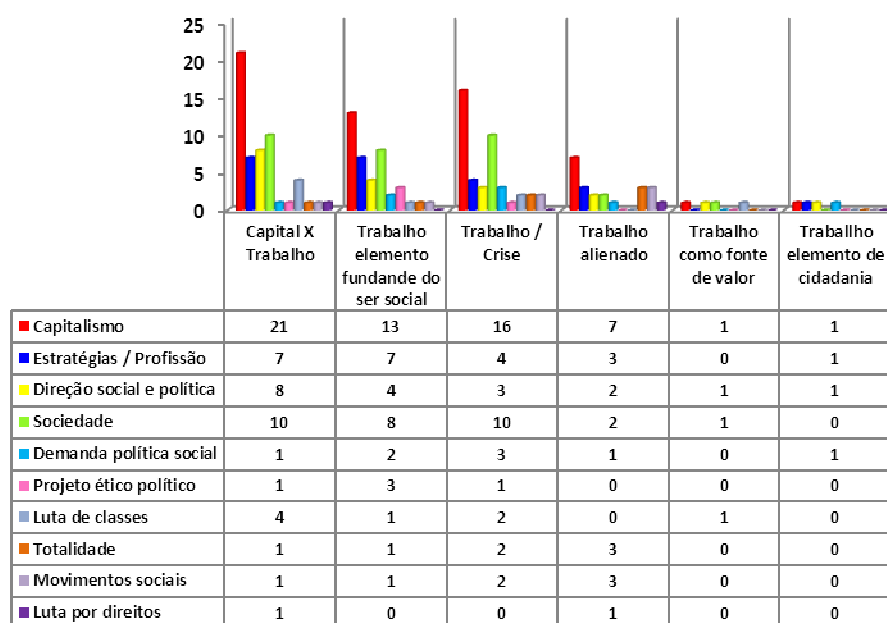
**Gráfico 11. Ementas - Eixo Econômico-
Tema 4: Mudança no Trabalho**

Dimensão Política



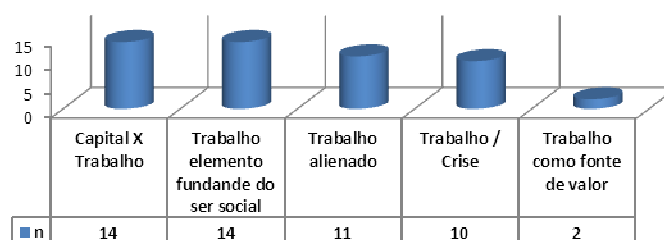
**Gráfico 12. Ementas - Eixo Econômico
Tema 4: Mudanças no Trabalho**

Concepção de Trabalho X Dimensão Política

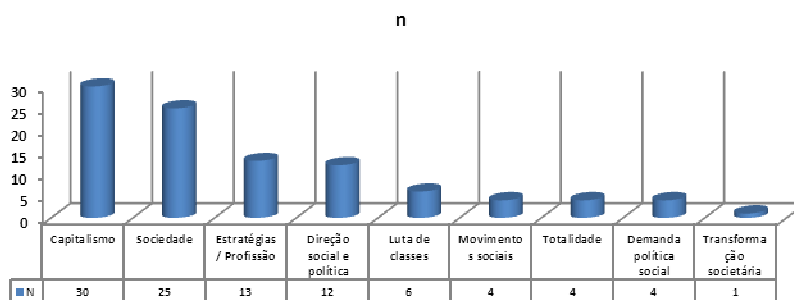


**Gráfico 13. Ementas - Eixo Econômico
Tema 5: Trabalho e Relações Sociais**

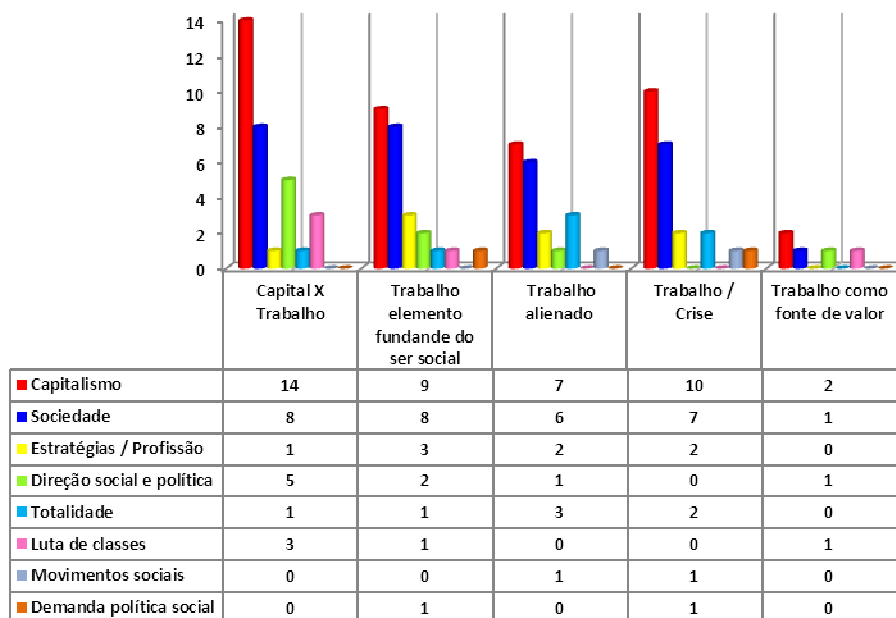
Concepção de Trabalho



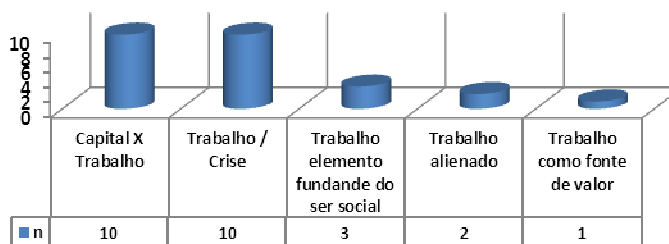
**Gráfico 14. Ementas - Eixo Econômico-
Tema 5: Trabalho e Relações Sociais
Dimensão Política**



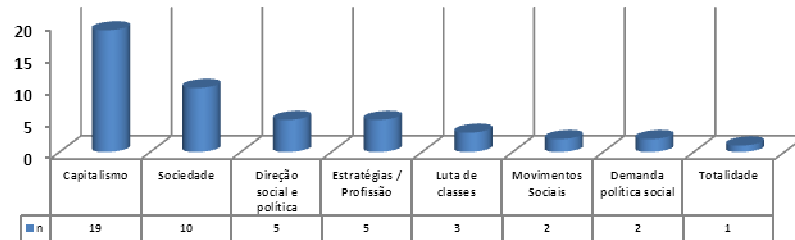
**Gráfico 15. Ementas - Eixo Econômico
Tema 5: Trabalho e Relações Sociais
Concepção de Trabalho X Dimensão Política**



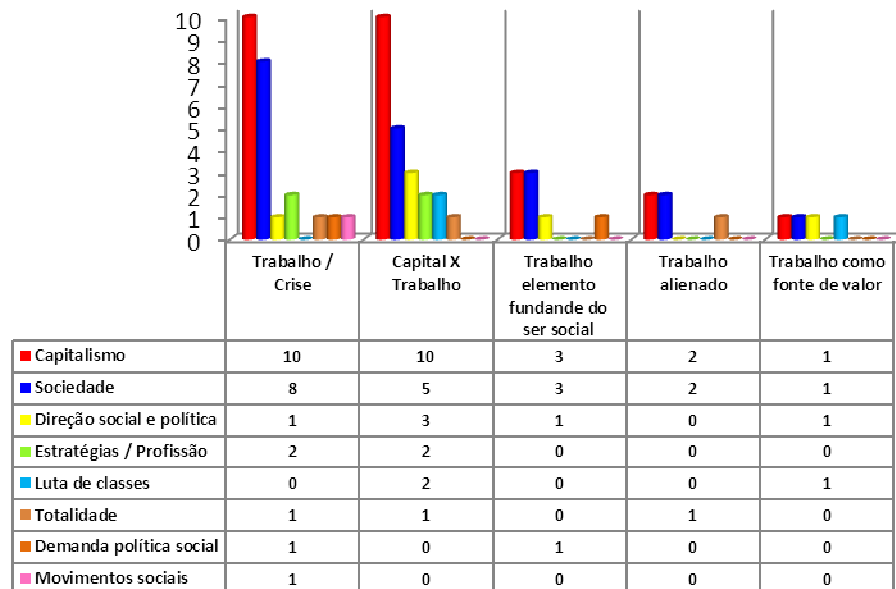
**Gráfico 16. Ementas - Eixo Econômico
Tema 6: Formas de Trabalho
Concepção de Trabalho**



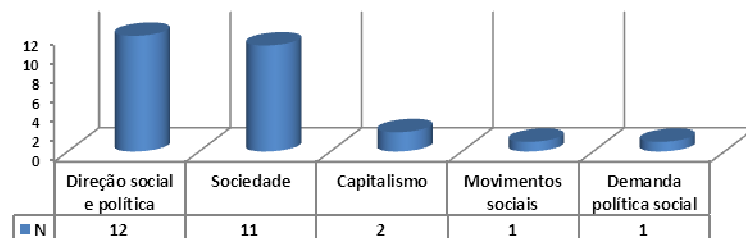
**Gráfico 17. Ementas - Eixo Econômico-
Tema 6: Formas de Trabalho
Dimensão Política**
n



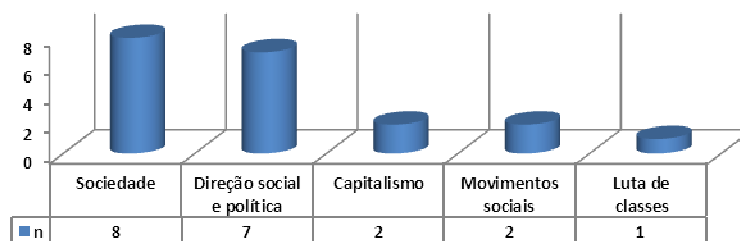
**Gráfico 18. Ementas - Eixo Econômico
Tema 6 :Formas de Trabalho
Concepção de Trabalho X Dimensão Política**
n



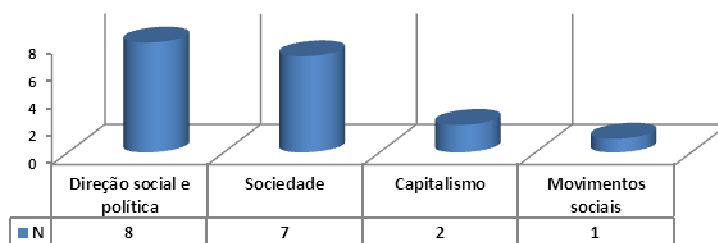
**Gráfico 19. Ementas - Eixo Político -
Tema 1: Fundamentos (TP)
Dimensão Política**
n



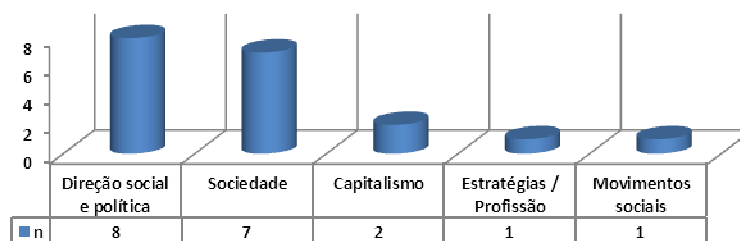
**Gráfico 20. Ementas - Eixo Político -
Tema 2: Marxismo (TP)**
Dimensão Política
n



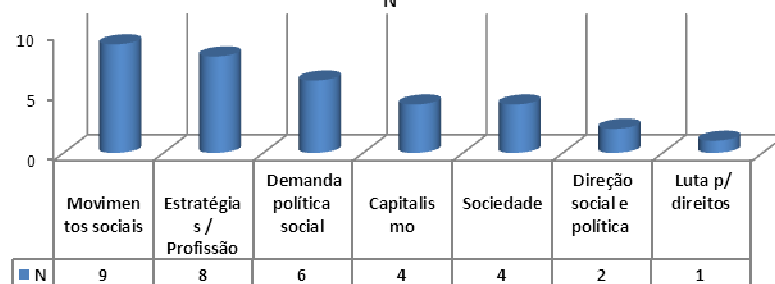
**Gráfico 21. Ementas - Eixo Político -
Tema 3: Correntes (TP)**
Dimensão Política
N



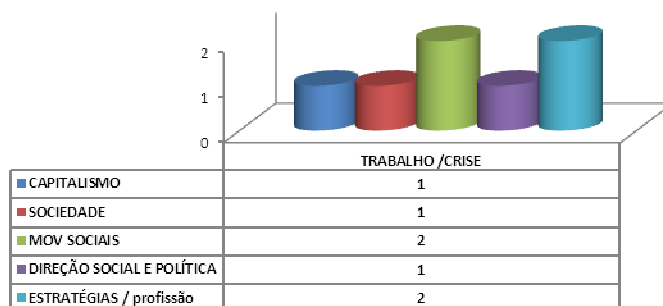
**Gráfico 22. Ementas - Eixo Político -
Tema 4: Estado e Sociedade Civil**
Dimensão Política
n



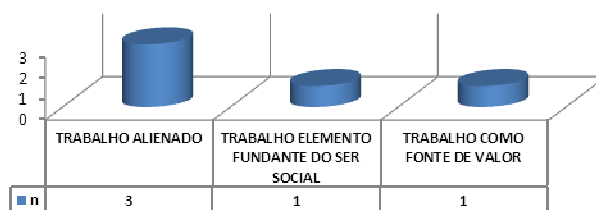
**Gráfico 23. Ementas - Eixo Político -
Tema 5: Formas de Organização Política**
Dimensão Política
N



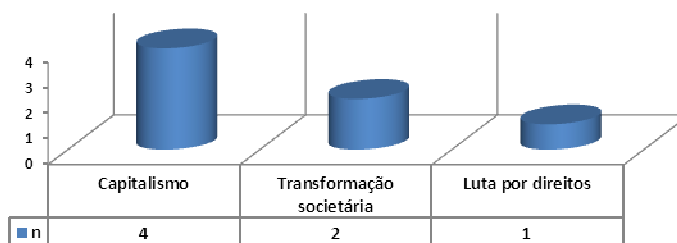
**Gráfico 24. Ementas - Eixo Político-
Tema 5: Formas de Organização Política
Concepção de trabalho x Dimensão Política**



**Gráfico 25. Apresentações-Eixo Econômico
Tema 1: Teoria Economia Política
Concepção de Trabalho
n**



**Gráfico 26. Apresentações- Eixo Econômico
Tema 1: Teoria Economia Política
Dimensão Política
n**



**Gráfico 27. Apresentações- Eixo Econômico
Tema 1: Teoria Economia Política
Concepção de Trabalho x Dimensão Política**

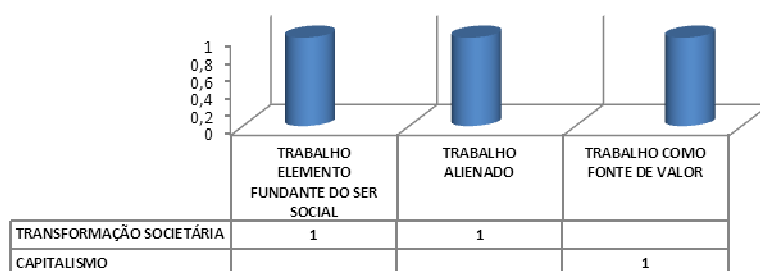


Gráfico 28. Apresentações-Eixo Econômico
Tema 2: Marxismo (EP)
Concepção de Trabalho
 n

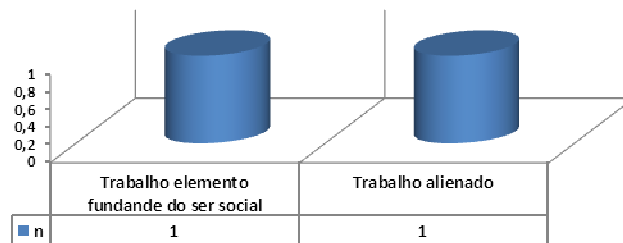


Gráfico 29. Apresentações-Eixo Econômico
Tema 2: Marxismo (EP)
Dimensão Política
 n

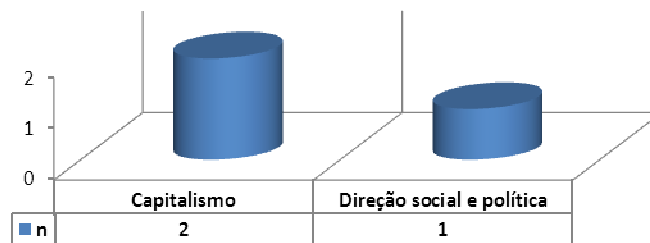


Gráfico 30. Apresentações-Eixo Econômico
Tema 2: Marxismo (EP)
Concepção de Trabalho x Dimensão Política

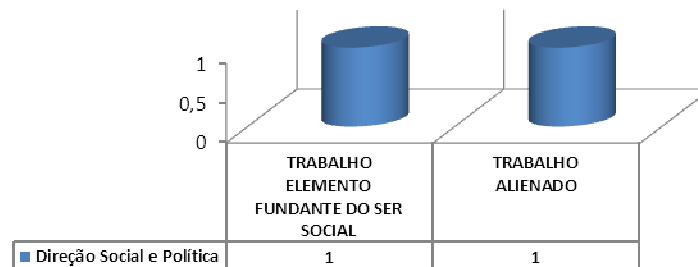


Gráfico 31. Apresentações - Eixo Econômico
Tema 4: Mudança no Trabalho
Concepção de Trabalho
 n

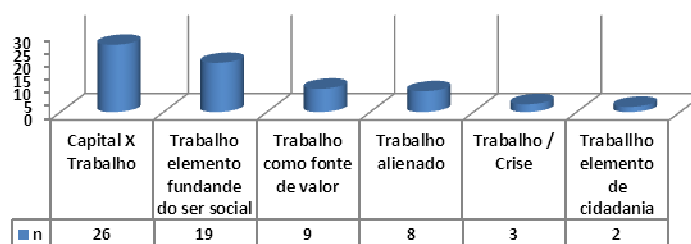


Gráfico 32. Apresentações - Eixo Econômico
Tema 4: Mudança no Trabalho
Dimensão Política
n

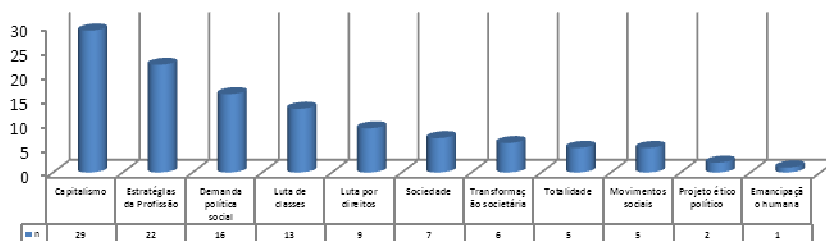


Gráfico 33. Apresentações - Eixo Econômico
Tema 4: Mudanças no Trabalho
Concepção de Trabalho x Dimensão Política

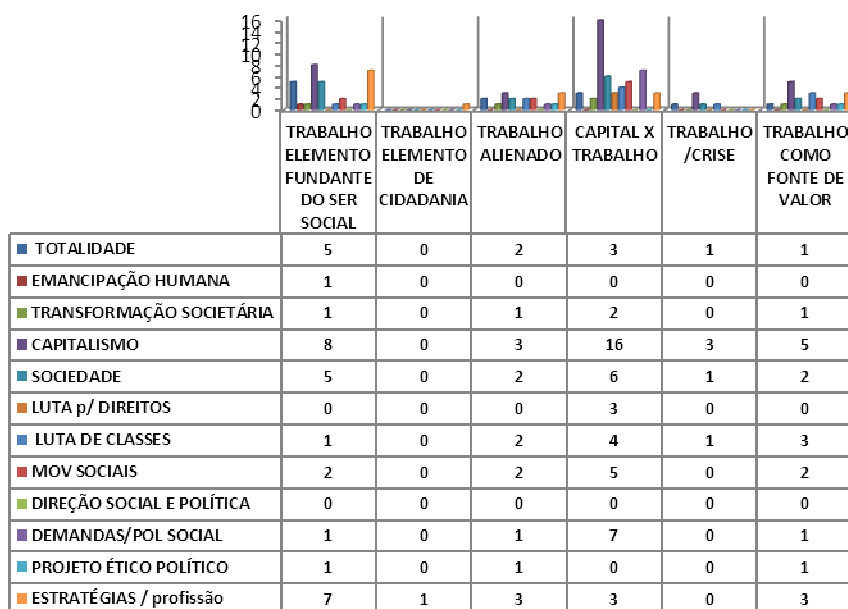


Gráfico 34. Apresentações - Eixo Econômico
Tema 5: Trabalho e Relações Sociais
Concepção de Trabalho
n

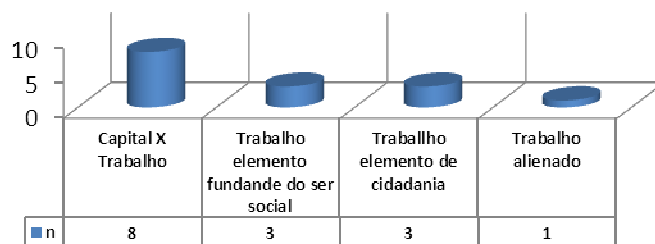


Gráfico 35. Apresentação - Eixo Econômico
Tema 5: Trabalho e Relações Sociais
Dimensão Política
 n

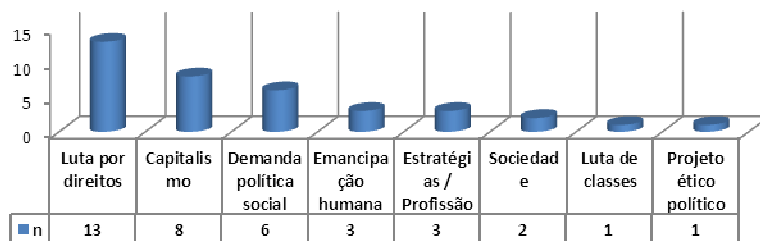


Gráfico 36. Apresentações-Eixo Econômico
Tema 5: Trabalho e Relações Sociais
Concepção de Trabalho X Dimensão Política

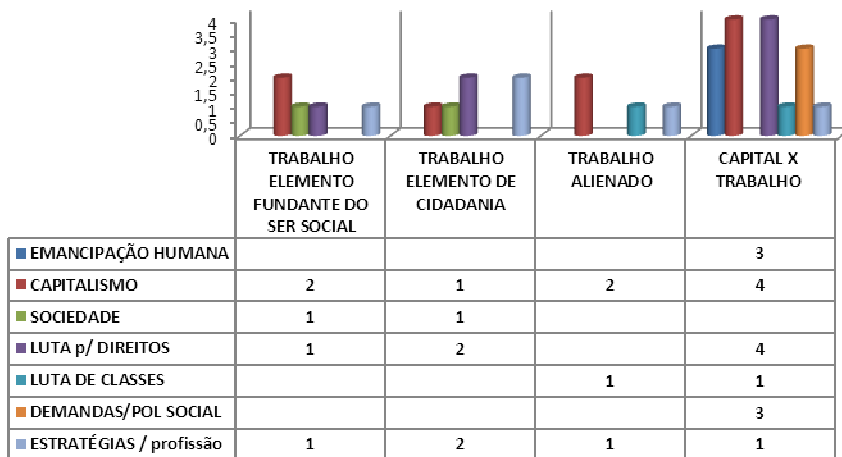


Gráfico 37. Apresentações - Eixo Econômico
Tema 6: Formas de Trabalho
Concepção de Trabalho
 n

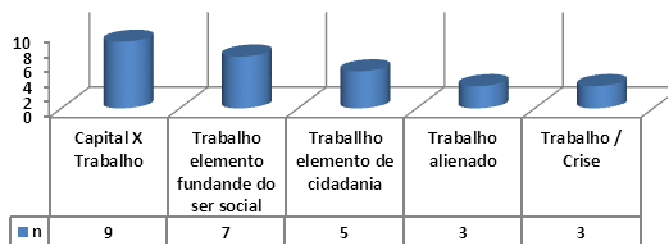


Gráfico 38. Apresentações - Eixo Econômico
Tema 6: Formas de Trabalho
Dimensão Política
 n

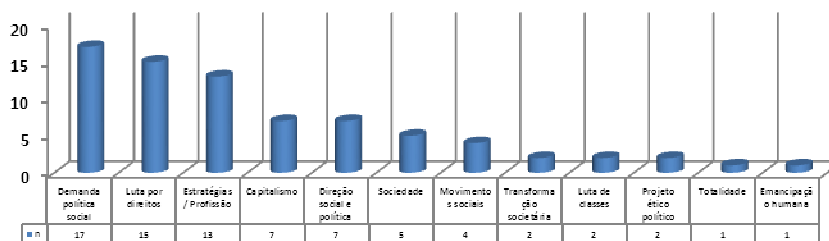


Gráfico 39. Apresentações - Eixo Econômico
Tema 6: Formas de Trabalho
Concepção de Trabalho X Dimensão Política

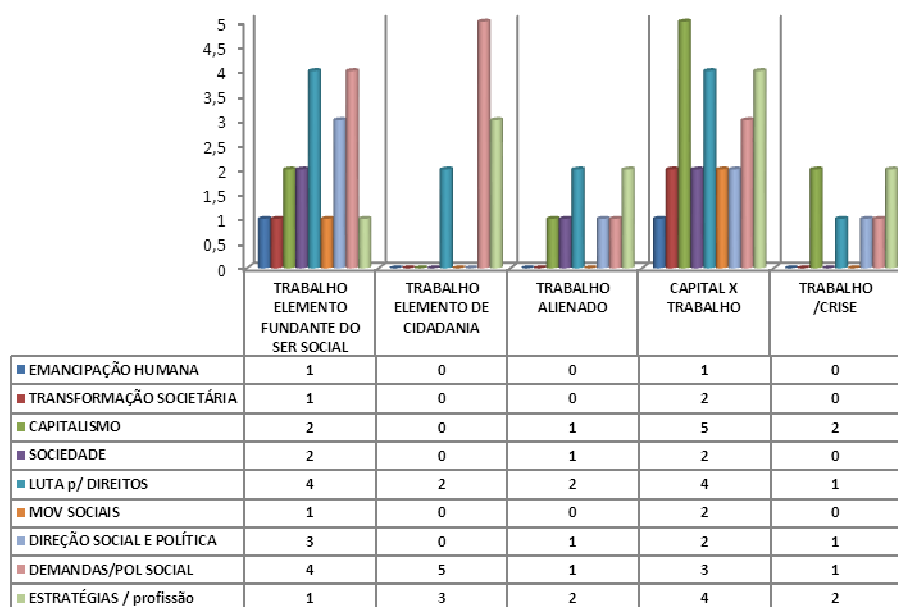


Gráfico 40. Apresentações: Eixo Político
Tema 2: Marxismo (TP)
Dimensão Política

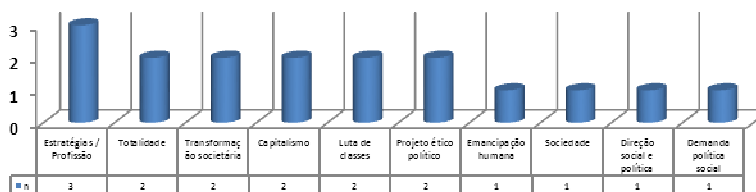


Gráfico 41. Apresentação: Eixo Político
Tema 4: Estado e Sociedade Civil
Concepção de Trabalho
N

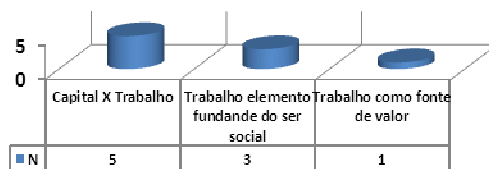


Gráfico 42. Apresentações: Eixo Político
Tema 4: Estado e Sociedade Civil
Dimensão Política
N

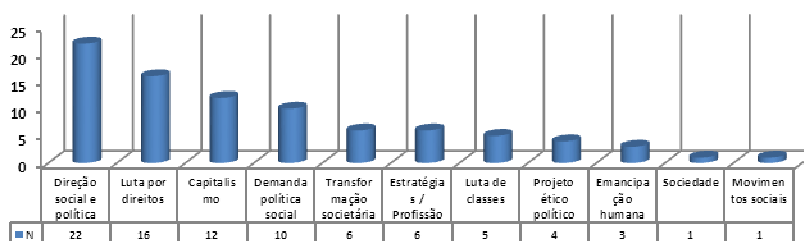


Gráfico 43. Apresentações- Eixo Político
Tema 4: Estado e Sociedade Civil
Concepção de Trabalho X Dimensão Política

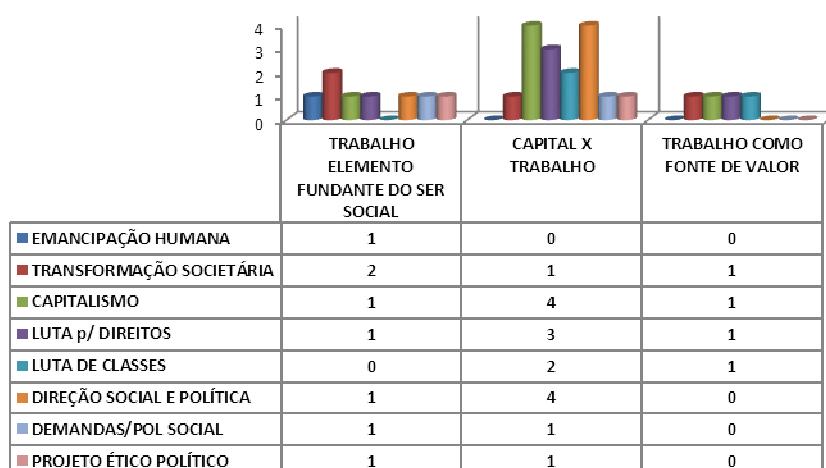


Gráfico 44. Apresentações - Eixo Político
Tema 5: Formas de Organização Política
Concepção de Trabalho
n



Gráfico 45. Apresentações - Eixo Político
Tema 5: Formas de organização política
Dimensão Política
n

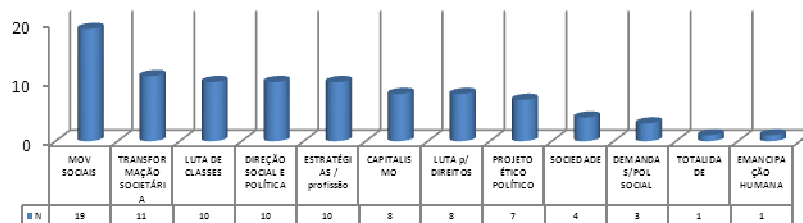


Gráfico 46. Apresentações - Eixo Político
Tema 5: Formas de Organização Política
Concepção de Trabalho X Dimensão Política

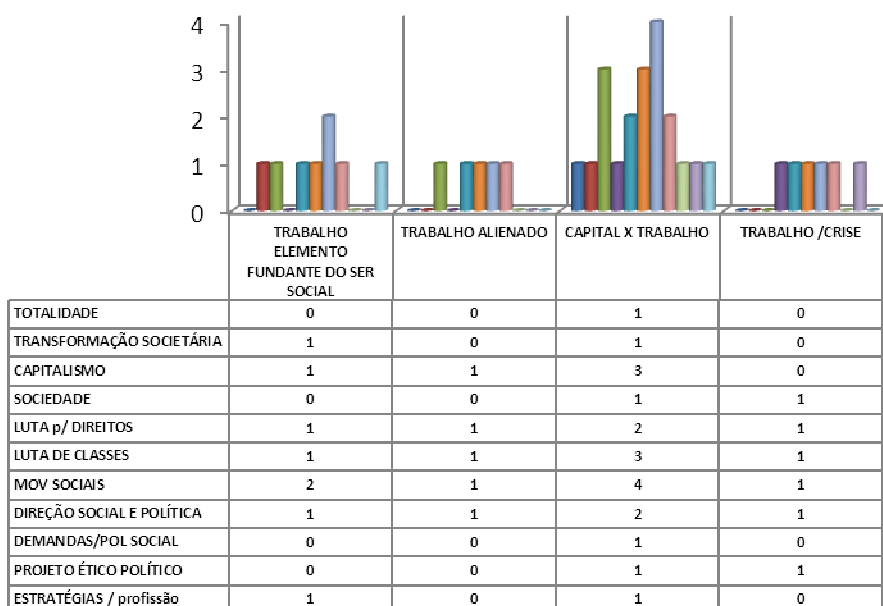


Gráfico 47. Apresentação: Eixo Político
Tema 6: Mudanças/Pol. Pub./Trabalho
Dimensão Política
N

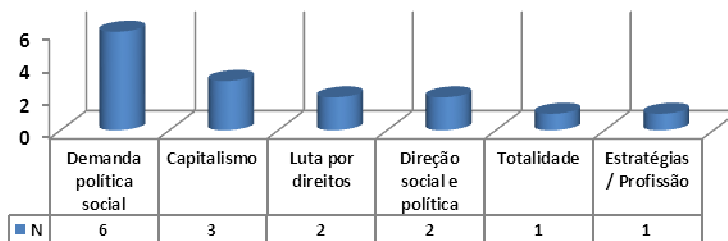


Gráfico 48. Apresentações - Eixo Político
Tema 6: Mudanças Pol. Pub./Trabalho
Concepção de Trabalho X Dimensão Política

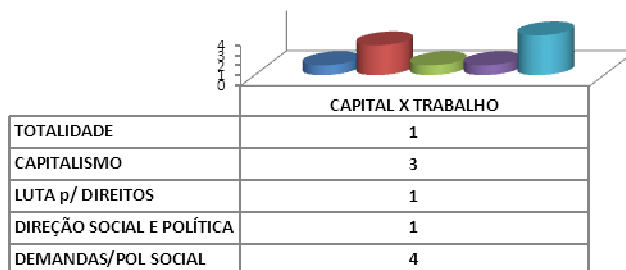


Gráfico 49. Apresentações - Eixo Político
Tema 7: Mudanças Luta de Classes
Concepção de Trabalho
n

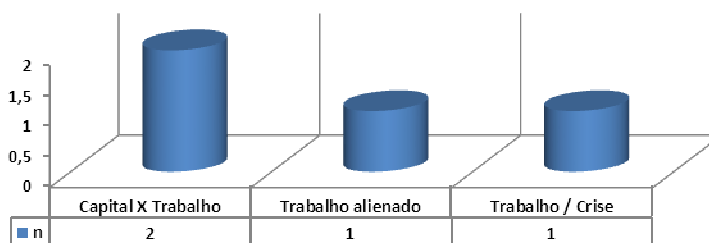


Gráfico 50. Apresentações - Eixo Político
Tema 7: Mudanças Luta de Classes
Dimensão Política
n

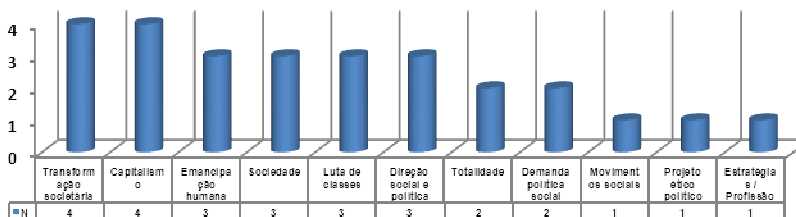


Gráfico 51. Apresentações - Eixo Político
Tema 7: Mudanças Luta de classes
Concepção de Trabalho X Dimensão Política
n

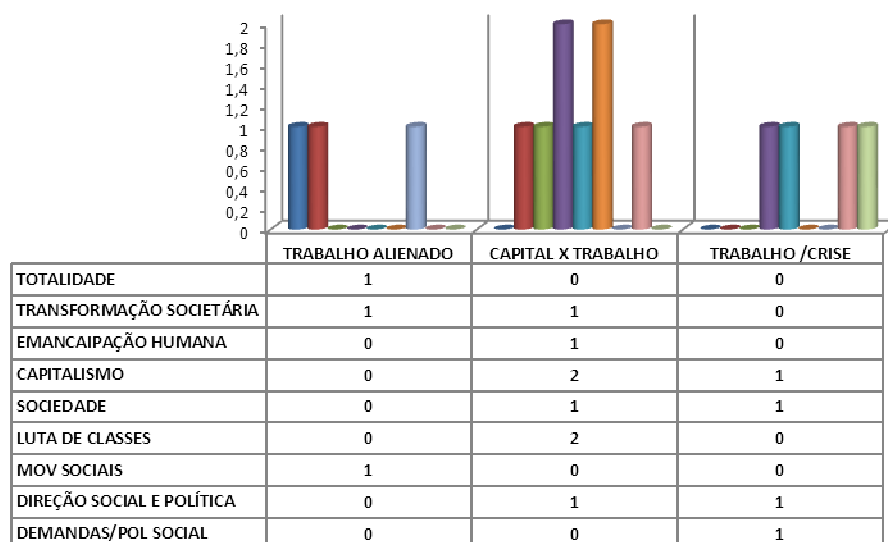


Gráfico 52 Eixos: Econômico e Político
Todos os Conteúdos (334): ementas e apresentações
concepções de trabalho
n

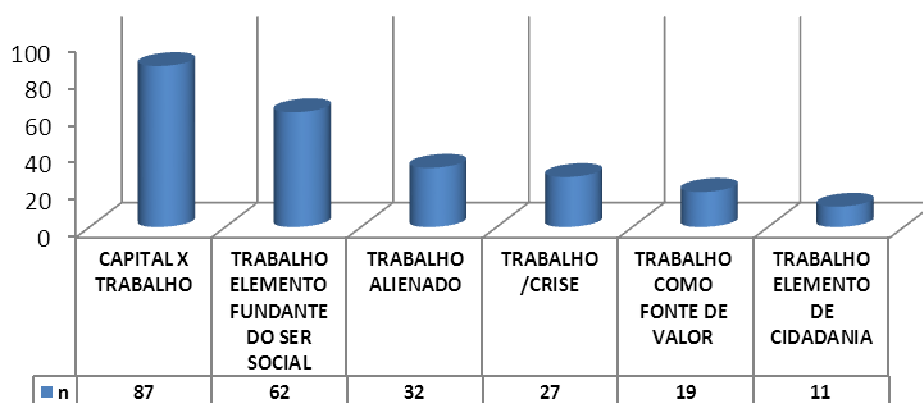


Gráfico 53 Eixos: Econômico e Político
Todos os Conteúdos (334): ementas e apresentações
Dimensão Política
 n

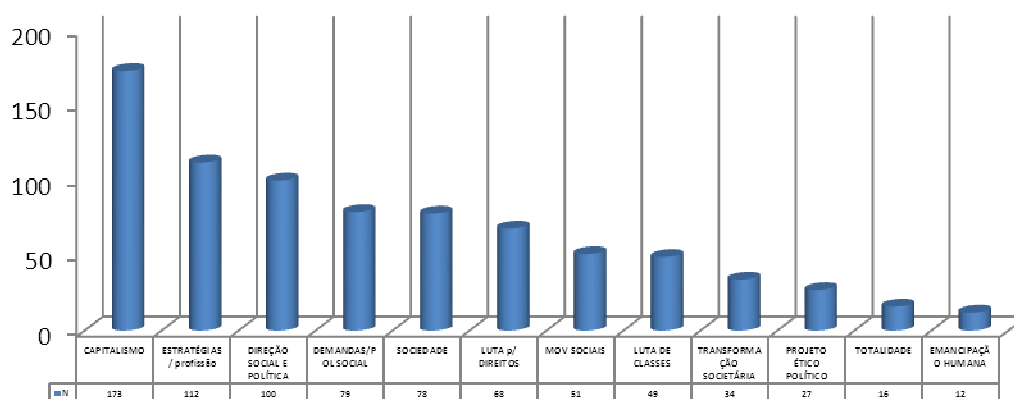


Gráfico 54 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Capital X Trabalho
 n

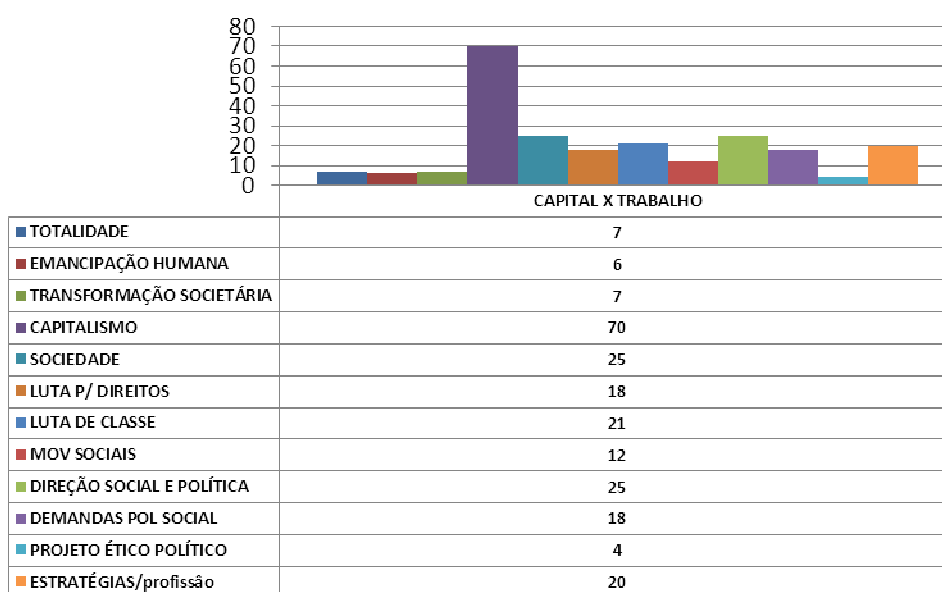


Gráfico 55 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Trabalho Elemento Fundante do Ser Social
n

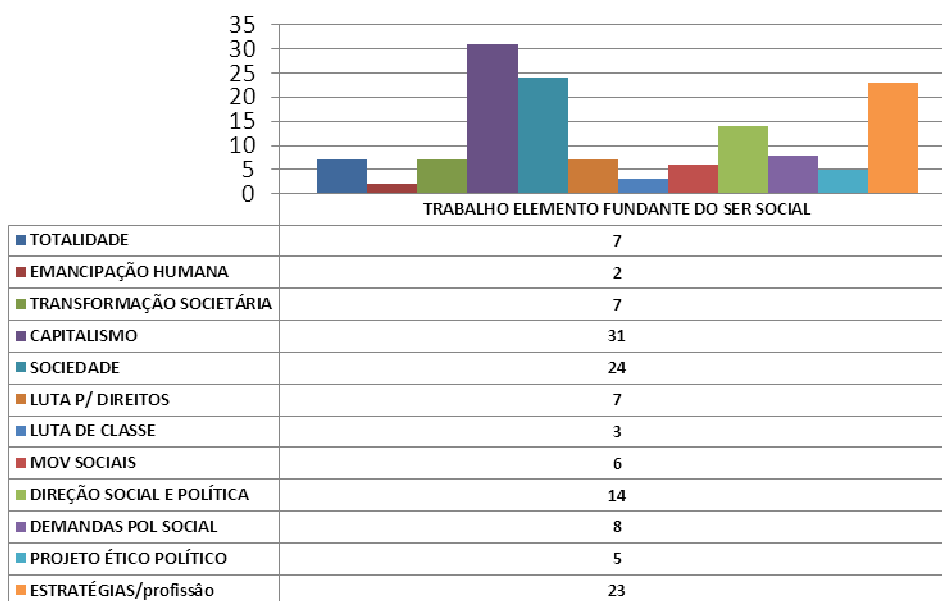


Gráfico 56. Conteúdos - Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Trabalho Alienado
n

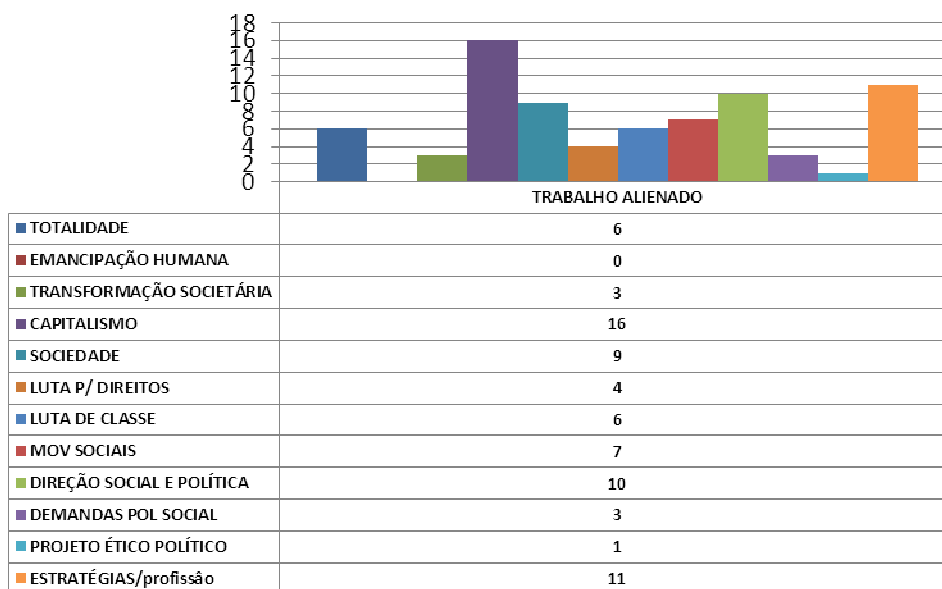


Gráfico 57. Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Trabalho/Crise
 n

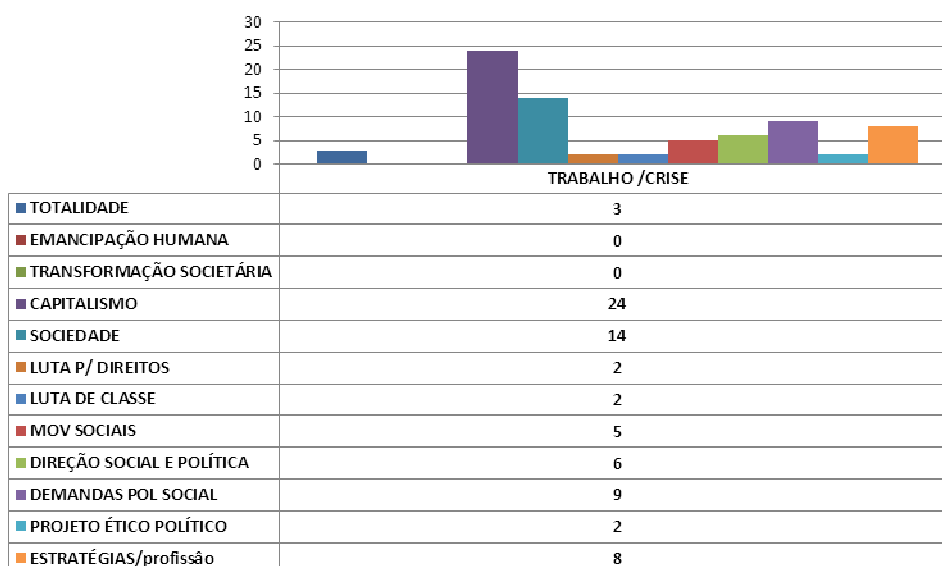


Gráfico 58. Conteúdos - Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria trabalho como fonte de valor
 n

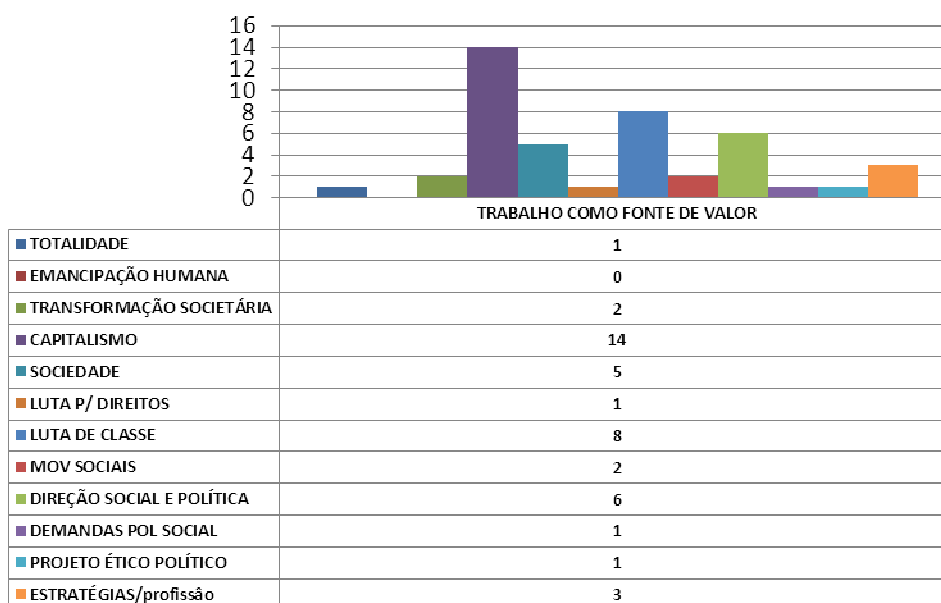


Gráfico 59 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Trabalho Elemento de Cidadania
n

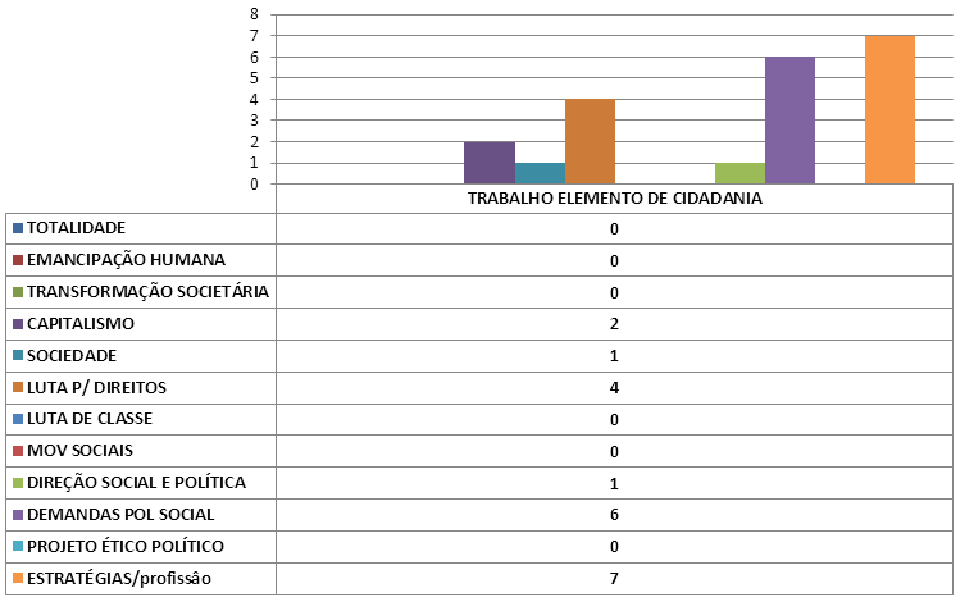


Gráfico 60. Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
- Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Capitalismo
n

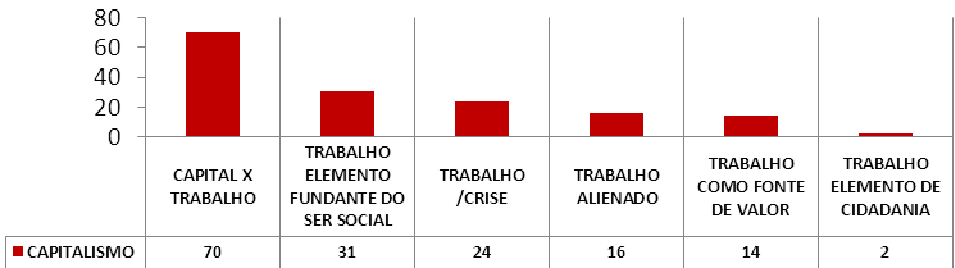


Gráfico 61 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Estratégias / Profissão
n

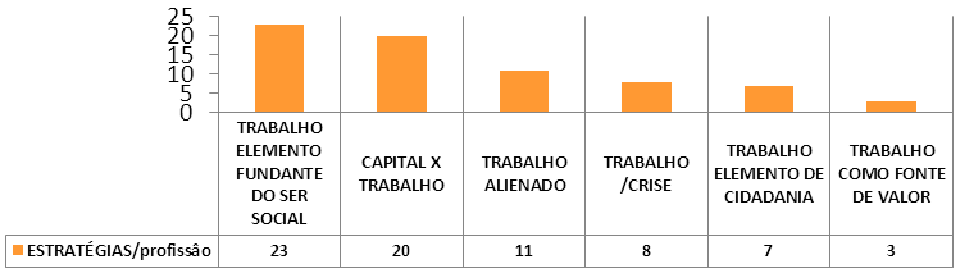


Gráfico 62. Conteúdos - Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Direção Social E Política

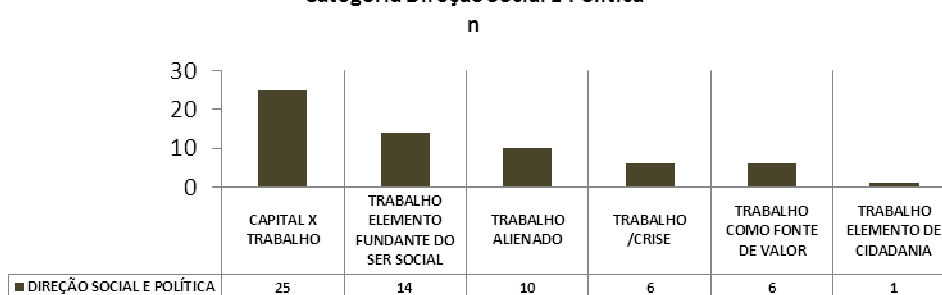


Gráfico 63 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Sociedade

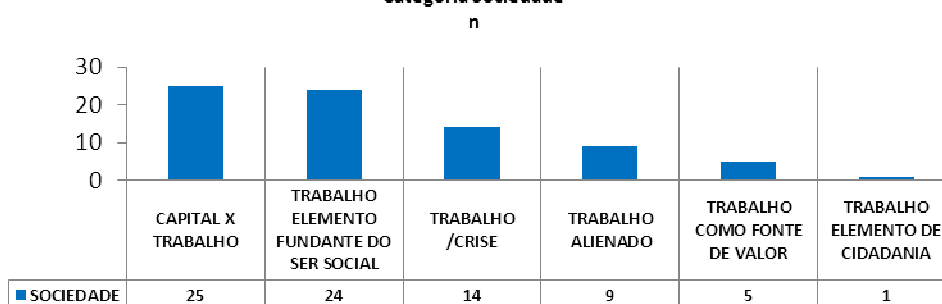


Gráfico 64 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Demandas/Política Social

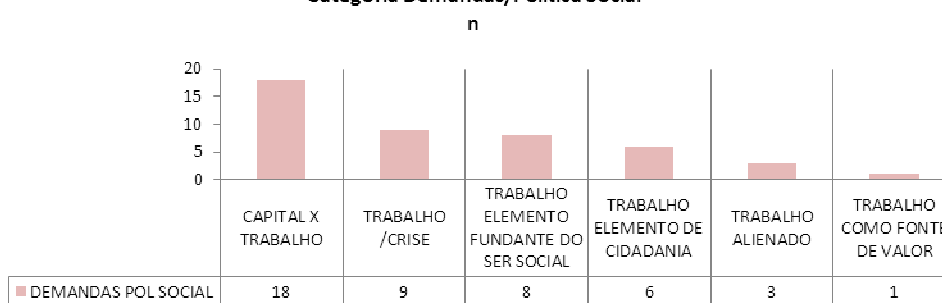


Gráfico 65 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Luta p/ Direitos

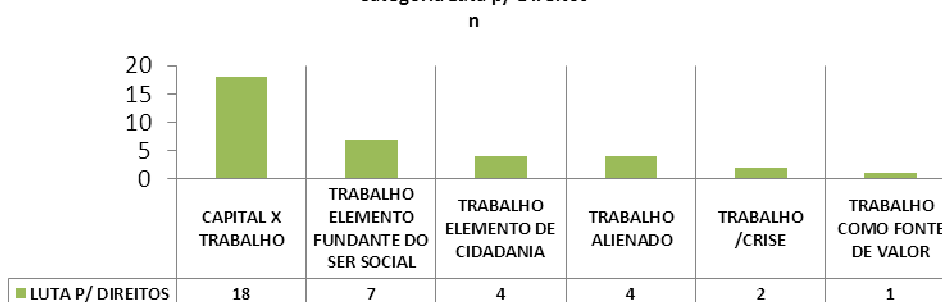


Gráfico 66 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Movimentos Sociais
n

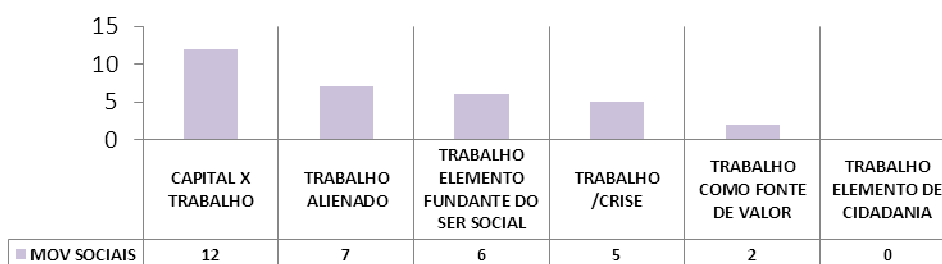


Gráfico 67 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Luta De Classes
n

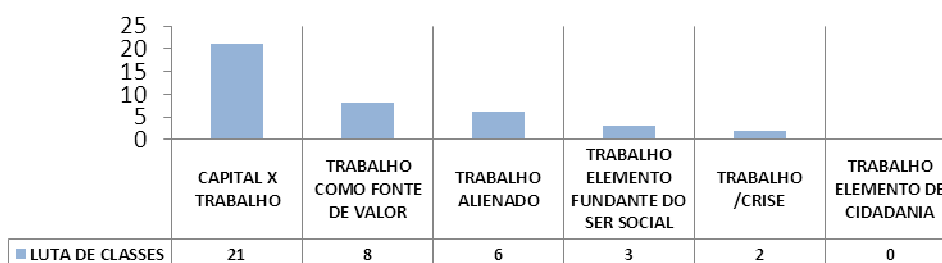


Gráfico 68 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Transformação Societária
n

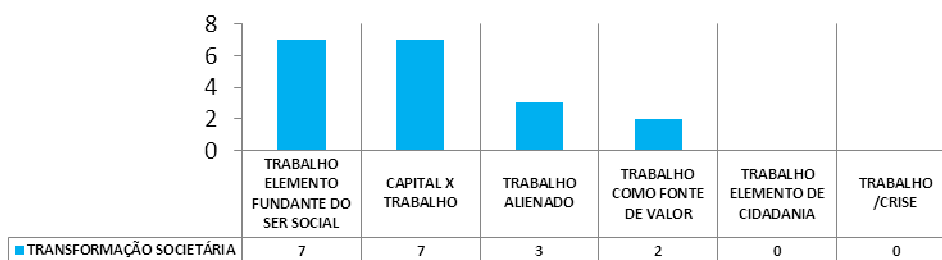


Gráfico 69 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Projeto Ético Político
n

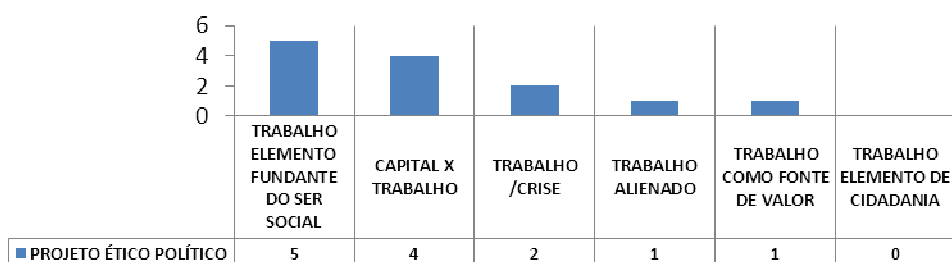


Gráfico 70. Conteúdos -Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Totalidade

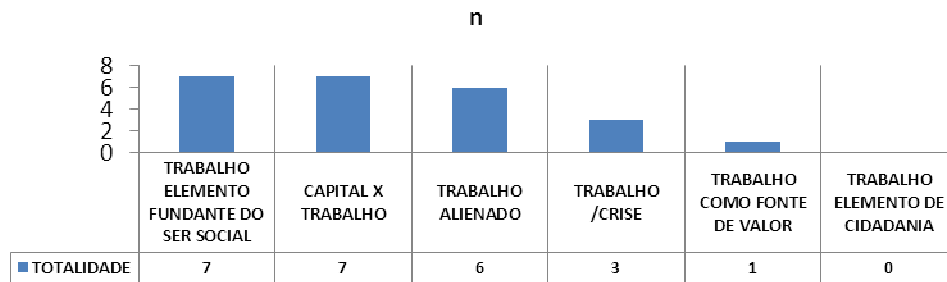
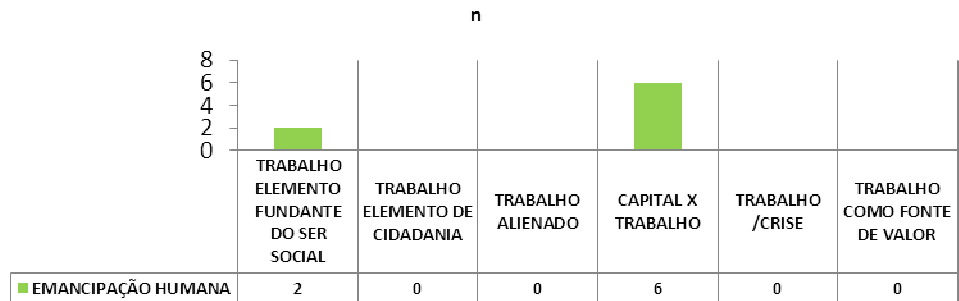


Gráfico 71 . Conteúdos Eixo Econômico/Eixo Político
Concepção de Trabalho x Dimensão Política
Categoria Emancipação Humana



APÊNDICE B – Organização do material da pesquisa documental

Quadro 1: Quantidade ementas /ABEPSS por temas do Eixo Econômico (ementas repetidas)

Eixo Econômico	Ementas com diversos temas	Ementas por tema
Tema 1: Teoria Economia Política (E.P)		13
Tema 2: Marxismo e Economia Política (E.P)	10	33
Tema 3: Correntes da Economia Política (E.P)	16	2
Tema 4: Mudanças/Trabalho	27	39
Tema 5: Trabalho e Relações Sociais	25	17
Tema 6: Formas de Trabalho	18	01
Total	96	105

Elaboração da autora

Quadro 2 : Quantidade de ementas/ABEPSS e Apresentações/ENPESS por Temas do Eixo Econômico

Eixo Econômico	Ementas/ABEPSS	Apresentações/ ENPESS
Tema 1: Teoria Economia Política (E.P)	13	9
Tema 2: Marxismo e Economia Política (E.P)	43	3
Tema 3: Correntes da Economia Política (E.P)	18	-
Tema 4: Mudanças/Trabalho	66	74
Tema 5: Trabalho e Relações Sociais	42	20
Tema 6: Formas de Trabalho	19	32
Total	201*	138
Ementas que se repetem	-96	
	105	138

* Há ementas que abordam mais de um tema por isso a quantidade é superior a 105 ementas

Elaboração da autora

Quadro 3: Quantidade ementas/ ABEPSS por temas do Eixo Político (ementas repetidas)

Eixo Político	Ementas com diversos temas	Ementas por tema
Tema 1: Fundamentos da Teoria Política (T.P)		12
Tema 2: Marxismo e Teoria Política (T.P)	7	2
Tema 3: Correntes da teoria Política (T.P)	8	
Tema 4: Estado e Sociedade Civil	6	2
Tema 5: Formas de Organização Política	1	8
Tema 6: Mudanças na Política Pública/Trabalho		
Tema 7: Mudanças na luta de classes		
Total	22	24

Elaboração da autora

Quadro 4: Quantidade Temas do Eixo Político, Ementas/ ABEPSS e Apresentações/ENPESS

Eixo Político	Ementas/ ABEPSS	Apresentações/ ENPESS
Tema1: Fundamentos da Teoria Política(T.P)	12	0
Tema 2: Marxismo e Teoria Política (T.P)	9	3
Tema 3: Correntes da teoria Política (T.P)	8	0
Tema 4: Estado e Sociedade Civil	8	32
Tema 5: Formas de Organização Política	9	26
Tema 6: Mudanças na Política Publica/Trabalho		6
Tema 7: Mudanças na luta de classes		6
Total	46*	73
Ementas que se repetem	-22	
	24	73

* Há ementas que abordam mais de um tema por isso a quantidade é superior a 24 ementas
Elaboração da autora

Quadro 5: Ementas das disciplinas que se repetem nos temas Eixo Econômico

EIXO ECONÔMICO	Tema 1	Tema 2	Tema 3	Tema 4	Tema 5	Tema 6
1.	EC P 120	EC P 120	EC P 120	EC P 120		
2.	EC P 53		EC P 53			
3.	EC P 205	EC P 205	EC P 205			
4.	EC P 200	EC P 200	EC P 200			
5.	EC P 123	EC P 123		EC P 123		
6.	EC P 36	EC P 36	EC P 36	EC P 36		EC P 36
7.	EC P 201	EC P 201	EC P 201	EC P 201		
8.	EC P 115I					
9.	EC P 100					
10.	EC P 1	EC P 1	EC P 1	EC P 1		
11.	EC P 5	EC P 5	EC P 5			
12.	EC P 33	EC P 33	EC P 33			
13.	EC P 118	EC P 118				
14.		EC P 94		EC P 94	EC P 94	
15.		EC P 79		EC P 79	EC P 79	EC P 79
16.		EC P 131	EC P 131			
17.		EC P 09	EC P 09		EC P 09	
18.		EC P 102	EC P 102	EC P 102	EC P 102	
19.		EC P 215	EC P 215	EC P 215	EC P 215	EC P 215
20.		EC P 106				
21.		EC P 34	EC P 34			
22.		EC P 112	EC P 112	EC P 112	EC P 112	EC P 112
23.		EC P 115II	EC P 115II	EC P 115 II		
24.		PTI 93		PT I 93		
25.		PTI 107		PT I 107		PT I 107
26.		PTI 127		PT I 127		PT I 127
27.		PTI 201		PT I 201		
28.		PTI 17		PT I 17		
29.		PTI 03*		PT I 03*		
30.		PTI 71		PT I 71		
31.		PTI 105				

32.		PTI 111				
33.		PTI 134				
34.		PTI 55				
35.				PT I 07		
36.				PT I 08		
37.				PT I 37		
38.				PT I 40		
39.				PT I 47		
40.				PT I 48		
41.				PT I 60		
42.				PT I 66		
43.				PT I 74	PT I 74	
44.				PT I 94		
45.				PT I 95		
46.				PT I 99		
47.				PT I 109		
48.				PTI 116		PT I 116
49.				PT I 132		
50.				PT I 200;		
51.				PT I 117		
52.				PT I 101		
53.					PT I 62	
54.					PT I 125	
55.						PT I 123
56.				PT II 66		
57.				PT II 64		PT II 64
58.					PT II 03*a	
59.					PT II 03	
60.				PT III 60		
61.				PT IV 03 ^a		
62.				PT V 17		
63.		T S 119		T S 119	T S 119	T S 119
64.		T S 44		T S 44	T S 44	T S 44
65.		T S 66				
66.		T S 82			T S 82	
67.		T S 120			T S 120	
68.		T S 135		T S 135	T S 135	
69.		T S 08		T S 08	T S 08	T S 08
70.		T S 09		T S 09	T S 09	
71.		T S 117		T S 117	T S 117	
72.		T S 101		T S 101	T S 101	
73.				T S 99		
74.				T S 216	T S 216	T S 216
75.				T S 76		
76.				T S 86	T S 86	
77.				T S 87	T S 87	
78.				T S 132	T S 132	T S 132
79.				T S 134	T S 134	T S 134
80.		SST 98			SST 98	
81.		SST 35		SS T 35		
82.				SS T 07	SST 07	SST 07
83.				SS T 106		

84.				SS T 03		SST 03
85.				SS T 09		SST 09
86.				SS T 51		SST 51
87.				SS T 68		
88.			DCQS 44	D C Q S 44	DCQS 44	
89.				D C Q S 120		
90.				D C Q S 99	DCQS 99	
91.			TP 36			
92.				SS C 18		
93.					SSC 39	
94.					C MS 5	
95.					C MS 44	
96.					C MS 200	
97.					F 1II	
98.					F107	
99.					F 48	
100.					F 47	
101.					F 36	
102.					F 200	
103.					F 200 II	
104.					F111	
105.					F 100 II	

Obs. Os números ao lado das siglas identificam as ementas no Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da ABEPSS

Elaboração da autora

Quadro 6: Ementas que se repetem nos temas Eixo Político

EIXO POLÍTICO	Tema 1	Tema 2	Tema 3	Tema 4	Tema 5
1.	TP1	TP 1	T P1	TP 1	
2.	TP123	TP 123	T P123		
3.	TP34		T P34	TP 34	
4.	TP48	TP 48		TP 48	
5.	TP47	TP 47		TP 47	
6.	TP36	TP 36	T P36		
7.	TP44		T P44	TP 44	
8.	TP201	TP 201	T P201	TP 201	
9.	TP115				
10.	TP200	TP 200	T P200		
11.	TP100		T P100		
12.	TP100 I				
13.				C MS 200 II	
14.				DSQS 36	
15.					PT I121
16.					PT I82
17.					PT I 08
18.					PT I 116;
19.					PT II 115
20.					PT II 107
21.					C MS 5
22.					C MS 200
23.					C MS 44
24.					CMS115

Obs. Os números ao lado das siglas identificam as ementas no Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da ABE PSS

Elaboração da autora

Quadro 7 : Apresentações XII ENPESS por temas do Eixo Econômico

TEMAS APRESENTAÇÕES ENPESS		
EIXO ECONOMICO		
Assuntos: Acumulação capitalista/Crise do Capital		
Tema 1: Teoria Economia Política (E.P)		
APRESENTAÇÃO	AUTORES	ARQUIVO
1. A PROPOSTA DE CIDADANIA ENTRE DESIGUAIS, NA SOCIEDADE CAPITALISTA	Cleonice Lopes Nogueira Tárcio Holanda Teixeira	00054.html
2. O ESPAÇO URBANO CAPITALISTA Advento e evolução das cidades capitalistas e urbanização das cidades brasileiras	Giselle De Lourdes Bangoim Corrêa	00070.html
3. A VIOLÊNCIA URBANA - UMA DETERMINAÇÃO ESTRUTURAL DO CAPITALISMO	Maria Helena Rauta Ramos	00732.html
4. SERVIÇO SOCIAL E ALIENAÇÃO: há uma superação possível nos marcos do capitalismo	Ams Marques Cavalcante	00792.html
5. REGIME DE ACUMULAÇÃO	Cristiano Vieira	01074.html

PREDOMINANTEMENTE FINANCEIRA OU O FETICHE-CAPITAL EM SUA POTÊNCIA MAIS ELEVADA?	Montenegro	
6. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE – faces imperativas da acumulação capitalista.	Andréa Lima da Silva	01416.html
7. AS EXPRESSÕES DA SUBORDINAÇÃO DO CAMPO AO SISTEMA DO CAPITAL: reflexões a partir do caso brasileiro	Eliana Costa Guerra Franciclécia Sousa Barreto Silva Nuara de Sousa Aguiar	01633.html
8. O “COTIDIANO” NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL	Stefano Motta	01689.html
9. A Configuração do Urbano na Sociedade Capitalista	Ana Targina Rodrigues Ferraz Faviane Cristina de Oliveira Ferreira Delanos	00656.html
Assuntos: Categoria Trabalho		
TEMA 2: MARXISMO (ECP)		
1. A CATEGORIA TRABALHO EM MARX Trabalho, capitalismo e pensamento marxiano	Maisa Miralva da Silva	00017.html
2. A TEORIA MARXISTA NA ANÁLISE DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	Emanoela Carolina Vogel Laura Santos Neitsch	00526.html
3. O TRABALHO ASSALARIADO EM MARX	Jaqueline Lima da Silva	00256.html
Assuntos: Reestruturação Produtiva/Condições de Trabalho/ Desemprego/ TEMA 3 : MUDANÇAS/TRABALHO		
1. PERFIL SOCIAL DE TRABALHADORES DO CESTE E MORADORES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA LINHA DE TRANSMISSÃO ESTREITO – IMPERATRIZ	Olga Torres Batista de Azevedo Marlene Costa Lima	00039.html
2. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS NA SAÚDE PÚBLICA DE ALAGOAS	Maria Alcina Terto Lins	00122.html
3. TRABALHADORES DA COLHEITA MANUAL DE CANA-DE AÇÚCAR E O DESENVOLVIMENTO DO LAZER CULTURAL	Graziella Aparecida Garcia De Lima Chinali Raquel Santos Sant'ana	00199.html
4. AS QUESTÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA CONDUTA DOS ORIENTADORES DA CASE, DE UM MUNICÍPIO NO ESTADO DA BAHIA, 2010	Maria Helena Amaral Martins Dantas da Cruz	00235.html
5. A MORBIDADE PARA A	Paulo de Lorenzi	01133.html

INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O TRA-BALHO DE SERVIDORES DA UTFPR CAMPUS MEDIANEIRA	Rosiléa Clara Werner	
6. ESTRATEGIAS DE SOBREVIVÊNCIA ADOTADAS PELOS MORADORES DA ILHA DO COMBU E AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	Josep Pont Vidal Flavia Ferreira Gomes Sônia Socorro Miranda Batista	00798.html
7. “CARVOARIA PRIMAVERA ^[1] ”: ANALISANDO AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NESSE CONTEXTO	Ana Lúcia Martins Kamimura Lucinei Gasparina Da Silva Sara Cristina Silva Valdirene Beatriz Cardoso	00224.html
8. O PROCESSO DE TRABALHO DA MARISCAGEM: CARACTERIZANDO A REALIDADE DE PORTO DO MATO – ESTÂNCIA/SE	Nailsa Maria Souza Araújo Paula Raquel Bezerra Rafael Ana Régia Santos Oliveira Kamilla Santos da Silva Elaine Souza da Silva Amanda Gabriella da Silva	00553.html
9. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: realidade no estado do Pará	Adriane Sousa Nascimento Ecila Raphaela Barroso da Silva Larissa Santos Magalhães	00601.html
10. O PROCESSO DE TRABALHO EM CALL CENTER NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES	Mayara de Oliveira Simões Marcileia Koffler Coelho Nayara Muniz da Cunha	00645.html
11. ROMANTISMO POLÍTICO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR DA UFF	Aline da Silva Marques	00689.html
12. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DE MATO GROSSO E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PARA OS EGRESSOS	Luciana Gonçalves de Lima Arlete Benedita de Oliveira	00762.html
13. PORTO DE PARINTINS: território de trabalho dos carregadores e transportadores de bagagens.	Laranna Hatta Prestes Dayana Cury Rolim	00965.html
14. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL: expressões, políticas públicas e conflitos de interesses	Graziella do Ó Rocha	01065.html
15. O ACIDENTE DE TRABALHO NA PMERJ: fato que merece ser discutido	Pâmela Nascimento Do Carmo Caula	01141.HTML
16. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES DOMÉSTICAS DE PRODUÇÃO TÊXTIL DO MUNICÍPIO DE TORITAMA – PE	Jessica Jerlane De Jesus Silva	01143.html
17. A REALIDADE SOCIAL DOS CATADORES DE LIXO NO MUNICÍPIO DOS BARREIROS NOS MARCOS DO SISTEMA CAPITALISTA: UMA INCLUSÃO SOCIAL PERVERSA	Carlos Roberto Marinho da Costa II Amanda de Vasconcelos Silva	01187.html
18. TRABALHO E SAÚDE NA	Viviane Alline Gregorio	01247.html

SOCIEDADE CAPITALISTA: uma relação inversamente proporcional	Azevedo	
19. AS NOVAS RELAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS REBATIMENTOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES	Iara vamessa fraga de Santana Juliana Vieira de Castro Marília Gondim Cordeiro Thaís Cristine de Queiroz Costa	01261.html
20. CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO PRECARIZADO NAS RUAS DO CENTRO DE FORTALEZA	Aurineida Maria Cunha Elidiane Ferreira Serpa Jonas Augusto da Silva Freitas	01286.html
21. TRABALHADOR RURAL DE ARARUAMA/RJ: mudanças nas condições de trabalho após meia década 2003/2008	JOCIANE SOUZA DA SILVA	01440.html
22. TRAJETÓRIA OCUPACIONAL DE TRABALHADORES TÊXTEIS DE BLUMENAU DAS REGIÕES NORTE, LESTE E CENTRAL DA CIDADE	Vilma Margarete Simão	01450.html
23. O TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLADO DO CAJU: “ALTERNATIVAS” FRENTE A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO?	Ana Carolina Nunes Ferreira Rodrigo de Souza E Silva Janete Luzia Leite	01669.html
24. TRABALHO PRECÁRIO NA INDÚSTRIA DE MEIAS DE JUIZ DE FORA (MG)	Maria Rosângela Batistoni Leila Baumgratz Delgado Paula Sirelli Isabela Costa da Silva Mônica Nery Carnevali Ana Luísa Avelar de Oliveira Larissa Jorge da Silva	01757.html
25. TRABALHO, ALIENAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL	Paula Bonfim	01010.html
26. A REATUALIZAÇÃO DO ARCAICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: a Deformação Latino Americana.	Marcela Soares Silva Maria Cecília Sobral de Paiva Fernanda Ferreira Araújo	00937.html
27. DE QUE CONTROLE SOCIAL SE TRATA? Do capital ou do trabalho?	REIVAN MARINHO DE SOUZA	00634.html
28. A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS SUAS REPERCUSSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE	Maria Alcina Terto Lins	00116.html
29. O TRABALHO DESREGULAMENTADO: um enfoque nas particularidades do setor público de saúde	Lucilia Mendes Rocha Moema Amélia Serpa Lopes De Souza Carmem Emanuela Dantas Rocha	00662.html
30. RELAÇÕES DE TRABALHO E SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL: a reprodução da precarização da moradia na Região Metropolitana de Belém (RMB) – PA	Maria Elvira Rocha de Sá Sandra Helena Ribeiro Cruz Welson de Sousa Cardoso	00800.html

31. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: O CASO DO CRAS DE SANTO ANTÔNIO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES	Pedro Henrique Dias Franco Emerick	01756.html
32. Acumulação capitalista, trabalho e superpopulação relativa: aproximações necessárias para análise da Política de Assistência Social.	Leda Regina de Barros Silva	00295.html
33. AS CONTRADIÇÕES ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Haidée De Caez Pedroso Rodrigues	00342.html
34. TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL: AS LACUNAS DA PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA SEGURIDADE	Dolores Sanches Wunsch	00637.html
35. ASAÚDE DO TRABALHADOR NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO MERCOSUL	Jussara Maria Rosa Mendes Dolores Sanches Wunsch Martha Helena Weizenmann	00314.html
36. TRABALHO PRECARIZADO E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA DE SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE	Maria Geusina da Silva Jussara Maria Rosa Mendes	00566.html
37. BREVES REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR NO SERVIÇO PÚBLICO E A RECENTE POLÍTICA DE ATENÇÃO A SAÚDE DO SERVIDOR – SIASS	Monica Simone Pereira Olivar Cecília Paiva Neto Cavalcanti	00736.html
38. IDAS E VINDAS DOS TRABALHADORES EM BUSCA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	Edvânia Ângela de Souza Lourenço	01082.html
39. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA.	Marcio Eduardo Brotto	01451.html
40. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, POLÍTICA SOCIAL E MORADORES DE RUA: abordagem e crítica	Vanessa Saraiva Nogueira	01325.html
41. MIGRAÇÕES DE TRABALHADORES IMPULSIONADAS PELO COMPERJ E SEUS REBATIMENTOS NO COTIDIANO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS	Altineia Maria Neves	01176.html
42. MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO SOCIAL: O MODO COMO OS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL CONCEBEM E INTERVÊM NO CENÁRIO MATO-GROSSENSE	Franciene Lara Bezerra Anelisa Peticarrara Canivarolo Ivone Maria Ferreira da Silva	01156.html
43. O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS FORMAS HODIERNAS DE CONTROLE DO TRABALHO	Maria do Socorro Camelo Maciel Erlênia Sobral do Vale Carla Karine Oliveira Souza	01685.html
44. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O FAZER PROFISSIONAL DO SERVIÇO	Felipe Tibério Claudino Ferreira	00963.html

SOCIAL NA REDE SESC PERNAMBUCO		
45. IMPLICAÇÕES DA CONFIGURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO NO COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	Anita Pereira Ferraz Tatiana Freire DA Silva	01506.html
46. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E AS (NOVAS) DEMANDAS POSTAS À PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO HISTÓRICO DE TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XX E XXI	George Francisco Ceolin Sandra De Faria	00525.html
47. O SERVIÇO SOCIAL NO SETOR SUCROALCOOLEIRO ALAGOANO: A ATUAÇÃO PROFISSIONAL JUNTO AOS TRABALHADORES RURAIS"	Tauana Samara Da Silva Santos Larissa Thayse Da Rocha Santos Iraci Araújo Cavalcante	00947.html
48. CARRETEIROS DE BREVES-MARAJÓ/PA: Possibilidade de intervenção do serviço social	Samuel da Cunha Rice Ouripson Dalvan Lopes Felix Elen Lúcia Marçal Carvalho	01081.html
49. REFLEXÕES SOBRE DEMANDAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE DO TRABALHADOR	Carolina Barbara Miguel Correa Denilda Littike	01498.html
50. A EFEITIVIDADE DAS INTERVENÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR TEMPORÁRIO	Erlândia Silva Pereira	01722.html
51. O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: desdobramentos históricos e analíticos	Juciara de Lima Linhares Cunha Dannylo Cavalcante Alves	00586.html
52. CONTROLE DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA: um estudo no setor têxtil	Epitácio macário moura Maria do Socorro Camelo Maciel	01781.html
53. SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: DEBATENDO A FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS	Cleier Marconsin Valéria L. Forti	00124.html
54. O ATUAL MUNDO DO TRABALHO E OS REBATIMENTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PARA OS CUIDADORES DE IDOSOS	Náide Melo Costa	01233.html
55. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES	Daniela Ribeiro Castilho	00190.html
56. PROCESSOS DE TRABALHO, PRODUÇÃO SOCIAL, REPRODUÇÃO SOCIAL E REGULAÇÃO SOCIAL.	Maria Aparecida Ramos de Meneses Edna Tânia Ferreira da Silva	00120.html
57. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM ARRANJOS PRODUTIVOS: elementos para pensar o município de Duque de Caxias	Bruna de Oliveira da Silva	00716.html
58. METAMORFOSES NO PROCESSO DE TRABALHO E REVOLUÇÃO	Maria Helena Rauta Ramos	00733.html

INFORMACIONAL		
59. DINÂMICA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO EM FAVELAS URBANIZADAS: INTEGRAÇÃO OU APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES?	Lenise Lima Fernandes Maria de Fatima Cabral Marques Gomes Bruno Alves de França	00883.html
60. A CENTRALIDADE DO TRABALHO NOS MARCOS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: Notas introdutórias	ÁLISON CLEITON DE ARAÚJO	00972.html
61. CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E REGULAÇÃO ESTATAL: em tempos de precarização e desregulamentação do trabalho	Viviane da Silva Souza	01202.html
62. REFORMA TRABALHISTA E A TEORIA DO VALOR-TRABALHO	Fernando de Oliveira Teixeira da Silva	01733.html
63. RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL: uma compreensão da lógica da acumulação capitalista.	Giselle Ávila Leal de Meirelles	00936.html
64. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES À CLASSE TRABALHADORA	Caroline Goerck Monique Bronzoni Damascena	00053.html
65. Da Crise à Reestruturação do Capital: a consolidação do capitalismo e o agravamento das condições de trabalho	Islânia Lima da Rocha	01283.html
66. TRABALHO, CIÊNCIA E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL Acumulação destrutiva. Capital. Desenvolvimento tecnológico. Trabalho	Albani DE Barros	00041.html
67. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, ESTADO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO IMPRESCINDÍVEL E PERVERSA	Juliana Maria do Nascimento	00966.html
68. UM ENSAIO A PARTIR DA CENTRALIDADE ONTOLÓGICA DO TRABALHO: algumas reflexões sobre a crise capitalista e a restauração produtiva no Brasil	Milena Gomes de Medeiros	00127.html
69. Espaço urbano, lugar de trabalho: a superexploração como alternativa à crise de acumulação	Maria Cristina Otoch Melo Eliana Costa Guerra	01737.html
70. DESEMPREGO ESTRUTURAL E SUAS DIFERENTES FORMULAÇÕES	Maria Madalena do Nascimento Sartim	00582.html
71. O DESEMPREGO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS ALTERNATIVAS NO INTERIOR DAS COMUNIDADES	Vera Suzart Barbosa	00803.html
72. TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: Uma reflexão acerca do desemprego estrutural	Shirley Barbosa Menezes de Paiva Patrícia Dantas Vergasta	00074.html

que atinge a juventude do Lar Fabiano de Cristo		
73. OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO DESEMPREGO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA	Tatiana Lyra Lima Félix	01239.html
74. CRISE DO CAPITAL E AS DETERMINAÇÕES SOBRE O EMPREGO-DESEMPREGO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	Francis Sodré Luiz Henrique Borges Maria Madalena do Nascimento Sartim Mayara Maria Palassi Sales	00879.html
Trabalho Relações de Gênero e outros grupos sociais/ TEMA 4 : Trabalho e relações sociais		
1. TRABALHO E GÊNERO EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO: Um estudo sobre as trabalhadoras da confecção de Divinópolis-MG	Reginaldo Guiraldelli	00209.html
2. MULHER, TRABALHO E LAZER: uma questão política	Letícia Cremasco Borsari Viviani Yoshinaga Carlos Carina Suelen de Carvalho	00254.html
3. CONDIÇÃO DA MULHER NA FAMÍLIA E NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO TEÓRICA	Simone Aparecida Jorge	00255.html
4. GÊNERO E COR: a inserção da mulher negra no mercado formal de trabalho	Daniela Alves Cunha Mariana Abiachell Medeiros Ivanete Ferreira da Silva Angela Ernestina Cardoso de Brito	00296.html
5. CONTRUÇÕES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL – REFLETINDO SOBRE POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO	Claudia Girlandia Pereira Almeida Dilma Franclin de Jesus Viviane Coelho Brito Marcia Santana Tavares	00554.html
6. TRABALHO PRECÁRIO NO QUILOMBO: AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E RAÇA	Flaviane Andressa Carvalho	00583.html
7. MARISCAGEM E PESCA: a transversalidade das relações de gênero no perfil e identidade das marisqueiras de Apicum no município de São Cristóvão/SE	Josiane Soares Santos Maíra dos Santos Oliveira Rose Cleide Santos Tamires Barros de Almeida Maria Rosenilva dos Santos Júlia Graziella Dantas Santana	00624.html
8. DESIGUALDADE DE GÊNERO E A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: as especificidades das trabalhadoras no âmbito rural e urbano	Emanuelle Chaves Pinto Adiliane Valéria Batista F. da Silva Nathália Teixeira dos Santos	00681.html
9. A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DE UMA REALIDADE	PETERSON ALEXANDRE MARINO	00820.HTM L
10. O PERFIL DAS MULHERES QUE	Luzinete Da Silva Magalhães	01243.html

PARTICIPARAM DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
11. A QUESTÃO AGRÁRIA E A PEQUENA PRODUÇÃO RURAL E O FEMININO: caracterização do trabalho e vida das mulheres na produção rural.	Ivna de Oliveira Nunes	01272.html
12. GÊNERO E TRABALHO NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO PRODUTIVO FEMININO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA JOÃO BATISTA II, CASTANHAL – PA	Alessandra Amâncio Barreto	01376.html
13. PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO: impactos para as mulheres negras nas empresas	Jussara Francisca De Assis	01478.HT ML
14. MULHERES NO TRABALHO HOSPITALAR: DESIGUALDADES DE GÊNERO E PRECARIZAÇÃO	Alessandra Maria pierre Macedo da Costa Elizângela Cardoso de Araujo Silva Maria de Fátima Jerônimo Marques	01660.html
15. MULHER NEGRA E MERCADO DE TRABALHO: TENSÕES E ALTERNATIVAS	RICARDO DE SOUZA JANOARIO SHEILA DIAS ALMEIDA	01793.HTM L
16. Políticas de Trabalho, Assistência e Previdência Social para população LGBT no Brasil: notas de um mapeamento crítico preliminar	Bruna Andrade Irineu Cecilia Nunes Froemming Vinicius Kabral Ribeiro	01738.html
17. MERCADO DE TRABALHO E INCLUSÃO: OS REBATIMENTOS E IMPILAÇÕES PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ARACAJU-SE	Ferdinando Santos De Melo Flávia Augusta Santos De Melo	01750.html
18. A VISIBILIDADE DAS QUESTÕES DE TRABALHO E VELHICE DA CLASSE TRABALHADORA: um desafio à pesquisa no campo do Serviço Social na contemporaneidade	Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva	01763.html
19. OS PRIMÓRDIOS DA POLÍTICA SOCIAL PARA O TRABALHADOR VELHO NO BRASIL	Jonorete de Carvalho Benedito	00977.html
20. TRABALHO, GERAÇÃO E ENVELHECIMENTO: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS	JOSIMARA APARECIDA DELGADO	01390.HT ML
ECONOMIA SOLIDÁRIO/ AUTOGESTÃO/AUTOGESTÃO/COOPERATIVISMO TRABALHO INFANTIL		
TEMA 5: FORMAS DE TRABALHO		
1. PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO À INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E	Carolina Flexa da Silva Ana Giselle Ribeiro Cancela	00903.html

EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: Um novo espaço de intervenção profissional para a valorização do trabalho	Lissany Braga Gonçalves Maria José de Souza Barbosa Michele Lima de Souza	
2. A GERAÇÃO DE RENDA DE FORMA SOLIDÁRIA: PERSPECTIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	Simone Barros de Oliveira Daniela Zago Segatto Edison Ademir Padilha Ouriques mariele Medeiros Leiria	00166.html
3. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO UMA DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA AS MANIFESTAÇÕES DE DESIGUALDADE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	Caroline Goerck	00052.html
4. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIO ECONÔMICOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS EM PERNAMBUCO	Ana Cristina Brito Arcoverde Clara Martins Do Nascimento Creusa Da Silva Melo Raquel Maíra Pereira Dos S. Alves Leonidas Leal Da Silva	00057.HTML
5. TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: um novo caminho de enfrentamento ao Trabalho Escravo	Fabírcia Carvalho da Silva Witembergue Gomes Zapparoli	00152.html
6. TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?	Silvia Neves Salazar	00610.html
7. DIREITOS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	Gleny Terezinha Duro Guimarães Carolina Ritter	00647.html
8. (RE)CONFIGURAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCUBADORAS SOCIAIS	Gleny Terezinha Duro Guimarães Wanda Griep Hirai Karen Eidelwein Fábio Jardel Gaviraghi Dalva Ribeiro Ramos Maria da Glória de Paula Anelise Gronitzki Adam Luis Felipe Melo Balhego	00650.html
9. Propriedades Coletivas, Cooperativismo e Economia Solidária no Brasil	Fabio Lanza Luis Miguel Luzio dos Santos Edson Elias de Moraes Silvia Letícia Schroeder Pelanda	00703.html
10. TRABALHO, LOUCURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: um estudo da Associação de Apoio aos Portadores de Transtornos Mentais e seus Familiares – Brilho e Luz	ANA GISELLE RIBEIRO CANCELA	00812.HTML
11. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	Leny da Gama e Silva	00992.html

12. AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	Keila Lucio de Carvalho	01121.html
13. PROCESSO DE TRABALHO AUTOGESTINÁRIO EM COLETIVOS DE ARTESANATO EM JUIZ DE FORA E MATIAS BARBOSA/MG.	Mônica Nery Carnevali Andrea Elizabeth Abreu Machado Maiara Batista Thalita Melchiades da Silva Naiara de Lima Guimarães	01509.html
14. ALGUNS TRAÇOS INICIAIS DO COOPERATIVISMO EM DUQUE DE CAXIAS	Thays da Conceição Guimarães Barros	01078.html
15. COOPERATIVA AGRÍCOLA RESISTÊNCIA DO TOCANTINS NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ – CART, NO PARÁ: UMA EXPERIÊNCIA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E DE RENDA NO CAMPO	Michele Lima de Souza	00950.html
16. COOPERATIVISMO E CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: os impactos na saúde sexual e reprodutiva das mulheres	Idalina Maria Freitas Lima Santiago Natália Alves de Queroz Orlandil de Lima Moreira Christiano das Neves Viana Amorim Albertina Felix da Cruz	01648.html
17. O TRABALHO INFANTIL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS	Annemarie Janssen	00011.html
18. TRABALHO INFANTIL: uma expressão da precarização do trabalho na contemporaneidade	Terçália Suassuna Vaz Lira	00147.html
19. INVISIBILIDADE E NEGAÇÃO DE DIREITOS: a realidade do trabalho infantil doméstico	Terçália Suassuna Vaz Lira Bárbara Suassua Vaz Lira	00148.html
20. TRABALHO INFANTIL NO DISTRITO DE CACAU PIRÊRA: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI.	Welen Batalha Pereira Vasconcelos	00304.html
21. LOGÍSTICA REVERSA DA RECICLAGEM: O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA MANUTENÇÃO FAMILIAR	Neide Aparecida de Souza Lehfeld Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes	00327.html
22. AS POLÍTICAS SOCIAIS E O TRABALHO INFANTIL	Jeovana Nunes Ribeiro Karen Karla Santana Luciene S. Reis Casarino	00640.html
23. O TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO: história e memória	Denise Carmen de Andrade Neves	00862.html
24. O TRABALHO INFANTIL E AS DROGAS. O Trabalho Infantil e as drogas no município de Campo Belo/MG.	Suênya Thatiane Souza de Almeida Geisiele Talita de Paula Rosa Luciana Ribeiro Costa	00997.html
25. TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL	Miriam Damasceno Padilha	01330.html

26. O TRABALHO INFANTIL E A QUESTÃO CULTURAL	Juliano Aparecido de Almeida Drielly Mayra Cordeiro Almeida Naiara de Castro Vaz	01001.html
27. TRABALHO INFANTIL E CULTURA DE DIREITOS: em tempos de frágil cidadania	Maria Adriana da Silva Torres	01356.html
28. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) NA PARAÍBA: UMA INCLUSÃO PRECARIZADA	Welen Batalha Pereira Vasconcelos	00304.html
29. AS REPERCUSSÕES DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – PERNAMBUCO	Anita Rheno Morethe Bruna de Lima Pereira do Nascimento Damayanti Amador Rodrigues Jéssica Alline de Melo e Silva Luisa Sette Alves	01413.html
30. TRABALHO INFANTO- JUVENIL NO BRASIL: AÇÕES GOVERNAMENTAIS E SAÚDE	Aurelânea Lúcia dos Santos Francisca Amaral Ferreira de Lima Maria do Carmo Soares dos Santos	01424.html
31. CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB EXPLORAÇÃO DO TRABALHO: A REALIDADE DE FAMÍLIAS EM NATAL/RN	Marceane de Azevedo Silva	01667.html
32. DICOTOMIA ENTRE O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL.	Fabiana Demétrio Solange Kemer Fagundes Ortiz	01778.html

Fonte: Anais do XII ENPESS.2010

Elaboração da autora

Quadro 8 : Apresentações XII ENPESS por temas do Eixo Político

EIXO POLÍTICO		
MARXISMO político Marxismo/Gramsci Tema 2: Marxismo e Teoria Política (T.P)		
APRESENTAÇÃO	AUTORES	ARQUIVO
1. CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI PARA INTERPRETAR A REALIDADE BRASILEIRA E SUA APROXIMAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL	Heleni Duarte Dantas de Ávila	01607.html
2. CULTURA E NACIONAL-POPULAR NA PRODUÇÃO DE ANTONIO GRAMSCI	Cristina Simões Bezerra	01692.html
3. POLÊMICA SOBRE A TEMÁTICA DA DEMOCRACIA: Democracia Liberal X Democracia Marxista	EDISTIA MARIA ABATH PEREIRA DE OLIVEIRA	00691.html
Estado/Neoliberalismo/Governo/Sociedade/Democracia/Direitos Sociais		
TEMA 4: Estado e sociedade civil		
1. OS DIREITOS SOCIAIS PREVIDENCIÁRIOS NO CENÁRIO NEOLIBERAL	JOSÉ RICARDO CAETANO COSTA	00025.html
2. NEOLIBERALISMO E NEO-DESENVOLVIMENTISMO NO GOVERNO LULA	SHEYLA SUELY DE SOUZA SILVA	00161.html
3. ONGs E NEOLIBERALISMO NA AMAZÔNIA: o caso das ONGs/AIDS	Maura Rejane Lameira de Moraes, Jandira Miranda da Silva	00299.html
4. A SUPOSTA NATUREZA INEFICIENTE DO SETOR PÚBLICO: um recurso ideológico a serviço do ideário neoliberal	Waldez Cavalcante Bezerra	00347.html
5. REFORMAS NEOLIBERAIS E AS POLÍTICAS SOCIAIS	Valter Martins	00505.html
6. DIREITO A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA E O PROJETO NEOLIBERAL: O desafio para implementação de políticas sociais.	Janine Rodrigues Baltazar	00512.html
7. OS IMPACTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NEOLIBERAL NO SERVIÇO SOCIAL	Paula Nathalia Galindo da Costa	00577.html
8. PROUNI/REUNI E A POLÍTICA NEOLIBERAL: mercantilização, massificação e precarização na Universidade brasileira	dréa Alice Rodrigues Silva Larisse de Oliveira Rodrigues	00871.html
9. A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL FRENTE A INVESTIDA NEOLIBERAL E EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR	Raquel Gonçalves de Melo	00943.html
10. QUAL O DEBATE DA CIDADANIA NA ATUALIDADE- A COMPREENSÃO DA CIDADANIA COMO ENFRENTAMENTO	ipe Campos Fabricia da Hora Pereira	01204.html

AO MODELO NEOLIBERAL		
11. GESTÃO SOCIAL NOS MARCOS NEOLIBERAIS: ÚNICA ALTERNATIVA À DEMOCRACIA?	Marília Gonçalves Dal Bello	01030.html
12. MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE RESISTÊNCIAS NO BRASIL DA ERA NEOLIBERAL	Carlos Augusto da Silva Costa; Maria Lúcia Duriguetto	01359.html
13. DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: a forte influência do ideário neoliberal	Mariana Cavalcanti Braz Berger	00014.html
14. O DESAFIO PARA A CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO NO ÂMBITO DOS CONSELHOS: a disputa entre o projeto político participativo e o projeto neoliberal	Valdir Anhucci	00055.html
15. TENDÊNCIAS DA POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO DE CRISE: particularidades do caso brasileiro	Amanda Kelly Belo DA Silva Francielézia de Sousa Barreto Silva Milena Gomes de Medeiros	01083.html
16. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: a contrarreforma do Estado em curso	Aline Miranda Cardoso Vivian De Almeida Mattos Verônica Cristina De Oliveira	01384.html
17. A SIMBOLOGIA DA MULHER PRIMEIRA DAMA	Gabriele Gomes Faria	00208.html
18. AS TRANSFORMAÇÕES NO PARTIDO DOS TRABALHADORES E NO GOVERNO LULA: A CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.	Maria Valéria Costa Correia, Manuella Aragão Pinheiro	00616.html
19. O “FAZER POLÍTICA”: breves considerações sobre avaliações políticas e composição de agendas governamentais	Felipe da Matta de Castro	01783.html
20. CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL: na contra reforma	Viviane Cristina Azevedo Galdino	00840.html
21. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: INDICAÇÕES ANALÍTICAS PARA UMA REFLEXÃO DA CONTEMPORANEIDADE	Antoniana Dias Defilippo	01455.html
22. ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS SOCIAIS: a Contrarreforma do Estado Brasileiro.	Edinaura Luza	00914.html
23. DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: UM DEBATE NECESSÁRIO	Ana Paula Oliveira	01784.html
24. SERVIÇO SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	Erika Schreider	00198.html

25. VOTO E CIDADANIA uma reflexão sobre ética e direitos no serviço social	Samanta Antonio Gea	00991.html
26. CONTROLE DEMOCRÁTICO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: limites e contradições	Neila Karla Fernandes da Costa	01055.html
27. A INTERLOCUÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO: em busca da efetivação da política social.	Elisângela Maria Marchesi	01295.html
28. REFORMAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. UMA BREVE COMPARATIVA SOBRE O AVANÇO DEMOCRÁTICO E AS ESQUERDAS	Luci Faria Pinheiro Leila Maribondo Barboza Danielle Bernado Souza Rani Elizabeth Araújo Conceição Priscila Regina Alves de Souza Poliana Soares Santana Thelma Tereza da Silva Rafaela Vieira	01736.html
29. A PROBLEMÁTICA QUESTÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL	Yolanda Aparecida Demetrio Guerra, Simone da Silva Farias Santos, Natália Soares da Silva, Ana Ester Machado Carlos	00493.html
30. A FUNÇÃO SOCIAL HISTÓRICA DOS DIREITOS SOCIAIS NOS AJUSTES DO ESTADO MODERNO	Rodrigo Albuquerque Serafim	01395.html
31. O PAPEL DO ESTADO NA CONTRADIÇÃO DO SISTEMA E NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	Rodrigo Albuquerque Serafim	01401.html
32. O CARÁTER ANTI-REFORMISTA DOS DIREITOS DE CIDADANIA NO BRASIL	Cláudia Maria Costa Gomes	01561.html
Movimentos Sociais na Contemporaneidade/Estudantil do Serviço Social /Sindical		
TEMA 5: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA		
1. MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA:DESCENTRAMENTO DAS SUBJETIVIDADES E TRANSFORMAÇÃO DO SUBVERSIVISMO INORGÂNICO	Silene de Moraes Freire	00274.html
2. CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA A REPRODUÇÃO DA ORDEM VIGENTE	Leonardo Possidonio Domingos	00969.html
3. OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA ILUSTRADOS NA EXPERIÊNCIA DOS PANTERAS NEGRAS As bases para a organização dos profissionais	Fabricia Da Hora Pereira	01070.html

de Serviço Social que trabalham com a temática étnico-racial		
4. MOVIMENTOS SOCIAIS, MOBILIZAÇÕES COLETIVAS E SERVIÇO SOCIAL Serviço social e formas de organização coletiva das classes populares	Suellen Ferreira Guariento	01212.html
5. As extrem(as)idades da existência social - 0 a 6 e mais de 60: movimentos sociais, direitos e novas dimensões da cidadania	Serafim Fortes Paz	01537.html
6. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: o caráter político-ideológico da Associação de moradores do Bairro Vila Esperança	Cristiane Ataíde Moreira, Cristina Xavier Cordeiro	00134.html
7. “ <i>Está chegando o tempo de política... de eleição...</i> ” Expressões da Participação Política dos Moradores do Distrito de Catuçaba/ São Luiz do Paraitinga – SP: permanências e mudanças – 2007/ 2008.	Luís Augusto Vieira	01771.html
8. ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS	Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Silvana Compton Barroso	00619.html
9. MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS E O SEU PAPEL DE RUPTURA COM A ORDEM SOCIAL	Carmen Gomes Macedo	00852.html
10. A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	Morena Gomes Marques Soares	00750.html
11. A IDENTIDADE DE TRÊS GERAÇÕES DO MST ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE-GOÍÁS	Joana dos Santos Rosa	00436.html
12. (CON) FORMAÇÃO DA CULTURA E RESISTÊNCIA: NOTAS SOBRE FORMAS DA AÇÃO POLÍTICA CAMPONESA NO BRASIL	Larissa Costa Murad	00187.html
13. MESS E PARTIDO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE: contradições no período dos governos Lula	Andréa Alice Rodrigues Silva	00961.html
14. O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL: a luta contra a mercantilização da educação e da vida e o processo de consciência.	Tiago Barbosa Dos Santos Greyce Kelle De Oliveira Neves Leonardo David Rosa Reis Cristiano Costa De Carvalho	01472.html
15. EU VOU À LUTA COM ESSA JUVENTUDE: contribuição acerca do movimento estudantil em serviço social e o processo de formação profissional.	Tiago Barbosa Dos Santos	01485.html
16. CONTRIBUINDO PARA A RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE,	Gênesis de Oliveira Valéria Rosa Bicudo	01729.html

MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO BOLETIM DE LUTAS POPULARES, “VOZES EM MOVIMENTO”		
17. TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS – diálogo possível?	Inez Terezinha Stampa	00393.html
18. UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO ORGANIZADO DOS TRABALHADORES URBANOS (MOTU) DO ESTADO DE SERGIPE	Raquel de Oliveira Mendes	00398.html
19. SINDICALISMO NO BRASIL PÓS 80 E A PERSPECTIVA EDUCATIVA PRESENTE NA LUTA DOS TRABALHADORES DE TELECOMUNICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO: EXISTE HORIZONTE NESTE CENÁRIO?	Rosane Fratane de Oliveira	00462.html
20. REGIONALIZAÇÃO PRODUTIVA E MOVIMENTO SINDICAL EM DUQUE DE CAXIAS : a atuação do sindicato dos trabalhadores inseridos em arranjo produtivo	Gracielle Fernanda do Nascimento Azeredo	00636.html
21. SINDICALISMO CIDADÃO: Limites teóricos e políticos do novo programa surgido no interior do sindicalismo rural.	Mônica Regina Gomes da Silva	00652.html
22. DA NEGOCIAÇÃO À CONTESTAÇÃO: O SINDICATO EM MOVIMENTO	Naíres Raimunda Gomes Farias	01226.html
23. AÇÃO SINDICAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM JUIZ DE FORA/MG	Ana Livia de Souza Coimbra Naiara de Lima Guimarães Andrea Elizabeth Abreu Machado Maiara Batista Thalita Melchiades da Silva	01381.html
24. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DE UMA PRÁXIS SINDICAL: a Central Única dos Trabalhadores em foco	Ana Livia De Souza Coimbra Alexandre Aranha Arbia	01409.html
25. DIREÇÃO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES: o caso da Reforma Sanitária brasileira	Márcia de Andrade Medeiros	01674.html
26. AS CENTRAIS SINDICAIS E A LUTA POR SAÚDE	Fernanda Batista Souza Morena Gomes Marques Maria Cristina Braga Vieira Janaina Bilate Martins Raquel Trindade Andrade Zélia Lima Gebrath Maria Inês Souza Bravo	01790.html
Políticas Públicas/Geração de Empregos, Trabalho e Renda		
TEMA 6: MUDANÇAS NA POLÍTICA PÚBLICA/TRABALHO		
1. A POLÍTICA PÚBLICA DE	ROSE SERRA, Jefferson	00439.html

EMPREGO, TRABALHO E RENDA NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA DO RIO DE JANEIRO: os Programas ProJovem e Balcão de Emprego de Deficientes	Bruno Corona, Keiza da Conceição Nunes, Vanessa Siqueira Cardoso, Vanderlei Cardoso da Rocha	
2. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO: UMA ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE CONSENSOS	Angela Santana do Amaral	01127.html
3. POLÍTICA DE EMPREGO NO BRASIL: OS CAMINHOS DA FLEXINSEGURANÇA	Ednéia Alves de Oliveira	01364.html
4. O DESLOCAMENTO DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA A POLÍTICA SOCIAL	Fabiana Alcântara Lima	01394.html
5. UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA NOS ANOS 1990: novas modalidades de enfrentamento do desemprego no Vale do Mucuri?	Raquel Cristina Lucas Mota	01647.html
6. PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEGURADOS ESPECIAIS: particularizando a realidade dos pescadores e marisqueiras	Socorro Rodrigues Dos Santos Rivânia Lúcia Moura De Assis	01673.html
Classe Trabalhadora		
TEMA 7 MUDANÇAS LUTA DE CLASSES		
7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS	Amanda dos Santos Lemos, Silvanne Maria Pereira Lopes	00328.html
8. QUESTÕES TEÓRICAS SOBRE AUTONOMIA OPERÁRIA E TRANSIÇÃO SOCIALISTA	Maria Cristina Soares Paniago	00513.html
9. REFLEXÕES TEÓRICO-CRÍTICAS SOBRE AS NOÇÕES DE CONTROLE SOCIAL	Gláucia Lelis Alves	00784.html
10. BURGUESIA E CONTRA-REVOLUÇÃO NO BRASIL: CAIO PRADO JÚNIOR E A CRÍTICA À TEORIA DAS ELITES BRASILEIRAS	César Henrique Miranda Coelho Maranhão	00855.html
11. DA ALIENAÇÃO À REVOLUÇÃO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE	César Albenes de Mendonça Cruz	01064.html
12. CULTURA E A PERSPECTIVA DA CLASSE TRABALHADORA	Marina Maciel Abreu	01469.html

Fonte: Anais do XII ENPESS.2010

Elaboração da autora

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Convido o Sr(a) participar da pesquisa com profissionais do Serviço Social. Esta pesquisa faz parte da tese de doutorado cujo tema é Trabalho e Política no Serviço Social que deverá ser defendida no programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP.

A entrevista foi gravada, transcrita e devolvida aos participantes para as devidas alterações se for o caso, se encerra esse procedimento com a assinatura do termo de consentimento. Sua participação consciente e livre será de fundamental importância para a realização da pesquisa.

Cabe informar que os desconfortos e riscos são assumidos pelo pesquisador, que se dispõe a prestar os devidos esclarecimentos antes e durante a pesquisa. O entrevistado tem toda a liberdade de recusar ou retirar o consentimento sem qualquer penalização.

Firma-se o compromisso do sigilo e privacidade de suas declarações, sendo identificados os entrevistados(as) em citações dos trechos da entrevista autorizados mediante a leitura da transcrição da gravação e assinatura deste consentimento.

Desde já agradeço sua colaboração

CONSENTIMENTO

Eu,.....declaro que li o Termo de Cosentimento e concordo com a publicação de trechos da entrevista.

_____/_____/_____

Entrevistado(a)

Entrevistadora